DECÊNCIA JÁ

J. O. DE MEIRA PENNA

IL nordica

O LIVRO

Este é um retrato do Brasil de hoje por um *retratista* que conhece, como poucos brasileiros, do que está escrevendo. Homem de uma profunda cultura universal, clássica e moderna, tendo servido e vivido como diplomata em vários países onde estudou suas respectivas sociedades, seus problemas e soluções, **Meira Penna** adquiriu o hábito, muito válido e são, de interferir, ativamente, nos rumos da modernização brasileira através das suas permanentes *pinceladas*, ou melhor, *estocadas*, reproduzidas pelos principais jornais do país.

Este livro é, portanto, uma coletânea dessas crônicas publicadas no *Jornal da Tarde* e em *O Estado de São Paulo*, em *O Globo*, *A Tarde* (Salvador, BA) e no *Digesto Econômico*, da Associação Comercial de São Paulo. Todas elas foram revistas e atualizadas para inclusão nesta obra de leitura imprescindível para os brasileiros verdadeiramente patriotas que estejam interessados em conhecer as razões da nossa crise política e moral, o problema da ingovernabilidade do país e a luta do cidadão contra o Estado burocrático.

O livro inclui várias centenas de citações, cujos autores, estrangeiros e brasileiros, apresentam-se organizados num valioso índice remissivo.

O AUTOR

Diplomata de carreira, aposentado, antigo professor da Universidade de Brasília, nasceu José Osvaldo de Meira Penna em 1917, ingressando no Itamaraty, por concurso, em 1938. Bacharel pela Universidade do Brasil, fez cursos na Universidade de Columbia, Nova York, e na Escola Superior de Guerra (1965). Os primeiros anos de sua carreira foram vividos no Oriente, Calcutá, Xanghai, Ankara e Nandjing. Na China foi, da primeira vez, surpreendido pela guerra (1942) e, da segunda, assistiu ao colapso do regime nacionalista chinês. Serviu ainda em Costa Rica, no Canadá e na Missão brasileira junto às Nações Unidas, de onde voltou ao Itamaraty para chefiar a Divisão Cultural (1956-1959), ao tempo da construção de Brasília, para cuja divulgação no exterior muito contribuiu. Como Cônsul Geral em Zurique, aprofundou seus conhecimentos de psicologia analítica, frequentando durante três anos o Instituto C. G. Jung (1960-1963), onde também tem, regularmente, pronunciado conferências. Foi Embaixador na Nigéria, Secretário-Geral Adjunto do Ministério das Relações Exteriores para a Europa Oriental e Ásia, Embaixador em Israel (1967-1970), Assessor do Ministro da Educação e Cultura, Embaixador na Noruega, no Equador e na Polônia, onde terminou a carreira (1981). O seu livro *Utopia Brasileira*, publicado em 1988, mereceu o Prêmio Banorte de Interpretação da Cultura Brasileira oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco, de Recife.

Todos os direitos reservados sob a legislação em vigor. É proibido reproduzir este livro, no todo ou em parte, ou transmitir o seu texto sob qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, sendo especialmente *interditada a sua reprodução em fotocópias (xerox)*, por gravação ou por qualquer outro sistema, em antologias, livros didáticos etc., a não ser após autorização específica e por escrito da Editorial Nórdica. Esta autorização só é desnecessária em caso de citação nos meios de comunicação com finalidade crítica.

© José Osvaldo de Meira Penna, Brasília, 1992.

Revisão: Ana Paiva

Capa: Felipe Antunes

Arquitetura Gráfica: Júlio Ramos Ramos

Produção Editorial: Pedro Rühs

Apoio Cultural do

Instituto Liberal
Rua Prof. Alfredo Gomes, 28
22251 Rio de Janeiro RJ

Fones: (021) 286-7775 e 226-6864
Fax: (021) 246-2397

Direitos adquiridos para a língua portuguesa por:

Editorial Nórdica Ltda.
Rua Oito de Dezembro, 353
20550 Rio de Janeiro RJ

Fone: (021) 284-8848
Telegramas: Nórdica, Rio de Janeiro
Telex: 2131810 NOCA BR
Fax: (021) 264-8607

Impresso no Brasil — ref. 380/91
ISBN 85-7007-219-8

Só um governo com poderes limitados
pode ser um governo decente.

FRIEDRICH HAYEK

Supor que qualquer forma de governo
pode assegurar a liberdade ou a felicidade
sem virtude no povo é uma idéia quimérica.

JAMES MADISON,
Pai da Constituição americana
e quarto presidente dos EUA

Mal desenvolvida e executada,
a política de uma nação é um abismo aberto
pelas mãos de seus próprios filhos.

NABUCO DE ARAÚJO

Decência. Segundo o Pequeno Dicionário
Brasileiro da Língua Portuguesa, o velho "Aurélio",
decência é sinônimo de decoro,
lisura, asseio, honestidade.
Não apenas é preciso não meter a mão
no bolso do próximo, sobretudo,
mas também respeito pelo outro,
ainda que esse outro possa ser
um simples trabalhador, um subalterno.

FERNANDO PEDREIRA,
ESP, 16.02.92

OUTROS LIVROS DO AUTOR

Shanghai — Aspectos Históricos da China Moderna.
Americ Edit., 1944.
O Sonho de Sarumoto — O Romance da História Japonesa.
Borsoi, 1948.
Quando Mudam as Capitais.
IBGE, 1958.
Política Externa, Segurança e Desenvolvimento.
Agir, 1967.
Psicologia do Subdesenvolvimento (prefácio de Roberto Campos).
APEC, 1972, (duas edições).
Em Berço Esplêndido — Ensaios de Psicologia Coletiva Brasileira.
José Olympio/INL, 1974.
Elogio do Burro.
Agir, 1980.
O Brasil na Idade da Razão.
Forense Univ./INL 1980.
O Evangelho Segundo Marx.
Convívio, 1982.
A Ideologia do Século XX.
Convívio, 1985.
A Utopia Brasileira.
Itatiaia, 1988.
O Dinossauro,
T.A. Queiroz, 1988.
Opção Preferencial pela Riqueza,
IL, 1991.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO

1. A Crise é Muito Séria / 11
2. Os Três Males / 17
3. O Estado Hobbesiano / 20
4. O Brasil e a Revolução Francesa / 22
5. O Salvador da Pátria / 25
6. A Origem de Nossos Males / 27
7. O Samba do Crioulo Doido / 32

II – A CONSTITUIÇÃO DOS MISERÁVEIS

8. Constituinte Patrimonialista / 38
9. Retórica e Realidade Empírica / 44
10. Sobre a Incoerência / 46
11. Um Estranho no Paraíso / 48
12. Juros Tabelados / 52

III – POR UM LEGISLATIVO DECENTE

13. Diretas e Indiretas / 55
14. Por um Legislativo Decente / 61
15. O Problema dos Coeficientes Eleitorais / 64
16. Sobre o Voto Distrital / 66
17. Por um Legislativo Decente — II / 68
18. O Escândalo Municipal / 72
19. Sobre o Parlamentarismo e o Senado / 77
20. Não Deve Haver Taxação sem Representação / 82
21. O Patrimonialismo Selvagem no Brasil e nos EUA / 84

IV – SOCIOLOGIA DO ESTADO DELINQUENTE

22. O Eterno Retorno / 88
23. O Sistema dos Despojos / 91
24. Choque Moralizante / 94
25. *Homo Ludens* — as Urnas e os Partidos / 96
26. A Grande Ficção / 100
27. O Estado é Burro / 102
28. A Nova Luta de Classes / 105
29. O Frankenstein / 110
30. A *Nomenklatura* — Empreguismo e Burocracia / 111
31. Inflação / 118
32. Lamentações de um Não-isonômico / 121
33. *Perestroika* — Brasil e URSS / 123
34. Indiana Jones e a Vocação Albanesa / 126
35. A Carapaça do Dinossauro / 129
36. Largar o Osso / 132
37. Voto e Carisma / 134
38. Sociologia da Corrupção / 135

V – ECONOMIA E PRODIGALIDADE

39. Mises e Hayek Contra Keynes / 148
40. A Escola da *Public Choice* / 150
41. Sobre Economia, Desperdício e Prodigalidade / 153
42. São Paulo e a Livre Iniciativa / 161
43. Pingentes, Penetras e Parasitas / 165
44. As Polonetas Revisitadas / 168

VI – SOBRE A SÍNDROME DA DEFICIÊNCIA IMUNOLÓGICA ADQUIRIDA À IDEOLOGIA

45. "Subdesenvolvimento é Fogo!" / 170
46. Democratismo e Liberalismo / 172
47. Patriotismo e Nacionalismo / 175
48. O Problema do Nacional-socialismo / 177
49. Esquerda e Direita / 180
50. Esforço Concentrado / 182
51. Os Intelectuários e o Poder / 183
52. A Fala do Faraó / 186
53. País Real e País Legal / 189
54. Falta de Lucidez / 191
55. A Emergência da Modernidade / 193

56. Tempos Modernos / 195
57. O Mito do Desenvolvimento / 197
58. Mentiras, Hipocrisias e Alucinações / 199
59. Rosa Luxemburgo, a Nova Gurua / 201
60. O Caminho de Damasco / 205
61. Anacronismos / 207
62. Os Trogloditas / 209
63. Os Botocudos da Amazônia / 211
64. Educação e Classe Dominante / 213

VII – CONCLUSÕES DE FILOSOFIA POLÍTICA

65. Liberalismo e Justiça Social / 216
66. Cem Anos de Desordem / 219
67. Entre Anarquia e o Leviatã / 222
68. *Glasnost — Omertá* e Transparência do Poder / 224
69. Da Prisão à Liberdade / 227
70. Sair do Socialismo. Privatizar / 230
71. Desobediência Civil / 234
72. Democracia e Menos Governo / 237

ÍNDICE REMISSIVO / 243

BIBLIOGRAFIA / 251

I.
INTRODUÇÃO

1. A CRISE É MUITO SÉRIA*

A situação é muito difícil. Há muito tempo que ela é grave. Foi muito difícil em 1821/22 quando, havendo o Rei D. João VI retornado a Portugal e, no Brasil, deixado seu filho Dom Pedro, como regente, as cortes de Lisboa tentaram reintroduzir no país o estatuto colonial. Foi uma crise árdua. A nação teve de sobrepujá-la. Imaginem o risco que corremos: voltarmos a ser politicamente dependentes da metrópole, sermos vítimas das veleidades absolutistas das potências européias, congregadas na Santa Aliança, ou cairmos no caos e na anarquia como nossos vizinhos hispânicos. Uma crise grave...

Dois anos depois da Independência, já a situação se tornou muito séria — Dom Pedro, de liberal passou a autoritário, dissolveu a Assembléia e exilou José Bonifácio e seus irmãos. Agravou-se, paulatinamente, pela impossibilidade de acordo entre o Imperador e o Parlamento, tornando seriíssima a crise institucional. Dom Pedro abandonou, finalmente, a coroa e retirou-se para Portugal. O país esteve à beira do abismo no período entre 1831 e 1840, o que quer dizer, durante a Regência. Os regentes eram eleitos e essa primeira experiência, pseudo-republicana, foi indicativa do que iria ocorrer depois de 1889. O Ato Adicional de 1834 não melhorou as coisas. Rebeliões e movimentos separatistas registravam-se em várias partes, a República era proclamada em Pernambuco e pelos Farrapos do Rio Grande do Sul, correndo o Império risco de se esfacelar como já ocorria

---

(*) *JT* em 28.12.82

com os Vice-reinados espanhóis à nossa volta. Nunca atravessou o Brasil uma crise tão aguda, ainda mais agravada pelo insucesso das armas patrícias na região do Prata, onde perdíamos o Uruguai. Dessa dolorosa e inédita situação, o país só foi salvo pelo talento político e militar do Duque de Caxias e pela declaração da maioridade do príncipe herdeiro, D. Pedro II.

Não obstante a tranquilidade e a estabilidade que o país desfrutou durante os 50 anos do Segundo Império, a situação ficou muito séria em 1852, por força dos acontecimentos no Uruguai. Cabia responder ao desafio do caudilho argentino Rosas. Uma crise irritante, de origem externa, afetou a paz da nação em 1864, desencadeando uma guerra terrível de quase seis anos, contra o Paraguai de Solano Lopes. Morreram 50 mil soldados, dos nossos.

Mas a maior crise que o Brasil atravessou ocorreu a partir de 1888 e até 1894. A Abolição arruinou a economia patriarcal e abalou os alicerces do regime e da ordem social. Acrescentaram-se uma crise militar e uma crise religiosa. Foram muito graves as relações entre a Igreja e o Estado. A República foi proclamada quando o Marechal Deodoro da Fonseca, diante das tropas sublevadas e formadas no Campo de Sant'Ana, deu o grito de "Viva Sua Majestade o Imperador!". Antecipando o que ocorreria nos cem anos seguintes, a desordem e o caos reinaram depois da demissão do marechal-presidente, substituído por outro marechal-presidente. A revolta da esquadra provocou a ameaça de intervenção das potências estrangeiras, cujas esquadras se congregavam na baía de Guanabara. A guerra civil no Sul, acompanhada de fuzilamentos, degolas e outras violências, coincidia com a guerra do Fim do Mundo, retratada por Euclides da Cunha e Vargas Llosa, que ensanguentava os sertões da Bahia. A inflação e a crise econômica atingiam o máximo, graças às sábias medidas adotadas pelo gênio de Ruy Barbosa. E, logo em seguida, um farmacêutico homeopático, Joaquim Murtinho, procurou corrigir a inflação, queimando papel-moeda e sendo acoimado de louco. Foi realmente muito séria a situação e o Brasil quase caiu no abismo, à beira do qual amiúde se encontra.

Durante a Velha República houve uma crise seriíssima, a ponto de o governo de Rodrigues Alves ser quase derrubado porque o ministro da Saúde, Oswaldo Cruz, pretendia — vejam só! — tornar a vacina obrigatória e limpar as águas poluídas pelos mosquitos da febre amarela. Um absurdo! E o que dizer da gravidade da situação quando os marinheiros de um encouraçado se revoltaram? O estado do Brasil era tão deprimente, tão grave mesmo, que Eduardo Prado afirmou estar a experiência brasileira atingindo seu fim. Terra de mestiços em clima tropical,

o Brasil — diziam muitos observadores europeus — ia mesmo cair no abismo. Não era um país viável...

Na década dos 20, a situação esteve gravíssima. Inflação e crise econômica afetaram os governos Epitácio e Bernardes. O Brasil devia tanto dinheiro lá fora que se dizia ser uma "colônia de banqueiros". Crises militares, Dezoito do Forte, guerra civil em São Paulo, estado de sítio permanente... muito sério mesmo. A maior crise que o Brasil atravessou culminou com a Revolução de 1930 e prosseguiu sob o governo, dito provisório, que durou quatro anos. Houve uma outra guerra civil em São Paulo, em 1932, com os mesmos generais. A crise econômica, refletindo a Grande Depressão, era gravíssima: faziam-se fogueiras wagnerianas com o excesso de café. O tenentismo anunciava o militarismo anárquico que já ofendia nossos vizinhos e desgraçara o México. O Brasil sofreu a ameaça do comunismo internacional e, em 1935, escapou de tornar-se um apêndice do império soviético, para logo depois sofrer a ameaça dos fascistas e escapar de tornar-se um apêndice do império nazista. O regime foi subvertido, o Congresso fechado, a democracia suprimida, a ditadura do Estado Novo imposta e uma Força Expedicionária teve de ser mandada à Europa. Foi a maior crise que a nação já sofreu e muita gente se perguntava: que país é este?

O país novamente encontrou-se à beira do abismo em 1945, quando o ditador Getúlio Vargas quis "continuar" no poder e foi derrubado por um golpe militar. Um absurdo! A situação piorou quando o ditador voltou ao poder em 1950, o que coincidiu com uma situação econômica séria e a aceleração da inflação. Mas a maior crise que o Brasil sofreu aconteceu em 1954 quando, mergulhado num mar de lama, o ditador se suicidou. Houve arruaças. Em sua carta-testamento, Getúlio Vargas denunciou as perversas "forças ocultas" que dirigiam os destinos da Pátria.

A crise agravou-se com a eleição minoritária de Juscelino Kubitschek, cuja posse exigiu o golpe militar preventivo de Lott. As Forças Armadas estavam divididas. O forte de Copacabana atirou contra o "Tamandaré", sem afundá-lo. Grave também a situação econômica com a inflação acelerada. O presidente construiu uma nova Capital, um absurdo! É verdade que se tratava de um imperativo constitucional, de um anseio histórico da nacionalidade e de uma dedução lógica da estrutura geopolítica do país, mas um absurdo assim mesmo...

Mas a crise gravíssima, a mais virulenta de todas, ocorreu na presidência seguinte, quando Jânio Quadros, igualmente escarmentado por forças ocultas, renunciou extemporaneamente. Um abismo abriu-se aos pés da nação, por força do confronto entre os generais de Brasília e os generais de Porto Alegre. De 1962 a

1964, o país atravessou a maior crise de sua história, com a ameaça de subversão da ordem política e social, a inflação galopante que atingiu o ritmo de 12 por cento ao mês e a corrupção generalizada. Que país é este? — muita gente se perguntava. O Brasil encontrava-se diante de um buraco gigantesco onde não caiu porque é maior ainda do que o buraco.

A profundidade e o caráter decisivo da conjuntura vivida pelo país registraram-se em 1967/69, com atos institucionais sucessivos, a outorga de uma nova Constituição, a dissolução dos partidos, o recurso a uma junta militar, a violência inédita do terrorismo e da repressão. Mortes de lado a lado. Sequestros de diplomatas. Bombas em lugares públicos. Assassinatos. Guerrilha urbana e rural. Torturas. Incontestavelmente, o sistema democrático entrou em colapso, os direitos humanos foram violados e a nação experimentou, pela primeira vez em sua História, uma situação tão extremamente grave que teve de recorrer a um regime militar direto.

Durante o governo Geisel, a situação foi muito grave. Piorou novamente a inflação e, para assegurar a posse de Figueiredo e a Abertura, foi necessário ao presidente recorrer a uma espécie de golpe preventivo contra o General Frota, ministro do Exército.

Hoje, enfrenta o Brasil dias difíceis, a crise econômica mais séria de sua história e, com a abertura, a redemocratização e o "Brasil Novo", uma frustrante conjuntura política. Dizem que o país se tornou ingovernável. A dívida de 120 bilhões de dólares exige o recurso ao FMI e, sob o efeito da recessão mundial, o Brasil, que já é a décima ou nona potência mundial, depara-se com a perspectiva de um abismo. A situação é séria, é muito séria mesmo. Ela é gravíssima. Tanto que se diz que é "a crise mais séria". Acontece que, durante estes 170 anos, desde a Independência, já se foi acostumando: escorregando sempre à beira do abismo, foi provocando pequenos deslizamentos de terra que estão a encher o grande buraco. Mas que país é este, afinal de contas?

A responder algumas dessas questões se dedica a presente coletânea de artigos e ensaios, retirados de contribuições do autor à página 4 do *Jornal da Tarde*, de São Paulo, todas as segundas-feiras; e de algumas de *O Globo*, do Rio de Janeiro; e de *A Tarde*, de Salvador, assim como de uma conferência no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, publicada na *Carta mensal* da aludida instituição. O tema geral é a nossa perene procura de uma forma de governo decente, e de uma política séria e eficiente.

Em dezembro de 1991, publicou *The Economist* uma reportagem sobre o Brasil em que explica a crise que nos afeta como uma espécie de bebedeira coletiva. A prestigiosa revista inglesa tem sido, em geral, muito simpática a nosso país. Desta vez, ela nos contempla sob um prisma negativo, embora acerte no diagnóstico, diante dos sinais loucamente contraditórios que procedem destas terras de Pindorama.

Além do porre, talvez outras imagens convenham ao que se passa. Um labirinto, por exemplo, em que os vários atores na sociedade se confundem de um lado para o outro, sem encontrar a saída porque desprovidos de um fio de Ariadne. Ou um cão que corre atrás de sua própria cauda. Ou uma cobra que engole seu rabo. Outras metáforas seriam válidas. Poderia o pileque, contudo, receber uma única definição: democratismo. O democratismo é a forma ideológica corrupta da crença nos méritos da democracia, mas com esta não se confunde. Se, por democracia, entendemos o "governo do povo", então a culpa do que se passa não cabe exclusivamente ao governo, nem especificamente ao Presidente da República, ou ao Congresso, ou aos governadores, mas ao próprio povo que escolheu esses 50 mil presidentes, governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores que considera corruptos e incompetentes. Numa democracia representativa como a nossa, a falha residiria na falta de representatividade do governo em seus três poderes e em seus três níveis — federal, estadual e municipal. No democratismo, a ordem liberal se converte em desordem e no que chamam os sociólogos de *anomia*. Por mais leis que existam, elas são desobedecidas e só servem para aumentar a confusão, a impunidade e a corrupção.

Vejam o que se passa, por exemplo, no Judiciário. Num Estado de Direito, a Justiça é essencial em seu austero e silencioso poder. Agora, porém, qualquer meritíssimo subalterno e qualquer procurador-geral se dedica a contestar decretos, conceder liminares e interpretar a seu bel prazer normas constitucionais que nem foram regulamentadas, assim aumentando a perplexidade geral.

O que aparenta ser uma verdadeira explosão de sem-vergonhice se pode, amiúde, explicar pelas próprias condições embaralhadas que o democratismo constitucional aberrante gerou. Se os parlamentares aumentam escandalosamente sua remuneração e suas mordomias é preciso compreender que precisam encher os cofres para a próxima eleição. Sem poder econômico, eleito ninguém é. O mal poderia ser parcialmente corrigido

pelo voto distrital. Mas são então os partidos mais populistas que se opõem à medida saneadora da representatividade. A correção das discrepâncias abusivas dos coeficientes eleitorais não consegue, por sua vez, ser levada a cabo, eis que a própria maioria do Congresso é favorecida pela aberração: quem imagina que senadores e deputados de Roraima, Tocantins, Acre ou Amapá concordem com uma reestruturação eleitoral que lhes privaria da mamata?

A Imprensa se encarrega, às vezes, de piorar as coisas. Repórteres ignorantes, que não sabem distinguir um milhão de um bilhão de dólares, vão descobrir irregularidades administrativas em administradores que, coitados, estão enredados nos labirintos dos regulamentos e das consequências da inflação. Como o governo demora dois, três meses para pagar suas contas aos fornecedores, são estes forçados a aumentar suas propostas nas licitações... quando são estas efetivadas. O mal, nisso tudo, é o próprio gigantismo estatal. O governo fala em privatização mas aparece então a Vale do Rio Doce que, lhe sobrando alumínio, pensa em fabricar panelas. No fundo, nem um gênio tão honesto, paciente e dedicado quanto São Francisco seria capaz de dar, sem receber, nas circunstâncias da ingovernabilidade do democratismo brasileiro.

O povo — que, numa democracia, governa, — não mais desejou o autoritarismo, aquele que, na presidência Médici, lhe granjeou um crescimento do PIB da ordem de 10 ou 14 por cento, preferiu a Abertura, aplaudiu as "Diretas Já" e elegeu o PMDB como partido majoritário, depois da farsa do Plano Cruzado. O povo, repito, escolheu os seus 50 mil representantes que constituem a cúpula dos oito ou nove milhões de funcionários que guarnecem os quadros do Estado e consomem, com seus salários, pelo menos 11 por cento do PIB, ou seja, de 35 a 40 bilhões de dólares, fora as mordomias, privilégios, aposentadorias e fraudes. O povo, em suma, ao ser fornicado pelo Estado, gerou o Frankenstein que o administra. Não tem, portanto, por que se queixar. Só ele próprio, por uma lenta aprendizagem, ao se convencer da inanidade do atual sistema estatizante, nacionalista, paternalista e clientelista, poderá tentar controlar o monstro assim concebido.

Não ponham, assim, a culpa em cima do nosso Indiana Jones: mesmo com aquilo roxo, o rapaz é impotente, se não receber apoio. Infelizmente, com raras exceções, cercou-se de auxiliares medíocres, ou contaminados de ideologias retrógradas, ou escandalosamente apaixonados por calhordas, ou saudosistas do marxismo que cultuaram na adolescência. Sinais alvissareiros de uma *metanóia* popular já aparecem, entretanto. Os inquéritos de opinião sustentam uma maioria em favor das privatizações. O repúdio geral à politicagem denuncia um desejo

de redução do poder do Estado. O próprio PMDB já se digna receber o Diretor-geral do FMI para conversar. Um paredro do PSDB fala em choque capitalista. Um governador do PDT age como um novo Ménem, queimando aquilo que outrora adorava e adorando aquilo que queimava. O PT já repudia seus comunistas albaneses e seus terroristas xiitas. Os sindicalistas do ABC já percebem que é da Autolatina que depende seu ganha-pão. E mesmo alguns marxistas da *burritzia*, engastados nas cátedras universitárias e nas Secretarias de Cultura, já perceberam, à vista dos acontecimentos da Europa Oriental, que o seu "sonho" acabou. Enfim, talvez o porre coletivo esteja chegando ao fim.

2. OS TRÊS MALES*

Parafraseando uma célebre referência de Tocqueville sobre os jacobinos franceses do tempo da Revolução, poderíamos afirmar que há no Brasil muitos homens honestos, muitos homens inteligentes e muitos marxistas. O que não é possível, entretanto, é encontrar essas três qualidades em conjunção numa mesma pessoa. Os marxistas inteligentes são patifes, os marxistas honestos são burros e os inteligentes honestos nunca são marxistas. Um corolário desse princípio é que sofre o país, no momento, de três males, tão graves que muitos se desesperam a ponto de pensar no exílio enquanto uma grande parte, à qual me associo, sente profunda irritação com os rumos da nacionalidade. Os três males são, precisamente, a patifaria, a burrice e a ideologia, de inspiração esquerdista, que se traduz em ímpetos nacional-socialistas, xenófobos, estatizantes e terceiro-mundistas. O objetivo geral é conservar a estrutura arcaica do patrimonialismo estatal burocrático. Uma série de definições já tem sido proposta para descrever a conjuntura: teríamos adotado o modelo da Albânia ou do Bangladesh (Bangalbânia); estaríamos, por inspiração dos clérigos da Teratologia da Opressão, fazendo uma opção preferencial pela pobreza; ocorreria, como sugere um amigo meu, uma "nordestinização" geral do país; o jumbo nacional estaria sendo dirigido por pilotos de teco-teco. O fato é que, como conta Roberto Campos em uma de suas crônicas, nós nos estamos todos perguntando, perplexos, como aquele engraxate da Câmara a um deputado: "Seja franco, Dotô, há algum perigo de melhorá?". É a pergunta que também faço.

(*) *JT* em 16.05.88

A consciência de que o impasse econômico, social e político em que se meteu o país é, principalmente, devido ao agigantamento e apetite pantagruélico do dinossauro burocrático cresce lentamente, conforme sinais alvissareiros que se manifestam na Imprensa, nas redes de TV, nos discursos e conversas de gente de bom senso. A luta em que se empenham os sucessivos ministros, heterodoxos e ortodoxos, da Fazenda, às vezes com medidas de uma terrível incoerência e inominável agressão ao patrimônio dos cidadãos, para conter o déficit público e recompor a credibilidade do país no Exterior, dá a entender que, pelo menos num certo setor restrito da administração, essa consciência também já despontou. Fixemos claramente a problemática do país: o desenvolvimento progressivo da Revolução Industrial, iniciado há mais de trinta anos, foi detido. O exemplo da Argentina demonstra, sobejamente, que mesmo um país riquíssimo em recursos naturais, com alto nível cultural e uma população etnicamente homogênea, pode ser politicamente arruinado. Outro caso foi o da França nos séculos XVIII e XIX: enquanto a Revolução Industrial se iniciava na Inglaterra, perdia a França sua hegemonia política, cultural e econômica com uma série de traumas históricos e permanente instabilidade constitucional. Hoje, na América Latina, só o Chile, o México e a Venezuela são estimulados pelo progresso, enquanto Peru, Uruguai e Brasil permanecem estagnados no patrimonialismo mercantilista de estilo colonial, fantasiado de "socialismo", de sindicalismo corporativista, de populismo igualitarista, de caudilhismo autoritário e democratismo desarvorado. As perspectivas aqui também são simples: a dúvida existencial que pairava desde os primórdios da República, há cem anos — Brasil, eterno país do futuro! — parecia haver sido transcendida a partir do governo J.K., com a construção de Brasília e o "milagre" do "ninguém segura este país!" da década dos 70. Os índices médios de crescimento anual do PIB atingiam 7 por cento, 10 por cento, até mesmo o pico de 14 por cento. Estávamos na euforia do *take-off*!

Ora, um grupo ainda pequeno na elite intelectual, política e empresarial se conscientizou que o prosseguimento do desenvolvimento pode ser irremediavelmente detido por fatores de livre decisão *política*. A solução é o liberalismo. Mas corremos o risco de um impasse fatal. A ideologia nacional-socialista, o que quer dizer a *doxa* esdrúxula (heterodoxa) que é capaz de unir, num consenso aberrante, militares de linha dura, empresários parasitas de reservas de mercado, fazendeiros nordestinos e políticos fisiológicos, representa uma verdadeira enfermidade coletiva de prognóstico imprevisível. A gravidade é que o processo de nacional-socialização do país, iniciado sob Getúlio Vargas e intensifi-

cado nas três últimas presidências militares, com a assistência diplomática do Itamaraty no setor externo da política, foi finalmente "legitimado" na Nova República através da ominosa aliança da *intelligentsia* botocuda com a nova classe tecnoburocrática e política. Como agora deter o monstro? Oito ou nove milhões de parasitas públicos (da União, das autarquias, dos estados e dos municípios) estão tão fortemente encastelados na própria substância da sociedade, com seus 40 milhões de dependentes, que não vejo muito bem a maneira de derrubarmos essa "estrutura". Uma "revolução social" libertadora poderá durar 20, 30, 50 anos — isso se as tendências liberais que se manifestam no mundo causarem suficiente impacto sobre o espírito mimético da opinião pública — honesta, inteligente e não-marxista — para provocar uma reação imunológica contra o mal.

Tive, outro dia, uma conversa com um jovem e brilhante coronel de estado-maior de nosso Exército que fortemente me impressionou: revelou-me a inquietação que estaria agitando a oficialidade de baixa patente (tenentes e capitães) das FFAA com os rumos do país, sensibilizados na pele pela baixa remuneração que recebem. Poderiam, eventualmente, ser mobilizados por um demagogo nacionalista. Comentando essa questão de salários, demonstrei-lhe que, como embaixador, ganho menos do que um general-de-divisão. Respondeu-me que um general ganha menos do que um vereador. Vejam bem: os oficiais-generais são algumas centenas mas há quase cinco mil municípios neste país com centenas de milhares ou milhões de prefeitos, secretários da prefeitura, vereadores, juízes, delegados e outros minimarajás, exaurindo inteiramente a renda dessa unidade administrativa básica da nação. Não por acaso é Minas Gerais o estado mais atrasado do Sudeste e o que mais municípios possui (722 contra 570 para São Paulo), o que justificaria a canção: "Ó Minas Gerais, 5 anos p'ra frente e 50 p'ra trás, ó Minas Gerais..." "Que fazer?", como perguntaria Lenin.

São essas tristes circunstâncias que, às vezes, me trazem à mente as palavras terríveis de Eduardo Prado em sua *A Ilusão Americana* — um livro contraditório e amargo, mas contendo valiosas lições, que termina: "Clama alto em nosso espírito a voz da experiência fria e implacável e, pessimista, ela nos diz: a colonização ibérica da América foi um insucesso, foi uma desgraça para a civilização do nosso planeta. Não chegam a ser nações os agrupamentos em que gânglios de populações mestiças, oriundas de todas as inferioridades humanas, querem por força fingir de povos"...

3. O ESTADO HOBBESIANO*

Thomas Hobbes (†1679) é um autor cuja reputação e interpretação têm imensamente variado, mas parece, recentemente, emergir como um dos mais relevantes pensadores políticos da democracia ocidental. O paradoxo de Hobbes é o seguinte: considerado, outrora, como o mais ilustre promotor do absolutismo monárquico e desprezado, consequentemente, como inimigo da democracia liberal, está agora sendo redescoberto como defensor do conceito de *Estado-mínimo* e principal criador da teoria do Contrato Social sobre a qual se sustenta, doutrinariamente, o Estado legal e constitucional moderno. Hobbes postulou a idéia dos Direitos do Homem. É um curioso destino para um filósofo complexo, profundo, tremendo e, sob muitos aspectos, rebarbativo. O certo é que as raízes da democracia política, hoje triunfante no Ocidente e servindo de paradigma de aplicação universal, mesmo no mundo subdesenvolvido, estão enterradas no solo fértil do século XVII, com as duas Revoluções inglesas — a de Cromwell e a "Gloriosa" de 1688/89. Hobbes e Locke personificam, ideologicamente, esses dois movimentos decisivos. E caberia muito mais reverentemente celebrar o tricentenário da Revolução que derrubou a dinastia Stuart, do que o polêmico bicentenário da Revolução Francesa de 1789. Hobbes e Locke são os grandes idealizadores da democracia moderna: Montesquieu e os Pais da Pátria americanos apenas refinam e aperfeiçoam os princípios daquela, enquanto a Jean-Jacques Rousseau, o herói intelectual da Revolução Francesa, deve apenas ser atribuída a descarga emocional de 1789/94 que provocou, antecipando o democratismo romântico antinômico e o igualitarismo totalitário do século XX. Devemos, verdadeiramente, olhar para Hobbes e para Locke — autores tão pouco conhecidos em nossa terra — se desejarmos entender corretamente a natureza do regime político sob o qual aspiramos viver.

Não se tem meditado suficientemente sobre o título que escolheu Hobbes para sua obra principal, *The Leviathan*. O termo estranho é, no entanto, significativo: revela a forma peculiar, racionalista, mas antitética, do pensamento do filósofo inglês que parte do conceito do medo da morte como motivação primária da psique humana. O caráter essencialmente negativo que Hobbes concede ao poder e ao Estado não apenas se coaduna com o que há de mais profundo na intuição cristã quanto à essência demoníaca da política (sobretudo em Santo Agostinho), mas estabelece, em bases sólidas e permanentes, a idéia revolu-

---

(*) *JT* em 03.04.89

cionária de que a legitimidade de qualquer governo reside em sua capacidade de fazer respeitar os direitos inalienáveis dos cidadãos à vida, à liberdade e à propriedade. Em outras palavras, na soberania do povo assenta Hobbes a instituição do Estado. O propósito fundamental do Estado é preservar cada pessoa, individualmente, da luta de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*). A frequência de artigos sobre Hobbes nas revistas especializadas ou de divulgação da Europa e América do Norte confirmam a nova apreciação. Com ela me alinho na obra *O Dinossauro*. Mas, se para o filósofo conservador teuto-americano Leo Strauss, Hobbes ainda podia destacar-se, na genealogia das idéias, como a alma danada dos modernos regimes opressores, é sintomático que um dos principais intérpretes positivos de sua obra seja agora Michael Oakshott, considerado um dos gurus da Sra. Thatcher.

O reconhecimento neoliberal da obra de Hobbes parte de seu individualismo — quiçá mesmo da ênfase que ele coloca no egoísmo, esse egoísmo (o *amor sui* agostiniano) cujo mecanismo racional no mercado, numa sociedade livre e bem organizada, funciona para o bem-comum, conforme a famosa sugestão de Adam Smith quanto ao papel da "mão invisível". É evidente que o individualismo de Hobbes, associado a seu temperamento solitário, misantrópico e amargo, se revela incompatível com qualquer concepção socialista ou construtivista da existência em sociedade. O paradoxo é que, nesse sentido, mais próximo está o inglês do niilismo e libertarianismo de pensadores modernos, como Nietzsche ou Ayn Rand, do que da concepção clássica, aristotélica, de um homem naturalmente social ou "animal político" (*zoon politikon*). John Gray, professor em Oxford e autor da obra *Liberalism*, assinala que "o paradoxo do Estado hobbesiano é que, enquanto ilimitada é sua autoridade, mínimo é seu dever — o dever de manter a paz civil. A paz civil comporta mais do que a ausência de guerra, ela configura a estrutura de instituições civis que ajudam os homens a coexistir pacificamente uns com os outros". Assim, se é um Contrato Social livre e racionalmente concluído entre homens egoístas para a preservação da sua segurança e conforto o que estabelece o Estado, não pode ser considerado uma entidade mística que transcenda seus membros fundadores. O poder do Estado é legalmente absoluto, certo. Mas sua função é limitada à manutenção da ordem pública. Ao Estado mínimo de Hobbes não é atribuída qualquer espécie de função redistributivista de recursos, eis que não possui patrimônio algum. "Assim como ocorre no Estado liberal clássico", acentua Gray, "a tarefa do Estado hobbesiano é a definição dos direitos de propriedade e a instituição de um governo das leis para sua adjudicação. Uma vez cumprida essa tarefa, nada mais lhe compete fazer". Os teóricos americanos da escola da *Public*

Choice, como James Buchanan (Prêmio Nobel) e Gordon Tullock, podem ser considerados neo-hobbesianos.

Talvez o ponto nevrálgico do debate seja o seguinte: a procura coletiva da segurança (o direito à vida), a que se referia Hobbes como justificativa primária do Contrato Social leviatânico, não abrangia a esfera do econômico. Na perspectiva de Hobbes, o Estado ideal existe apenas para manter a ordem civil, para assegurar a defesa nacional e para proporcionar a tranquilidade do bem público. No Estado socialista moderno, ao contrário, ele também age para satisfazer as preferências privadas de grupos competitivos de interesses, que se digladiam na procura concorrente dos recursos disponíveis. A transformação do Estado em provedor de bens tem provocado o crescimento ominoso do poder burocrático e policialesco sobre todos os aspectos da existência privada. Gray oferece a Argentina peronista e a Grã-Bretanha trabalhista como lúgubres exemplos de nações que foram desgraçadas por essa tendência. O "caminho da servidão" denunciado por Hayek é também aquele que estamos obstinada e cegamente trilhando, por força da possessão da mente coletiva pelo íncubo ideológico do nacional-socialismo. Os políticos oclocráticos e patrimonialistas brasileiros ("o império odioso das turbas" a que se referia João Ribeiro) procuram, num ambiente que seria próprio do mercado, maximizar esses lucros (monetários e políticos, intercambiavelmente). Eles operam em defesa de interesses clientelistas. São coalizões de grupos, sem qualquer consideração ao bem-comum. A criminalidade generalizada nas cidades, a corrupção da justiça, o descalabro do ensino do 1º grau, o esburacamento das estradas, o atraso dos transportes urbanos, o colapso das comunicações telefônicas, a anunciada crise da energia elétrica, até mesmo a incapacidade de proceder a um recenseamento demográfico decente e, acima de tudo, a própria inflação provocada pelo déficit público, revelam a monstruosa falência do Estado brasileiro em seu dever fundamental de garantir a ordem e a paz coletivas, proporcionando o respeito aos direitos e confortos básicos que a si mesmo atribuiu. Estamos, obviamente, sofrendo as consequências perversas da omissão de um Estado anti-hobbesiano.

4. O BRASIL E A REVOLUÇÃO FRANCESA*

Contrariando a opinião de Clemenceau, segundo o qual a Revolução Francesa tem que ser considerada *en bloc*, acredito

(*) *JT* em 31.07.89

que 200 anos de debates permitem discriminar entre o que é válido e o que não é, no formidável acontecimento histórico.

Não me vou demorar em considerações sobre a Revolução, tema com que fomos inundados no segundo centenário. Quero apenas registrar a sua influência sobre o Brasil. Refiro-me especialmente ao excelente livro de João de Scantimburgo, publicado e sofrendo imediatamente do fenômeno normal de "patrulhamento" pela esquerda jacobina. Scantimburgo não é, porém, o único a apontar para os aspectos perversos da Revolução Francesa: muitos autores franceses têm insistido, em seus escritos recentes, que ela não mais representa o acontecimento axial da história da humanidade, como era outrora considerada. Entre as principais obras que saíram sobre a Revolução de 1789 figuram as de historiadores como François Furet e Pierre Chaunu, fortemente críticos do episódio. A Revolução só encontra agora defensores entusiásticos entre membros da esquerda marxista e do romantismo populista, os quais não se dão conta, provavelmente, de estarem celebrando o triunfo da "burguesia capitalista", o que não deixa de ser divertido. É verdade que o próprio Marx admirava a Revolução, a Revolução *qua* Revolução, porque prefigurava a subversão cataclísmica por ele vaticinada. Os autores comunistas atuais justificam sua postura associando o papel dos jacobinos de 1793 ao dos bolchevistas de 1917 — uma semelhança no uso da violência, do terror, da propaganda e da ditadura, desprezando portanto o aspecto econômico, relativo à vitória da burguesia na luta de classes. Se os socialistas franceses também mais se entusiasmaram pelo segundo centenário do que a chamada "direita", Mitterrand e seus comparsas procuraram abrandar as desavenças e acentuar apenas aquilo que, na Revolução, representa um marco histórico unificador para todos os franceses.

A título de curiosidade, notei que, na brilhante recepção oferecida pelo embaixador da França em Brasília, a 14 de julho daquele ano, o objeto decorativo central era um imenso bolo de chocolate sob a forma da Torre Eiffel: uma guilhotina teria sido mais simbólica. A Torre Eiffel é de 1889 e não de 1789, e celebra uma outra revolução, a industrial capitalista.

Na perspectiva mais objetiva e menos apaixonada daqueles que analisam, agora, a Revolução Francesa e seguindo no caminho traçado, pela primeira vez, por Alexis de Tocqueville, que escreveu 50 anos depois dos eventos — não é o aspecto catastrófico e destruidor que mais interessa, mas aquilo em que os jacobinos do Grande Terror inovaram: o fortalecimento do Estado nacional centralizador e mobilizador de massas para a guerra e a tirania. Cabe salientar, antes de mais nada, que, contrarian-

do a reclame que de si mesmos fazem os "revolucionários", não é a 1789 que deve a humanidade a introdução do respeito universal pelos direitos do homem. A Sra. Thatcher, mulher admirável que não apenas pensa corretamente, mas diz o que pensa, resumiu em poucas palavras a verdade, já notada por Edmund Burke: os direitos do homem e a dignidade dos filhos de Deus foram proclamados, pela primeira vez, na ética judeu-cristã. A filosofia perene do Ocidente insistentemente sustenta, há mais de 2.000 anos, a idéia da dignidade, do direito à vida e à liberdade, e do valor transcendente da pessoa humana, individual. Foram essas as idéias que só as revoluções inglesas realizaram.

Ao criticar com furor os excessos dos jacobinos, Burke, um conservador que pertencia ao Partido Liberal (*whig*), chamava a atenção, precisamente, para as grotescas violações desses princípios a que assistia do outro lado da Mancha. Historicamente, é a Magna Carta dos barões ingleses, revoltados contra seu Rei e reunidos no campo de Runnymede, em 1215, o primeiro documento legal sobre direitos humanos. A "Revolução Gloriosa" de 1688 na Inglaterra, um movimento sem derramamento de sangue que consolidou os princípios liberais de Locke, antecede a Assembléia Nacional francesa em cem anos. E, do mesmo modo, a Constituição americana de 1787 precede a solene declaração francesa. O que é específico de 1789 é a difusão convulsiva das idéias liberais e igualitárias, na base do slogan *Liberté, Egalité, Fraternité*, por força de um poderoso impacto emocional, de natureza romântica, que subverte toda a Europa e provoca ondas de choque, sentidas até hoje. Hegel qualificava de "astúcia da História" as inesperadas consequências de violentos movimentos históricos que, a princípio, parecem irracionais. As idéias da Revolução Francesa se difundiram graças ao imperialismo napoleônico que, durante 15 anos, espalhou a morte, a destruição e a miséria por toda a Europa. Se apenas 200 mil pessoas teriam perecido na guilhotina, nos massacres do Terror e no genocídio da Vendéia, um milhão de soldados foram posteriormente sacrificados nas guerras da República e de Napoleão, as quais terminaram sem nenhum proveito e reduziram a França de potência hegemônica a potência de segunda categoria. Nisso como em tantos outros temas, sempre lúcido, apontou Tocqueville, corretamente, para a continuidade do crescimento do Estado francês do Antigo Regime até o período pós-revolucionário. Entre 1789 e 1815, surgem, na verdade, dois movimentos e duas ideologias destinadas a terem as mais tenebrosas consequências sobre nosso próprio século: o nacionalismo e o socialismo. Foi aí que a França inovou. E é nesse sentido que só agora, no final de nossa centúria, estamos eliminando as toxinas do

socialismo e transcendendo a herança nefasta do democratismo populista.

No Brasil e na América Latina, como notam Luís Aguilar (na revista *The World and I*, julho de 1989) e João de Scantimburgo, o que absorvemos da Revolução Francesa foi seu aspecto mais negativo. Se nossos países, prematura e, muitas vezes, inutilmente, se tornaram independentes (o Canadá, que nunca rompeu seus laços com a mãe-pátria, é um país bem mais importante, mais estável e mais rico do que qualquer nação latino-americana), passaram desde então a viver sob o duplo e contraditório modelo do jacobinismo e do bonapartismo. Com raras exceções, são a demagogia anárquica jacobina (de "esquerda") e o despotismo militar (de "direita") o parâmetro ambivalente que orienta nossa vida política. Ao invés de "institucionalizarmos a liberdade", como segundo Hannah Arendt fizeram os norte-americanos, e de estudarmos Hobbes, Locke, Adam Smith, Burke e os "pais da Pátria" de 1776, que conciliaram a ordem e a liberdade numa estrutura legal, preferimos nos embevecer com o modelo romântico de Rousseau, Robespierre, Saint-Just, Babeuf e Bonaparte: esse modelo, contraditório e incoerente, divaga numa permanente tensão instável entre o democratismo dos agitadores e o despotismo dos caudilhos fardados. A nação, como uma biruta, vai ora para a direita, ora para a esquerda. Scantimburgo acentua assim, para nossa edificação, os efeitos desmoralizantes da Revolução Francesa sobre a história republicana do Brasil. Ele cita, apropriadamente, as palavras conclusivas de François Furet: "(...) malgrado os esforços de Benjamin Constant, de Madame de Staël e de Guizot, a distância que separa a tradição liberal inglesa da herança de 1789 não pode ser preenchida; e da contradição entre as duas histórias, da qual Burke fez seu livro, os elementos não puderam nunca ser, depois, compatibilizados com a experiência de povo algum". Na verdade, uma das grandes tragédias de nossa história é que sofremos do maremoto de 1789, mas nunca sentimos as frescas aragens do liberalismo conservador inglês.

5. O SALVADOR DA PÁTRIA*

Convencido sempre estive de que um dos principais problemas de nossa organização política — no Brasil, como aliás nos outros países latinos — é o do aparecimento do tipo de liderança personalista para a qual Weber cunhou o famoso adjetivo "caris-

---

(*) *JT* em 11.09.89

mático". Descobre-se certamente, em nosso meio, uma poderosa tendência a exaltar personalidades excepcionais, dotadas de poder, de *manah*, como dizem alguns antropólogos, de *gana* como lembrava Keyserling, ou de *carisma* como Weber definitivamente estabeleceu. São personalidades que surgem subitamente do nada para comandar a nação nos momentos de crise. É nesse contexto que julgo primárias, irrelevantes ou, pelo menos, secundárias, na apreciação de nossa existência política, as dicotomias vulgares Esquerda x Direita, Democracia x Ditadura, ou Civilismo x Militarismo. A dialética nunca é dualística. Ela é dinâmica e trifásica. No período do Império não apareceram quaisquer líderes dessa natureza. O jacobinismo esquerdista e o bonapartismo direitista já exerciam, contudo, sua influência subliminar. O sebastianismo entranhado de nossa herança lusa brotou em figuras místicas e estranhos profetas, de impacto meramente regional. O motivo é simples e pode também ser explicado à luz dos ensinamentos de Weber: a figura do Imperador representava a "rotinização" do carisma, com sua integração no tipo de autoridade, dita "tradicional", que se transmite automaticamente pela hereditariedade, prescindindo, portanto, de qualquer intervenção especial do Espírito Santo.

O carisma da monarquia adere à família do monarca, à dinastia, ao próprio símbolo da coroa e do trono. É possível descobrir reis carismáticos na história da Europa e da Ásia. A qualidade sobrenatural da pessoa, porém, sempre está associada à legitimidade da herança majestática. Creio ser essa a razão por que o Brasil, ao contrário de seus vizinhos no continente, não conheceu nenhum demagogo, nenhum herói napoleônico, nenhum tirano ou aventureiro (daqueles que D. João VI tanto temia) entre 1822 e 1889. Fomos uma exceção: não geramos caudilhos. A excepcionalidade causou espanto. Mas a situação mudou tão pronto foi a República proclamada. Antônio Conselheiro teria sido um mero e bronco profeta sertanejo e o "maior crime da nacionalidade" não teria sido cometido (no dizer de Euclides de Cunha) se a ideologia republicana não houvesse contaminado o episódio de Canudos. Poderia Floriano Peixoto facilmente se haver transformado em caudilho militar e certamente criou uma forte tradição no positivismo introduzido no Exército pela República. A nível estadual e na área fronteiriça do Rio Grande do Sul, as figuras ominosas de Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Borges de Medeiros, Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola tenderam a combinar o conceito de "ditadura republicana" com esse personalismo carismático que, a partir da década de 30, se impregnou da ideologia, então moderna, do "nacional socialismo" de índole totalitária. Getúlio

foi o maior caudilho gaúcho. Foi ao mesmo tempo o último dos grandes coronéis provincianos, foi um "duce" corporativista segundo o modelo europeu e foi o primeiro de nossos grandes líderes populistas, no momento em que o voto popular passou a valer alguma coisa. O período de distúrbio em que ingressamos, com a revolução industrial em acelerado desenvolvimento, permitiu que a herança carismática de Getúlio passasse para seus medíocres sucessores e imitadores.

O ponto relevante de minha tese — assim o espero! — é que, mesmo numa sociedade já tão complexa, diversificada e plural como a nossa, podem aparecer, sob os mais diversos aspectos, avatares do Salvador da Pátria, do Pai dos Pobres e do Cavaleiro da Esperança. Um povo afetivo, de temperamento emotivo, socialmente mal-estruturado e institucionalmente ainda primário, é suscetível de, em momentos de grande tensão, ser seduzido através da cristalização dos anseios populares em torno de um único homem, um catalisador considerado "providencial". Uma personalidade dessa natureza torna-se um denominador comum numa situação caótica, com o rompimento das instâncias intermediárias. O perigo existe, sem dúvida. É o sebastianismo, como escrevia Euclides em sua linguagem gongórica, "a caquexia nacional que procura como salvação única a fórmula superior das esperanças messiânicas". Tratei do assunto num capítulo de meu livro *Utopia Brasileira*, assim como em *A Ideologia do Século XX*.

A situação parece-me hoje, em certo sentido, mais simples: assistimos a um enfrentamento essencial entre os que querem mais Estado e os que desejam o esfacelamento da *Nomenklatura* numa economia de mercado liberal. O Governo deveria ser, portanto, mais específico, para afastar nossos temores: que a luta contra o dinossauro não seja um simples pretexto, mas a própria substância da política neste período presidencial. Salvar a pátria, hoje, consiste simplesmente em assestar uma boa marretada na cabeça do patrimonialismo selvagem.

6. A ORIGEM DE NOSSOS MALES*

Fui convidado pelo excelente Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, no dia 1º de maio, Dia do Trabalho em que ninguém trabalha, para a solenidade de inauguração do busto de Lindolfo Collor e entrega da Comenda do Mérito Judiciário ao

---

(*) *JT* em 13.05.91

Senhor Presidente da República. O Ministro Guimarães Falcão é um homem extremamente simpático. É muito bem educado, recebeu seus inúmeros convidados à porta do Tribunal, devidamente paramentado e condecorado, e a todos cumprimentou. Mas havia uma multidão. No Brasil, o poder atrai as pessoas como o mel atrai as abelhas e o lixo as baratas, e todo o mundo se atropelou na ânsia de aproximação ao Sol do poder estatal, aureolado, o que quer dizer, do Excelentíssimo Senhor Presidente da República. O presidente é personagem carismático e importantíssimo. O carisma do poder é hipnótico. Muito fora da realidade estava aquele deputado que, outrora, sugeriu a revogação da Lei da Gravitação Universal, pois aqui, obviamente, gravitam todos os inferiores em torno dos que julgam ser seus superiores. Estes são os políticos.

Enfim, admiro muito a personalidade de Lindolfo Collor. Não obstante certos pendores positivistas e corporativistas, oriundos talvez de influências castilhistas riograndenses, Collor foi um liberal que não aceitou a ditadura personalista do Estado Novo e tampouco se rendeu, como a maioria de seus contemporâneos, ao canto de sereia do getulismo, preferindo exilar-se e, nesse exílio, repeliu a Alemanha nazista, muito embora dali hajam emigrado seus antepassados. Sou também velho amigo e admirador da Senhora Leda Collor de Mello e do Senador Arnon de Mello. Esclareço esses fatos para me desculpar de minha atitude no Tribunal: ao entrar no saguão e apesar de haver sido tratado de "Excelência", no convite do Ministro Presidente do Tribunal, uma funcionária perguntou-me, com ar autoritário, de onde era eu. De onde sou? Depois de certa hesitação, respondi que era de Brasília — que outra resposta lhe poderia haver dado? Ela cominou-me então para um lado do salão onde se amontoavam os *hoi-polloi*, os joões-ninguém, os *prolets* como os chama Orwell no *1984*. Para as autoridades importantes, porém, para os membros da Nova Classe ou *Nomenklatura*, para a "*classe dominante*" da semântica marxista ou a classe Alpha do *Admirável Mundo Novo* de Huxley, estava reservada uma outra parte do salão, maravilhosamente aquecida pela proximidade das verdadeiras excelências: os presidentes, vice-presidentes, ministros, senadores, deputados, generais, juízes, o imexível sindicalista-mór, e outras "otoridades" eminentes e suas respectivas e elegantíssimas esposas. Lembrei-me das palavras de Stendhal (em *Le Rouge et le Noir*), segundo o qual "os importantes" recebem a admiração dos tontos, o assombro das crianças, a inveja dos ricos e o desprezo dos sábios. Em honra a esses pró-homens do Patrimonialismo, garbosos Dragões da Independência prestavam continência e, com seus capacetes de papelão e suas lanças afiadas, ameaçavam a integridade física dos presentes.

Ora, eu não me considero cidadão de segunda classe. Nem me agrada usar o gambito clássico do "Você sabe com quem está falando?". Sendo assim, logo que a Maria Candelária me refugou para longe da "gente importante", retirei-me pela mesma porta por onde cinco minutos antes entrara. Com isso, perdi a oportunidade, sem dúvida exaltante, de participar dos eflúvios do Poder. Deixei de me sentir aureolado com a vizinhança de tão ilustres e vigorosos representantes do Estado dominador e soberano. Falhou-me também a ocasião de ouvir discursos, sem dúvida muito sábios e cheios de lugares-comuns; de cantar o Hino Nacional com suas estrofes cretinas; de admirar os nobres contornos da gloriosa bandeira da pátria amada, idolatrada, salve, salve; de saudar o Presidente da República, talvez com uma pancadinha nas costas; e de embevecer-me com outros exaltantes pormenores desse solene ritual cívico. Enfim, coloquei-me por fora. Ou do lado daqueles que são mais iguais do que os outros. Sou dissidente, não-conformista. Talvez seja medianamente anarquista. Me excomunguei por própria vontade. Sou cada vez menos apreciador dessas cerimônias que reforçam o culto do Estado patrimonialista, inepto, clientelista, cartorial, fisiológico, corrupto e decadente. Detesto esse que Nietzsche chamava "o mais frio dos monstros frios". O Estado não mais me merece respeito porque se ocupa daquilo que não devia e não se ocupa daquilo que devia. As estradas estão em petição de miséria. Os telefones não funcionam. A eletricidade está caríssima e também os carburantes. A segurança individual está ameaçada pela criminalidade, resultante da impunidade e da desordem. A moeda nada vale. O prestígio do país é nulo. Os impostos, escorchantes. Os hospitais públicos nem conseguem alimentar os pacientes. Óbvia é a desintegração dos serviços que esse Estado devia prestar. Enquanto isso, considero os privilégios abusivos e escandalosos de que se locupletam, com as benesses do Estado, seus representantes oficiais. Vejo com desgosto que eles cordialmente se afagam, se abraçam, se elogiam, protegendo-se e incentivando-se uns aos outros, promovendo-se mutuamente e, de um modo geral, mantendo a estrutura obsoleta de uma instituição que cabe reduzir em sua empáfia.

Digo tudo isso porque servi na Suíça e na Noruega, duas das mais perfeitas democracias do mundo. Em quatro anos vividos no primeiro desses países, nunca fui convidado para qualquer cerimônia oficial. Na Noruega tampouco, salvo para um banquete anual no palácio real. Lá, todos os cidadãos são iguais em direitos, inclusive o Rei que, quando necessário por motivo de redução no consumo de gasolina, na crise do petróleo, anda de bonde. Na Suíça, nem se sabe o nome dos governantes: aposto

contra quem for capaz de me dizer quem são, hoje, esses governantes. Tampouco existe Tribunal Superior do Trabalho. Não se inauguram bustos ou estátuas. Os ministros ou deputados não possuem privilégios. As autoridades não dispõem de automóveis oficiais, com placa branca ou mesmo placa fria. Não prometem aquilo que não podem fazer. Não roubam e ficam impunes. Enfim, estão no seu lugar e mais nada. Ora, é hoje a Suíça o país de maior renda *per capita* do mundo, embora não disponha dos recursos naturais que favorecem o nosso. Com isso quero apontar para a origem fundamental dos males que nos afligem.

Mal de muitos consolo é, diz o ditado. Pois o mal de que se trata é um mal coletivo, um mal social, um mal mais especificamente latino-americano — aquele que corrói nossas nações subdesenvolvidas nas mãos de uma burocracia inepta, de governos corruptos e cada vez mais exigentes. Vejam a admirável peça que foi escrita pelo Sr. Carlos Ball, empresário venezuelano, jornalista e autor — artigo publicado em dezembro de 1981 no *Diário de Caracas*. Qualquer semelhança com a situação que hoje asfixia nosso país, do mesmo modo como nossos vizinhos, não é uma mera casualidade, é a prova de que estamos todos igualmente contaminados pelos efeitos epidêmicos devastadores do patrimonialismo burocrático, legitimado pela ideologia do nacional-socialismo.

"Não sou funcionário nem civil nem militar", escreve Carlos Ball, "não pertenço ao magistério nacional e não tenho portanto acesso aos comissariados oficiais, mas compro meus alimentos e remédios nos supermercados. Vivo numa urbanização de classe média onde sou penalizado pelas mais altas tarifas de água e consumo de eletricidade. Meus pais pagaram até o último centavo do custo de minha educação e também pago eu a educação de meus filhos, além de pagar com meus impostos pela educação dos outros. Sou dono de meu apartamento, de modo que não posso deduzir alugueres, nem juros de meus impostos. Ainda que tenha recebido títulos universitários no exterior, ao regressar à pátria encontrei tantas dificuldades para registá-los que não pertenço a nenhum colégio profissional, e como consequência estou automaticamente afastado dos inúmeros privilégios que esses documentos conferem numa sociedade crescentemente corporativista e credencializada.

"Por apego a costumes que caíram de moda" (continua o ilustre colunista venezuelano) "não pago mordidas (gorjetas) nem comissões, pelo que encontro as maiores dificuldades para lograr meus propósitos ante qualquer repartição pública. Não

possuo carteiras, nem credenciais com carimbos, nem intimidade com pistolões que me possam receber no aeroporto, e por isso estou à mercê do inspetor alfandegário que exaustivamente inspeciona meus bens pessoais. Ainda que um número crescente de meus concidadãos se esforcem para a obtenção de passagens de 'cortesia' na linha aérea nacional, pago às outras empresas privadas as tarifas mais caras por quilômetro no mundo ocidental, de modo que a metade dos passageiros da linha aérea estatal possam viajar grátis. Claro que não possuo carro oficial, de placa com letras especiais. Tenho assim de pagar por meu automóvel quase três vezes seu custo de fábrica e um imposto de circulação altíssimo porque, segundo se decretou, possuir um carro é um luxo. Cada dois ou três meses me cortam o telefone e tenho que averiguar às carreiras o montante da fatura que não chegou pelo correio, e depois esperar pacientemente que alguém decida ligar-me novamente com o mundo exterior. E assim mesmo os telefones não funcionam quando estão ligados.

"Sou da terceira geração de comerciantes da capital. Como tal sou diariamente assinalado como especulador, deformador da cultura autóctone ao promover produtos desenvolvidos em outros países, capitalista, inimigo do povo, profeta do desastre e promotor da desconfiança no governo. Muitos desses insultos e atropelos provêm de funcionários de um ministério que foi criado para fomentar a indústria e o comércio. Só falta que me obriguem a coser a letra "C", amarela, na lapela de meu paletó. Como não trabalho nos bancos do Estado, sou obrigado a pagar os empréstimos que recebo. Como meu negócio se encontra numa avenida de grande trânsito, caem-me em cima com frequência crescente os inspetores fiscais da Fazenda, da Receita interna, do Seguro Social e, ultimamente, da Controladoria. Um vereador que elejo na minha euforia democrática passada, me quadruplicou o registo profissional. Os congressistas que representam meu distrito são uns robôs que levantam a mão, aprovam, rechaçam, se excitam, gritam, brigam, dormem ou rompem o quorum segundo as instruções de seu partido, sem sentir a mínima obrigação em relação à minha pessoa. Tive a má sorte de haver sido ensinado, em criança, a falar espanhol e dizer 'por favor' e 'obrigado' e a olhar para os olhos das pessoas a quem me dirijo. Tais maus hábitos produzem o mais absoluto desprezo de parte de qualquer funcionário público de menos de 50 anos, desde o porteiro até o bem trajado e impertinente 'sub-diretor geral'. E se por acaso acontece que apareça o chefe, o qual normalmente está em conferência com o ministro, ou foi chamado com urgência ao palácio, então se presencia uma verdadeira e milagrosa transformação: o despotismo se converte em servilismo. E me sinto estrangeiro em meu próprio país.

"Contribuo para o Seguro Social desde os 19 anos sem nunca haver recebido benefício algum de tão augusta instituição. Dirijo depois das seis horas por ruas escuras, assustado não só pelos riscos de assalto mas porque receio atropelar algum infeliz que, desesperado pelas filas intermináveis à espera de ônibus, se lance por ventura sobre a avenida. Sou mais pobre do que no ano passado, mas entretanto não cheguei ainda à categoria dos favorecidos pelo presidente, o mesmo por quem votei num momento de ofuscação irracional e que se encontra tão preocupado com o bem-estar do Terceiro-Mundo que tempo suficiente não encontra para resolver os problemas deste aqui. Devido a suas viagens constantes, se diz que lhe vão pagar os honorários em *travelers checks*, mas o humor nativo não impede a triste conclusão a que chego, de haver sido convertido em cidadão de segunda categoria".

O esplêndido suelto do empresário-escritor venezuelano ilustra as palavras de Ludwig von Mises, o grande economista liberal austríaco (†1973) que, num ensaio sobre a burocracia, acentua o seguinte: "certo é que os burocratas já não são servidores públicos dos cidadãos, porém patrões e tiranos, irresponsáveis e arbitrários. Mas isso não é culpa da burocracia. É o resultado do novo sistema de governo que restringe a liberdade das pessoas para dirigir seus próprios interesses e que, ao governo, atribui cada vez um maior número de funções. O culpado não é o burocrata mas o sistema político".

7. O SAMBA DO CRIOULO DOIDO*

Um ministro do Planejamento do governo Sarney muito bem planejou as finanças familiares: nomeou a mulher, seis sobrinhos, o filho, o neto, o cunhado e um primo. Melhorou a situação, tirando comissão na distribuição do leite das crianças pobres. Hoje, é deputado por Minas Gerais. Homem de sucesso!

O presidente do INAMPS, na época, informou que cada um dos 80 ofícios, com solicitações especiais do ministro da Previdência, levou nove meses de parto burocrático para chegar ao destinatário. O próprio ministro esperou 17 dias para conseguir um porta-livros preto do almoxarifado. Que eficiência!

Os deputados estaduais do Rio de Janeiro, julgando o congelamento dos preços e salários repetidamente posto em prática

---

(*) *JT* em 15.06.87

por uma sucessão de ministros da Fazenda e da Economia, um atentado às leis do mercado, resolveram disparar o gatilho em seu próprio benefício, indo a bala matar os contribuintes.

Uma deputada, bela loura capixaba, declarou-se "fruto da repressão". E eu que pensava que era ela fruto do amor legítimo de seus pais!

O Deputado João de Deus (não confundir com João Paulo II) e o Deputado Lysaneas Maciel, o primeiro gaúcho, o segundo carioca, resolveram dirimir a socos uma questão teórica na Comissão de Soberania. João de Deus opôs-se aos mandamentos da lei divina em nome de princípios satânicos, ditos "progressistas", que envolvem o retorno a um passado pagão multimilenar.

O Congresso recebeu, em outubro de 1991, a Proposta Orçamentária da União. Recebeu 73 mil emendas! Elas enchem 30 volumes com 25.440 páginas. Os deputados e senadores, como se sabe, são muito bons leitores: eles terão em poucos dias considerado as emendas e devolverão ao Executivo o Orçamento assim considerado. A inflação também existe nesse terreno...

Donos da Esquerdigreja, ex-católica apostólica romana, alguns discípulos daquele autor que o secretário de Cultura, Embaixador Rouanet, considera "liberal", Karl Marx, reinstalaram a Inquisição: no novo *Index Librorum Prohibitorum* estão incluídas todas as obras publicadas em nossa terra que não repetem os chavões da Vulgata: "classes oprimidas", "classes opressoras", "classes exploradoras", "países marginalizados", "imperialismo", "dependência em relação ao Centro capitalista mundial", "potências hegemônicas" e outras gororobas do mesmo gênero. O Index é efetivo na crítica literária, na escolha de textos pelas editoras, nas bibliotecas universitárias, nas colunas dos jornais e em outros veículos de opinião.

Um dos líderes dos "progressistas" no antigo Congresso é o ex-Senador Severo Gomes, o qual fez opção preferencial pela pobreza (dos outros). Latifundiário e industrial que não paga seus operários, o senador alega que o Estatuto da Terra, criado sob a presidência do saudoso Marechal Castello Branco, "tinha a inspiração do então embaixador americano Lincoln Gordon". Foi Lincoln, de fato, que com suas *homestead laws*, proporcionou a primeira reforma agrária americana há quase um século e meio, garantindo a democracia rural e a alta produtividade da agricultura americana — agricultura essa que alimenta a Rússia ex-soviética, onde a terra foi coletivizada em nome do socialismo científico.

Fala-se muito, neste momento, em violência contra os menores. Fala-se mesmo em "extermínio de menores". A famigerada *Amnesty International* já compara nosso país à Alemanha nazis-

ta com seus genocídios. As crianças na realidade foram promovidas: com exceção das que sofrem em casa espancamentos e outros corretivos de pais desnaturados, a maioria, talvez mais de 80 por cento, não são crianças, mas adolescentes além da puberdade, muitos dos quais (25 por cento segundo outros cálculos) são mortos por outras "crianças". Alguns morrem mesmo porque andam com sapatos de tênis que os coleguinhas ambicionam. Outros pivetes são mortos porque vítimas de quadrilhas de traficantes de drogas para os quais trabalham como mulas. Enfim, o tema está profundamente afetado por aquilo que meu amigo de Ribeirão Preto, o Dr. Paulo Pimenta de Mello, qualifica como "a superficialidade emocional com que são tratados os grandes problemas nacionais".

Enfim, a Constituição proíbe a pena de morte. A OAB, a CNBB, a ABI, o PSDB e outras Bs. por aí, assim como o venerável Sobral Pinto, meu dileto amigo Ives Gandra Martins e outras ilustres personalidades desta romântica Pindorama, denunciam a pena de morte como aberrante das tradições humanistas de nosso povo bom. Entretanto, a violência campeia nas cidades e no campo: mais de cem homicídios num único fim de semana, no Rio. A impunidade também. Criminosos com vinte, cinquenta, setenta homicídios em seu currículo, executam a pena de morte sobre cidadãos comuns, inocentes ou não. Vinte ou trinta mil já foram executados por Esquadrões da Morte, justiceiros e pistoleiros a soldo, geralmente em lugar ermo, na calada da noite. A população, os taxistas, os pequenos donos de loja, os proprietários rurais, exasperados com a impunidade de assaltantes, pivetes e violentadores de moçoilas, recorrem para sua defesa ao linchamento ou aos grupos de extermínio. Cinquenta linchamentos em um ano na Bahia. A bondade natural do brasileiro continua, *à la Rousseau*, a ser parte da dieta intelectual diária dos legisladores, advogados e juízes patrícios.

Nascem quatro milhões de crianças por ano. Milhões se transformarão em "crianças abandonadas". Um escândalo. Ninguém se refere, porém, aos pais abandonantes. Especialmente ao pai fisiológico que, em troca de dez minutos de brincadeira, deixa a mulher engravidada e depois a abandona. Os senhores prelados e católicos praticantes também são contra o uso dos anticoncepcionais e do aborto (quatro milhões e meio de abortos por ano, segundo estimativas sérias!). Como de novo acentua meu amigo Pimenta de Mello, "ninguém se dispõe a admitir uma verdade incômoda: todos esses menores exterminados ou exterminadores são crianças que jamais deveriam ter nascido"(...)

O PT gaúcho, pela boca de sua candidata a vice-governador nas eleições de 1990, defendeu "o livre exercício da sexualidade

e a luta pelo acesso à livre informação sobre o corpo". A recatada política é discípula do Frei Leonardo Mártir, melhor conhecido como Leonardo Boff. Esse bofe propôs a "socialização dos meios da erótica", a fim de fazer jus a seu voto de castidade. O PDT carioca, ao contrário, pela boca de seu chefe, ora governador do Estado do Rio, proibiu à sua filha maior o livre exercício da sexualidade, em seu aspecto exibicionista, na página central da revista *Playboy*.

Entrementes, reuniu-se o II Congresso Internacional sobre o Corpo. Nesse austero conclave se tratou, entre outras coisas, de Perinatologia, Atualização na Psicomotricidade, Orgasmo e Ressurreição do Corpo, Catarse da Promiscuidade, etc. Falou o aludido Frei Leonardo Mártir. Ouviu-se também a palavra dos eminentes cientistas argentinos Rascovsky, Marchevsky, Kusnetzoff e Liakowsky. Nenhum russo esteve presente. O profissional brasileiro de nome Hércoles Erodis mostrou-se bem adaptado ao tema erótico. Jandira Feghali, a musa vermelha, não compareceu, mas concedeu uma entrevista em que acentuou ser a Albânia o país onde as artes e a cultura, inclusive a do sexo, recebem o maior estímulo. O Brasil trafega rapidamente, pela Ferrovia Norte-Sul, para aquela utopia da Banglalbânia de que nos fala Mário Henrique Simonsen...

A boa educação é, cada vez mais, uma qualidade brasileira. Será mesmo, depois de tantas greves universitárias e tantos professores empregados no Executivo e no Legislativo? Na TV, uma modelo tira suas calcinhas e fica inteiramente nua. O Sr. Eduardo Fischer, realizador do programa, explica que ao mostrar o bumbum oferece ela demonstração lírica, teatral, de como se vive no Brasil, onde os bumbuns são muito apreciados. Ela tira sua última máscara, imposta pela sociedade, "e mostra o *derrière* ao público" que se baba de prazer. Do modo como vão as coisas, todo o mundo, em breve, imitará o modelo, por falta de meios de pagamento.

Gilberto Gil passou a ser um dos cientistas sociais mais consultados do país, juntamente com Leandro Konder, Fafá de Belém, Celso Láfer, Hélio Jaguaribe e Lucélia Santos. Alguns importantes jornais do Rio publicam as geniais opiniões de Gilberto Gil: "Rita Lee é do centro. Bethania é da direita. Caetano de Esquerda". Estamos finalmente a caminho de uma perfeita definição cartesiana, com toda a clareza e precisão lógica recomendadas pelo filósofo francês.

Em São Paulo, o ex-governador e atual líder do PMDB, afirma: "meu governo em Campinas foi irreparável". Mas talvez consigamos um dia reparar o estrago.

Como acentuava meu dileto e saudoso amigo Otávio Tirso de

Andrade, o ex-membro da Banda de Música da UDN soube manobrar com lucidez e malandragem, para incluir-se entre os *boat people* que largaram os militares a tempo. Com isso chegou à Presidência da República, alcançando posteriormente, com 20 mil votos, o alto e merecido cargo de senador por Roraima (ou será pelo Amapá?).

O socialismo, conforme a definição do Deputado Roberto Campos, é a doutrina política de grupos especializados em distribuir a propriedade alheia e propor uma adequada repartição do bolo, desde que mantenham o controle da faca...

O Ministério das Relações Exteriores propôs na ONU a desmilitarização e desnuclearização do Atlântico Sul, a fim de facilitar a navegação soviética que, em Luanda, fornece suprimentos ao movimento comunista do MPLA. O ministro da Marinha propõe-se a construir um submarino nuclear. Se o Atlântico Sul for desnuclearizado, sempre poderá a gloriosa Marinha brasileira manobrar na baía de Guanabara ou, na pior das hipóteses, em Mar d'Espanha, Minas Gerais.

Um jovem membro da malta alagoana foi solto após haver tentado matar a tiros um prefeito. O eminente e pantagruélico familiar do Planalto é réu primário, embora tenha assassinado outro prefeito aos 16 anos. Um motorista de Brasília, entretanto, foi preso e ficou vinte dias na cadeia, sem direito a *habeas-corpus*, por haver morto um passarinho e, desse modo, ameaçar o meio ambiente. O ministro da Justiça não se manifestou.

Na época da Constituinte, notei os seguintes episódios, grandemente edificantes. A Comissão de Ordem Econômica foi paralisada pela desordem política. O que desejam os socialistas é um país economicamente dirigido pela *Nomenklatura*, isto é, por eles mesmos. Na noite de 14 de julho de 1987, para celebrar a tomada da Bastilha, as galerias, impacientes, começaram a se manifestar, latifundiários de um lado, posseiros do outro. Lixo, aviõezinhos de papel, pontas de cigarro e outros objetos inomináveis foram atirados ao plenário. O Hino Nacional também foi cantado: Ouviram do Ipiranga, etc. Vaias e aplausos. Gritos histéricos. Uivos. O Deputado José Lourenço agrediu o Deputado José Genoíno, verbalmente, e foi por ele agredido. Agrediram-se depois corporalmente, diante da mesa. Uma genuína expressão do vindouro regime parlamentarista (do francês *parler*, falar, alcançar pacificamente um consenso pela dialética verbal). Wladimir Palmeira obstruiu esse consenso. Ele é a favor da ditadura do *lumpenproletariat* e parte do proletariado rugia nas galerias. Maluly Neto lia o regimento, mas ninguém ouvia. Aliás, os parlamentares são melhores faladores do que ouvintes. O Deputado Haroldo Lima, do PC do B, condizente com a prática da

Albânia que lhe serve de modelo, arrancou o fio do microfone de seu adversário. A Deputada Raquel Capiberibe, treinada no agreste bárbaro do Maranhão, arrebentou o fio e gritou amazonicamente para o Senador Saldanha Derzi, latifundiário do Mato-Grosso: "vem tomar, se você é homem". "Vossa Excelência é que vai tomar no...", retrucou-lhe outro deputado, verdadeiro *gentleman*. Aldo Arantes se atracou então com Derzi. Ele assim agiu consoante a praxis maoísta, segundo a qual a verdade se encontra no cano de um fuzil. Derzi se envolveu no auriverde pendão de nossa terra que a brisa, etc. e perdeu os óculos. Alguém, na arquibancada, prorrompeu no Hino Nacional, às margens plácidas do Ipiranga, mas não havia juízes em Berlim para afastar os lutadores atracados. Luís Salomão, soberbo, atacou seu colega Jales, arrancando-lhe o microfone e rasgando o substitutivo que fôra alvo de muitas e árduas horas de debate na Comissão. Um segurança agarrou Luís Salomão, o qual não possui nem a sabedoria do rei judaico, nem a santidade do rei francês. Jorge Viana aproveitou para tomar o microfone, presa suprema como a de uma bandeira no campo de batalha. Dois outros representantes do povão (serão mesmo, ou será que o povo brasileiro é assim bem representado?) puxaram o Deputado Haroldo Lima para trás, porque esse xiita prensava Jorge Viana pelas costas. A vítima esbravejou. O pandemônio se instalou no plenário. A campainha timbrou, mas ninguém ouviu. Do caos surgiu uma nova Constituição...

Montesquieu e Edmund Burke, calmamente sentados nas galerias, assistiram em espírito a esse espetáculo, escondidos na tribuna reservada à história. Montesquieu fez uma observação sobre a necessidade de "domesticação das paixões". Burke concordou. Esse *whig*, que foi um dos maiores parlamentares britânicos e um dos teóricos do pensamento liberal-conservador, observou então, ao considerar os desmandos dos jacobinos, que "os homens estão preparados para a liberdade civil na proporção exata de sua disposição a controlar os próprios apetites com cadeias morais... A sociedade só pode existir se um poder de controle sobre a vontade e os apetites for colocado em algum lugar; e quanto menos houver dentro de nós, tanto mais haverá fora de nós. Pois está ordenado na eterna constituição das coisas que os homens de mente destemperada não podem ser livres. Suas paixões forjam suas próprias algemas"...

II.
A CONSTITUIÇÃO DOS MISERÁVEIS

8. CONSTITUINTE PATRIMONIALISTA*

Na época, tive ocasião de comentar, pelas colunas do *Jornal do Brasil*, a composição da comissão de "sábios", inicialmente encarregada de elaborar as diretrizes básicas para a Carta que nos rege. Manifestei meu ceticismo quanto aos critérios que haviam presidido à seleção dos eminentes "juristas" aos quais coube a imensa tarefa. Naquela ocasião lembrei as palavras de Sócrates, tal como interpretadas por Platão em *O Estadista*: "Assim como procuramos um bom médico quando nos sentimos adoentados, um cozinheiro exímio quando preparamos um banquete e um bom arquiteto quando desejamos uma casa cujo telhado não nos caia na cabeça, assim também, ao se tratar de redigir a Constituição, seria estranho não sejam consultados homens excepcionais, filósofos experimentados na matéria". Na verdade, quando almejamos comer bem, preferimos um restaurante de Bocuse ou, pelo menos, estimamos seja o jantar preparado por uma cozinheira de forno e fogão. Em *O Estadista*, Platão levanta a eventualidade absurda de um grupo de passageiros estabelecer a regulamentação para um piloto que não sabe conduzir o barco. Sócrates intervém no debate e observa: "Você se dá ao trabalho de afirmar algo que é profundamente tolo"(...) Por isso, conclui Platão, quando se trata de redigir aquela Constituição que vai reger a *polis* e é a coisa mais importante do mundo porque afetará não apenas a minha vida individual, mas a de toda a comunidade, seria estranho admitir não sejam

(*) *JT* em 07.07.86

consultados homens especializados na matéria, sábios ou "amigos da sabedoria" (filósofos), todos altamente capacitados para a obra. Ninguém chama um arquiteto quando está com dor de barriga; nem encomenda uma boa bacalhoada a um otorrinolaringologista; nem encarrega um dentista de pilotar o barco. Para redigir constituições, precisamos de constitucionalistas.

A mesma idéia, aliás, já surgira entre os hebreus. Lemos no capítulo 38 de Eclesiástico que "a sabedoria do escriba se adquire em horas de lazer, aquele que está livre de afazeres torna-se sábio". Mas como se tornará sábio o que maneja o arado? continua o autor de Eclesiástico. E o guia de bois, e o carpinteiro, e o ferreiro e o oleiro? "Todos esses depositam confiança em suas mãos e cada um é hábil em sua profissão. Sem eles nenhuma cidade seria construída. Mas eles não são encontrados no conselho do povo" — conclui — "e na assembléia não sobressaem. Não se sentam na cadeira do juiz e não meditam sobre a lei"(...)

Quando os Estados Unidos da América reuniram a sua convenção constitucional de Filadélfia, em 1787, Jefferson — não sei se por ironia — reparou que era uma "assembléia de semideuses". De qualquer forma, era uma reunião de homens notáveis, estadistas e juristas extraordinários com larga experiência de governo. Homens como Madison, Washington, Franklin, Randolf, Hamilton. O documento que redigiram é, no gênero, o de mais larga duração no mundo pois goza de 200 anos de vida efetiva — isso muito embora seja a América uma nação jovem.

Na Assembléia que realizou a mesma façanha entre nós, não descobri a mesma harmonia, nem o mesmo calibre. A impressão, ao contrário, foi que se tratava de um saco de gatos, tal a disparidade de tendências. Outras dúvidas então me assaltaram. Um médico oftalmologista, mesmo de "renome mundial", será necessariamente um bom constitucionalista? Estou certo que Platão o consultaria para tratar dos olhos, a ele, porém, preferindo Aristóteles para redigir a Constituição de Atenas. Um antigo ministro da Educação, aliás péssimo, também não será bom constitucionalista pelo simples fato de ser membro da Academia de Letras. Escrever bem, ser provavelmente o maior escritor brasileiro vivo e evocar, com talento, o aspecto erótico da sociedade brasileira, glorificando ao mesmo tempo Luís Carlos Prestes como o "cavaleiro da esperança" que vai salvar o Brasil, não constitui tampouco, a meu ver, um título suficiente para opinar sobre constituições. Ter sido cassado, ou ser grande amigo do Presidente da República, ou ter sido presidente da UNE, configuram porventura fundamentos para tão alta indicação? Acentuo tudo isso porque estou convencido de que o crescimento monstruoso do Dinossauro burocrático den-

tro do Estado leviatânico, com o controle quase absoluto da economia do país, constitui um mal que deve ser corrigido. Não obstante os méritos da intervenção estatal na fase inicial de instalação entre nós de uma infra-estrutura industrial, o que o Estado de fato tem realizado nestes últimos anos é o que Ludwig von Mises chamava o "caos planejado". Talvez aqueles empresários que deram as suas provas na iniciativa privada possam agora contribuir para a redação de artigos constitucionais que limitem a intervenção governamental e reduzam o poder discriminatório da *Nomenklatura* burocrática.

Contudo, verifico que os campeões da economia de mercado, da liberdade de concorrência e da propriedade privada dos meios de produção representam uma pequena minoria, quiçá impotente, diante da avalanche de clérigos partidários do estatismo, do despotismo burocrático e da ideologia do nacional-socialismo. A Constituinte, pelo que se viu, foi fortemente influenciada por Marx e Lenin, tal o número de membros seus declaradamente defensores da socialização e nacionalização dos meios de produção. Um dos clérigos que sobre ela exerceu influência é admirador de Hegel e discípulo do maior hegelianista brasileiro — sendo Hegel o homem que proclamou que Deus morreu, sugerindo em troca divinizar o Estado. É esse mesmo clérigo que denuncia o "sistema global" da ordem econômica liberal no qual, diz ele seguindo estritamente as teses marxistas-leninistas, "para que alguns países possam ser cada vez mais desenvolvidos é preciso que outros, a grande maioria, permaneçam subdesenvolvidos". Em outras palavras, o dito clérigo defende a tese esdrúxula de que os ricos são ricos por haverem espoliado os pobres. Um outro influente na Constituinte é um economista, depois promovido a embaixador, que pode entender de seca nordestina e de terceiro-mundismo cepalino, mas dificilmente alcançará os segredos da economia política liberal, os princípios da separação de poderes, da eficiência do governo e do império da lei para a proteção da liberdade dos cidadãos. Entenderá, porventura, que Constituição não é "fantasia organizada"?

Outro professor, que se transformou em assessor intelectual do então Presidente da República, ilustre embora, é o mesmo que propõe para o Brasil uma democracia de massas, igualitária, equiparando injustamente o professor e o moleque analfabeto e assaltante da esquina — igualitarismo para a consecução do qual seria necessário instalar em nossa pátria um sistema de regulamentação opressora. Uma "democracia de massas" tal como teria sido imposta na União Soviética através da Revolução de 1917, citada admirativamente pelo professor constitucionalista como "ponto eruptivo desencadeante" da história da demo-

cracia (!). Nenhum desses paredros da nova Constituição me parecem *de tout repos*.

Para redigir uma Constituição, em suma, deveríamos haver selecionado especialistas e não diletantes sem competência. Minha crítica vinha a propósito de haver descoberto, na longa lista de componentes da Comissão Arinos, personagens que, qualquer que seja sua perícia em outros ramos de atividade, não apresentavam credenciais idôneas para o supremo mister. Entre os membros do seleto cenáculo havia, por exemplo, o nome de um ilustre cavalheiro que era apresentado ao distinto público como grande plantador de abacaxis... Será a Constituição de 1988 um abacaxi? Estará ele por isso mesmo afeito à gloriosa tarefa de extrair os princípios que nortearão a sexta ou sétima (não sei exatamente qual...) Lei Maior do Brasil republicano? Mas talvez esteja certo o plantador da bromeliácea. Não há muita importância na questão.

As Leis Magnas, como quaisquer outras leis, nunca "pegaram" muito facilmente na terra árida de nossa cultura política. Nunca foram cercadas do respeito e poder que caracterizam, por exemplo, a Constituição inglesa, a qual, não sendo nem mesmo escrita, deita suas raízes profundas na Magna Carta de princípios de século XIII; ou a Constituição americana que já fez 200 anos e sobreviveu, no século XIX, a uma das mais sangrentas guerras civis e, nas décadas dos 60 e 70 de nosso século, a uma das mais radicais crises de contestação, desordem civil e transformação social registradas pela história moderna. Em nossa terra, ao contrário, a Constituição sempre foi uma plantinha tenra que serve apenas para justificar prepotências casuísticas e retórica oportunística para bacharéis ociosos. Por que seria assim? Juntamente com um grupo de modestos estudiosos brasileiros, da Sociedade Tocqueville, julgo que a explicação está no fato de não haver o nosso regime político alcançado o estágio weberiano de legitimidade racional-legal, porque permanece no da autoridade tradicional patrimonialista.

O eminente mestre Afonso Arinos queixou-se, do alto de sua serena postura olímpica, de que eu fôra demasiadamente duro com a comissão de estudos por ele presidida. Talvez. Mas os primeiros entreveros e as notícias que emergiram do augusto cenáculo pareciam antes confirmar minhas suspeitas. Miguel Reale, o mais sábio de todos, ameaçou retirar-se. As Forças Armadas reclamaram, antecipadamente, a intenção de restringir-lhes o papel constitucional. O lema positivista "Ordem e Progresso" sairia da bandeira, melhorando talvez o seu conteúdo estético e heráldico, nada mais. Mas seria a questão assim tão grave? Lembro-me daquela lei do Império que cominava pesada

pena a quem conspirasse para derrubar o regime vigente; e dobrava a pena para quem o conseguisse fazer. Será que o Marechal Deodoro da Fonseca, depois de haver proclamado a República e haver cavalgado até o Campo de Sant'Ana, dando um viva a Sua Majestade o Imperador diante das tropas ali formadas, sofreu alguma penalidade por força daquele texto imperial?

Maior preocupação me causou a atmosfera geral de democratismo romântico, reacionário e estatizante que contaminou a Constituinte. Dir-se-ia que não estávamos vivendo em 1986, mas em 1789: de lá para cá, a atmosfera ficou realmente poluída com tanta ponta de cigarro, tanto arroto socialista e tanto bafo de elucubração cerebrina. Estivemos diante de um grupo de iluminados. Foram "construtivistas", segundo a definição de Hayek. Quiseram "mudar a sociedade por decreto", de acordo com a fórmula irônica de Crozier. Pretendiam não apenas contemplar o mundo, mas o transformar no sentido das tenebrosas profecias de Karl Marx. Foram ideólogos racionalistas da linha do Marquês de Condorcet, que sonhava com a utopia no mesmo dia em que foi guilhotinado. Alucinados da herança de J.-J. Rousseau, que morreu esquizofrênico. Fumadores de ópio popular. Memoráveis *philosophes*, reunidos na Sala do Jogo de Pelota, em Versalhes. Um constituinte pretendeu, por exemplo, acrescentar duas dúzias de "direitos" aos que foram articulados na famosa *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*. Teria incluído o direito de fazer xixi em qualquer hora e lugar, direito tão importante para quem sofre de adenoma prostático? Ou o direito de não ser assaltado por um trombadinha, ao passear pela avenida Atlântica ou no largo da Sé, diante da arquidiocese de D. Paulo Evaristo Arns? Ou de não ser humilhado e explorado pela multidão de burocratas incompetentes, impertinentes, desonestos e prepotentes que constituem a Nova Classe dominante desta República Socialista Soviética Patrimonialista Brasileira? Ou o direito de, como contribuinte escorchado, não ver o seu imposto desbaratado pelas mordomias, escândalos e desvairado empreguismo do Legislativo, do Executivo e do Judiciário? Em vez de tantos direitos, por que o constituinte, com a clareza meridiana e precisão cartesiana de sua cuca privilegiada, não propõe apenas um *dever* — um dever fundamental — um dever que já fora sugerido por Capistrano de Abreu, e cuja obediência resolveria muito mais facilmente nossa problemática política do que todos os insossos textos constitucionais que conhecemos, desde 1824: "Tenha vergonha na cara!"?

Prosseguindo na análise dos resultados que parecem emergir da Constituição de 1988, desejo me referir à afirmativa do presidente da comissão, o nobre Ministro Afonso Arinos, que classificou de "fraco" o empresariado brasileiro, pregou a "ação vigorosa, justiceira e intervencionista do Estado brasileiro" e, de um modo geral, defendeu o prosseguimento da política de centralização empreendida no bojo pantagruélico do grande dinossauro. É fácil de entender a postura de Sua Excelência. Dizia-se antigamente que havia três grandes e sólidas instituições em nossa terra: a Igreja, o Exército e a família Mello Franco. A Igreja revelou-se irremediavelmente dividida entre romanos e seguidores do bofe messiânico Dom Leonardo Mártir. O Exército saiu escarmentado de 20 anos de hegemonia. Ele caiu na esparrela centralizadora, terceiro-mundista, estatizante e obstinada do Ernesto, o Alemão, e do João, o inesquecível. De modo que só sobrou mesmo a família Mello Franco.

A Comissão Arinos e a Constituição de 1988 foram tidas pelos jornais, em 1985, como de tendência "progressista". É um escárnio. Chamar de "progressistas" e "liberais" essa panelinha de *sub-intelligentsia* que teima em manter o país sob a batuta do monstruoso Estado patrimonialista, empreguista, clientelista, fisiológico e arcaico! Chamar de liberais esses ideólogos reacionários que não querem progredir além da época terciária dos dinossauros! Trata-se de uma grotesca subversão orwelliana da semântica, qualificar como avançados esses iluministas, românticos e jacobinos, que consideram "fraca" a iniciativa privada e propõem um maior reforço da centralização burocrática no Estado leviatânico. Podem ser tidos como democratas esses nacional-socialistas de esquerda que pregam a "sociedade de massas", desejosos de reduzir o Brasil ao subdesenvolvimento autárquico, tendo como modelo a ex-Albânia, a ex-Nicarágua ou a Coréia do Norte? Um dos membros da comissão que inspirou os constituintes em sua obra, precisamente seu secretário, Ney Prado, observou com humor que esses constituintes de nível nicaraguense não desejam apenas nacionalizar a informática, a indústria automobilística, os bancos e o comércio exterior, fechando e trancando o Brasil justamente no momento que os ventos de abertura sopram até sobre a Albânia, a Rússia e a China. Desejam nacionalizar a própria divindade. Pois não é Deus brasileiro?

9. RETÓRICA E REALIDADE EMPÍRICA*

A idéia de que cultuamos a palavra, que nos deixamos seduzir pela retórica, que somos afetados pela magia de frases grandiloquentes e que, de um modo geral, há uma grande discrepância entre a imaginação e a realidade empírica, constitui um lugar-comum da sociologia brasileira. Somos nesse sentido muito "meridionais". Talvez herdamos dos árabes e mouros, que ocuparam a Península Ibérica, esse amor insaciável à verborragia reluzente que nos leva a viver em permanente conflito verbal com as duras necessidades da vida em sociedade. Os árabes sempre foram grandes poetas. A maior obra de sua literatura é *As Mil e Uma Noites*, uma coletânea incomparável de histórias fantásticas. Salvador de Madariaga escreveu um célebre ensaio, há 50 anos, sobre os ingleses como povo de ação, os franceses como povo de razão, os espanhóis como povo de paixão. Talvez nos caiba, os brasileiros, o qualificativo de povo de falação: bate-papo e frases ocas. Arthur Ramos observara, "entre os brasileiros que se presumem intelectuais, a facilidade com que se alimentam ao mesmo tempo de doutrinas dos mais variados matizes e com que sustentam, simultaneamente, as convicções mais díspares. Basta que tais doutrinas e convicções se possam impor à imaginação por uma roupagem vistosa: palavras bonitas e argumentos sedutores". Sílvio Romero também notara o "lirismo subjetivista, mórbido, inconsciente, vaporoso, nulo" de nossa vida intelectual. Alberto Torres chamava, similarmente, a atenção para "o diletantismo, a superficialidade, a dialética, o floreio da linguagem, o gosto de frases ornamentais", etc. Sérgio Buarque de Holanda acentuava que, no nosso caso, "o móvel do conhecimento não é (...) tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente ao enaltecimento e à dignificação daqueles que o cultivam". As citações poderiam prosseguir infindavelmente. Certo é, pelo menos, que temos consciência aguda desses defeitos de nossa mentalidade coletiva. Uma parte da elite intelectual em nosso país reconhece o esteticismo e romantismo utópico de nossas elucubrações políticas, sociais, legais e constitucionais, nos quais o respeito à verdade e aos conceitos que traduzam uma realidade empírica comprovada é mediocremente considerado.

No atual momento brasileiro, a sugestionabilidade de grande parcela da opinião pública a promessas e declarações retóricas é

(*) *JT* em 22.05.89

comprovada por resultados eleitorais. O exemplo evidentemente vem de cima. Quando contemplamos os cinco anos passados de governo do poeta Ribamar e seu PMDB, com apoio do PFL, e dois anos de República das Alagoas, é espantosa a quantidade de retórica que foi derramada em conversas ao pé do rádio, discursos inaugurais e manifestações emocionais no Congresso. Constatamos apenas, no final das contas, que, como pontificava o grande filósofo espanhol Sancho Pança, "*del dicho al hecho, hay gran trecho*"... O país devia crescer à média de cinco por cento ao ano: ao invés disso, entramos no mais longo período de estagnação de nossa história recente. A inflação devia ser eliminada, com uma série de planos de congelamento e meia dúzia de ministros da Fazenda diversos: a verdade é que permanecemos temerariamente à beira do caos da hiperinflação. Os salários dos trabalhadores deviam ser incrementados em termos reais: a realidade foi o arrocho. O déficit público seria corrigido, funcionários demitidos, a administração enxugada, as despesas mantidas ao nível das receitas: o que se descobre é o mais incontrolável aumento do meio circulante, sem que tenha sido implementada qualquer das medidas de contenção. A Nova República devia inaugurar um período esplêndido de ordem democrática e respeito aos direitos humanos: o que assistimos é a anarquia crescente, a impunidade, o grevismo, as badernas violentas, a criminalidade generalizada, 100 assassinatos num único fim de semana no Rio, 30 linchamentos na Bahia. Parafraseando Churchill, nunca tantos mentiram tanto em tão pouco tempo.

O exemplo supremo da retórica é obviamente a Constituição. Roberto Campos teve razão quando opinou que o que a Constituinte de Brasília gerou foi um mongolóide: o bebê de Rosemary. Eu diria o aborto monstruoso de um dinossauro. A retórica aí, verborrágica, se manifestou pela escrita: 245 artigos, 70 disposições transitórias e tudo o mais, depois de milhares de emendas, correções, adendos, etc. Mas os constituintes foram *nossos representantes*. Fomos nós que os elegemos. Constitui certamente o problema fundamental da filosofia política essa questão até hoje não resolvida: se a democracia é o melhor e o mais legítimo dos regimes, como evitar que o povo eleja traficantes, mentecaptos, patifes? Que não é vã a pergunta, pode ser demonstrado pelo fato de, há 2.500 anos, haver sido levantada pela escola de Sócrates, sem receber até hoje resposta adequada. Pouco tempo depois de promulgada pela "constituinte dos miseráveis", a miséria do conteúdo da Carta se torna a cada dia mais óbvia: o caso exemplar é o limite gaspariano de 12 por cento ao ano para os juros reais, que se converteram nos 80 por cento ao mês das taxas do *over*, do *open* ou das cadernetas de poupança. Nesse

terreno, mais espantosa ainda foi a promessa reiterada, e por todos alardeada aos brados, da necessidade de redistribuição da renda nacional: em abril/maio de 1989, 50 a 70 bilhões de dólares (por volta de um quinto a um sétimo do PIB anual!) foram redistribuídos, num fenômeno inédito na história econômica do planeta, em favor daqueles que podem poupar — o que quer dizer, dos ricos! Em março do ano seguinte, essa soma foi redistribuída em benefício dos valentes funcionários do Estado.

Nessa gororoba, o único ingrediente que não cessa é a falação. O Congresso leva ao pé da letra a etimologia da palavra "parlamentar": do francês *parler*, falar. Os telefones caem em pane; as estradas tornam-se intransitáveis com tantos buracos; os hospitais públicos entram em colapso porque não há dinheiro, nem para comprar algodão e água oxigenada; os transportes ferroviários urbanos são arrebentados pelos próprios usuários; as siderúrgicas estão falidas, com a entusiástica assistência dos siderúrgicos em greve; o choroso ministro da Saúde trata da cólera em proveito de seus amigos paranaenses. Enquanto tudo isso se passa, fala-se, fala-se, fala-se. As autoridades fazem discursos. As redes de televisão são inundadas de debates e programas partidários (nunca ouvi tanta tolice na telinha) e até o PCB porfia em convencer o público de que seu programa de governo representa os ideais sublimes de liberdade, justiça, democracia, desenvolvimento etc. Os pandeiristas do Congresso promovem a solução salvadora pelo parlamentarismo: será? Enfim, uma choldra. Palavras, palavras, palavras, como cogitava Hamlet. *Words, words, mere words* (no *Troilus e Cressida*). Ou se quisermos, como no *Macunaíma*:

Papo furado e pouca ação
Os males do Brasil são...

10. SOBRE A INCOERÊNCIA*

Creio que foi Gilberto Amado, um personagem antipático porém extremamente lúcido, quem confessou espasmos de gozo ao se deparar com um brasileiro remotamente capaz de associar causa e efeito. O *bon mot* é citado por Roberto Campos, cuja lucidez se compara à do embaixador seu amigo. A lógica certamente nunca foi nosso forte. Não passamos, em época oportuna, pela Idade da Razão. Estamos *à la recherche du temps perdu*... e

(*) *JT* em 07.01.91

o esforço para recuperar o tempo perdido não é realizado sem grandes e angustiosas perplexidades. É por esse motivo que costumo classificar nosso povo entre as sociedades eróticas, em contraste com as sociedades lógicas do Septentrião. Suponho seja nossa paráfrase cartesiana do "Penso, logo existo" o apotegma malandro "*Coito, ergo sum*"...

Foi Descartes que, no século XVII, empreendeu a famosa revolução metódica para bem conduzir o pensamento pela lógica, a clareza e a precisão. Sem esse método, certamente nem a ciência, nem a tecnologia e, consequentemente, a revolução industrial moderna se teriam desenvolvido com os extraordinários avanços destes últimos 200 anos. Por não havermos sofrido, senão fracamente, a influência do filósofo francês, permanecemos afetados pelas inconsequências, irracionalidades e falta de conexões lógicas de um mecanismo mental pré-cartesiano. Os exemplos atuais são consideráveis. Assalta-nos diariamente e vale ilustrá-los na atual fase da nacionalidade.

Em 17 de dezembro de 1989 elegemos um presidente que prometia a desestatização da economia, sua abertura ao mundo e retorno ao mercado livre, com a perseguição aos "marajás" e outros privilegiados do setor público. O que tivemos, imediatamente depois da posse, foi o mais estupendo assalto à propriedade privada que registram os anais da nação. Violado foi, logo de início, o direito à propriedade previsto no artigo 5º da Constituição. A *Nomenklatura* oficial se locupleta monstruosamente com a Coisa Pública, mas a então zelosa ministra da Economia principiou atacando os empresários privados. O Presidente da República compara os automóveis da indústria nacional a carroças e manifesta o desejo de atrair investimentos de outras montadoras, mas, ao denunciar com ardor a Ford e a Volkswagen, dissuade outras indústrias estrangeiras de enfrentar um ambiente tão hostil ao capital estrangeiro. A inflação, resultante do déficit público, é geralmente considerada a principal responsável pelo estado calamitoso da economia: nessas condições, operários, funcionários públicos e militares reclamam aumentos de salários; políticos incrementam de modo escandaloso suas prebendas e mordomias; industriais e lojistas encarecem seus produtos na caça de maiores lucros e, finalmente, os próprios consumidores reduzem seu esforço de trabalho na pletora dos feriados e gastam o que não podem pagar nas compras a prazo.

Na Constituição está disposto que homens e mulheres são iguais em direitos (artigo 5º, I), sem qualquer forma de discriminação (artigo 3º, IV) e governando pelo voto direto e com valor igual para todos (artigo 14º), mas a forma peculiar de incoerência eleitoreira concede aos eleitores nordestinos e nortistas, de

pequenos estados atrasados e clientelistas, um poder eleitoral dez, às vezes 15 vezes, maior do que o dos paulistas, cidadãos do estado mais adiantado. A Constituição, dita dos "miseráveis", também valoriza a livre iniciativa, a concorrência e a propriedade privada (artigo 170º, II e III). Mas seria essa, porventura, a razão pela qual o Estado monopoliza de 60 a 70 por cento da produção do país, persegue o capital estrangeiro, taxa monstruosamente o setor privado da economia, estabelece teto para os juros, limita a remessa de lucros e de outros modos se comporta discricionária, prepotente e opressoramente como se vivêssemos sob regime socialista? As consequências lógicas, afirmava Thomas Huxley, o grande discípulo de Darwin, são "os espantalhos dos tolos e os faróis dos sábios" (*the scarecrows of fools and the beacons of wise men*).

No Brasil há liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206º, II da Constituição). Assegura-se também, por tradição e por dispositivo constitucional (artigo 5º), a igualdade perante a lei, de brasileiros e estrangeiros, sem distinção de qualquer natureza — salvo que essa mesma lei escarmenta os estrangeiros que, talvez por capricho, queiram ensinar e divulgar entre os tupiniquins e os botocudos o pensamento, a arte e o saber universal. As coisas são assim. A proteção da ecologia, da família e da infância coincide, catastroficamente, com uma política natalista perseguida pelo Estado, pelo ministro da Saúde (que deseja conceder uma semana de férias pós-parto ao pai da criança), pela Igreja, pela maior parte dos mídias e uma seção considerável da opinião, conservadora ou esquerdista, a qual lança, anualmente, no "meio ambiente" poluído, quatro milhões de novos bebês, uma larga porcentagem dos quais está fadada a morrer antes de atingir um ano, enquanto outros em breve se converterão em "menores abandonados", trombadinhas, assaltantes ou simples favelados — e alguns, os do Largo da Sé, serão santificados graças aos bons ofícios do cardeal-arcebispo de São Paulo. Na verdade, caros leitores, a introdução de um pensamento coerente entre nossa gente implica uma árdua revolução cartesiana em proveito de um método lógico. Poucos são revolucionários nesse sentido.

11. UM ESTRANHO NO PARAÍSO*

Andei novamente percorrendo, maravilhado, o texto da Constituição. Dizem que ela poderá ser modificada ou emenda-

(*) *JT* em 14.11.88

da, e o Presidente da República já submeteu um Emendão ao Congresso. Como Dante, porém, contemplo essa satânica comédia:

Nel ciel che piu de la sua luce prende
fu'lo, e vidi cose che ridire
né sa né può chi di là su discende;
perchè appressando sé al suo disire,
nostro intelletto si profonda tanto,
che dietro la memoria non può ire...

E estou cada vez mais impressionado com a luminosidade intelectual de nossos legisladores que nos prometem a utopia num Berço Esplêndido entre outros mil, berço gentil. Vivo em Brasília onde, por exemplo, tenho direito, de acordo com o artigo 225, a um "meio ambiente ecologicamente equilibrado". Depois de cinco meses de seca em que a umidade caiu a menos de 20 por cento, várias árvores de meu jardim morreram, a grama queimou, apanhei uma alergia que degenerou em pneumonia e tive que respirar uma atmosfera ardente de queimadas generalizadas, vivi durante 70 dias sob chuvas diluvianas e trovoadas tremendas. Um tal clima me está ofendendo a "sadia qualidade de vida". Não me preocupo porém: posso pedir um mandato de injunção contra São Pedro, pois ao poder público cabe "o dever de defender (esse meio ambiente ecologicamente equilibrado) e preservá-lo para as presentes e futuras gerações". Arre, senão eu, meus netinhos gozarão de tal ambiente em qualquer parte do abençoado torrão natal, inclusive no agreste nordestino e no inferno verde amazônico.

Ainda em meu jardim, o caseiro está destruindo os formigueiros e, com fortes doses de veneno, liquidando os cupins omnipresentes. Mas providencio esse genocídio à noite, às escondidas. Receio violar o inciso VII desse mesmo artigo 225 que atribui ao poder público (eficiente como sempre!) a incumbência de proteger a fauna, vedando "as práticas que coloquem em risco sua função biológica, provoque a extinção das espécies ou submetam os animais a crueldade". Evidentemente as formigas, os cupins e a Sociedade Protetora dos Animais me consideram cruel e poderiam invocar contra mim os generosos dispositivos relatados pelo curupira amazonense apaixonado que redigiu a Carta. Afinal de contas, um cidadão pacífico já foi preso, por crime inafiançável, ao matar um passarinho. Mais horrível do que o tratamento anti-ecológico que imponho aos bichos de meu jardim é o terror em que vivo após leitura do artigo 20, incisos IX e X: o poço que mandei cavar para obter água subterrânea, destinada à irrigação na estação seca, vai se tornar bem da

União, eis que, sem sombra de dúvida, a água é "um recurso natural, inclusive do subsolo"... E o buraco de tatu que descobri ao lado da casa também constitui "uma cavidade natural subterrânea" que, por força daquele admirável dispositivo, passa para o patrimônio público...

Pretendi, outro dia, tomar um helicóptero de Cumbica para Congonhas, invocando o parágrafo 2º do artigo 230. Negaram-me o trânsito gratuito. Viajei então de ônibus do aeroporto para a cidade, mas de novo fui obrigado a pagar a passagem embora apresentasse carteira de identidade para comprovar idade superior aos 65 anos e viajasse num "transporte coletivo urbano" cuja gratuidade é assegurada pela Carta Magna. Devemos acreditar em promessas edênicas?

Com as preocupações que me afligem e no temor de perdermos para a União nossa propriedade em Brasília, assim como pela frustração de não gozar de um meio ambiente ecologicamente equilibrado e assegurado pelo poder público, tive uma branda discussão com minha cara-metade que degenerou numa troca de palavras amáveis. Detive-me, entretanto. Tranquilizei-me. De fato, ocorreu-me que o artigo 226, parágrafo 8º, atribui ao Estado a incumbência de assegurar à nossa família assistência na pessoa de cada um de nós, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de nossas relações. Que maravilha: Adão e Eva, antes de comerem a malfadada maçã, nem tampouco Caim e Abel sabiam o que os esperava nesta terra adorada, idolatrada, salve, salve. Na próxima vez que brigarmos, telefonarei à polícia, ao juiz, a meu amigo o ministro da Justiça e talvez ao Excelentíssimo Presidente da República, solicitando sua intervenção coibidora. Ainda bem que me tornei imortal (ou imorrível como já acentuou um gaiato) sem necessidade de entrar para a Academia Brasileira de Letras. Isso, por força do artigo 230. Se minha casa for assaltada, também reclamarei a intervenção do Estado, através do mecanismo a ser criado, qualquer que seja: imaginando ingenuamente que sou protegido por uma polícia eficiente e por tribunais justos. Em suma, nossas relações domésticas perderão um pouco de seu sabor apimentado, mas o que é isso em face da segurança absolutamente transcendental que o Estado brasileiro — notoriamente englobante como eu já disse... — agora me garante?

Esse direito à vida é muito impressionante. É verdade que fiquei um tanto desapontado quando foi corrigido o dispositivo que me assegurava esse direito à vida, mesmo no caso de câncer, enfarte, AIDS ou outra doença fatal. Assim mesmo é um grande consolo saber que meus netos, além de seu direito à vida, com "absoluta prioridade" terão também direito à alimentação, à

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à "convivência familiar e comunitária", além de ficarem, doravante, "a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Nem o paraíso dantesco, nem a própria Escandinávia ou a Confederação Helvética ou o Japão, que possuem os mais altos padrões de qualidade de vida e o maior respeito aos direitos do cidadão, oferecem tantas e tão admiráveis vantagens. A "constituição dos miseráveis" do Ulysses não faz por menos. Sobretudo considerando que, para alcançar esses objetivos celestiais, o país possui os recursos da Etiópia, do Bangladesh ou da República Popular Científica do Yemen. Aplausos calorosos!

Como, com minha idade avançada, sinto-me com menor resistência física nas pernas (o que é obviamente uma "deficiência"...), e não facilmente poderia percorrer a pé os oito quilômetros que me separam do aeroporto, e mais claramente ainda os 1.200 quilômetros que me distanciam do Rio ou de São Paulo, folgo, contudo, em saber que o artigo 227, parágrafo 2º, determina a fabricação de veículos que vão garantir o acesso oportuno aos locais para onde me desejo transportar. Quem sabe se o Estado fabricará até aviões a jato da EMBRAER para me levarem à Europa? Afinal de contas, já não teria o Presidente Sarney, há três anos, inaugurado esse benemérito serviço público, levando regularmente 150 compatriotas a Lisboa, Moscou, Paris, Nova York e outros aprazíveis recantos?

Um consolo de outra natureza já possuo: a lei vai punir severamente, nos termos do parágrafo 4º do mesmo artigo 227, a exploração sexual das crianças e adolescentes, tais como, com desgosto, assisto em certos programas de televisão, inclusive aquela história de prostituição de modelos fotográficos adolescentes que posam nuas para capas de revistas masculinas, ou aquela fita, financiada pela EMBRAFILME, onde Xuxa, a pedófila notória, seduz um menino de 12 anos. E por falar em menores de 16 anos: eles não serão mais imputáveis se, nos termos do artigo 228, elegerem a súcia de malandros, 40 ou 50 mil ao todo, não sei bem, que se candidataram e foram eleitos para as câmaras municipais nas eleições passadas. Se podem, em Alagoas, assassinar desafetos políticos sem que nada lhes aconteça, por que não eleger energúmenos?

Outros dispositivos da Constituição me preocupam um pouco. O artigo 6º, inciso XXXI, que proíbe qualquer discriminação no critério de admissão do trabalhador portador de deficiência física. O que acontecerá se um cego for compulsoriamente admitido como piloto da VARIG e eu tiver que viajar nesse avião? E se um surdo for contratado para a Orquestra do Municipal e eu

quiser ouvir a Nona Sinfonia de Beethoven? E se um carpinteiro ou varredor de rua for indiscriminadamente aceito pelo Magnífico Reitor como professor do Departamento da Universidade de Brasília onde até bem pouco tempo lecionei (inciso XXXII do mesmo artigo), uma vez que não pode mais haver diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual?

12. JUROS TABELADOS*

Uma das novidades da brilhante Carta com que fomos brindados, qual panacéia destinada a resolver todos os problemas do Brasil, foi o tabelamento dos juros. O teto de 12 por cento de "juros reais" constituiu a grande *trouvaille* do ilustre Deputado Gasparian, homem conhecido por seu sucesso na empresa privada, a honestidade com que sempre pagou suas dívidas e a fina inteligência demonstrada em seus outros empreendimentos. Contudo, creio interessante recordar os antecedentes históricos dessa questão: pelo que se verifica, o Brasil, sempre atento ao que se passa no mundo, adotou uma medida que se tornara obsoleta em fins do século XVIII. Como disse, o Deputado Gasparian e seus colegas são, em sua maior parte, homens de fina inteligência...

A condenação da usura, ou seja, do empréstimo a juros, é antiquíssima e pode ser ocasionalmente encontrada em todas as sociedades. A tradição judeu-cristã, contudo, enfatizou a proibição que a Bíblia transformou em dogma. O Salmo XV condena a usura e na Primeira Epístola a Timóteo (6:10), São Paulo acentua que "a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro", assim confirmando o *auri sacra fames quid non mortalia pectora cogis...* de Virgílio. Como resultado de tal ascético tabu, estendeu-se a proibição do empréstimo a juros durante a Idade Média, de que ficaram isentos os judeus. Isso contribuiu tanto para sua transformação em joalheiros e ricos banqueiros, quanto para o antisemitismo e ocasionais *pogroms*. A principal consequência da condenação escolástica, entretanto, foi a estagnação econômica do período.

É conhecida a tese de que os primórdios do capitalismo e do desenvolvimento econômico do Ocidente datam de fins do século XV quando começa a fixar-se um limite legal, uma espécie de teto nas taxas de juros permitidas — libertando assim, ainda

---

(*) *JT* em 07.11.88

que parcialmente, o comércio do dinheiro. De acordo com princípios mercantilistas, a usura é perseguida como crime acima de tais limites. É também interessante notar que, na Inglaterra, o teto baixou de 10 por cento em 1541, ao tempo de Henrique VIII, para 5 por cento em 1713, já depois da Revolução Gloriosa — um paradoxo! O desabrochar da expansão capitalista e industrial segue de perto a libertação da transação bancária. Foram Turgot, na França (1775), e Jeremy Bentham, na Inglaterra (1787), os primeiros a atacar a teimosa idéia de um controle legal sobre as taxas de juros. Em meados do século XIX a libertação do empréstimo a juros, segundo a lei da oferta e da procura, era já quase universal. Permanece, em alguns casos, o controle pelos tribunais na incidência clamorosa de abuso e extorsão, ao mesmo tempo em que cessa a prisão por dívidas. Observemos ainda que o FMI, na época moderna, não é um tribunal que procura coibir a ganância dos credores, mas assegurar a seriedade dos devedores nas medidas de autocontenção para o serviço da dívida.

Bentham, numa crítica a William Pitt, então primeiro-ministro, escreveu: "Vocês sabem que é uma velha máxima de minha autoria que os juros, como o amor e a religião, devem ser livres". Sustentado no "Inquérito" de Adam Smith "sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações", o grande liberal manifestava sua tese que se devia estender o princípio da liberdade de comércio ao dinheiro. Em carta a um amigo, Sir John Bowring, enuncia claramente o princípio: "Nenhuma pessoa de idade madura e mente sadia, agindo livremente e com os olhos abertos, deveria ser impedida, tendo em vista alguma vantagem sua, de fazer tal negócio ao obter dinheiro conforme julgue adequado; nem deveria (...) ser impedida qualquer outra pessoa de supri-lo (...)"

Santo Antônio de Pádua e de Lisboa, um santo muito querido dos brasileiros, doutor da Igreja, protetor dos pobres e da propriedade perdida, franciscano de grande calibre intelectual, é um dos que compreenderam, muito antes de nossa época, que a ética cristã e a racionalidade econômica não são necessariamente opostas. O professor alemão Meinolf Schübeler* lembra que Santo Antônio teve ação benéfica na vida política e econômica do estado municipal de Pádua e que, por exemplo, foi o primeiro a introduzir a idéia de "diferenciação entre falência fraudulenta e insolvência imerecida. Sob sua influência foi abolida a prisão perpétua para os imerecidamente insolventes". Alexandre Chafuén, um professor argentino que é mentor da Atlas Foundation, um instituto liberal de Washington, arguiu

---

(*) Citado *na Deutsche-Brasilianische. Hefte*, 3.1987

que a Escolástica Tardia, na Espanha, já havia superado o preconceito contra o comércio de dinheiro. Nos séculos transcorridos desde então, a falência regulamentada, a concordata e o saneamento de devedores se desenvolveram na fase dos códigos civis. A finalidade de tais procedimentos não foi mais a completa recuperação dos credores, senão o restabelecimento da capacidade de ação dos devedores.

O problema do controle e proteção da temeridade ou prodigalidade dos empresários (*projectors*), do tipo daquele que nos têm governado a partir de 1972/74, permanece integral desde a época de Santo Antônio, Adam Smith, Turgot e Bentham, como preocupação de moralistas e juristas. Mas Bentham explica: "Aqueles que tomam a resolução de sacrificar o presente ao futuro (os que poupam, emprestam e são credores) são objeto natural da inveja daqueles que sacrificam o futuro ao presente (os que pediram emprestado e são devedores)". "As crianças que comeram o bolo são inimigas naturais daquelas que ainda possuem o seu". O ressentimento é uma das mais poderosas e entranhadas reações humanas, tanto ao nível individual quanto no coletivo. Reconhece Bentham sua presença entre os devedores, pois eles custam a confessar o erro cometido, seu vício de prodigalidade, seu hábito de gastar mais do que ganham, sua boa vida ao procurarem utilizar a poupança alheia antes do que o produto de seu próprio duro trabalho acumulado: é muito mais fácil inflacionar, gastar perdulariamente e esbravejar contra o rico banqueiro, sobretudo quando é estrangeiro, argumentando que "não pagaremos a dívida com a fome de nosso povo!", do que apertar o cinto e "fazer economia..."

É possível que a iniciativa do tabelamento de juros e outras medidas tomadas pelos constituintes em 1988 não tenham muitos méritos do ponto de vista daqueles que ambicionam uma aceleração do desenvolvimento do Brasil para a solução de seus problemas sociais. Terão, pelo menos, a característica de nos reaproximar das teses da economia medieval e do mercantilismo dos séculos XVII e XVIII. Minhas felicitações ao Deputado Gasparian por seu sentido da História...

III.
POR UM LEGISLATIVO DECENTE

Que o político
Intoxique
Mistifique
Bestifique
a opinião
e Prolifique
a eterna Ilusão

Gilberto Amado, *segundo* Roberto Campos

13. DIRETAS E INDIRETAS*

Procurei, em dois autores da maior seriedade, um depoimento sobre os antecedentes e motivações da iniciativa histórica de estabelecimento de eleições indiretas no Brasil. As duas obras são *O Governo Castello Branco*, do Senador Luís Viana Filho (José Olympio, 1975), e *O Presidente Castello Branco, Reformador Brasileiro*, do professor "brazilianista" John F. Dulles (Texas U. Press, 1980, traduzido pela UnB). Em nenhum dos dois livros está muito claro por que razão o saudoso Presidente Castello foi levado a adotar a medida que figurou no AI-2 e se incorporou à Constituição de 1967. Luís Viana apenas resume a filosofia de toda a situação, que se criou com a crise de outubro de 1965, na frase: "A História proporcionava-lhe altura para ter a perspectiva

(*) *JT* em 09.04.84

que, para o comum dos homens, somente o Tempo dá aos fatos políticos".

Sabe-se que a Constituição de 1967 foi elaborada a partir de 1966, por sugestão do então Ministro Mem de Sá e sendo Ministro da Justiça, Medeiros da Silva, e pelos juristas de renome — a elite do constitucionalismo brasileiro — Levi Carneiro, Seabra Fagundes, Orozimbo Nonato e Temístocles Cavalcanti. Ao que consta, só Seabra Fagundes se manifestou favorável à eleição direta para a Presidência da República (*Jornal do Brasil*, 31/08/66). Segundo acentua o Professor Dulles: "Castello Branco favorecia eleições presidenciais indiretas e um governo com instrumentos suficientemente fortes para prevenir violações da Constituição e ditadura em período de agitação". O historiador informa sobre a relutância de certos políticos, em fins de 66, em incorporar o dispositivo sobre eleições indiretas na Constituição que se planejava. Ao que parece, o Senador Daniel Krieger foi um dos mais entusiásticos defensores do princípio de eleições indiretas. A Constituição estabelecia o princípio das eleições indiretas, que foi adotado por 223 votos contra 110 na Câmara, e 37 a 17, no Senado, o que, mesmo levando em conta as cassações de oposicionistas, revelava ampla maioria a seu favor. Vale lembrar esses fatos, pois a memória política brasileira é muito fraca...

O que fez a Constituição de 67 foi confirmar a medida adotada pelo AI-2. Nas negociações, intrigas e iniciativas que precederam a crise de outubro de 1965, é extremamente interessante acompanhar os posicionamentos dos principais políticos e juristas que se envolveram no debate, demonstrando que o problema das indiretas não era assim tão simples quanto hoje parece. *O Estado de São Paulo* informava que Castello Branco declarara não ser, pessoalmente, favorável ao princípio. Nas eleições de 1966. Castello Branco pensava em Juracy Magalhães, Krieger e Bilac Pinto para sua sucessão e, provavelmente, acreditava que seria possível elegê-los pelo povo, caso os partidos apoiassem algum desses nomes. Entre os militares ele teria tido preferência por Cordeiro de Farias e Mamede, mas parece também certo que não alimentava simpatia alguma por seu ministro do Exército, o qual finalmente o sucedeu com as consequências desastrosas já sabidas. A 15 de outubro de 65, entretanto, Castello Branco teve um encontro com Aliomar Baleeiro e este testemunhou que o presidente era, na realidade, favorável a eleições indiretas. O AI-2, de 27 de outubro, foi finalmente elaborado com sugestões de Nehemias Gueiros, Francisco Campos, Carlos Medeiros da Silva, Luís Viana, Golbery, Geisel, Adauto Cardoso e João Agripino. Pelo que se vê, foram sobretudo políticos civis que se manifestaram simpáticos ao novo método

eleitoral. Todos eles estavam conscientes das imensas dificuldades que se apresentavam, caso fosse o povo chamado à consulta em 1966. No depoimento de Luís Viana (pág. 336), verifica-se que, numa reunião de políticos a 7 de outubro, Adauto Cardoso, udenista *enragé*, se mostrou veementemente contra a hipótese da eleição indireta do Presidente da República porque acreditava que o Congresso, dominado pelo PSD, abriria as portas ao retorno de Juscelino Kubitschek. Essa opinião é bastante curiosa e pertinente, pois revela, novamente, o casuísmo, tanto mais estranho quanto Juscelino seria também, àquela altura, o candidato com melhores perspectivas de triunfo numa livre consulta popular *direta*.

Os testemunhos coligidos nas obras de Dulles e Luís Viana, assim como a leitura dos jornais da época, parecem confirmar o seguinte quadro que se delineava para a sucessão de Castello: Juscelino seria vitorioso a não ser que fosse sua candidatura militarmente vetada; Carlos Lacerda surgiria como candidato "revolucionário" de uma certa corrente de "linha dura" militar. Mais provavelmente, porém, em vez de eleições, teríamos uma ditadura militar pura e simples, de teor fortemente nacionalista e mesmo socialista, sob o comando de um homem, digamos, como o General Albuquerque Lima. O recurso casuístico ao método indireto de seleção do presidente tinha como objetivo, na realidade, impedir aquilo que Castello Branco previa num discurso pronunciado em Bagé a 10 de outubro: "Não se pode vestir a Nação com a camisa-de-força do nazismo, maltratando os brasileiros através de um regime em que alguns civis desejam segurar nos copos da espada dos militares para, ditatorialmente, passar a lâmina nos patrícios que contrariam as suas ambições"... O que muitos dos atuais críticos do movimento de 64 teimam em esquecer é que Castello Branco representava, supinamente, a resistência democrática e legalista numa atmosfera de agitação que se teria, inevitavelmente, encaminhado para a ditadura (como de fato ia ocorrer dois anos depois). O melhor calmante para essa agitação seria, no pensamento de Etelvino Lins, a "adoção da eleição indireta para a Presidência da República" (Luís Viana, pág. 346). Essa foi, finalmente, adotada a 25 de outubro, dois dias antes do AI-2, num debate histórico de Castello Branco com Adauto Cardoso, Nehemias Gueiros, Francisco Campos, Luís Viana e Carlos Medeiros, com apoio de Juracy, Geisel, Golbery e Cordeiro de Farias.

O depoimento pessoal que desejo oferecer sobre a matéria é o seguinte: em 1965 estava eu cursando, como estagiário designado pelo Itamaraty, a Escola Superior de Guerra. Em setembro daquele ano a turma empreendeu a etapa final do Curso Supe-

rior de Guerra com o chamado Planejamento Estratégico. Os 70 estagiários foram divididos em duas turmas, sendo uma entregue ao Dr. Júlio Barata, que depois se tornou ministro do Trabalho, e a outra a mim mesmo, como coordenadores. A do Ministro Barata se dedicou a um trabalho, de caráter doutrinário, sobre os problemas de segurança, ao passo que aquela cujos esforços coordenei preferiu ater-se a uma análise da conjuntura. Dado o poder que detém um coordenador de sugerir, propor, encaminhar, dificultar ou enfatizar idéias contraditórias de um grupo de trabalho desse tipo, lembro-me de que consegui persuadir meus distintos colegas a se deterem, com atenção, sobre três temas especiais da conjuntura brasileira: a reorganização territorial da Federação, o sistema partidário e o método eleitoral. O primeiro tema não teve consequências. No segundo, a opinião do grupo se dirigiu no sentido de privilegiar o bipartidarismo, com fortes simpatias pelo sistema parlamentarista. Quanto ao terceiro, a opinião maciça se dirigiu no sentido de favorecer a adoção do método indireto de eleição do chefe do Estado, método adotado nos EUA e nas nações democráticas da Europa. Qual não foi, portanto, nossa surpresa quando, menos de um mês depois de nossas deliberações, foi decretado o AI-2, que introduzia duas de nossas sugestões.

O General Castello Branco havia sido chefe do Departamento de Estudos da ESG. Sua orientação doutrinária, no exercício da Presidência, revela o forte impacto que a doutrina da chamada *Sorbonne* sobre ele exercia. Não é assim impossível que tenha encontrado, na manifestação de um pequeno grupo representativo da elite civil e militar do país, uma indicação dos rumos a seguir na crise que se aproximava. Relato o episódio com um único objetivo: nosso exercício não era casuístico, nem interesseiro. Tínhamos em mente a lamentável experiência recente do Brasil republicano que, havendo eleito com voto minoritário presidentes como Juscelino e Jango, e com voto majoritário um biruta como Jânio e um ditador como Getúlio, sempre seguidos ou precedidos de golpe militar, revelava a fraqueza da nossa estrutura partidária e o grau ainda relativamente primitivo de nossa cultura política. Independentemente de qualquer raciocínio casuístico sobre quem se poderia beneficiar ou não com "diretas" ou "indiretas" em 1966, o que nos preocupava era o seguinte:

1) deixasse de ser a eleição do Presidente da República um trauma que, permanentemente, abala a Nação;

2) viesse doravante a eleição a constituir um método seguro pelo qual fosse escolhido, não um presidente minoritário que

pretendesse fazer "reformas de base" espúrias, mas sim um governante, severo e responsável, que representasse a maioria da população brasileira e fosse legitimado pelas urnas;

3) fosse reforçada a organização partidária, de maneira a assegurar a necessária triagem prévia dos políticos suscetíveis de serem elevados à suprema magistratura;

4) finalmente, servisse o Colégio Eleitoral de intermediário idôneo entre o povo, os partidos e o governo para a seleção do melhor, eliminando ou pelo menos reduzindo o risco das lideranças populistas, adversas a essa organização partidária, perigosas para as instituições liberal-constitucionalistas e valendo-se dos recursos demagógicos que contaminaram quase todo o período 1945-1964.

Creio que esses ideais continuam sendo legítimos, não obstante a celeuma posterior sobre o tema das Diretas e Indiretas e o renascimento da opção parlamentarista em nossos dias.

Na época da Abertura dos anos 80, não era possível ler um jornal, apertar um botão de TV ou bater um papo numa roda de amigos sem ser atordoado com o debate insosso sobre as "diretas". Arre! Proclamava-se a grande panacéia! Com diretas íamos resolver não apenas todos os problemas políticos da nação, mas, presumivelmente, o da dívida externa, da inflação, e até mesmo das secas do Nordeste, dos assaltos, das drogas e, quem sabe, das frustrações amorosas da gatinha da esquina...

O brasileiro tem a paixão da retórica. Possui a crença firme do primitivo na magia da palavra. A palavra pode adquirir um dom sobrenatural, qual despacho de macumba, ao som dos atabaques e reco-recos batucados pelos mídias. Todo mundo acaba se convencendo do valor milagrosamente curativo das poções propostas pelos charlatães da política. Até mesmo cardeais clamavam por diretas, bem seguros que estão, sentados nas suas sés vitalícias, de nomeação eminentemente indireta. Enfim! A grande farsa prosseguiu durante algum tempo... até desembocar na defesa do *parlamentarismo que, por definição, é um governo indireto*.

Falava-se no povo, o povo, O POVO! É o "povo" que quer as diretas. Invocava-se mesmo inquéritos de opinião que demonstrariam estar ele 70 por cento favorável ao sistema. Quem liga para os desejos do povo? O povo tem se manifestado também, maciçamente, em favor da pena de morte para os assaltantes que lhe ameaçam os bens e a vida, mas quem, até agora, atendeu a esses mais justos reclamos?

A Universidade de Brasília conduziu uma pesquisa sociológica numa das cidades-satélites de Brasília sobre tópicos políticos: verificou-se que as respostas revelaram interesses exclusivamente primários de sobrevivência. O que o povo quer é ser bem governado, por gente competente e impoluta — não importa se direta ou indiretamente. Fui professor daquela Universidade. Por curiosidade, nas provas finais a que submeti, certa vez, meus alunos no curso de Introdução à Ciência Política, pedi-lhes que destacassem as diferenças entre eleições diretas e indiretas. Meus alunos eram jovens atentos, de padrão cultural e social relativamente alto. Poucos, porém, me souberam responder satisfatoriamente. Quando muito, salientaram que, na Argentina tinha havido diretas e na França também. A grande maioria não sabia exatamente como funciona, nos EUA, o colégio eleitoral *ad hoc* que, num contexto federativo, escolhe o presidente após o sufrágio popular. Ficaram todos espantados de descobrir que, na Europa, em todos os países onde triunfa a democracia — a verdadeira e não aquela que enche a boca dos demagogos que falam e dos bobocas que os ouvem — os chefes de Estado são, ou hereditários, ou eleitos indiretamente. A única exceção é a França, com efeito. O princípio da eleição do presidente pelo sufrágio universal direto, em dois turnos, foi introduzido por De Gaulle em 1962. Em 1958, contudo, fôra ele eleito por um colégio eleitoral de acordo com a velha tradição do país. A inovação das diretas foi então violentamente combatida pela oposição de esquerda a De Gaulle, encabeçada por Mendès-France e Mitterrand que a acusava de ser de tipo ditatorial, "fascista" e antidemocrática. Eram reminiscências dos referendos plebiscitários que haviam levado Napoleão III ao poder, em 1852, e de novo lhe assegurado a ditadura em 1870.

A curiosidade de toda essa polêmica é a seguinte: denunciam-se os casuísmos, os oportunismos, a obsessiva preocupação personalista da vida política no Brasil. Mas poderá haver algo mais casuístico do que o debate? Como sempre, em nosso país, não é o caso de *cherchez la femme* — é o de "procurar o homem", o homem em cujo interesse e benefício se promove esta ou aquela iniciativa, lei, regulamento ou mesmo reforma constitucional. Na circunstância, não se queria diretas por temor de que fosse escolhido, através de mecanismo inidôneo, este ou aquele personagem considerado corrupto. Quem desejava diretas é quem pensava que outro personagem seria eleito, através do recurso demagógico de prometer tudo a todos. Já se falava mesmo no futuro *slogan*: *50 anos de carnaval em cinco*. Seria construído o maior sambódromo do mundo, abarcando de ponta a ponta o eixo monumental de Brasília. Viva! No final das contas,

elegeu-se indiretamente Tancredo e Sarney. Depois, elegeu-se diretamente, Collor, contra o qual se levantavam os proponentes das "diretas". Hoje, Ulysses é pelo parlamentarismo. Mas permanece o perigo muito claro que, se for esse sistema escolhido no plebiscito de 1993, se conserve a eleição direta do chefe de Estado e, nesse caso, se criem todas as condições para um conflito entre o Presidente da República e o Chefe do Governo. O primeiro, representando uma facção de algumas dezenas de milhões de eleitores, não há de querer se submeter a um primeiro-ministro, indiretamente escolhido por outras facções no Congresso. Um impasse é fatal!

14. POR UM LEGISLATIVO DECENTE*

No desenrolar da aplicação do chamado Plano Collor, econômico, e do Plano Brasil Novo, mais caracteristicamente político, muitos observadores, inclusive autores de "Cartas dos Leitores" de diversos periódicos, se têm queixado que, sobre o Legislativo, nenhum efeito tem exercido aquele plano. Os privilégios dos marajás dos legislativos e das estatais continuam grotescos; os abusos do clientelismo permanecem, assim como os trens da alegria; pouco enxugamento da máquina burocrática foi executado e as gaiolas de ouro municipais multiplicam seus escândalos. A corrupção geral não abrandou, como o faria se a burocracia fosse reduzida. O termo marajá foi muito utilizado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República durante a campanha eleitoral, mas se tornou inteiramente esquecido depois da posse. A palavra vem do sânscrito *mahat*, grande, e *rajan* ou *raj*, rei, governante ou estado. Os marajás seriam assim, verdadeiramente, os donos do poder patrimonialista, aqueles que *possuem* este país, a classe dirigente e exploradora.

Os críticos dos dois planos esquecem-se que, nesse setor, o Executivo não possui forma de ação direta sobre o Legislativo: pela Constituição, autônomos são os Três Poderes. Além disso, é o Brasil uma federação e Brasília tampouco é capaz, senão indiretamente, de forçar os governos estaduais a se moralizarem. A Constituição do "Ulysses no País das Maravilhas" agravou a situação ao privar a União de uma considerável parcela de seus recursos tributários.

Ora, se é possível constatar um enorme desencanto da popu-

(*) *JT* em 13.08.90

lação com os políticos — ou seja, com os eleitos para os legislativos em seus três níveis, e para o Executivo, idem — caberia entender os motivos de tal desgosto. A causa principal, quer-me parecer, reside nos defeitos da representação em nossa estrutura política — uma falha existente desde os primórdios da vida independente do Brasil como nação. Não é só que o povo, como se acentua, não sabe escolher. É sobretudo que não se oferecem ao eleitorado condições adequadas para fazer uma escolha racional, segundo seus interesses a longo prazo.

Sem dúvida está certo o Deputado Delfim Netto quando acentua que o Congresso é um resumo do necessariamente matizado mosaico nacional. Os que ali representam o povo, representam, na realidade, setores diversos da população, inclusive "a banda podre da sociedade". Não existiria, assim, maneira de impedir, pelo voto secreto, que, como assinala Augusto Nunes em *O Estado de São Paulo* (6.10.91), "meliantes providos do título de eleitor se façam representar em Brasília. Esse risco é parte do jogo democrático". Acontece, porém, que a democracia brasileira não é realmente representativa. Nunca foi. É antes um democratismo que, artificialmente, mantém a forma tradicional de autoridade patrimonialista-clientelista. Os artigos reunidos nesta coletânea procuram demonstrar essa tese.

Aconselho aos leitores cultos e interessados a leitura da obra *Evolução do Pensamento Político Brasileiro*, organizada por Vicente Barretto e Antônio Paim, e publicada pela Editora Itatiaia com o apoio da Editora da USP. Os autores desse livro fundamental salientam os defeitos do regime representativo em nossa terra, desde a Independência. Esses defeitos resultariam, em parte, do desenvolvimento rudimentar do pensamento liberal em nosso país. Lembram, inicialmente, que cada geração pretendeu uma reforma das instituições políticas, em consonância com as idéias de seu tempo e seguindo os modelos "modernos" que lhe eram oferecidos pelas "sociedades exemplares" da Europa e América do Norte. Mas acontece que as mudanças pretendidas esbarraram sempre com a inércia de uma tradição cultural conservadora — herdada de Portugal — e de um subdesenvolvimento mental que não lhe permitem impor, racionalmente, a transformação desejada.

A discordância entre o desejo de mudança e os meios práticos de realizá-la se coloca, enfaticamente, no Legislativo, mormente porque o Legislativo federal também dispõe de poderes constitucionais. Enquanto os autores responsáveis pela Constituição do país não dispuserem de representatividade autêntica, é inútil imaginar que poderemos, com facilidade, edificar uma estrutura política adequada aos desejos da nacionalidade: cria-

se como que um círculo vicioso porque os mesmos vícios são, sucessivamente, inseridos nas cartas magnas profusamente elaboradas desde a Proclamação da República em 1889. Acresce que o baixo nível cultural e educacional da população não contribui para a correção do mal, mas o agrava. A composição do Congresso reflete o subdesenvolvimento mental do povo. É o próprio Senador Humberto Lucena, ex-presidente do Senado e líder do PMDB que escreve: "quando tanto se fala no fracasso do sistema presidencialista no Brasil, sem dúvida o maior problema está justamente aí... os governantes cometem crimes de responsabilidade, mas o Legislativo, que tem o dever de apurá-los e puni-los, inclusive com seu afastamento, vem se acomodando, ao longo do tempo, num total desprestígio de caráter institucional" (*O Globo*, 17.10.91). Escandalosos, assassinos, ladrões, narcotraficantes, quando foi um deputado ou um senador expulso do Congresso? No momento em que escrevo, o verdadeiro gangster que é o representante de Rondônia, Deputado Jabes Rabelo, continua choramingando e nada, por enquanto, lhe aconteceu.

Estas considerações são sobretudo pertinentes diante da eventualidade da mudança do regime presidencialista para o parlamentarismo. Com um Congresso medíocre como o de que dispomos atualmente, alguém porventura alimenta alguma ilusão quanto ao resultado desastroso que poderá advir da mudança? Claro, dispomos de um Presidente da República eleito pela maioria do eleitorado. Corajoso é ele. Vigoroso, voluntarioso, ambicioso (tem aquilo roxo...). Não obstante, sua mocidade, seu caráter temperamental, sua pressa e falta de experiência, e o círculo provinciano de baixo calibre que o cerca, poderão comprometer a necessária liderança que dele seria requerida para a reforma constitucional. Na tradição brasileira, se vale o Presidente da República de uma soma tão extraordinária de poderes que não estaria fora de cogitação se, a ele, coubesse conduzir as mudanças, na base da representatividade mais autêntica, para uma forma de parlamentarismo eficiente e honesto. Mas poderíamos esperar, com otimismo, uma tal milagrosa eventualidade? Mais certo seria antecipar que uma representatividade autêntica só será alcançada quando certas condições, que não são, infelizmente, daquelas que agradam aos demagogos e "fisiólogos" aos quais, em grande parte, caberá efetuar a próxima reforma constitucional, poderão ser satisfeitas. Voto distrital, correção dos absurdos coeficientes eleitorais, reforma na constituição do Senado, redução dos salários dos deputados estaduais e vereadores, eis algumas das condições que julgo essenciais e às quais pretendo referir-me, neste curto capítulo do ensaio em que abordo alguns dos problemas do momento.

15. O PROBLEMA DOS COEFICIENTES ELEITORAIS*

Quando, a 13 de agosto de 1990, publiquei, sob o título "Por um Legislativo decente", o texto da seção anterior, o artigo no *Jornal da Tarde*, de *O Estado de São Paulo*, teve certa repercussão. Foi reproduzido em vários jornais, entre os quais *O Globo*, o *Jornal do Brasil* e o *Correio Braziliense*. Desejamos insistir no tema dos coeficientes eleitorais, em relação com a adoção do sistema distrital majoritário. Acreditamos, aliás, que os dois temas estão intimamente relacionados, pois não seriam admissíveis variações consideráveis na população dos distritos, na base da divisão territorial da Federação.

Queremos aqui elogiar a iniciativa benemérita do Deputado José Serra, em defesa da representação paulista: ele mereceria um apoio mais entusiástico da população do estado e de seus colegas na Câmara. Mas a questão não termina aí. O Deputado Carlos Vinagre, do PMDB do Pará, azedamente opinou que constituiria uma "discriminação odiosa" um aumento do número de deputados paulistas. Ora, odiosa, discriminatória e vergonhosa é, precisamente, a prática atual, envinagradamente defendida pelo representante paraense. O fato é que os atuais coeficientes eleitorais, arbitrariamente estabelecidos pelo Presidente Geisel para favorecer os interesses da Arena que então dominava os estados do Norte e Nordeste, violam frontalmente a letra e o espírito da Constituição, particularmente seu artigo 5º ("todos são iguais perante a lei") e o artigo 14 ("voto direto e secreto com valor igual para todos", repito, *com valor igual para todos*). Conceder a Roraima, por exemplo, oito deputados quando sua população não alcança nem mesmo o coeficiente necessário para a eleição de um só em São Paulo ou no Rio, é uma violação indecente da equidade contida naqueles dispositivos constitucionais. Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Sergipe — unidades que possuem, individualmente, menos de um por cento da população brasileira — são estados com representação excessiva, revelando o objetivo exclusivo, indecoroso, de manter o clientelismo e o patrimonialismo obsoletos da sociedade brasileira, alimentar o domínio do país por uma classe desmoralizada de políticos fisiológicos e engordar ainda mais o dinossauro do subdesenvolvimento burocrático.

Realmente, o sistema hipocritamente criado e piorado pela

(*) *JT* em 27.08.90

última Constituinte, que transformou territórios em estados e criou um novo estado, Tocantins, possui o propósito claramente suspeito de manter o domínio do Legislativo por uma maioria artificial de nortistas e nordestinos, refletindo o que de mais reacionário e fisiológico existe na política brasileira. Toda a região Norte e Nordeste, a mais atrasada e culturalmente subdesenvolvida do país, dispõe de 172 representantes na Câmara ao passo que a região Sudeste (São Paulo, Minas e Rio) a mais populosa, rica e desenvolvida, com 52 por cento da população, é representada por apenas 160 deputados. Quatorze pequenos estados brasileiros, do Acre a Amapá e Espírito Santo, constituindo exatamente a metade da população de São Paulo, que é de 32 milhões, falam na Câmara pela voz de 103 deputados, enquanto São Paulo se manifesta apenas por 60. Mesmo Minas Gerais, que possui a metade da população de São Paulo, dispõe de 53 deputados, quase tanto quanto seu vizinho. São Paulo, que por sua população deveria levar até 109 representantes para Brasília, fez uma tentativa em 1990 de corrigir essa situação, mas não foi bem-sucedido.

Os oito deputados do Acre receberam, em conjunto, 40 mil votos, o que constitui um coeficiente mínimo para ser eleito em São Paulo. Os oito do Amapá foram favorecidos com 25 mil e, os de Roraima, 26 mil. Nesse último estado, Marcelo Souza Luz foi eleito por 1.806 votos; Ruben da Silva Bento por 1.500 e João Batista Silva Fagundes por 1.400. É um escárnio! Comparem com José Serra, em São Paulo, que representa 338 mil cidadãos; ou João Mellão, 260 mil; ou Arnaldo Faria de Sá, 231 mil. O escândalo de tais diferenças é patente como patente é a violação do princípio da isonomia ou igualdade de todos perante a lei. Particularmente, o artigo 14 da Constituição, que determina que o voto deve ter "valor igual para todos".

O democratismo que gerou essa situação reflete uma espécie peculiar de bom-mocismo romântico que, sob o pretexto de defender o fraco, o pobre e o ignorante, acaba apenas favorecendo, demagogicamente, os cínicos espertalhões que pretendem representá-los. A aberração é ainda agravada pela constituição do Senado onde todos são iguais, com três senadores por estado, mas alguns orwellianamente mais iguais do que outros. De novo aí, esses 14 estados são representados por 52 senadores, enquanto São Paulo, Minas, Rio, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, a alavanca econômica do país, elegem apenas 21 senadores. Um senador do Amapá foi escolhido por 20 mil eleitores como delegado dos 120 mil habitantes do pequeno pseudo-estado: o cargo está à altura da mediocridade do homem e do voto.

Nesta análise que faço do anseio nacional por um Legislativo decente, insisto na urgência da reforma da Constituição, no método de recrutamento do Senado e no estabelecimento do voto distrital, majoritário ou misto. É sobre esses temas que voltarei a aborrecer meus leitores ou... a excitar-lhes a indignação.

16. SOBRE O VOTO DISTRITAL*

Os institutos de pesquisa de opinião, os comentaristas e editorialistas dos jornais, e mesmo meu círculo restrito de amigos, tendem a confirmar a impressão que os índices de indiferença, indecisão e abstenção, nas eleições parlamentares de 1990, revelam um sentimento generalizado de revolta e desgosto da população com o comportamento da legislatura. Isso nos leva a procurar explicações para a desmoralização do Congresso e meios para remediar o mal.

O tema do voto distrital tem sido estudado em profundidade por muitos cientistas políticos, inclusive por ilustres parlamentares que o têm defendido com ardor, por seu caráter moralizador e benéfico à representatividade mais autêntica. Cabe notar, inicialmente, que: *I* — o voto proporcional, atualmente adotado, incentiva a pulverização dos partidos e o personalismo patrimonialista entranhado nos hábitos políticos do país. *II* — há uma incoerência flagrante entre o desejo de fortalecer os partidos e a legislação eleitoral que os debilita e degenera, ao permitir as coligações, as transferências fáceis de um partido para outro e o registro de pequenos partidos sem quase representatividade alguma. O sistema proporcional só se justifica com partidos que reflitam, efetivamente, fortes correntes de opinião e de interesse, programas concretos ou ideologias definidas. Ora, tais partidos, com raras exceções (PCB, PT ou quiçá PSDB), inexistem: eles apenas constituem conglomerados transitórios, sem substância. *III* — se o que se procura é o robustecimento partidário, através do combate ao "fisiologismo", então o voto distrital favorece esse propósito ao provocar a explicitação do conteúdo programático dos candidatos, em suas áreas de representação. *IV* — a crítica comum que se ouve sobre os efeitos perversos do poder econômico, nas eleições, poderia ser reduzida através da adoção do novo sistema. No Brasil, o distrito eleitoral, num sistema misto, comportaria áreas com uma média de 600 mil habitantes (150

(*) *JT* em 01.10.90

milhões divididos por 250 deputados), com variações regionais pequenas, conforme as conveniências. É evidente que a propaganda de um candidato seria mais barata num distrito de 600 mil pessoas do que numa área de 32 milhões como São Paulo, ou mesmo de um ou dois milhões como em estados menores. *V* — a objeção de que os grupos minoritários de opinião ou interesse não se podem fazer representar num sistema majoritário pode ser contornada pelo "desenho" apropriado do distrito. Assim, por exemplo, certos distritos na cidade de São Paulo englobariam as áreas de classe média e alta dos Jardins e Morumbi, ao passo que outros distritos seriam contemplados na Lapa e Osasco, ou Brás e Mooca, de modo a permitir a representação de operários e classes modestas. Partidos como o PT alcançariam fácil superioridade nos distritos do ABC. Similarmente, no Rio, o PDT brizolista dominaria nos distritos da zona norte, enquanto os candidatos liberais e conservadores se elegeriam nos da zona sul. A favela da Rocinha é bastante populosa para construir seu próprio distrito e elegeria o candidato que representasse, diretamente, seus interesses e simpatias particulares. O importante é possibilitar o estabelecimento de uma *relação pessoal* direta entre o candidato e a área, necessariamente restrita, que iria representar no Congresso: um político de talento pode se dar a conhecer a 200, 300 ou 600 mil pessoas, mas não a milhões. Na área rural, por outro lado, os pequenos municípios seriam englobados em distritos eleitorais até esses limites. De qualquer forma, seria legítimo um sistema misto, moderado, conforme tem sido proposto, suscetível de permitir a candidatura de personalidades com prestígio em todo um estado e sem vínculos locais bem definidos. Nesse caso, os candidatos constariam de listas partidárias e caberia ao partido as despesas com a eleição de seus membros. *VI* — finalmente, o sistema sugerido eliminaria os aspectos escandalosos e abusivos do dispositivo constitucional relativo aos coeficientes eleitorais. Um estado como Rondônia teria três distritos e três deputados, nada mais. Amapá, além de se vangloriar de ser representado na Câmara Alta por uma figura tão ilustre quanto o poeta Sarney, disporia de um deputado, pois o estado constituiria apenas um distrito. Roraima, por concessão muito especial, também se faria representar por um único congressista, já que não se pode dividir um deputado ao meio... Enfim, basta de violação do princípio democrático de isonomia política, implícito nos artigos 5 e 14 da Constituição ("voto direto e secreto com *valor igual para todos*").

A principal vantagem do sistema distrital, ouso concluir, é legitimar a representatividade dos "representantes do povo", por seu contato e relacionamento mais imediato com a parcela da

população representada. O problema é permitir a representatividade dos interesses setoriais, repito dos *interesses* — pois é a isso que se reduz a democracia.

17. POR UM LEGISLATIVO DECENTE — II*

Uma das manifestações mais impressionantes do "democratismo" brasileiro é o desejo de impressionar o vulgo com expressões, leis e instituições aparentemente mais democráticas do que as vigentes nos países avançados da Europa e América do Norte. Nos EUA, por exemplo, que serviu de paradigma para nossa federação, os estados contentam-se com dois senadores cada um: aqui são três! Na América, possui a Câmara 435 representantes, número fixo: aqui, mais de 500, muito embora seja menor nossa população. Lá, vários estados pequenos são representados por três, dois ou um deputado; aqui, no mínimo por oito. A intenção aparente de fortalecer a representatividade reduz-se, na realidade, ao propósito hipócrita de aumentar as oportunidades "fisiológicas" dos políticos. Criam-se estados novos e transformam-se territórios marginais miseráveis (Acre, Amapá, Roraima, Rondônia, Tocantins) apenas para proporcionar vagas para politiqueiros medíocres. O fisiologismo empreguista corrompe a função legislativa. Uma das causas da situação vergonhosa que levou o público ao protesto indireto da abstenção e voto nulo, nas últimas eleições parlamentares, é a elevação arbitrária dos salários dos legisladores. Em alguns casos essa elevação é feita pelo instituto escandaloso das "sessões extraordinárias". No Legislativo do Rio, onde os deputados ganham o equivalente a 10 mil dólares, ou sejam 200 salários mínimos, essas podem ser diárias ou mesmo duas vezes ao dia, e a qualquer pretexto, mesmo para comemorar aniversários, falecimentos ou ocasiões sem qualquer significado coletivo. Outro recurso em voga é o de privilegiar suas áreas eleitorais à custa do orçamento federal e dos repasses. O deputado baiano João Alves ficou famoso, em fins de 1991, como relator do orçamento. Para o município de Serra Dourada, que tem apenas 17 mil habitantes, ele conseguiu um repasse de seis bilhões (*Veja*, 23.10.91) o que equivale a oito salários mínimos por habitante: praticamente dobra a renda *per capita* da população local. Os repasses orçamentários do Legislativo baiano ofende-

(*) *JT* em 15.10.90

ram o próprio governador, Antonio Carlos Magalhães, conhecido entretanto por sua generosidade com os fundos públicos. ACM procurou coibir os reajustes escandalosos dos legisladores que estão recebendo, com os benefícios das sessões extraordinárias, por volta de US$ 5.000 por mês.

É sobre esse tema rebarbativo que desejo insistir. Mas, antes de mais nada, devo prestar homenagem ao novo senador por São Paulo. Detesto e repugna-me a ideologia nacional-socializante do Sr. Matarazzo Suplicy, mas não posso deixar de admirar sua campanha moralizadora no Legislativo municipal e a luta contra a corrupção e os salários extravagantes de seus colegas.

Há mais de 200 anos escrevia David Hume: "Suponhamos que o rei da Inglaterra e as duas Casas do Parlamento façam uma lei de acordo com as formas usuais, com o propósito de isentar os membros de qualquer das duas Câmaras de pagar impostos e do dever de não se apropriar dos bens de seus concidadãos. Uma lei como esta abriria os olhos de toda a nação e lhe mostraria os verdadeiros princípios de governo e o poder dos governantes". Hume está argumentando no sentido de que os governantes devem identificar seus interesses aos do Estado e não confundir, como no patrimonialismo, o que é seu, privado, com o que é público.

No Império as coisas passavam-se de outro modo. Havendo estabilidade monetária, baseada no padrão ouro, é relativamente fácil calcular os vencimentos dos funcionários da época. O salário mínimo do empregado público era então de 25 mil réis, o que correspondia a 22,5 gramas de ouro. Seria isso, em termos de fevereiro de 1992, o equivalente a 337 mil cruzeiros, ou seja mais de três vezes o que é hoje, ou ainda 260 dólares. O salário máximo era o do primeiro-ministro, equivalente a *doze vezes* o mínimo, ou seja 300 mil réis = mais ou menos quatro milhões de cruzeiros ou US$ 3.000. Os tempos eram outros...

Vejam a história que li em *O Estado de São Paulo* de 22.9.91, sobre a passagem do deputado alemão Klaus D. Langkan, do PSD de seu país, por Minas Gerais. Ouviu dizer que os deputados estaduais de Minas ganham Cr$ 2,7 milhões, o equivalente a 11 mil marcos. Na Alemanha, seus colegas estaduais (nos *Länder)* recebem apenas uma ajuda de 420 marcos, ou seja, cerca de Cr$ 100 mil, ao câmbio daquela data. O senhor Langkan matutou, sarcasticamente : "Quero ser político brasileiro"... Na realidade, se os deputados alemães recebessem tanto quanto os mineiros, a Alemanha não seria a Alemanha, mas Minas Gerais (Ó, Minas Gerais, 5 anos p'ra frente e 50 pr'a trás, ó, Minas Gerais...). Mas Minas Gerais, aparentemente, ainda está longe do Acre em generosidade: em janeiro de 1992 foi anuncia-

do que os deputados desse estado receberam 22 milhões de cruzeiros, ou seja, quase 19 mil dólares. O presidente da Assembléia, Ilson Ribeiro, do PDS, recebeu o maior salário da casa depois de haver reajustado os de seus colegas por intermédio de uma organização denominada União Parlamentar Interestadual: a desfaçatez não tem limites.

Segundo foi publicado pela revista americana *Newsweek*, em 13.2.89, os deputados federais alemães recebem US$ 95.000 dólares anuais, os americanos US$89.500, os franceses US$66.500, os canadenses US$50.454, os australianos US$42.630, os mexicanos US$41.736, os ingleses US$39.459. Se levarmos em conta os privilégios e mordomias extras dos deputados brasileiros, incluindo residência e passagens aéreas, seriam os nossos os mais bem pagos do mundo (Note-se que tais mordomias foram estendidas aos deputados do Distrito Federal que, por lei, devem ter residência fixa em Brasília: eles estariam hoje recebendo dos cofres públicos o equivalente a 600 dólares mensais de auxílio-moradia). Para não dizer que sou egoísta e mesquinho ao fazer tais críticas, observo que os diplomatas brasileiros, depois dos argentinos e dos italianos, são também os mais bem pagos do mundo. O *esprit de corps* ou corporativismo entranhado de nossa constituição social é o que explica tais aberrações num país pobre.

Como escrevia na época meu saudoso amigo Otávio Tirso de Andrade, no *Jornal do Brasil*, "a administração expõe-se indefesa no Planalto, tal a corça da savana imobilizada ante carnívoros implacáveis. Factícias vocações para a vida pública desmascaram-se de súbito: o poder é pasto das mais desarrazoadas ganâncias. As farsas monótonas impregnam a opinião de um irreprimível sentimento de tédio (...)". Nesse sentido, uma das exigências imediatas para o restabelecimento do prestígio do Congresso é a fixação de um teto para os proventos e outras benesses dos congressistas, senadores e deputados. O senhor Oded Grajew, presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos e coordenador do Pensamento Nacional das Bases Empresariais é de opinião (*Jornal da Tarde*, 10.11.89) que o montante dos atuais salários dos congressistas "é um escândalo". Ele propõe que os parlamentares passem a ganhar por produtividade, vinculando seus honorários ao salário mínimo. Nessa base, como nas antigas Constituições, os deputados estaduais receberiam 2/3 do que ganham os federais, e os vereadores 2/3 dos estaduais. Sugiro que esse teto seja fixado na base de um múltiplo do salário mínimo — digamos, 100 para senadores e 80 para deputados. Mas, vejam bem: como a tendência fisiológica e demagógica de algumas Excelências seria aumentar

desproporcionalmente o salário mínimo — sugiro que seja ele vinculado a uma porcentagem fixa do PIB nacional, calculado em dólares à taxa do câmbio livre ou paralelo. Assim, se o PIB nacional é, por exemplo, de US$ 360 bilhões e o salário mínimo de base mensal for calculado em 100 dólares, ganhariam os deputados 100 X 80 = 8.000 dólares mensais, ou seja, aproximadamente 7 milhões de cruzeiros (no paralelo de dezembro de 1991). Um aumento de 5 por cento no Produto, como resultado de políticas certas que reestimulariam o desenvolvimento, redundaria em um acréscimo de 5 por cento no salário mínimo e de 5 por cento na remuneração dos congressistas: os políticos e os sindicatos se tornariam solidariamente interessados na elaboração de políticas econômicas sábias. Por outro lado, a remuneração de um senador configuraria o teto-padrão para a fixação de todos os demais vencimentos e proventos da administração pública, inclusive do Poder Judiciário — numa escala hierárquica que deveria ser racional e invariável, para evitar as atuais distorções. Dispositivos *atuais* da Constituição servem de base a essas cogitações. O Congresso é um poder soberano. Pela Constituição, é ele capaz de fixar suas próprias vantagens e privilégios, sem nenhuma outra força que o controle. Entretanto, o peso das despesas com o Legislativo federal, no orçamento da União, não passa de 0,5 por cento. Se é verdade que nossos congressistas são "incorrigíveis", como os qualifica Luiz Carlos Lisboa numa brilhante crônica no *Jornal da Tarde* de 10.12.91, lembremos contudo que 0,5 por cento é uma quantia insignificante se levarmos em conta a relevância da representação parlamentar para o bom funcionamento da democracia. A solução única a esse problema é moral. Isto, num sistema eleitoral racional e purificado, tal como aquele que é melhor proporcionado pelo voto distrital misto.

Montesquieu, que é tido como um dos fundadores do constitucionalismo liberal, assinalava que, ao contrário do despotismo, sustentado no medo, e do absolutismo monárquico, baseado no sentimento de honra, a democracia liberal é inspirada pela virtude política. Na origem desse espírito virtuoso, Montesquieu reconhece a presença do cristianismo. "A religião cristã, que ordena aos homens que se amem, deseja sem dúvida que tenha cada povo as melhores leis políticas e as melhores leis civis, pois são tais leis, depois da própria religião cristã, o que de melhor têm os homens a dar e receber" (capítulo I do livro XXIV). A religião cristã está afastada do despotismo porque é a brandura recomendada no Evangelho. O conceito de virtude política é um dos mais ricos na obra de Montesquieu, como acentua Francisco de Araújo Santos em seu livrinho sobre o Liberalismo (UnRGS,

1991). "Trata-se da qualidade do pensar no *bem comum*. Se os cidadãos não levarem em consideração o bem comum, a democracia se autodestrói (capítulo V do livro III)." Em outra passagem, define Montesquieu a virtude, nos regimes democráticos, como "o amor das leis e da pátria. Esse amor exige uma contínua preferência do interesse público sobre o particular". Isso porque, nas democracias, "é o governo confiado a cada cidadão. Ora, o governo é como qualquer outra coisa do mundo: para conservá-lo é preciso amá-lo" (capítulo VI do livro IV).

18. O ESCÂNDALO MUNICIPAL*

Possui hoje o Brasil cerca de cinco mil municípios. Eram 4.103 em 1983. Seu número está sendo rapidamente acrescido, sendo fácil descobrir os motivos da inflação. Minas tinha, naquela data, 722, mas deseja ganhar mais 50. Em São Paulo, com uma população muito maior, eles não alcançavam os 600. Atualmente, já descobriram os políticos, principalmente os do PMDB, a mina e estão procurando recuperar o tempo perdido. Acresce que muitos municípios possuem população diminuta e, praticamente, é toda ela empregada na administração local, vivendo parasitariamente à custa do fundo de participação.

O recenseamento de 1980 revela municípios de mil a dois mil habitantes no Amazonas, em Roraima, no Rio Grande do Norte (21), na Paraíba (12), três em Alagoas, oito em Sergipe e mais de 100 em Minas Gerais, que parece se haver especializado nesse modo desavergonhado de viver de fundos federais. São Paulo tem poucos mini-municípios (menos de dois mil habitantes): Borá que não chega a mil habitantes, Balbinos, União Paulista, Uru, Águas de São Pedro, Queiroz, Nova Independência, Monções, Nova Guataporanga e Santo Expedito — todos contrastando com o município da própria capital que, em 1980, já ultrapassava os dez milhões. No Sul, o abuso é, em geral, menos comum. Na Bahia existe um município, o de Serra Dourada, que possui cerca de 20 mil habitantes. Graças a manobras políticas, o município obteve CR$ 6 bilhões em recursos federais em 1991, o que corresponde, *per capita*, a aproximadamente o que cada um de seus habitantes possui em média de renda anual: mil dólares. É o resultado, como observa um editorialista de *O Globo*, da mais declarada barganha eleitoral. Os quase cinco mil municípios

(*) *JT* em 08.07.91

albergam 47 mil vereadores, repito 47 mil! Se calcularmos que tais respeitáveis edis desejam todos ser assistidos por assessores, grande parte dos quais recrutados entre seus familiares e amigos, podemos firmar a convicção que a vida municipal, com alguns milhões de funcionários (um pequeno exemplo, o Prefeito Chirac, de Paris, se satisfaz com dez mil funcionários, mas o governador Roriz, de Brasília, precisa de cem mil!), constitui, provavelmente, o maior e mais monstruoso terreno de caça do patrimonialismo selvagem neste país. É a fonte dos maiores escândalos. É a origem da drenagem de grande parte dos recursos das populações carentes do Nordeste, Minas e Norte. É o terreno onde se formam os políticos aspirantes à técnica da exploração da renda nacional, para fins familiares e clientelistas. É o exemplo mais típico do baixo padrão moral da classe dominante e dirigente do país.

Há, sem dúvida, casos excepcionais de prefeituras bem administradas, com câmaras municipais que se distinguem pelo cuidadoso acompanhamento do comportamento dos prefeitos. Não se deve generalizar. Sobretudo no sul do país, onde bons exemplos se salientam — como o de Curitiba, a cidade de melhor qualidade de vida. A idéia de *local government* representou, na Suíça, nos Países Baixos, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a origem do que podemos considerar a democracia no seu estágio formativo primário. Isso era verdade na antiga Ibéria. Acredito que, também no Brasil do Império, a esfera municipal comportava o ambiente mais propício à preparação das elites políticas que seriam, progressivamente, promovidas à esfera provincial e, posteriormente, nacional. Infelizmente, porém, a imprensa e a televisão nos têm transmitido a notícia dos descaramentos mais inacreditáveis a que, nos governos locais, se atreve a mentalidade patrimonialista dessa oligarquia.

Há alguns meses foi o Congresso em Brasília invadido por uma turba baderneira de vereadores que, com o maior cinismo, reivindicavam a prorrogação dos respectivos mandatos eletivos. Desde sempre me lembro, no Rio de Janeiro, de ouvir falar na Gaiola de Ouro em que se convertera a Câmara local, notória pela desfaçatez de seus membros, e, se isso é verdadeiro na antiga capital da nação, pode-se imaginar o que não será no Piauí ou em Rondônia. Forte de qualquer forma é a competição entre os legislativos estaduais e os municipais na geração de privilégios, altos salários, férias, aposentadorias, jetons, trens de alegria, utilização dos recursos municipais para a construção ou reparo de residências privadas e diversos outros tipos de prerrogativas abusivas. Um pequeno exemplo no estado mais rico da federação: o prefeito de Serrana (25 mil habitantes) ganha o

equivalente a 60 mil dólares anuais. Comparem com o prefeito de Nova York (14 milhões de habitantes) que recebe 110 mil dólares; o de São Francisco, 107 mil dólares; o de Washington, 81 mil; e o de Chicago (9 milhões de habitantes) que ganha tanto quanto o de Serrana. Acredito que, em alguns governos particularmente miseráveis do Nordeste, a renda total arrecadada é aplicada na sobrevivência dos prefeitos, vereadores e respectivos assessores.

Publicou o *Jornal do Brasil*, a 7.9.91, uma reportagem sobre o paraíso dos marajás em que se transformou a República das Alagoas. Afirma a aludida folha que não se diga que é a Imprensa que está procurando denegrir a imagem do Legislativo, porque os dados foram levantados e fornecidos pelo Deputado Cícero Ferro, que é do PRN. Cada um dos 27 deputados estaduais alagoanos ganha acima de Cr$ 4 milhões mensais — oito mil dólares ao câmbio de setembro de 1991, um salário que cresce de acordo com o número de sessões extraordinárias, convocadas exclusivamente pára aumentar os proventos. Mas a festa com o dinheiro do contribuinte não pára por aí. A Assembléia tem 3.535 funcionários, o que dá 131 para cada um dos 27 deputados! Entre eles estão 113 vereadores e 39 dos 97 prefeitos alagoanos, que acumulam os salários que recebem da Assembléia com a remuneração que lhes pagam seus municípios. Quase todos os 3.535 funcionários pertencem a apenas 15 famílias e são parentes de deputados ou ex-deputados do estado (inclusive, suponho, da família Malta, ciosa de sua "honra", que defende a tiros de revólver homicida). A desfaçatez não tem limites, pois o presidente da Assembléia, Deputado Oscar Fontes Lima, mantém como funcionária em seu gabinete a sogra de 88 anos, inválida há mais de dez, com salário de Cr$ 884.221,75.

Na Paraíba, existem 101 mil funcionários, dos quais sete mil seriam fantasmas, mortos que recebem como vivos ou, simplesmente, inexistentes. As fraudes nos pagamentos são comuns. O estado, como se pode imaginar, é um dos mais pobres do país. Em Pernambuco, um deputado estadual recebe o salário mensal de US$ 8.440, quando um senador norte-americano recebe apenas US$ 7.459. O *Jornal do Brasil* (6.11.88), ao fornecer esse dado, observa "nada como viver num país — e num estado — rico"...

Outros exemplos: o prefeito de Itabuna, na Bahia, senhor Fernando Gomes, o maior nababo entre os marajás do Brasil, ganha mais que o Presidente dos Estados Unidos. Não satisfeito com seu salário equivalente a 16 mil dólares, mais do que os prefeitos das mais ricas cidades dos Estados Unidos ou da Europa, o cínico magistrado alega que está fazendo um sacrifício, pois poderia ganhar mais na iniciativa privada. Seria então justificado perguntar-lhe por que não se dedica a uma atividade

produtiva, ao invés de viver da exploração da cretinice dos habitantes de Itabuna que o elegeram? Os vereadores de Esperantina, no Piauí, foram excomungados pelo padre local por se terem concedidos 415 por cento de aumento, o que considerou um escárnio diante da extrema miséria do vilarejo. Os vereadores pediram audiência ao Papa, em sua visita ao Brasil, para solicitar a transferência do padre e a retirada da excomunhão. Talvez o caso mais clamoroso foi o registado pela TV Globo em 4.10.91, a respeito do município de Jaboatão dos Guararapes, onde se encontra o aeroporto internacional de Recife. Nesse subúrbio, os vereadores, que ganham o equivalente a quatro mil dólares por mês, se valem de 660 assessores, sendo que um deles, o presidente da mesa, dispõe de 92. Os 92 se concentram numa única sala nas ocasiões festivas, pois fora delas nunca comparecem a seu trabalho. Os prefeitos de Nova Iguaçu e Nilópolis, dois municípios pobres da Baixada Fluminense, ganham respectivamente Cr$ 3,4 e Cr$ 2,5 milhões (o equivalente a 3,4 e 2,5 mil dólares mensais, ao câmbio de dezembro de 1991) mas o bispo local vive clamando contra o capitalismo, como se esse sistema econômico fosse responsável por tal estado de coisas. Em São João do Meriti, na mesma região, o prefeito ganha Cr$ 2 milhões e os vereadores Cr$ 800 mil, mais Cr$ 1,3 milhão de "jetons". O Garotinho da prefeitura de Campos ficou tão assustado com a liberalidade da Câmara Municipal, que lhe deu salário de Cr$ 7 milhões (US$ 14.000 é o dobro do que ganha o prefeito de Nova York), que resolveu entrar na Justiça para diminuí-lo. Os salários denunciados se revelaram, em moeda forte, muito superiores aos de que se valem as autoridades da mesma hierarquia nos Estados Unidos, na Europa ou no Japão.

Qual será o gasto total com essas câmaras e essas prefeituras? Jamais encontrei qualquer estatística ou notícia a respeito e sugiro que, se estiver o governo realmente interessado em combater o descaramento desses sanguessugas, deveria determinar quesitos especiais a respeito no recenseamento do IBGE. Dois ou três bilhões de dólares é o que imagino, em cálculo modesto, o peso da instituição no bolso dos contribuintes. O empenho frenético dos legisladores mineiros, baianos, gaúchos e paulistas em criar novos municípios explica-se pelas perspectivas de novos empregos para a classe pantagruélica mais sedenta da nação. A criação de um novo estado de Iguassú, reivindicado por municípios do Paraná e Santa Catarina, visa igualmente abrir novas vagas ao nível municipal e estadual para a satisfação dos políticos do Sul que não desejam ficar atrás dos nordestinos.

Desejo aqui fazer referência a um artigo publicado no *Estado de São Paulo* (23.1.92) pelo eminente tributarista Ives Gandra da

Silva Martins. Aludindo ao custo da Federação, Ives Gandra observa que a Constituição de 1988 criou uma terceira esfera de poder, a dos municípios, com uma autonomia amplamente alargada e sem paralelo em outras constituições. "Desta forma", acentua ele, "o brasileiro é obrigado, com seus tributos exigidos pelas três esferas, a sustentar sua administração pública, além de cinco mil Poderes Executivos, cinco mil Poderes Legislativos e 27 Poderes Judiciários que compõem os cinco mil entes federativos do país. E todo o drama nacional reside em que, apesar de a carga tributária em nível de produto privado bruto — isto é, do pagamento de tributos pela sociedade não governamental — ser a mais elevada do mundo (60 por cento do PPB) é insuficiente para sustentar o custo político de uma Federação disforme em que um dos estados (Acre) tem menos população (393 mil habitantes) que o bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo".

Há, entretanto, maneiras de corrigir o mal — caso esteja o Congresso disposto, com sinceridade, a reformar a Constituição no sentido de tornar mais sério e respeitável o governo deste país. Proponho algumas:

1) *tornar gratuita a função de vereador*. O exercício do mandato municipal seria considerado serviço relevante e poderia ser condição para candidatura ulterior a um mandato no legislativo estadual. Os vereadores receberiam, quando muito, jetons de montante rigorosamente controlado.

2) oferecer, democraticamente, à população dos municípios, a opção de manter ou suprimir a gaiola. Quem desejar mantê-la, o problema seria da própria população local.

3) substituir a função legislativa e de controle, das câmaras municipais, por um sistema plebiscitário, como na Suíça. Neste, que é provavelmente o país mais bem governado do mundo, os problemas principais da comunidade local (*Gemeinde)* são resolvidos por um tipo de consulta *direta* aos eleitores. Em vários cantões helvéticos, os cidadãos se reúnem aos domingos, na praça principal da aldeia, em seus melhores trajes e às vezes armados de espada, como que para demonstrarem em estilo tradicional que são homens livres, e decidem, ali mesmo, o que fazer em benefício da comunidade. Isso é que é democracia direta! A solução é perfeitamente factível em municípios de pequena população.

Outra condição para tornar mais respeitável a instituição — que foi certamente, na história da Europa ocidental, o berço da democracia — seria estabelecer limites constitucionais ao âmbito dos municípios, tais como população mínima (digamos, dez

mil habitantes), existência de hospital, de um certo número de escolas primárias e de uma escola do segundo grau. No projeto de simplificação tributária que está sendo discutido, seria igualmente o caso de conceder ao município a arrecadação de um único imposto, o IPTU — vedando-se o recurso, quase sempre abusivo, aos repasses dos estados e da União para socorrer os perdulários. O governo local, repitamos, é a escola do governo democrático mas, como em toda escola, deve haver disciplina. E uma palmatória para os mal comportados...

19. SOBRE O PARLAMENTARISMO E O SENADO*

O parlamentarismo levanta, desde logo, a questão do estatuto do Senado. Há exatamente dez anos propus, no último capítulo do livro que então publiquei — *O Brasil na Idade da Razão* (Forense Universitária, Rio) — a criação de um novo Senado, destinado a contrabalançar, como terceiro poder, tanto os abusos do Executivo quanto os desmandos do Legislativo. Na época, época de "abertura", minha obra foi recebida com o mais sepulcral silêncio, salvo algumas críticas de jovens cuja ignorância se media pela pretensão. Um deles acusou-me, simplesmente, de propor um Senado "biônico". Não era esse, aliás, o ponto importante de minha disquisição. Era, sim, a idéia de um órgão que, independente da prepotência do Presidente da República e das extravagâncias e volubilidade do eleitorado, representasse um sólido alicerce constitucional que, por seu prestígio, pudesse moderar os violentos traumas, comuns nas crises sucessórias (1930, 1937, 1945, 1954/55, 1961, 1964, 1969). Minha proposta era acompanhada de uma longa discussão sobre as origens da teoria dos três poderes hierárquicos (monarquia, aristocracia, democracia — como na Constituição britânica com o rei, os lordes e os comuns) e da teoria de Montesquieu e da Constituição americana sobre os três poderes funcionais (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Descubro agora, com grata surpresa, que também Friedrich Hayek se preocupou com o problema. Hayek observa, com razão, que a fórmula dos três poderes da Constituição americana de 1787, ratificada em 1789, é aceita há 200 anos, praticamente sem discussão, como uma espécie de tabu. Ninguém se tem dado ao trabalho de sugerir novas soluções políticas para um mundo

---

(*) *JT* em 03.12.90

cada vez mais complexo. No Brasil, como notei em meu livro de 1980, aceita-se o conceito de três poderes funcionais, incorpora-se a noção no próprio plano-piloto de Brasília, macaqueia-se a fórmula em nossas sucessivas constituições, sem qualquer intenção de aplicar, realmente, a teoria que desenvolveu Montesquieu em seu *Espírito das Leis*. Pois a verdade é que a Corte Suprema americana configura um poder substancial nos EUA, ao passo que nosso colendo Supremo Tribunal nunca passou de uma excrescência sem grande significado, e mais agindo como instância de último recurso do que como poder politicamente criador e moderador.

A base do argumento de Hayek é a distinção entre *curto prazo* e *longo prazo*. O grande economista e filósofo anglo-austríaco acentua, com muita sutileza, que tanto o Executivo quanto o Legislativo, nas democracias modernas, são eleitos sob a inspiração de interesses e programas a curto prazo. Ora, aquilo de que se necessita é de uma instituição que *decida problemas de longo prazo*. No Brasil, os interesses são curtos, não apenas temporalmente mas espacialmente: o fisiologismo de nossos "legisladores" reduz o Congresso ao nível mais oportunístico possível. Em seu *New Studies*, acentua Hayek que Locke, Montesquieu e os "Pais da Pátria" americanos se deixaram iludir pela descrição das assembléias como "legislaturas" quando, na realidade, essas instituições estavam "principalmente ocupadas com a organização e conduta do governo" — e assim cada vez mais se tornaram. Lembra Hayek os *nomothetai* da antiga Atenas. Estes parecem haver possuído o poder exclusivo de alterar as regras de comportamento justo tal como, estritamente, deveria ser a função dos legislativos. Observe-se que essa função seria, propriamente, a das constituintes. Nos Estados Unidos, porém, a Corte Suprema possui o poder de, ao interpretar uma constituição deliberadamente curta e vaga, estabelecer novas regras legislativas que, a longo prazo, exercem profunda e decisiva influência na vida americana. O processo de integração racial, por exemplo, processou-se a partir de um *acórdão* da Corte Suprema de 1954. A proposta de Hayek, num novo sistema de governo que denomina *demarquia*, é a de uma assembléia preocupada com *opinião* sobre o que é justo, certo e direito, deixando ao atual Congresso *a vontade de agir* com objetivos políticos particulares de governo. Essas idéias de Hayek têm sido defendidas no Brasil, com entusiasmo e obstinação, pelo senhor Henry Maksoud.

O nosso atual Senado é uma instituição espúria que não representa verdadeiramente, como no modelo original americano, uma federação de estados juridicamente autônomos. O desequilíbrio da distribuição territorial é responsável por esse defeito.

Ora, minha sugestão era a de criação de um senado *sui generis*, com funções de julgamento e conselho. O termo senado (de *senex-senis*, um velho) é de origem romana. Tratava-se de uma assembléia constituída pelos chefes das grandes famílias patrícias da República. Deveria o senado, nessas condições, ser estritamente formado por "homens maduros" (em grego *spoudaios*), com idade mínima, digamos, de 55 anos — uma idade em que não mais ambicionamos apaixonadamente o poder material, conquanto ainda desejemos impor nossas idéias e opiniões. Seria um senado equivalente aos conselhos de Estado existentes em outras constituições e épocas históricas ou à Câmara dos Lordes britânica. Uma reconstituição do Conselho de Estado do Império.

Submeti a idéia de um senado composto dos juízes dos tribunais superiores (Supremo, Eleitoral, Militar, do Trabalho) e dos membros dos grandes conselhos de Estado (Educação, Cultura, Economia, Monetário). Contrariando, porém, Hayek, preferiria senadores indicados por um sistema de seleção misto (do Presidente e Câmara dos Deputados) à indicação por eleição, para evitar os percalços do democratismo. Um tal senado representaria, verdadeiramente, o poder moderador na velha tradição imperial, o terceiro poder destinado a gerir os perigosos períodos de transição sucessória e exercer as funções, a longo prazo, de um autêntico "Conselho de Sábios", depositário das tradições da nacionalidade e suficientemente independentes para não precisar mercadejar em praça pública, frequentemente por meios ilícitos, as simpatias cambiantes da população.

A modificação da natureza do senado, que deixaria de ser teoricamente representativo dos estados da federação para se tornar uma espécie de alto conselho de Estado, já há muito tem sido sugerida dentro do próprio Congresso. No projeto de parlamentarismo monárquico apresentado pelo Deputado Cunha Bueno para o plebiscito de 1993, o senado não mais conserva responsabilidade sobre o governo de gabinete: cabe unicamente à câmara a concessão ou não de voto de confiança ao conselho de ministros. O deputado gaúcho Paulo Paim vai mais longe: sugere simplesmente a extinção do senado. No projeto de emenda constitucional que apresentou, Paim alega que: "o Senado se tornou uma casa obsoleta, não contribui em nada e prejudica até mesmo o entendimento maior entre Congresso Nacional e sociedade". Pelo seu projeto, que já teria obtido inúmeras assinaturas de colegas, os senadores agora eleitos teriam quatro, e não mais oito anos de mandato, terminando-os junto com a extinção do senado em 1994. O congresso unicameral parece a Paim, como aliás a muitos outros teóricos do regime, essencial ao bom funcionamento de um sistema parlamentarista.

Certa vez, já lá se vão três décadas disso, numa capital da Europa onde estava eu servindo, um grupo de 20 deputados com suas respectivas esposas me apareceram a caminho de Praga. Haviam sido convidados — tudo pago — pelo governo comunista tcheco. As ajudas de custo do tesouro nacional foram dedicadas, segundo presumo, às compras das respectivas caras-metades. O avião para Praga partia às 13:30, uma hora muito civilizada. Ao meio-dia, porém, ainda não haviam retornado das compras, salvo dois representantes do povo, um paulista, outro paranaense, ambos em crescente aflição com a hora da partida. A preparação das malas, o pagamento das contas no hotel, a partida de táxi foram feitas ao conta-gotas. Desse modo, quando chegaram ao aeroporto, o avião para Praga acabava de partir — comprometendo assim toda a programação na capital tcheca, onde uma delegação oficial esperava a comitiva brasileira. Um dos deputados, ao perceber o que acontecera, deu uma gostosa gargalhada e com um arrastado sotaque nordestino, observou: "Em Caaaaruarú o vião espeeeeera...". O pequeno incidente proporcionou-me uma visão imediata do fosso que se ergue entre o que Jacques Lambert chama o Brasil arcaico e o Brasil moderno. O primeiro não possui o sentido do tempo, dos compromissos marcados e da responsabilidade, vivendo ainda no patrimonialismo colonial que julga um avião de carreira deve conformar seu horário às conveniências dos "donos do poder"...

Estas considerações vêm a propósito do problema dos movimentos separatistas que têm surgido entre os dois Brasis acima mencionados. Em artigo recente no *JT* (9.1.92), José Nêumanne admite que, os "nordestinos precisam adquirir a consciência de que a raiz dessa crise (por que passa o país) repousa nas distorções econômicas e sociais do Nordeste". Nêumanne vai mais adiante e assevera que "não é inteiramente equivocada a conclusão de que essas elites (nordestinas) são sanguessugas do enorme esforço construtivo da parte produtiva do Brasil"... acrescentando que a pobreza do resto da população resulta dessa mesma cupidez. O fosso entre os dois Brasis, pensa o conhecido articulista, só poderá começar a ser corrigido pelo voto distrital e a eliminação dos coeficientes eleitorais desequilibrados que favorecem o Norte e Nordeste.

Acredito, porém, que existe uma questão mais grave: a absurda divisão política da federação tem reflexos na composição perversa do senado, resultante das circunstâncias históricas da ocupação do território no período colonial. Em conferência pronunciada na Confederação Nacional do Comércio a 5.8.91, o

Professor Hélio de Almeida Brum chamou a atenção para as várias tentativas e sugestões que, desde a Independência, têm sido oferecidas para a necessária redivisão territorial brasileira. Brum cita projetos de Antonio Carlos de Andrada e Silva (1823), Varnhagem (1849), Ezequiel Ubatuba (1919), Paulo de Frontin (1929), Teixeira de Freitas, Segadas Viana (1929) e outros, até Everaldo Backheuser, Juarez Távora, Teixeira Guerra (1960), Samuel Benchimol, Siqueira Campos e Frederico Rondon, os três últimos já no período posterior a 1964. Quase todos propuseram aumento do número de estados, grande parte a criação de novos territórios. O problema do desequilíbrio criado pelo peso de São Paulo na federação tem sido pouco considerado. A idéia do desmembramento de São Paulo, Minas e Paraná em estados menores, para o restabelecimento do equilíbrio, seria elogiável se não apresentasse o inconveniente grave de criar mais senadores, mais burocratas, mais politicagem. A sábia redistribuição territorial deveria implicar, não um maior número, mas um número mais reduzido de unidades federadas. Num projeto de maior sabedoria seriam eliminados os estados pequenos: Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Espírito Santo, fundidos com os grandes estados vizinhos, enquanto Amapá, Roraima, Acre, Rondônia e Tocantins voltariam a integrar os estados de onde foram desmembrados. Quatorze unidades da federação teriam mais condições de sobrevivência, como entidades economicamente viáveis, do que 26 na atual pulverização que só favorece as oligarquias patrimonialistas locais. A redistribuição fortaleceria especialmente o Nordeste e a vasta área amazônica.

Cabe acrescentar que uma tal revisão apresentaria o mérito suplementar de eliminar no nascedouro os "movimentos" de índole separatista, alguns dos quais se inspiram na idéia ridícula de "castigar" São Paulo e os estados do Sul, em geral, pelo "crime hediondo" de serem ricos. A famosa hegemonia que o Sul exerceria sobre a República é uma grande balela. São Paulo, o maior estado da federação, só teve três presidentes, todos eles no princípio da República: Prudente de Morais, Campos Sales e Rodrigues Alves. Tanto Washington Luís quanto Jânio Quadros, embora houvessem feito sua carreira em São Paulo, eram naturais de outros estados. No regime fortemente presidencialista do país, o Nordeste já forneceu oito presidentes, o Rio Grande do Sul cinco e Minas outros cinco. O problema não consiste, pois, em enfraquecer São Paulo, que poderia funcionar perfeitamente bem como nação independente e viável (sendo a terceira economia latino-americana, depois do próprio Brasil e do México), mas de reforçar o poder relativo das demais unidades da federação, reduzindo o papel de estados inviáveis como os que, por puro e cínico fisiologismo, foram recentemente criados.

20. NÃO DEVE HAVER TAXAÇÃO SEM REPRESENTAÇÃO*

A história da democracia representativa no Ocidente, com seu conceito de direitos do homem e liberdade individual, está intimamente associada à Magna Carta de 1215 e a outros documentos estupendos que salientam o controle dos gastos públicos pelos representantes do povo. Obtida do rei João Sem Terra (John Lackland) pelos barões ingleses rebelados, a Grande Carta marca a primeira etapa de uma evolução constitucional que se consubstancia nos paradigmas das constituições inglesa e americana e na solene Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução francesa.

Ora, essa momentosa fonte da democracia constitucional moderna possui um elemento essencial que estabelece seu alicerce econômico: o princípio que todo imposto, ou taxa, requerido pelo Executivo para financiar os gastos do governo, depende de assenso dos representantes eleitos daqueles eleitores proprietários que são, direta ou indiretamente, tributáveis. O povo paga os impostos com que concorda. O rei não pode forçar qualquer tributo sobre seus súditos, para despesas de guerra, construções públicas, gastos com a corte ou outras liberalidades, sem para isso ser especificamente autorizado por quem represente os contribuintes. Donde o famoso princípio: *no taxation without representation*. O rei João Sem-Terra foi obrigado a submeter-se em Runnymede porque, ele e seu irmão Ricardo Coração de Leão, que fôra às Cruzadas, precisavam de fundos para pagar o resgate do segundo e continuar a guerra contra a França.

Em 1789, a situação de crise financeira na França fora provocada pelas guerras do século XVIII, as despesas suntuárias de Versalhes e o crescimento galopante da burocracia ociosa, com seus privilégios iníquos. O déficit com que o Ministro Calonne e seus sucessores imediatos tiveram que arcar era de 100 milhões de libras e a dívida pública total de 400 milhões. O impasse orçamentário parecia inextricável: foi ele que forçou a convocação dos Estados Gerais que não se reuniam desde 1614. Os Três Estados se transformaram em Assembléia Geral constituinte a qual incluiu, entre os direitos humanos imprescritíveis, o de propriedade e o do tributado concordar com a tributação que lhe é imposta.

A Revolução de Independência americana foi ainda mais claramente provocada por considerações de interesse econômico

---

(*) *JT* em 23.01.89

da população das Treze Colônias. Os impostos criados pelo governo de Lorde Grenville em 1764, o *Stamp Act* de 1765 e, sobretudo, o imposto sobre o chá, de 1773, originado no governo de Lorde North, determinaram o famoso *Boston Tea Party* que constituiu o primeiro ato de rebelião aberta, conduzindo à guerra de libertação. Fundamental nas reclamações dos americanos era o princípio que eles não podiam ser taxados enquanto não fossem representados no Parlamento de Londres, o qual estava agindo arbitrariamente e contra as tradições anglo-saxônicas ao não lhes dar ouvido quanto àquelas reivindicações. A principal força do Congresso americano é, até hoje, o controle estrito e severo que detém sobre os gastos do governo. Mesmo em sua esfera mais privativa, que é a da política externa, o presidente americano é cerceado por essas restrições. Um bom exemplo foi o caso dos "contras" da Nicarágua, a ajuda aos quais, proposta por Reagan para derrubar os comunistas de Manágua, foi frustrada pelas hesitações orçamentárias de deputados e senadores.

Essa introdução visa chamar a atenção para o que considero o vício peçonhento da representação na pseudo-democracia brasileira — e o grande tributarista Ives Gandra Martins confirmará ou não o que acentuo. Pois, de fato, nossa tradição legislativa tem sido diametralmente oposta à dos anglo-saxões: no Brasil parece o Congresso bem mais perdulário com os dinheiros públicos do que o Executivo. É forçoso lembrar que uma das principais e elogiáveis preocupações dos governos militares, na fase da Constituição de 1967, foi impedir o Legislativo de aumentar os gastos propostos pelo Executivo. O Título VI do número da publicação periódica brasileira chamada "Constituição", ao tratar da Tributação e do Orçamento, parece desejar (ó milagre extraordinário!) proteger a população dos excessos de gastos que provocam a inflação. O que é, na verdade, a inflação senão *uma tributação indireta, geral e indiscriminada*, que afeta principalmente os mais pobres e fracos, não beneficiários de URPs e outros dispositivos? O artigo 164 veda ao Banco Central, o qual exerce a competência monopolista da União para emitir moeda, conceder empréstimos ao Tesouro Nacional, assim impondo ao Estado só gastar o que arrecada. Mas é assim mesmo? Estaria sendo finalmente previsto o cumprimento do primeiro mandamento de Tancredo Neves para a Nova República — "é proibido gastar!" — mandamento tão notoriamente violado por seu sucessor e pelo partido a que pertencia, o PMDB? Desse vício perdulário de empreguismo, mordomias e salários nababescos, que é o câncer de nossa vida pública, não parecem lamentavelmente se dar conta, na medida adequada, os órgãos de opinião. A missão de controlar os gastos públicos tem sido afrontosa e permanen-

temente traída pelos "representantes do povo", aos níveis federal, estadual e municipal. Esse irracionalismo é certamente um dos enigmas da situação de descalabro financeiro em que nos encontramos. Trata-se de uma falha essencial do princípio da representação popular, sem a superação da qual não será possível a consolidação de uma verdadeira democracia representativa em nosso país.

A identificação dos interesses dos governantes com os interesses dos governados, proposta por David Hume em seu *Ensaio sobre os primeiros princípios de governo*, constitui uma ética diametralmente oposta à do patrimonialismo selvagem aqui vigente. Na identificação de Hume, os governantes são conscientes dos interesses dos governados que não querem ser privados de sua propriedade e de sua renda, por impostos injustos ou inúteis, despesas suntuárias, desperdícios e corrupções, se sacrificando a esses interesses. No patrimonialismo, os governantes, o que quer dizer, a classe burocrática dominante de políticos, marajás e intelectuários que administram o Estado (um número, no Brasil, provavelmente superior a oito milhões!), confunde o interesse público com seu próprio interesse privado. O primeiro é que é sacrificado ao segundo.

Confesso que, por enquanto, não vejo saída para o círculo vicioso. O vício consiste nisso que, persistentemente, se elege uma cópia imensa de ineptos, desavergonhados e cretinos que, explorando a inocência desse mesmo eleitorado, se locupleta com os benefícios dos cargos públicos, em número excessivo e custeados pelos impostos e a inflação. E desse modo a mais iníqua, mais perversa e mais desastrosa violação do princípio "não deve haver taxação sem representação" é perpetrada pelos próprios "representantes do povo"!

21. O PATRIMONIALISMO SELVAGEM NO BRASIL E NOS EUA*

Economista liberal, Paul Craig Roberts é membro do prestigioso *Center for Strategic and International Studies*, fundação hoje independente, mas outrora associada à Universidade de Georgetown, em Washington. É também conferencista e jornalista, já se havendo referido ao Brasil em artigos do *Wall Street Journal*, *New York Times* e outros. A 8 de maio de 1991, Craig Roberts escreveu um suelto para o *Washington Times*, compa-

(*) *JT* em 17.06.91

rando os privilégios dos legisladores brasileiros (que "cuidam do orçamento federal como se fosse sua própria conta bancária") com os dos americanos. Ele cita a revista *Veja* que entrevistou o Sr. Luis Gonzaga Mendes de Barros, procurador-geral da Assembléia de Alagoas. Este exemplar funcionário teria declarado que "não há nada de mal se um servidor público deseja viver bem (...) Ser um marajá é um modo de vida como outro qualquer" (...)Craig Roberts refere-se ainda a vários sueltos, publicados no *Jornal da Tarde*, a respeito das centenas de antigos funcionários públicos que recebem aposentadorias superiores a US$ 3.700 por mês ("uma soma considerável no Brasil" e mesmo para as normas americanas), inclusive um privilegiado da fortuna que foi favorecido com os proventos mensais de US$ 56.000 — o tributo de um rei! Refere-se, finalmente, ao Sr. José Arnaldo Rossi, presidente da Seguridade Social brasileira, que confessou a um periódico ser obrigado a pagar aposentadorias fantásticas porque os burocratas poderosos obtiveram decisões judiciais que sustentam, na lei, seus abusivos privilégios. Segundo o ponto de vista desse burocrata, a única maneira de extinguir essa casta de aristocratas seria persuadir o Congresso a emendar a Constituição. O maior abuso talvez seja descoberto entre os juízes classistas, dos Tribunais Regionais do Trabalho. Estes privilegiados são aposentados às vezes com cinco anos de trabalho, como é o caso do Juiz Oldair de Almeida, do TRT do Rio de Janeiro, que recebe o equivalente a US$3.000 por mês. Um outro, Julio Menandro de Carvalho, com apenas 51 anos, já se aposentou com os proventos régios de cerca de US$7.500 por mês (*JT*, 14.2.92). Nesse tribunal carioca, existem 181 classistas aposentados e apenas 144 em atividade. Quando as pessoas se perguntam qual a origem do déficit público brasileiro, deveriam lembrar-se de casos escandalosos como estes, espalhados por todo o território nacional, que muito explicam o que se passa.

Em artigo no *Jornal da Tarde* de 20.2.90, refere-se o Senador Jarbas Passarinho ao Congresso como a uma "escola de escândalos". A peça é divertida, bem bolada e bem escrita. O ministro é espirituoso e reconhece que toda instituição humana, todo congresso ou assembléia tem seus percalços. O nosso não seria pior do que o Congresso americano. Já os romanos afirmavam *Senatores boni vires, Senatus bestia*. Acontece, porém, que nos EUA um deputado ou senador culpado de um crime ou semvergonhice que exceda os limites, muito mais facilmente é expulso da congregação por seus pares e entregue à justiça, do que ocorre entre nós com traficantes como o Sr. Jabes Rabelo. No dia em que a vergonha mais solidamente se instalar em nosso Congresso, a ponto dele próprio expurgar seus maus elementos

de maneira rotineira, o princípio da representação, que é a base da democracia, terá dado um grande passo em nossa terra.

Em tudo isso entra em ação, evidentemente, o círculo vicioso fatal em que se meteu o país: os três poderes da República são independentes, em teoria; na prática, solidários são seus membros no propósito de manter o *status quo* pelo qual igualmente se locupletam com as benesses da organização patrimonialista da nação. Encontramo-nos na situação de um esquizofrênico, sofrendo de uma psicose cíclica obsessiva. O Executivo não pode agir porque alega que é cerceado pela Constituição e pela oposição no Congresso. A Justiça decide, baseada nessa Constituição. O Congresso se diz representante do povo mas age na confusão e na contradição, igualmente desorientado pelos dispositivos restritivos da Carta Magna, que hesita em reformar em virtude de seus preconceitos socialistas, populistas e nacionalistas. E, finalmente, o círculo volta ao Executivo que encontra álibis para sua passividade na proclamada intenção de liberalizar, desregulamentar, privatizar, enxugar a administração e abrir a economia ao Primeiro Mundo.

Todos os três poderes conjugam-se, na realidade, para conservar os privilégios do que Craig Roberts chama os "aristocratas" da burocracia, a classe dominante, muito ciosa de falar em nome da democracia, do povo, do POVÃO, contanto que não seja atingida em suas imunidades e prerrogativas. Pouco depois de haver ele escrito, li uma reportagem da *Reuter* (outubro de 1991), assinada por Robert Green, que começa do seguinte modo: "Eles debatem questões como sexo, mentiras e pornografia no horário nobre da televisão, ocasião em que os pais aconselham os filhos a não assistir aos programas. Seus cheques são devolvidos por falta de fundos e eles deixam de pagar suas contas em restaurantes e até cartões de estacionamento. São membros do Congresso dos EUA e o atual não é um bom momento para que deputados e senadores se vangloriem de sua condição de legisladores" (...)

O economista liberal americano conclui que a capacidade dos governantes brasileiros e americanos se diferencia apenas por uma questão de grau. Na verdade, não é a economia americana somente a mais poderosa do mundo, mas também uma daquelas em que menos considerável é a intervenção do Estado — razão provável pela qual os cidadãos daquele país se revelam menos conscientes do que os deste dos abusos de que sofrem por parte do dinossauro: pouco se importam com o custo de seus políticos e burocratas em Washington, embora geralmente os desprezem. Não obstante, Paul Craig Roberts se levanta contra a audácia dos legisladores no Congresso dos EUA que, em seu próprio benefício, votaram salários anuais superiores a 100 mil

dólares, e o direito de converter em patrimônio pessoal os fundos para campanhas eleitorais (fundos legalmente registrados), acima de um milhão de dólares (custo a acreditar seja isso verdadeiro!). Mas meditemos que o problema da Nova Classe dirigente republicana já fôra intuída por Tocqueville, há 150 anos. Estamos, neste final de século, em plena *perestroika*, o que quer dizer, em plena revolução liberal, que comporta a revolta do cidadão comum contra os políticos e intelectuários da classe dominante que o oprimem e o exploram de maneira inédita. Aceitemos a realidade: a luta não é fácil (...)

IV. SOCIOLOGIA DO ESTADO DELINQUENTE

22. O ETERNO RETORNO*

Acentua Ives Gandra Martins a inconstitucionalidade flagrante de grande parte das medidas tomadas pelo Presidente Collor desde o início de sua administração em março de 1990. É o caso, entretanto, de perguntarmo-nos, quem, realmente, neste kafkiano país, está pronto a respeitar as constituições, os códigos e as leis? A maior ilegalidade é simplesmente a de avançar no bolso do cidadão de classe média que colocou suas poupanças nos bancos, confiando na credibilidade do Estado. E, por falar em credibilidade do Estado, não fez o presidente da República sua campanha e venceu as eleições, anunciando a luta implacável contra os marajás do serviço público, do Legislativo e do Judiciário? Qual deles foi, por enquanto, atingido? Não sendo Romeu Tuma um substituto adequado para Locke e Adam Smith, acredito que a ação das autoridades policiais devia dirigir-se, preferencialmente, contra as autoridades financeiras, contra os deputados narcotraficantes, contra os ladrões da Previdência, contra os energúmenos do Ministério da Saúde, etc. etc. e não contra os direitos de propriedade de comerciantes, investidores e poupadores. A perplexidade aumenta quando vemos os senhores do PT e da CUT anunciarem uma onda de greves selvagens contra as demissões no serviço público. Isso não é sua função: as greves devem escarmentar os capitalistas. Elas só são legítimas numa economia de mercado. Só são válidas quando constituem um fator de concorrência, endereçado aos

(*) *JT* em 26.03.90

proprietários privados. Sem enxugamento da máquina administrativa não há salvação. Política certa é a do senhor Tasso Jereissati. Quando governador do Ceará, esse jovem e brilhante estadista demitiu 40 mil dos 152 mil funcionários públicos que consumiam todo o orçamento do Estado a serviço dos tradicionais caciques locais. O atual governador, Ciro Gomes, acha que, com 85 mil, o trabalho pode ser realizado. Enquanto isso, os aprendizes de feiticeiro, que proclamam seu desejo de atrair o capital estrangeiro e abrir a economia, iniciam sua prosopopéia com um calote monstro que afugenta o mais audacioso empresário, o mais temerário turista, o mais entusiástico investidor. Quem quiser que entenda...

Refiro-me a um estudo de um economista americano, Mancur Olson, sobre o inflexível egoísmo corporativista das classes, setores e grupos de interesses nos países subdesenvolvidos. Cada corporação reage a partir de seu próprio interesse restrito, atingido ou favorecido conforme o caso. Inexiste uma consciência cívica com vista ao bem-comum. Ao fazer a "crítica da razão curta" acentuo que a massa imediatista grita quando é ofendida no momento, incapaz de perceber os benefícios da coletividade a longo prazo, doa o que doer, com o tijolaço! Mas não se diz que *Salus populi, suprema lex*? A incoerência é obvia. Como liberal, lamento que para se implantar a economia de mercado, abrir a nação ao mundo e ascender aos benefícios do comércio planetário se recorra à demagogia do "descamisamento", à condenação das "elites", ao congelamento dos preços dos produtos do capital privado, mas não dos serviços do Estado, e a uma pseudo-"redistribuição" da fortuna quando o único capitalista assaltante é o Estado, só o Estado e sempre o Estado.

Já há algum tempo publicou *O Estado de São Paulo* dois artigos de um comentarista cuja identidade revelarei mais adiante. Empreendendo um "balanço político" da situação e argumentando em favor da reforma constitucional, o articulista principiou seu arrazoado clamando por uma seleção mais perfeita dos governantes que "deveriam ser a expressão genuína da vontade nacional, pela vitória imaculada dos mais dignos, dos mais competentes, dos elementos mais nobres da massa geral dos cidadãos". E, prosseguindo em suas alegações, declarou que "sentimos confrangido o coração diante das dificuldades de toda sorte que atravessa atualmente nossa pátria, estrangulada e quase asfixiada pela mais tremenda crise que jamais tenha experimentado; mas sentimos também a voz de nossa consciên-

cia, bradando, revoltada, que o regime de governo que erguemos (...) longe de favorecer a seleção política (...) só tem cavado ainda mais fundo o abismo da nossa decadência moral".

Vocês estarão errados, caros leitores, se pensam que são de Fernando Pedreira ou qualquer outro ilustre jornalista contemporâneo os trechos acima citados. De Pedreira, porém, é a sentença, mais recente, que descreve nosso país como "uma nação que assiste, estarrecida, ao interminável espetáculo da cupidez, incompetência e corrupção dos seus insaciáveis políticos e governantes" (No *ESP* de 2 de junho de 1991).

Ambos, Pedreira e meu ainda misterioso articulista, revelam o desejo comum de reforma, a fim de melhorar o nível ético de nossos governantes e adaptar o sistema de governo às verdadeiras bases morais da nacionalidade. Assevera o segundo dos articulistas que estou citando: a federação (...) "não tem sido mais do que um magnífico instrumento para a colocação do numeroso grupo dos audazes cujo único fito tem sido, até hoje, a franca escalada ao poder e a mais torpe exploração do tesouro. Do norte ao sul do país, os governos estaduais outra coisa não têm feito senão atirarem-se com fúria à mais desbragada dilapidação dos cofres públicos". E acrescenta: "por toda a parte campeia a mais desenfreada imoralidade" (...) "O mandarinato político, planta daninha de nova espécie, vai abafando por toda a parte, por onde se alastra com fúria, em sua medonha expansão absorvente, todas as manifestações legítimas, nobres e vivazes da consciência nacional e transformando pouco a pouco este grande país, digno de melhor sorte, em um vasto e melancólico deserto" (...)

Ora, vejam bem: o meu articulista é simplesmente Alberto Sales, republicano histórico. Os dois sueltos de *O Estado* têm exatamente 91 anos: são de 18 e 26 de julho de 1901. De onde se conclui que, no Brasil, *plus ça change, plus c'est la même chose*... Ou, se quiserem, "tudo aqui continua como dantes, no Quartel General de Abrantes" (...) O senhor Alberto Sales era irmão do Presidente Campos Sales que então governava o Brasil (e que, com Rodrigues Alves, Juscelino Kubitschek e Castello Branco, foi, no meu entender, um dos grandes chefes de Estado de que se pode orgulhar o Brasil, nestes cem anos de uma malfadada república). Alberto Sales culpa, precisamente, o presidencialismo republicano pelos males que denuncia. Isso é tanto mais paradoxal quanto, no Império, investira ele, injustamente, contra o parlamentarismo e acusara de ditador o liberalíssimo, democratíssimo e burguesíssimo monarca D. Pedro II.

Eis o que ainda escreveu o polemista paulista: "depois de uma experiência (...) amargurada por tantas vicissitudes e tantos erros (...) é que o regime presidencial, ou por um vício oculto

do sistema, ou por má interpretação, ou, finalmente, porque seja antipático ao caráter nacional, aos nossos costumes, às nossas tradições e às nossas crenças, tem sido tão lamentavelmente desvirtuado e tão profundamente desfigurado que, ao cabo de uma experiência tão curta, já se vê inteiramente convertido (...) na mais completa ditadura política".

O mais curioso é a solução que o irmão do Presidente Campos Sales oferece, para vícios tão ferinamente constatados. Depois de os haver atribuído aos modelos importados (o parlamentarismo inglês no Império, o presidencialismo americano na República), o ilustre varão argumenta que nós, brasileiros, "não temos energia de vontade, firmeza de resolução, coragem individual, confiança em nós mesmos e em nossos próprios esforços" (...) "somos excessivamente tímidos, fracos e medrosos". E, por esse motivo, as reformas propostas "têm por fim fortalecer o indivíduo" (...) através de "garantia nas leis e nos códigos (...) de liberdade de imprensa e de tribuna e, sobretudo, *garantia real e efetiva do direito e da liberdade de voto*". Ora, tais reformas, direitos e liberdade de voto foram progressivamente conquistados ou reintroduzidos, no Brasil, em 1934, 1946 e 1988. Mas melhoraram as coisas, porventura, após essa expansão eleitoral? Como todos os engenheiros sociais, cientistas políticos e políticos demagógicos, Alberto Sales prega a república, o direito de voto e a democracia. Vociperambulando por esta Pindorama afora, querem que o povo governe. Mas quando esse povo, como o de Rondônia e de outros estados, elege como representantes seus assassinos, narcotraficantes, proxenetas, analfabetos e sem-vergonhas, passam a esganar-se no protesto moralista, patrioteiro e apocalíptico. Esquecem que não somente cada povo tem o governo que merece, mas que o nível intelectual e moral de seus representantes reflete, exatamente, o gabarito intelectual e moral dos eleitores. Saiam dessa!

23. O SISTEMA DOS DESPOJOS*

Num de seus editoriais — "Nunca faltou tanta vergonha neste país", de 7 de agosto de 1989 — o *Jornal da Tarde* reflete a perplexidade com que observamos os abusos inomináveis cometidos por certos políticos, para os quais realmente a *Res Publica* se transformou numa *Cosa Nostra* mafiosa, com a qual se locu-

---

(*) *JT* em 04.09.89

pletam. Ora, quando falamos em "políticos", nos estamos referindo a representantes eleitos do povo. *Fomos nós que os escolhemos*. O Congresso é representativo do povo. Se eles aí estão a abusar da coisa pública, foi porque neles votamos. O paradoxo se torna mais flagrante num pequeno município — como o de Pilõezinhos, na Paraíba — onde os administradores, prefeitos, juízes e vereadores são pessoalmente conhecidos de seus eleitores. Estes deveriam saber que absolutamente toda a renda do município é dedicada à manutenção dos parasitas, nada sobrando para os serviços e obras que cabem à prefeitura. Como entender que o famoso povão, o povaréu, o povinho escolha fulano e sicrano os quais, logo em seguida, vão legislar em causa própria, criar indecorosas mordomias, receber honorários de mais de 100, às vezes 200 salários mínimos, jetons para o não-comparecimento às sessões, aposentadoria, apartamento gratuito em Brasília mesmo depois de não-reeleitos, trens da alegria e vôos da felicidade um após outro (um deles consistiu numa excursão ao Panamá, a convite do contrabandista de drogas e ditador local, com ajuda de custos paga pelos dois lados) e a mais descarada empáfia. Como explicar a irracionalidade do fenômeno?

O problema filosófico realmente não é fácil de resolver. Sobre ele, desde épocas remotas na Grécia, já se debruçavam os cientistas políticos. Seria a corrupção um acompanhamento fatal da democracia? Platão pensava que sim. Estaríamos sempre fadados à exploração política dos governantes, dada a incultura e a mediocridade de nosso intelecto coletivo?

Estas considerações me levaram a meditar sobre o regime patrimonialista na época clássica, mesmo nas mais avançadas nações do mundo. A transição de um regime aristocrático (por definição "o governo dos melhores") para um regime democrático se processou, aos poucos, na Inglaterra, sendo suas elites formadas em Eaton, em Oxford e em Cambridge. Ainda é hoje a Grã-Bretanha governada por uma elite que reflete a educação política, extremamente apurada, da população inglesa. Mesmo assim, escândalos amiúde ocorrem, punidos nos tribunais e no julgamento dos eleitores. No patrimonialismo do *Ancien Régime*, tal como vigorava nas grandes monarquias dos séculos XVII e XVIII, um nobre se julgava naturalmente possuidor de títulos a esse ou aquele cargo, que lhe era concedido precisamente como "patrimônio" pessoal. Vejam o caso curioso do Príncipe Eugênio de Savóia. Moço ainda, este aristocrata pleiteou um regimento do Rei Luís XIV, oferecendo-se para comprá-lo. O rei, que o considerava um *playboy* estróina, lhe negou a pretensão. Furioso, Eugênio ofereceu seus serviços ao imperador da Áustria, com

quem Luís estava em guerra. Obteve o regimento que desejava, revelou seu gênio militar e acabou se tornando um eminente estadista e um dos maiores chefes de guerra da história européia.

Os Estados Unidos oferecem muitos exemplos interessantes do que, no século passado, se chamava o *spoil system* (do latim *spolium*, os despojos do inimigo vencido na guerra), exemplos que se aproximam do que se passa hoje entre nós. Os fatos ocorridos na mais rica, mais poderosa e mais avançada democracia do mundo talvez nos sirvam de consolo. O mecanismo pelo qual os políticos de um partido se locupletam após a vitória nas urnas, com os cargos públicos, mordomias e outros privilégios, sem nenhum critério moral objetivo quanto às exigências do bem comum, poderia ser considerado um vício inevitável do regime democrático no estágio primitivo de seu desenvolvimento, isto é, antes que uma longa aprendizagem de *self-government* vá apurando os hábitos e inculcando consciência moral nos eleitores e nos eleitos. Seria, nesse sentido, um mal que tenderia a desaparecer. As coisas seriam melhores na medida da evolução da cultura política nacional, da fase que Weber chamava de "autoridade tradicional" para a fase dita de autoridade "racional-legal".

No sistema de *spoils*, o chefe político podia comprar um cargo de juiz ou de senador. Hoje ainda se compra o cargo de embaixador. Um milionário que contribuiu para o Partido Republicano ou o Partido Democrático, ou auxiliou o presidente eleito na campanha, é recompensado com a chefia de uma missão diplomática, talvez num pequeno país sem importância estratégica onde não pode causar muito dano. Talvez também em Londres, o posto mais prestigioso. Esse tipo de velho clientelismo já era denunciado em 1832 pelo Senador Marcy e, com certo cinismo, definido pelo Presidente Andrew Jackson, o primeiro verdadeiro populista que chegou à Casa Branca (1829-37). Depois da Guerra Civil, foi o serviço público sendo progressivamente purificado. Os partidos se organizaram, a Justiça adquiriu experiência e a imprensa interveio de modo crescente no debate público para denunciar os abusos. Hoje, o "conflito de interesses", isto é, a confusão do interesse público com o interesse privado egoísta, é um dos aspectos mais sensíveis da vida política americana. A imprensa pode destruir carreiras. O "mal americano" de que fala Michel Crozier talvez seja, precisamente, o exagero legalístico no combate a tal tipo de corrupção. Nos pequenos municípios americanos, o hábito do *self-government*, a educação geral e o alto calibre de racionalidade coletiva já garantem uma boa qualidade de governo. Mas as grandes prefeituras, como no princípio deste século a de Chicago e a de Nova York, eram verdadeiros antros de corrupção, e pareciam estar à mercê

de *gangsters e racketeers*. Acontece que, naquela época, o Estado apenas controlava dois a três por cento da economia. O que é isso? A principal obrigação do Estado federal era a defesa externa, os correios, a legislação tributária e criminal, pouco mais. O povo podia permitir-se o luxo de não se importar se, aqui e acolá, era roubado pelas máquinas políticas. Os despojos constituíam uma parte infinitesimal da produtividade americana em galopante expansão.

Mas o que dizer então de nosso país? Os sanguessugas e abutres políticos hoje dispõem de uma imensa carniça — que comporta de 60 a 70 por cento do PIB, algo como 200 bilhões de dólares, à disposição dos malandros. Não é brincadeira! Quanto maior for o Estado, maior será a presa dos urubus.

24. CHOQUE MORALIZANTE*

Numa de suas *Cartas Federalistas*, James Madison, o "Pai da Constituição" americana e futuro presidente, se perguntava "mas o que é o governo, ele próprio, senão o maior reflexo da natureza humana? Se anjos fossem os homens, nenhum governo seria necessário (...) Ao constituir um governo, que deve ser administrado por homens sobre outros homens, a grande dificuldade é a seguinte: devemos, em primeiro lugar, permitir ao governo controlar os governados; e, logo em seguida, obrigá-lo a controlar-se a si próprio" (...)

Madison devia estar pensando no princípio clássico: *quis custodiet custodem?* (quem vigia o guardião?). Ele assinala que os abusos do poder público ameaçam, fundamentalmente, a integridade da ordem legal e, enquanto isso, vão sendo erodidos os valores daqueles que respeitam a lei. As palavras desse grande constitucionalista americano são válidas, em nosso país, quando nos aprofundamos nos impasses e círculos viciosos a que nos conduziu a tão badalada Nova República. A esta altura do campeonato, o que se nota é um repúdio geral, nos meios de comunicação e na elite da opinião bem formada, aos abusos que se descobrem nos três poderes da República, isso no âmbito federal, estadual e municipal.

Para sair do impasse, o simpaticíssimo e inteligentíssimo Senador Fernando Henrique Cardoso aconselhou um "choque de moralidade". Evidentemente, o choque moral que, todos nós

---

(*) *JT* em 23.09.91

desejamos, seria muito mais efetivo se principiasse no seio do próprio Senado onde Suas Excelências aumentaram seus vencimentos em 60 por cento e se auto-concederam privilégios que não contribuem para o exemplo de alto padrão de frugalidade que lhes caberia oferecer à nação, neste momento de grave crise econômica. Menos ainda o novo Trem de Alegria que votaram, aumentando o número de seus assessores. A pregação do eminente Senador Cardoso também seria mais contundente se, conforme li nos jornais, ele próprio, Fernando Henrique, não houvesse votado em favor do projeto que estabelece tais vantagens. E também se, na Câmara, as denúncias de nepotismo, tráfico de drogas, agressão física a colegas e outras irregularidades se traduzissem em medidas drásticas, com respeito ao artigo 37 da Constituição, o qual exige a obediência estrita "*aos princípios de (...) impessoalidade e moralidade*" (...) para todos os membros de qualquer dos poderes da União, dos estados e dos municípios. De onde logo se conclui que o importante não é tanto reformar a Carta com emendões ou emendinhas, mas fazê-la respeitar.

Mas ainda por falar em Constituição, o que dizer do inciso XI desse mesmo artigo 37 que manda fixar o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos (incluindo, naturalmente, legisladores e juízes)? Os juízes do Pará que se concederam a si próprios o equivalente a US$ 15.000 mensais, estão obedecendo à Constituição? E o nepotismo escandaloso na Justiça do Trabalho, sofre alguma restrição na lei e na moralidade? Não caberia ao Supremo Tribunal Federal fazer respeitá-las no âmbito do Judiciário? Se não, a quem competiria tal providência. E a pilhéria maior do artigo 17 das Disposições Transitórias que promete: "os vencimentos, a remuneração, as vantagens e adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos *em desacordo com a Constituição*, serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título"– isso quando se sabe que um *piloto* de elevador, no Senado, ganha tanto quanto um piloto de Mirage em Anápolis? O segredo desse dispositivo está na frase "em desacordo com a Constituição". Será isso um artifício sofismático deliberadamente inserido no texto, de modo a liquidá-lo? Os veneráveis e meritíssimos juízes do colendo Supremo Tribunal, contemplando naturalmente seus interesses e os de seus colegas tanto quanto os da nação, não acolheram o rebaixamento dos salários dos servidores postos em disponibilidade, atendendo ao famigerado inciso VI do artigo 7 que determina a irredutibilidade dos mesmos. Posso continuar citando o artigo 18 das mesmas Disposições Transitórias, que fala na extinção "dos efeitos jurídicos de

qualquer ato (...) que tenha por objeto a concessão de estabilidade a servidor admitido sem concurso, etc." Como interpretar esse dispositivo em benefício do povo, que paga impostos (todos nós), e não dos servidores sem concurso, nomeados em virtude de transações eleitoreiras e beneficiários do patrimonialismo selvagem reinante em nossa terra? E o artigo 38, cominativo, segundo o qual "a União, os estados (...) e os municípios não poderão despender com pessoal mais do que 65 por cento do valor das respectivas receitas correntes"? Se fosse esse artigo rigorosamente honrado, não seriam permitidas as greves abomináveis da CUT nas estatais, com responsabilidade por serviços essenciais, e não haveria déficit público. Consequentemente, a inflação teria sido superada.

Tudo isso me parece uma comédia de enganos. O sangue me sobe à cabeça e a adrenalina é nele injetada, como ocorre com tantas outras pessoas, quando lemos os jornais e vemos o noticiário da TV. O choque moralizante, infelizmente, não é "constitucional", embora se imponha diante da falta de credibilidade de todo o sistema republicano. Numa sessão do Senado de dezembro de 1914, Ruy Barbosa, que fôra um dos próceres da República, mas depois seriamente se arrependeu, pronunciou um célebre discurso do qual podemos extrair o seguinte trecho: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto (...) Essa foi a obra da República nos últimos anos" (...) Em 1921, já com a experiência vivida nos 32 anos anteriores, Ruy Barbosa ainda melhor esclareceu sua opinião pessimista: "O mal grandíssimo e irremediável das instituições republicanas consiste em deixar exposto à ilimitada concorrência das ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado e, desta sorte, o condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade".

Madison faleceu há 150 anos, Ruy Barbosa há 70, mas talvez surja entre nós um herói, muito vivo, que saiba mobilizar as multidões, levando pouco a pouco, de roldão, essa classe dominante patrimonialista que nos explora e nos oprime.

25. *HOMO LUDENS* — AS URNAS E OS PARTIDOS *

Desejo tecer algumas considerações um tanto melancólicas sobre o processo de eleições e suas perspectivas nesta terra.

(*) *JT* em 24.11.86

Considerações talvez não muito coerentes — mas haveria, porventura, coerência no processo? O primeiro ponto a salientar é que, pelo menos no Rio e em Brasília, a eleição se assemelha muito mais a um evento carnavalesco do que ao exercício sério de um dever cívico.

O brasileiro é, por excelência, o *homo ludens*. Brincamos com as coisas sérias e só levamos a sério os jogos, festas e brincadeiras — mormente o futebol, o jogo do bicho e a folia carnavalesca. A população responde à convocação eleitoral com ímpetos lúdicos. É o carnaval da sujeira, da poluição visual e sonora, só no Rio 900 toneladas de lixo! Sujismundo vota triunfante, no maior esbanjamento de celulose e de verborragia enjoativa a que se pode assistir no planeta. A propaganda transforma-se em folia dionisíaca, e não apenas no uso do samba, de trios elétricos e participação saliente de artistas e cantores populares. Num povo alegre e extrovertido, talvez seja isso inevitável. Nem é a crítica um resmungo negativo de velho carcomido. O pleito transforma-se em torcida de partida de futebol. Os Ibopes veiculam, às vezes com deliberada mendacidade, as emoções da jogatina e da loteria. Aliás, os bicheiros do Rio desempenham um papel conspícuo, ambientados perfeitamente na campanha de antropólogos morubixabas e suas utopias selvagens. Enfim, um verdadeiro espetáculo de sambódromo!

O caráter fortemente ambivalente da reação popular é outra característica que descubro, importante. São reações altamente emocionais e contraditórias. Por um lado, um certo desgosto, asco e mesmo fúria pelo espetáculo grotesco de políticos se insultando, injuriando-se com palavras de baixo calão, denunciando-se mutuamente com suspeitas de corrupção e de perversões sexuais. Com tristeza assisti a essa palhaçada que ilustra a imaturidade política do famoso "povão" e de seus futuros representantes. Muitos outros comentaristas manifestaram uma certa repugnância com a indigência de idéias, a torpeza dos métodos, a lama lançada aos ventiladores, o cafajestismo debilóide das apresentações no horário gratuito das TVs, a poluição dos debates, pior do que a das ruas, os palavrões, a demagogia, as mentiras, que fazer? A democracia inglesa principiou no século XII, com a Magna Carta. Levou 700 anos para aperfeiçoar-se e só atingiu a plena maturidade nesta centúria. A democracia suíça também celebrou seus 700 anos. O remédio seria então esperar (...) Nossa vez um dia chegará.

Mas, por outro lado, nota-se, sobretudo na gente humilde, uma espécie de confiança supersticiosa nessa liturgia da religião civil. Não é só que a sociologia brasileira é a arte de salvar permanentemente a nação. É que, realmente, o povo sempre

espera, senão das brumas crepusculares do sebastianismo, pelo menos do resultado secreto das urnas, que surja o salvador. O mal, na verdade, não é só nosso: neste século, tudo se espera do Estado. No Brasil é a esperança exacerbada pelo caráter fundamentalmente paternalista da sociedade. O Estado — isto é, os políticos, eleitos ou não — deve dar empregos, leite para as crianças, uma camisinha para o adolescente, uma estrada para a aldeia, um empréstimo para o fazendeiro, uma bicicleta para o agente de saúde (com guarda-chuva), boi gordo para as cozinhas, talvez uma nota de mil cruzeiros, uma enxada ou o conserto do telhado do barracão, abalado pela recente ventania. Walter Lippmann dizia que "aquilo que, quase que em toda parte, caracteriza o homem do progresso é o fato de ele contar, em última análise, com o fortalecimento da autoridade governamental para melhorar a condição humana" (em *The Free City*). Lippmann apenas repetia a profunda observação de Tocqueville (em *De la Démocratie en Amérique*) ao assinalar que todos os partidos adotam as mesmas idéias: "A maior parte estima que o governo age mal, mas todos pensam que o governo deve agir incessantemente e pôr a mão em tudo. Mesmo aqueles que mais rudemente se combatem, não deixam de concordar sobre essa questão. A unidade, a ubiquidade, a onipotência do poder social, a uniformidade de suas regras formam o traço saliente que caracteriza todos os sistemas engendrados hoje em dia. Encontramo-las no fundo das utopias mais bizarras. O espírito humano persegue ainda essas imagens quando sonha".

Nessa perspectiva pessimista não teremos nós qualquer esperança: *lasciate ogni speranza!* Não conseguiremos nosso intento de amestrar tão cedo o dinossauro, monstro do Cambriano que se personifica no Estado. O povo continuará contando, em sua inocência irresistível, que votou em gente sincera, disposta a cumprir as promessas mirabolantes feitas para angariar a maioria, no entusiasmo da disputa lúdica. Um longo, árduo e ingrato trabalho pedagógico de combate ao Estado paternalista, ao empreguismo e à *mamãezada* continuará sendo necessário, talvez durante muitas gerações. Termino com uma nova citação de Tocqueville: "uma multidão incalculável de homens parecidos e iguais, que se mexem sem descanso, uns em torno dos outros, para alcançarem pequenos prazeres vulgares, com os quais enchem suas almas (...) Ergue-se sobre eles um poder imenso e tutelar que se encarrega, sozinho, de lhes assegurar o gozo e velar sobre sua sorte. É absoluto, detalhado, regular, previdente e suave (...) Trabalha com boa vontade para a felicidade dos cidadãos; mas

deseja ser seu único agente e árbitro singular; proporciona sua segurança, prevê e assegura suas necessidades (...) conduz seus negócios principais, dirige sua indústria, regula suas sucessões, divide sua herança; por que não lhes poderá jamais retirar o tormento de pensar e a pena de viver?"

As repetidas eleições da Nova República me levam a matutar sobre o atual problema dos partidos. A situação é fluida. Ora vamos para monopartidarismo, como no tempo da Arena dos militares e do PMDB de 1986, ora para a anarquia partidária da presente conjuntura. Não se pode prever para onde vai encaminhar-se, ao final. O que significa apenas que as grandes *famiglias* da máfia estatal podem mudar na hierarquia do mando, mas a *Cosa Nostra* é sempre a mesma. A distribuição das benesses continuará, com ligeiras diferenças de repartição. Sucesso mesmo terá quem, como o ex-governador de São Paulo, souber manobrar com a corrente, enquanto promete o boi gordo, sem jamais distinguir concretamente o que é seu, privado, do que é de nós, do público. Que enriqueça no exercício dos cargos ocupados por eleição, de novo nada há de extraordinário: provará apenas sua melhor adaptabilidade às regras sagradas da *omertà* (...) Evidentemente, os idealistas (eu pertenço ao grupo!) poderão sonhar com a emergência de um grande partido liberal-conservador, centrista, com um programa sério e consistente de libertação dos entraves que cerceiam a economia, redução da burocracia, supressão das formas mais indecorosas do patrimonialismo estatal e soerguimento dos princípios éticos que deveriam orientar a "classe dominante", no governo e na administração. Restrições legais à proliferação de legendas com um retorno a princípios de voto majoritário; o voto distrital que, como afirmou o Sr. José Richa, é "um ovo de Colombo"; e a abolição dos coeficientes eleitorais desiguais. Mas que chances possuem essas fantasias oníricas?

Porque o fato é que não há realmente partidos. Ouvi uma vez uma admirável conferência do Ministro Paulo Brossard em que esse eminente jurisconsulto dava como condição única para o aparecimento de partidos solidamente organizados o fator *tempo*. Brossard tem toda razão. Entretanto, seu antigo partido, o PL, durante o período de 1930 a 1964, sempre foi o melhor, o mais sério, o mais firme em seus princípios doutrinários e (...) o mais insignificante dos partidos brasileiros. Pois o que vale mesmo não são as doutrinas liberais, mas a personalidade dos políticos. O personalismo, que caracteriza a vida política neste país, aparentemente se está agravando. Isso explica, entre outras coisas, as

alianças mais estapafúrdias, tais como PDS e PDT, ou PFL e PCB, ou Julião aliado dos grandes latifundiários em Pernambuco para derrotar Arraes, e outros acordos de legendas no gênero. Os partidos, quando não são simples veículos de um único, ambicioso caudilho, como o PDT, constituem conluios transitórios de interesses deste ou daquele grupo para a conquista deste ou daquele cargo, quites a desagregar-se na primeira oportunidade — como se desagregou a Arena-PDS que se considerava, outrora, o "maior partido do Ocidente"! Os ideólogos frenéticos ainda falam de "esquerda" e de "direita". Os obstinados pretendem arrancar a golpes de fórceps algum conteúdo teórico neste ou naquele agrupamento. Até mesmo o Partido Comunista, que é o que todos nós sabemos, grita em altos brados o seu entusiasmo pela democracia, pelo progresso, pela liberdade, pelo pluralismo, pela autodeterminação nacionalista e até mesmo pela iniciativa privada — que são, precisamente, os princípios que mais detesta. Mas a apresentação de sua imagem, em reclames de jornal, com uma bela e loura *playgirl* sorridente, não nos deve iludir quanto à superficialidade da doutrinação. O que vale mesmo não é o programa, é o *estilo* de cada candidato: o pederasta, ex-terrorista e neo-ecólogo que se apresentou para governar o Rio de Janeiro não representa qualquer ideologia, de esquerda, direita ou centro, mas simplesmente o estilo da patota de Ipanema, do *rock-in-Rio* e do samba da classe média, na alucinação extravagante da adolescência. Não é verdade que a metade do eleitorado é composto de jovens de menos de 30 anos?

26. A GRANDE FICÇÃO*

"O Estado", dizia Bastiat, "é a grande ficção através da qual cada um procura ganhar sua vida a expensas dos outros". A frase do grande economista liberal francês (†1850) entra como uma luva na calamidade estatizante em que se encontra o país. E o problema consiste então: como dissolver a ficção? O poder do Estado, ao nível federal, para-estatal, estadual e municipal, se agigantou de tal maneira, com seus oito ou dez milhões de funcionários, que obnubila a inteligência dos brasileiros privados e detém o ímpeto coletivo de desenvolvimento. Teríamos que recorrer à psicanálise para exorcizar esse íncubo. O fantasminha é, ao mesmo tempo, fantasmagórico e muito real. Está muito próximo de nosso bolso, muito exigente em seus caprichos que fustigam nossa liberda-

(*) *JT* em 25.03.91

de. A opressão que o Estado exerce sobre a vida nacional e que não se origina na presente conjuntura, mas vem de longe — vem da mediocridade olímpica do governo Sarney, do centralismo obstinado do governo Geisel, da ideologia nacionalista surgida sob o autoritarismo varguista, vem da tradição positivista da ditadura republicana de 1889 e, finalmente, do velho patrimonialismo e clientelismo luso, para aqui transferido com a colonização e a instalação da corte no Rio em 1808 — essa opressão estatal, dizia eu, criou uma situação de fato que, a não ser por uma crise revolucionária violenta pouco provável, levará anos para ser afetada e suprimida.

Leiam o livro recente de Guy Sorman, traduzido e editado pelo Instituto Liberal, sobre como *Sair do socialismo*, para ter uma idéia do trabalho de Hércules que a tarefa comporta. Os interesses da *Nomenklatura*, da burocracia de nível médio e da inumerável massa de parasitas (os "vira-bosta" de Emil Farhat) que gravitam, ociosa e pateticamente, em torno dos governantes, estão presos à conservação obstinada da atual estrutura patrimonialista. Quem acredita que os 160 mil funcionários do INSS estariam dispostos a perder sua mamata, 900 milhões de dólares por ano? E os 56 mil da Petrobrás (comparem com a Shell Oil, a segunda maior companhia de petróleo do mundo, que dispõe apenas de 27 mil)? E os estivadores dos portos de Santos ou do Rio? E os tripulantes e capitães do Loide? E os metalúrgicos de Volta Redonda? E os deputados capixabas que já alcançaram mais de 100 salários mínimos de remuneração mensal, e os da recém-aberta Assembléia do Distrito Federal que já provocaram escândalo com seu descarado nepotismo e pretendem ser mais do que vereadores? E o "pianista" da Câmara dos Deputados que terminou como juiz de um Tribunal Superior? E os 25 mil contratados do Maranhão que não faziam nada e protestaram quando foram demitidos? E os 100 mil de Santa Catarina, 35 mil dos quais o novo Governador Kleinubing acha perfeitamente inúteis? E os preguiçosos, sem concurso, com mais de cinco anos de emprego que adquiriram estabilidade, o que o próprio deputado guerrilheiro José Genoino acha um abuso genuíno? E "todos esses políticos detestáveis que hoje nos governam (e nos roubam) tão desastrada e impunemente" como, todos os domingos, tão melancolicamente se queixa, em *O Estado de São Paulo*, nosso Fernando Pedreira?

Nos países da ex-Europa Oriental comunista se dizia que os trabalhadores fingiam que trabalhavam e o Estado fingia que os pagava — mas pelo menos essa gente possuía uma garantia na miséria do subemprego. Agora eles, aqui, se apavoram com a eventualidade do desemprego real. Vencer essa resistência passiva não é parada fácil. Gorbachov, que é Prêmio Nobel, não o conseguiu. Nosso colorido presidente, que tem prêmio de jet-ski no lago Paranoá de Brasília, porventura o conseguirá? Sua

grande oportunidade foi no momento dramático da posse em 1990, mas imperdoavelmente a deixou passar: preferiu a demagogia da expropriação da poupança do setor privado, o único produtivo da nacionalidade. Ao invés de enxugar a máquina, conforme prometido, preferiu transigir e ceder. O calhamaço insosso do Plano de Reconstrução Nacional já revela brechas por toda parte. Vejam, por exemplo, essa clamorosa e escandalosa injustiça do ensino superior gratuito para os filhos da *Nomenklatura*: a energumênia intelectual petista, tipo Christovam Buarque e Ibañez, já está "redemoinhando em fantásticos corrupios (...) sempre, sempre, sempre", como diria Ramalho Ortigão, mas não cede a mamata de seus apadrinhados. Têm o apoio certo do ministro da Educação, ex-presidente da Sociedade Brasileira pelo Retrocesso da Ciência. Entrementes, o plano, hesitantemente, fala em "discussão da gratuidade indiscriminada do ensino público de graduação", ficando tudo por isso mesmo: palavras, palavras, palavras (...) Mas o ministro estará pronto para proteger, ao invés de escarmentar as escolas privadas?

Quem pensa que todos deixarão de querer ganhar a vida às custas dos outros, quer dizer, dos que pagam impostos e mais 57 outros tipos de taxas e tributos que esfolam, apenas, aqueles que controlam os 30 por cento do setor privado do PIB? Em suma, *é o conjunto do aparelho estatal que se transformou numa imensa máquina opressora e exploradora, assaltante da propriedade privada daquela parte da população brasileira que produz.* Vencer a máquina. Esmagá-la. Desmantelá-la — eis a questão. Uma sombra espessa recobre toda a política governamental cuja orientação exata ninguém percebe.

Entre a idéia
e a realidade,
Entre a moção
e o ato,
cai a Sombra.*

27. O ESTADO É BURRO**

João Mellão Neto — para cujo sucesso no Ministério do Trabalho faço os mais sinceros votos — é um dos mais argutos e

---

(*) Os versos de T. S. Eliot: *Between the idea and the reality, between the motion and the act, falls the Shadow.*

(**) *JT* em 30.07.90

divertidos comentaristas de nossa perplexidade coletiva, diante do embate de gigantes entre o setor privado da sociedade brasileira e o Estado patrimonialista burocrático. Chamo o Estado de dinossauro. Os dinossauros eram, de fato, animais "burros" e "burro" é o qualificativo que João Mellão concede ao Estado, em sua crônica no *Estadão* de 29 de junho de 1990. Aliás, toda a coletânea de crônicas do autor, sob o título *Nu com as mãos no bolso*, constitui uma pequena obra-prima de pescador de pérolas da burrice oficial.

No artigo mencionado, oferece Mellão três exemplos, impagáveis, de como atua o Estado para frear o desenvolvimento da nação, manter o Brasil estancado e aporrinhar o público. A descrição da genialidade estatal em sua capacidade negativa é realmente estupenda. Aos exemplos apresentados poderíamos acrescentar o episódio dos postos de abastecimento serem proibidos de oferecer descontos aos motoristas, proibição tão extraordinariamente cretina que só foi retirada graças à intervenção especial e direta do então ministro da Infra-estrutura, um campeão da iniciativa privada. Quero aqui mencionar outros exemplos de burrice estatal para reforçar o argumento de João Mellão. E me desculpem os leitores se retiro alguns casos do repertório que tenho colecionado em artigos e na obra *O Dinossauro*, onde poderão os interessados encontrar uma ampla análise dos motivos e condições da deficiência mental da autoridade política e burocrática.

I — Uma escultura metálica da artista Mary Vieira, residente na Suíça, foi certa vez embargada na alfândega porque classificada como sobressalente — eixo de caminhão — com similar nacional, sem licença de importação.

II — Quando contraí justas núpcias, há muitas décadas, solicitei dispensa de proclamas, a fim de mais rapidamente poder embarcar, após o matrimônio, e assumir o posto para o qual fora nomeado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República — e soube, finalmente, dos proclamas dispensados (...) uma semana depois de casado!

III — Numa cidade do interior de São Paulo ocorreu que uma menina, chamada Denise, não podia ir à escola porque fora, por engano, registrada no cartório com o nome de Dionísio. Devendo ser oficialmente menino quando, na realidade era menina, as escolas locais se recusaram a aceitá-la, alegando erro de identidade, isso quando a lei reconhece o direito à educação de toda criança, independentemente de sexo.

IV — Descobri em São Paulo dois *nisseis*, filhos de japoneses, o primeiro, um homem, cujo nome *Akira* foi corrigido para Akiro pelo amanuense de um cartório; e a segunda, uma mulher,

Emiko, cujo nome foi modificado similarmente para Emika. Akiro e Emika nada significam em japonês. Em português tampouco. Mas o amanuense acreditava que todo feminino deve terminar em *A* (exemplos: *a* mapa, *a* esquema, *a* programa) e todo masculino em *O* (exemplos: *o* canção, *o* constituição, *o* informação) (...)

V — Em 1986, dois irmãos, Almir e Alcir, tiveram seus títulos eleitorais bloqueados no Serpro que julgou falso seu recadastramento, alegando "dupla inscrição" da mesma pessoa. Almir e Alcir haviam nascido no mesmo dia dos mesmos pais: o programador do Serpro nunca havia aventado a hipótese de duas pessoas, do mesmo sexo e com a mesma cara, nascerem no mesmo dia dos mesmos pais (...) pois o que é isso senão um caso de gêmeos univitelinos?

VI — Certa vez, quando cônsul-geral em Zurique, na Suíça, pesquei esta pérola para meu colar de estórias sobre a burocracia brasileira: havíamos assinado um acordo com a Suíça para dispensar de visto em passaporte os nossos respectivos nacionais, em viagem de turismo. Pois bem, continuávamos a exigir o comparecimento dos cidadãos suíços ao consulado de maneira que seus passaportes pudessem ser estampados com um carimbo especial que anunciava, triunfante: "Está dispensado de visto!". Registrei esse estupendo episódio num artigo que, por volta de 1971, publiquei num jornal do Rio. A minha pérola não agradou ao então secretário-geral do Itamaraty que me passou, por escrito, um tremendo carão, acusando-me de debicar a Casa de Rio Branco (...)

VII — Certo ministro da Educação confessou-me que, no Pará, encontrou crianças numa pequena escola primária "lendo" cartilhas de cabeça para baixo porque a professora era analfabeta: "parece mentira, mas não é", comentou-me o ministro. Sendo um país em que há milhões de analfabetos, é também o Brasil um país onde 80 por cento das verbas do Ministério da Educação são dedicadas ao ensino superior gratuito para os filhos da *Nomenklatura* dominante. E são esses mesmos filhos da *Nomenklatura* que, em Brasília, fazem greve na universidade local "para melhorar o nível do ensino público" e reclamar "maiores verbas para a educação": quem eles pensam que estão prejudicando com a greve?

VIII — Se há em nosso país milhões de analfabetos, há também milhões de crianças abandonadas que não vão à escola. Mas o tema do "controle da natalidade" e da "paternidade responsável" é tabu, muito embora a demografia nacional cresça ao ritmo de três milhões por ano.

IX — É também nosso país aquele que, por um tipo *sui generis* de nacionalismo uterino, cria as maiores dificuldades ao

processo de adoção — dificuldades morais, legais e policiais, como se todo casal adotante fosse criminoso que desejasse se apossar da criança, a fim de lhe retirar os órgãos para transplante e exportação aos países ricos. O Brasil goza de uma renda *per capita* seis vezes superior à de Sri Lanka. Sofre também três vezes o índice de mortalidade infantil desse país da Ásia meridional (...)

Num recente colóquio em Teresópolis, promovido pelo Instituto Liberal e o *Liberty Fund* americano, para o qual tive a honra de ser convidado, todos os participantes, brasileiros e estrangeiros, insistiram sobre a associação entre o poder estatal e a corrupção e desperdício. Sobre o tema discorreu, entre outros, Donald Stewart, empresário e fundador do IL carioca. O desperdício resulta da corrupção do poder, revelando a incapacidade gerencial do Estado.

Em fins de 1991, o INSS declarou, pela boca do senhor Presidente da República, que não podia pagar a quantia determinada pela Justiça para aumento dos proventos dos aposentados. Na mesma época foi publicada uma notícia segundo a qual o Instituto possui, somente no Rio de Janeiro, 273 imóveis alugados por quantias irrisórias. Uma loja pertencente ao INSS, na rua Araçatuba, 127, em Copacabana, uma das áreas mais valorizadas do país, estava alugada por Cr$ 1,03 ao mês. Joelmir Beting, no *Estadão* de 21.1.92, aconselhou um "saneamento mágico" da Previdência, mencionando os seguintes prejuízos do sistema: US$ 44,5 bilhões em fraudes, desvios, calotes e desperdícios; US$ 24 bilhões em dívidas do governo federal para cobertura de buracos do Orçamento Geral da União; US$ 10,5 em sonegação por parte das empresas; e US$ 10 bilhões em fraudes e desvios no setor médico-hospitalar. Ao todo, 89 bilhões de dólares — uma soma não muito distante da dívida externa brasileira. A lista de irregularidades no serviço público é interminável. Limito-me aqui a sugerir a responsabilidade da *Nomenklatura*.

Enfim, esta crônica de aberrações burocráticas e de estupidez estatal poderia se prolongar indefinidamente, enriquecendo a enciclopédia de estultice oficial coligida por João Mellão Neto.

28. A NOVA LUTA DE CLASSES*

Escrevendo sobre o "Antigo Regime e a Revolução" (Francesa), já Alexis de Tocqueville havia notado que "os funcionários

---

(*) *JT* em 25.06.90

administrativos formam uma classe que possui seu espírito particular, suas tradições, seu próprio orgulho". É a burocracia. Segundo Tocqueville era ela "a aristocracia da nova sociedade que já está formada e viva, só esperando que a Revolução esvazie o lugar". A intuição genial do ensaísta francês permitiu-lhe ser o primeiro sociólogo a antecipar o fenômeno ominoso do século XX: a substituição da velha nobreza feudal, de espada, não só por uma burguesia capitalista como pensava Marx, mas por uma nova classe burocrática, de vocação estatizante, surgida da própria evolução do democratismo pós-revolucionário. O interessante é que Marx jamais compreendeu esse desenvolvimento fatal. O regime comunista, por ele proposto, iria conduzir a resultados inesperados. No entanto, muitos anarquistas, como Proudhon e Bakunin, e "revisionistas" como Kautsky e Trotsky, chegaram a admitir a possibilidade do prosseguimento da luta de classes sob esse novo aspecto. O que quer que seja, deixou a luta de classes, em nossa época, de ser um conflito de estilo marxista entre a burguesia capitalista e o proletariado socialista, para se manifestar como uma tentativa tocquevilleana desesperada do setor privado da sociedade, liberal, de se livrar do despotismo imposto por aqueles políticos e burocratas que são donos do Estado.

Estes foram, no Brasil, corretamente chamados de "donos do poder" (Faoro); "classe ociosa" (Ives Gandra); "cosa nostra" (Oliveiros Ferreira); "vira-bosta" (Emil Farhat). Eu mesmo estendi-me sobre o "dinossauro", conservador de um patrimonialismo selvagem, num livro com esse título publicado em 1988. Ainda recentemente, o notável economista e político, senhor César Maia, em artigo na *Folha de São Paulo* (19.9.91), opinou no sentido de que "os dinossauros estão de volta. Quando todos pensavam que haviam sucumbido definitivamente na opereta de mau gosto do verão de Moscou", eles reaparecem "no Brasil, último reduto onde insistentemente procuram resistir". Creio que o fenômeno histórico capital na década dos 80 é a tentativa quase universal de derrubar o controle que, sobre as mentes, o poder político e a economia, detém a nova classe. Seria a maneira de retomar o fio da tradição das revoluções inglesas (1648 e 1688), americana (1776) e francesa (1789), em seu componente liberal.

O governo Collor de Mello representa, ou poderia, ou deveria representar, se houvesse maior consciência coletiva do que se está passando, o ímpeto de subversão e reformulação da ordem estatal-burocrática autoritária que detém o poder legítimo de coerção e violência (Weber). Como a "revolução liberal" é dirigida contra o Estado, almejando não dele se apossar, mas reduzi-lo a um "estado mínimo", não pode, presumivelmente, ser violenta.

Ela tem que se processar democraticamente e converter a seus desígnios, pelo menos, uma parcela dos donos do poder. Na Rússia e na Europa Oriental algo de milagroso está praticamente ocorrendo. Na China de Deng Xiaoping e na Romênia de Iliescu, no entanto, parece claro que uma sangrenta rebelião popular enfrenta a reação de forças comunistas conservadoras, maldispostas a abrir mão de sua tirania e de seu poder, proporcionando a "abertura" exigida pelos sentimentos da maioria da população. É o caso também do latifúndio caribenho do *el comandante* Fidel Castro. O Chile teve a sorte de ser governado por um militar esclarecido, o General Pinochet, que compreendeu a necessidade de libertar a economia para a consolidação de uma nova ordem social. Na Espanha, o General Franco preparou o país para a redemocratização e liberação da economia, mesmo que a herança tenha caído nas mãos de um pseudo-socialista, também esclarecido, Felipe González. Na Argentina e no México, a mesma sorte quase milagrosa os favoreceu, quando foram os eleitos dos partidos de índole populista autoritária, respectivamente Menem, pelo peronismo, e Salinas pelo PRI, que agora encabeçam a modernização, num programa diametralmente oposto àquele que apresentaram antes do pleito.

Ora, que se passa em nosso país? Collor foi eleito na base de uma campanha dirigida contra os abusos dos políticos e burocratas, acoimados de "marajás". Não soube, contudo, pelo menos até o momento em que escrevo, aproveitar a maré popular de 17 de dezembro de 1989 para levar adiante o famoso enxugamento prometido da máquina administrativa. A retórica é muito melhor do que a *praxis*. O "aquilo roxo" parece manifestar-se com maior potência nos discursos diante da TV e competições atléticas do que no árduo terreno das realizações administrativas práticas. Será Collor, realmente, um liberal? Ou apenas um liberal de tipo Afif Domingos que, na primeira oportunidade, atraiçoa os ideais de seu partido para aliar-se ao que há de mais corrupto e carcomido na "famiglia" do PMDB paulista? Em seu discurso de posse Collor declarou taxativamente que não é um "liberal conservador" e que considera o papel do Estado como preponderante. Seu governo adolescente demonstrou, sem dúvida, uma inacreditável audácia em espremer as poupanças do setor privado e produtivo da sociedade. Ele causou um choque heterodoxo, suscetível de deter num primeiro instante a inflação galopante, mas dirigido maciçamente contra a propriedade privada. E quando chegou o momento de privatizar e enxugar a burocracia para, realmente, reduzir o déficit público, único alimento permanente da ciranda inflacionária, as medidas tomadas revelam uma deplorável timidez, muita confusão e bastante incompetência. A montanha reagiu, tremeu, estrondou e (...) pariu um camundongo.

Vejam o que está ocorrendo. Um único exemplo, o do Banco do Brasil. Com seus 130 mil funcionários (três vezes os do Citicorp, o maior banco americano!), de salário médio de mil dólares, um cálculo rápido indicaria uma despesa anual com pessoal superior a um bilhão de dólares. Acrescentem-se o 13º salário, as mordomias, automóveis, assistência médica, residências funcionais, alta remuneração em dólar para as centenas que servem no exterior, manutenção de luxuosas sedes e demais vantagens, luxos e luxúrias de nababos e marajás, e temos uma idéia de onde está mergulhando o dinheiro do contribuinte. Na mesma linha, lembremos o Banco Central, a Caixa Econômica com suas agências mil, o BANESPA, o BANERJ, o Banco da Amazônia, o Banco do Nordeste, etc., e a LBA, o programa de alimentação escolar, as outras ladroeiras que carregam com outras centenas de milhões de dólares — e vislumbramos palidamente as somas fabulosas que são consumidas nesse sistema, puramente especulativo, de 60 a 70 por cento das finanças do país. Não é de admirar a empáfia descomunal de burocratas típicos.

Ao que parece, a luta de classes procede com mais audácia no terreno das artes. É a contra-cultura. Na contra-cultura os músicos de uma orquestra se revoltam contra o maestro e este faz greve, como num filme de Fellini. Os donos de gatos fazem greve contra os fabricantes de violinos e só assim a arte musical tornar-se-á inteiramente liberta das convenções acadêmicas que ainda a mantêm acorrentada. Numa Bienal de São Paulo, apreciamos um tímido artista que apresentou um quadro sem tintas. O juiz o considerou acadêmico e reacionário. Na Bienal seguinte, a mesma sorte atingiu um artista que apresentou um quadro sem tela. A verdadeira arte seria representada pelo artista que, no Ibirapuera, exibiu uma obra expressiva das modernas e avançadas tendências estéticas. Ou, por outra, uma obra não expressiva (...) ou, melhor, não apresentou obra alguma. O mesmo está ocorrendo na literatura. Depois dos livros inteiramente redigidos com frases sem pontuação e com palavras que não constam do dicionário, virão os livros com frases sem palavras, com páginas sem frases, e com capas sem páginas, até que a libertação total se consuma no maior *best-seller*, o não-livro (...) Estará pronto para receber os incentivos da chamada Lei Rouanet.

Com as armas da pressão, do clientelismo eleitoreiro e das greves, a nova classe, realmente, se prepara para a conquista da felicidade. Sendo, por excelência, a "classe dominante e exploradora" da República, *é a única a tirar todos os proveitos da crise econômica e da inflação*. Que digo! Ela cria, deliberada e precisamente, esses males para eliminar suas rivais, as classes livres —

empresários, fazendeiros, comerciantes, profissionais liberais, pequenos industriais, artesãos, trabalhadores, taxistas, até mesmo camelôs, todos localizados no setor privado da economia. O *Estado de São Paulo* de 16 de março de 1988 publicou dados, que teriam sido fornecidos pelo Ministério da Fazenda, os quais atribuem um salário médio de US$ 700 dólares por mês aos milhão e meio de funcionários da administração indireta. Se isso é verdade, implicaria um dispêndio de mais de 12 bilhões de dólares com a folha de pagamento anual das estatais.

Enquanto no setor privado a recessão deliberadamente provocada já atingiu perto de um milhão de demitidos e desempregados — sem que isso haja provocado indevida comoção — os 90 mil (dos 360 mil prometidos) no setor público acometem o mais ruidoso berreiro de protesto e horrendo ranger de dentes. Todos os meios, legítimos e ilegítimos, são utilizados para deter o processo de redução do imenso dinossauro. O episódio da privatização da Usiminas foi particularmente vergonhoso. Uma aliança obscena de vice-presidentes da República, políticos carcomidos, caudilhos gaúchos demagogos, mineiros desconfiados, juízes medíocres que sofismam com a lei, e moleques baderneiros da CUT se uniram para tentar torpedear a iniciativa.

O *lobby* antiprivatizante é poderosíssimo e eficiente. Membros do Congresso, os partidos que detêm maioria, os tribunais do trabalho, o PT, o funcionalismo como um todo e seus setores prejudicados, nas estatais que controlam serviços públicos vitais, movimentam-se e apelam pateticamente ora para a violência, ora para os sentimentos de compaixão da sociedade. As famílias dos demitidos queixam-se da perda de seu ganha-pão. As greves pacíficas ou selvagens ameaçam interromper o fornecimento de eletricidade ou carburante. Fecham-se os portos; param os trens, os hospitais, as universidades. Votos espalhafatosos na Câmara são registrados; anúncios da TV são pagos com o dinheiro público; estende-se a sabotagem geral das Medidas Provisórias; recorre-se a pistolões junto aos ministros de Estado; bacharéis bizantinos argumentam com leis, dispositivos e constituições que, em outras ocasiões, jamais são invocados; e a massa imensa dos vira-bostas se vale o quanto pode de uma Constituição, votada por fisiológicos e botocudos, com o objetivo precípuo de manter os privilégios da Nova Classe. É um espetáculo lastimoso. Como diria o Boris Casoy, com sua boquinha enfática, "é uma vergooonha" (...) Não faltam bons analistas para esquadrinhar e criticar o que se passa e até o ex-ministro Maílson da Nóbrega que, como velha raposa das Finanças, melhor conhece do que ninguém os meandros da administração dos dinheiros públicos, revelou com absoluta lucidez e notável cora-

gem o pantanal em que continuamos chafurdando. Enquanto isso, uma pequena panelinha alagoana que, em novembro e dezembro de 1989 demonstrou admirável talento para *o marketing* de suas idéias respeitáveis, fracassa em pô-las em prática pela ilusão esdrúxula de que só gente com menos de 40 anos de idade tem capacidade e fôlego para aguentar a luta de classes em que estamos envolvidos. Porque é de fato uma luta de vida e de morte em que estamos empenhados.

29. O FRANKENSTEIN*

Descrevendo na TV, certa vez, a orientação do atual governo, o Deputado Roberto Campos citou Eça de Queiroz, para quem o caminho mais curto entre dois pontos é uma curva sinuosa e delirante. Sinuoso e delirante parece ser, de fato, o trajeto adotado. Esperemos que não configure um "caminho da servidão", qual o temido por Hayek. Pessoas insuspeitas como o Deputado José Serra já se queixam de que cabe ao governo fazer sacrifícios, consentâneos com os do setor privado — mas, no momento, que adianta? A opinião nacional foi condicionada para aceitar essa aberração.

Citando E. H. Carr, Hayek observou ser "significativo que, em todos os países, a estatização do pensamento tenha sempre caminhado *pari passu* com a estatização da indústria". No Brasil, como na Alemanha nazista, o povo foi submetido a um processo de arregimentação, de lavagem de crânio e de padronização ideológica das mentes — *Gleichshaltung* era o termo nazista apropriado — que faz com que se aceite, passivamente, o que se está passando. Referimo-nos ao "patrulhamento ideológico"– de cunho invariavelmente nacionalista e socialista. O Estado é soberano. Seus "servidores" são intocáveis. Coitadinhos, não podem ser despedidos, ainda que nada façam, porque as famílias vão ficar na miséria — pois, afinal de contas, não são uns 40 milhões de pessoas que dependem, direta ou indiretamente, do que o grande pensador mexicano Octavio Paz chama de Ogro filantrópico?

Muitos de meus amigos liberais, horrorizados, indignados, deprimidos com os caminhos sinuosos e delirantes de como o líder do "Brasil Novo" se apresentou, qual São Jorge em combate contra dragões da maldade, para, depois da posse, denunciar e prender as "elites", os ricos, os banqueiros, os donos de super-

(*) *JT* em 09.04.90

mercados, os proprietários de escolas e todos aqueles que, de modo geral, possuem algum dinheiro — acham que, a 17 de dezembro de 1989, criamos um Frankenstein. Talvez!

Desde já, entretanto, sei que o Frankenstein é o Estado burocrático brasileiro. Contra ele é nossa luta. Se o lutador de karatê não lhe assestar o golpe de mestre que todos nós esperamos, estamos fritos. Uma citação do poeta alemão Hölderlin, lembrado por Hayek: "O que sempre fez do Estado um verdadeiro inferno foram, justamente, as tentativas de torná-lo um paraíso" (...)

30. A *NOMENKLATURA* — EMPREGUISMO E BUROCRACIA*

Muitos autores modernos, de várias nacionalidades e ideologias, desde o americano James Burnham e o iugoslavo Milovan Djilas, este último antigo amigo e colaborador de Tito, até o francês Alain Besançon e o russo Michail Voslensky, se hão referido à burocracia como a uma nova classe. Seria uma pseudo-elite. É uma falsa aristocracia como aquela a que, há 150 anos, se referiu Tocqueville, a qual se apossou do poder nas nações do Segundo e do Terceiro Mundo. Voslensky descreve a nova classe em sua obra *A Nomenklatura, os privilegiados na URSS*. O livro foi publicado na Alemanha em 1980 e posteriormente traduzido, inclusive para o português. Muito contribuiu para os acontecimentos destes últimos três anos na Europa Oriental.

O termo russo *Nomenklatura* foi popularizado por esse título. Nele denuncia Voslenky o controle da sociedade soviética por uma casta privilegiada de burocratas, membros do PC. A *Nomenklatura* constituiria uma espécie de *Who's Who* da nova classe. Configuraria a casta de oligarcas, burocratas ou ativistas que governaram a ex-URSS e orientaram o movimento comunista internacional. Voslensky lançou agora na França um novo trabalho com o título *Os donos da Nomenklatura*. O autor conviveu e trabalhou durante mais de 30 anos com as pessoas mais importantes, os marajás da sociedade soviética. No princípio da carreira, em 1946, foi tradutor nos processos de Nuremberg, trabalhou na Comissão de Desarmamento da ONU e na entidade de "frente" ou "fachada" soviética, o chamado Conselho Mundial da Paz. A intimidade com o assunto permite ao autor apreciar

---

(*) *JT* em 18.05.87

em seu devido valor os privilégios e mordomias da elite que governa o maior país do mundo, em nome de altos princípios de justiça social, direitos dos trabalhadores e igualitarismo ideal. Os privilégios e mordomias são conhecidos. Alguns bastante semelhantes aos de nossos próprios políticos e burocratas de Brasília e alhures, com suas mansões (na Rússia, as *dachas* dos arredores de Moscou e nos balneários do Mar Negro), seus apartamentos funcionais com alugueres simbólicos, seus automóveis chapa-branca com motorista, seus trens-de-alegria ao exterior, pagos em dólar, e, naturalmente, seus salários monumentais em relação à renda média do grosso da população. O membro da *Nomenklatura* soviética dispõe de outras prerrogativas que, no Brasil, são normais para todo o mundo. Uma das mais preciosas é a disponibilidade de dólares e de cartões de crédito para compras nas famosas lojas especiais, as *Berioshkas*, cuja entrada é vedada ao comum dos mortais. Outra vantagem é a liberdade de viajar tanto no interior quanto no exterior, com lugares sempre reservados nos aviões, sendo que, neste último caso, o privilégio comporta a possibilidade de barganhar nas lojas capitalistas, abarrotadas de mercadorias. Em alguns casos as prerrogativas são ainda mais "especiais", como, por exemplo, a de assistirem a filmes pornográficos ocidentais, proibidos pela censura local. Lembro-me que, nos anos 70, a mesma situação existia em Brasília: íamos ao cinema no auditório gratuito da Caixa Econômica para vermos filmes antes de serem examinados pela censura, mas o risco é que nos deparávamos às vezes com incríveis porcarias. A *Nomenklatura* dispõe mesmo do serviço oficial de prostitutas, nos grandes hotéis internacionais mantidos pelo Estado, para uso de seus privilegiados e dos ilustres hóspedes estrangeiros. No Hotel Viktoria, de Varsóvia, o melhor da cidade, observei várias vezes como a mais antiga profissão se ostentava sem muito recato: o Estado totalitário é também um Estado proxeneta.

O importante da tese de Voslensky é que a *Nomenklatura* configura uma casta que se auto-perpetua através do recrutamento nas próprias famílias de seus membros. Os filhos dos burocratas do partido obtêm o privilégio do ensino superior gratuito nas melhores universidades (exatamente como ocorre em nosso país), assim como a inscrição *ex-officio* no PCUS, com a garantia de carreira no funcionalismo do Estado. Mas o autor argumenta ainda que a *Nomenklatura* usa o processo de "reformas" periódicas para a renovação de suas fileiras, persuadindo assim ao mundo como ao resto da população soviética que mudanças democráticas radicais são iminentes. Isso ocorreria a cada 32 anos, mais ou menos: a Nova Política Econômica (NEP)

de Lenin, posta em prática em 1921 para evitar o caos; o descongelamento e desestalinização de Kruschov em 1953/54, com a supressão dos mais clamorosos abusos do Gulag; e, a partir de 1985, a *perestroika* de Gorbachov. Voslensky acredita, contudo, que a nova aristocracia burocrática tende a erodir as reformas com uma resistência passiva, a fim de manter as suas posições de donos do poder patrimonialista. Se as reformas forem demasiadamente ousadas e ameaçarem os privilégios, o líder pode ser deposto pelo Politbureau, como foi Khruschov. Gorbachov também foi derrubado pela *Nomenklatura* reformista de Yeltsin que introduziu reformas econômicas de modo a permitir o acesso livre ao poder empresarial num novo sistema capitalista. Voslensky possui ainda o mérito de estabelecer as bases teóricas do sistema cuja concepção atribui, originariamente, ao intelectual paranóico Karl Marx e a seu protetor, o plutocrata capitalista F. Engels. Os revolucionários profissionais, Lenin e Stalin, foram os fundadores da *Nomenklatura* na *praxis*.

A tendência à formação de castas governantes parece ser irrefragável num regime patrimonialista, como sempre foram o russo e o nosso. Na carreira diplomática, por exemplo, é fácil de comprovar o mecanismo de recrutamento, sobretudo desde que o Itamaraty se transferiu para Brasília e não obstante o sistema de concursos, livres, igualitários e universais, para o ingresso no Instituto Rio Branco. O tema mereceria um estudo em profundidade para uma tese de doutorado. As carreiras militares também revelam tendências semelhantes. E aqui como na Rússia a questão é realmente saber se a nossa *perestroika* terá um dia sucesso — se alguém terá a garra, a coragem, a imaginação e o apoio popular para reduzir as empáfias e os privilégios dos donos de nossa *Nomenklatura*; ou se, ao contrário, com nosso tradicional bom-mocismo, será a operação cozinhada em banho-maria, deixando tudo como está para ver como fica (...)

A *Nomenklatura* configura, portanto, a lista dos cargos superiores de direção e a das pessoas que ocupam tais postos. A partir do "embrião de uma nova classe dirigente sob Lenin e Stalin", a *Nomenklatura*, como com fina ironia explica Voslensky que a conheceu de perto, "se transformou na estrutura dominante" nos países comunistas e social-estatizantes como o nosso. O termo é perfeitamente descritivo. No Brasil existe uma *Lista das Autoridades Governamentais* que, só em Brasília, comporta 180 instituições — ministérios, bancos, caixas, câmaras, centros e centrais, agências, comissões, companhias, empresas, departamentos, institutos, procuradorias, redes, secretarias, senados, tribunais, comandos, quartéis-generais, etc. Entre os 150 mil funcionários federais e 100 mil municipais que "traba-

lham" na capital, a *Nomenklatura* é constituída por aqueles que são suficientemente importantes para merecerem o privilégio do nome, endereço e telefone, na lista com 300 páginas. Às vezes, também, data de aniversário, nome da esposa e número de filhos. E até condecorações que possuem e clubes que frequentam. Listas semelhantes talvez existam em outros estados da federação, desde os gigantes como São Paulo e Rio, até o miserável Joaquim Pires, no Piauí, que há dez anos ostentava apenas seis casas de alvenaria, uma das quais era a residência apalacetada do prefeito.

A *Nomenklatura* brasileira sabe tratar-se. Ela inventa métodos extraordinários de ganho ilícito. Vejam o caso dos fundos de pensão das estatais: o patrimônio dessas entidades já é calculado em 18 bilhões de dólares. Elas são tão ricas que se permitiram adquirir às vezes participação majoritária nas estatais privatizadas. Os acionistas das estatais, que são, geralmente, seus próprios funcionários, recebem dividendos mesmo quando a entidade, como sói ocorrer, gera um tremendo déficit. Podemos calcular que o peso dos salários, malandragens e desperdícios das estatais constitui a principal fonte do déficit público e razão do ritmo medíocre do desenvolvimento nacional na "década perdida".

"A classe política", escreve Voslensky, "é parte da classe dominante que exerce, diretamente, o poder político em função de seus próprios desejos". O problema é que, nos países socialistas e social-estatizantes como o nosso, ela controla duplamente o poder político e o poder econômico. Se, como postulava Lenin, o poder é a única realidade, o poder é também a motivação da classe política e, só secundariamente, o enriquecimento. A busca do poder requer dinheiro. A busca do dinheiro em atividade produtiva não se torna o móvel da empresa, como no caso da capitalista, mas apenas o instrumento para o alcance fácil de posições cada vez mais altas na hierarquia do Estado. Podemos então registar cinco vícios fundamentais em uma crítica da *Nomenklatura*: 1) a procura do privilégio, assim violando o princípio democrático da igualdade de todos perante a lei; 2) os salários excessivos do topo da hierarquia, num país pobre e subdesenvolvido, contribuindo para o aumento das desigualdades sociais; 3) a corrupção, resultante do abuso do poder, da mentalidade clientelista ou cartorial, e do baixo nível moral e cultural dos responsáveis; 4) o número excessivo de funcionários para o trabalho produtivo que se requer e 5), o desperdício, pela ineficiência notória do Estado-empresário e a irresponsabilidade e impunidade dos administradores.

O senhor Ciro Gomes, reconhecidamente um dos melhores governadores de estado no período dos princípios da década dos

90, assinalou admiravelmente (*Veja*, 29.1.92) que, em nosso país, "todo o mundo é bonzinho com os funcionários públicos. Mas um funcionário público não merece pena. Merece respeito. Ele ganha da população para trabalhar e, se o salário não for bom, ele deve trocar de emprego. Mas se ele está ali, tem de trabalhar com competência".

O problema levantado é, entretanto, antigo, "o recurso geral é a política, sob todos os aspectos grosseiros de que se costuma revestir, a verdadeira *politique alimentaire* tão cruamente descrita pela escola social de Le Play e seus eminentes discípulos. Os partidos, as associações ou agrupamentos quaisquer, nas freguesias, nos municípios, nas comarcas, nas províncias, hoje Estados, na União, todas as instituições, todos os cargos públicos em número incalculável, não têm outro destino, não têm outra função: seu fim é fornecer meios de vida a uma clientela infinita. O Estado não tem por fim próprio a manutenção da ordem, a garantia da justiça ou, se quiserem, a ajuda de certos empreendimentos elevados; seu papel preponderante é alimentar a maior parte da população à custa dos poucos que trabalham e isso por todos os meios, como sejam, as malhas de um funcionalismo inumerável. Quando não são os empregos diretos nas repartições públicas, muitos deles inúteis, são as comissões para os influentes, as pensões, as gratificações sob títulos vários, as obras públicas de toda a casta e milhares de outras propinas. Nessas condições, não é de estranhar que a política preocupe muito os brasileiros, mas é a política que consiste em fazer eleições para ver quem vai acima e ficará em condições de fazer favores". Estas sábias palavras sobre a *Nomenklatura*, tão apropriadas à situação de hoje, foram escritas no princípio do século por Sílvio Romero no livro *Provocações e Debates*. Nada mudou na República. Tudo foi piorando desde 1889, desde 1930, desde 1969 e 1986.

Mas vejam agora o que escreveu Joaquim Nabuco em "O Abolicionismo", ao descrever os partidos brasileiros como "cooperativas de empregos ou seguros contra a miséria": "O funcionalismo (...) é o asilo dos descendentes das antigas famílias ricas e fidalgas que desbarataram as fortunas realizadas pela escravidão, fortunas a respeito das quais pode dizer-se, em regra, como se diz das fortunas feitas no jogo, que não medram, nem dão felicidade. É além disso viveiro político porque abriga todos os pobres inteligentes, todos os que têm ambição e capacidade, mas não têm meios e que são a grande maioria dos nossos homens de merecimento (...)".

Fortalecendo o argumento, observou Gilberto Amado em *À margem da História da República*: "Se estudarmos o fenômeno do funcionalismo que apresenta no Brasil o aspecto de um novo

coletivismo, não sonhado pelos comunistas, pois assenta no tesouro público, veremos que ele tem, a bem dizer, sua origem na escravidão. Foi ela que, tornando abjeto o trabalho na terra, obrigou a encaminhar-se para os empregos do Estado os filhos dos homens livres que não podiam ser senhores e que não queriam igualar-se aos escravos (...) O bacharelismo foi o primeiro capítulo da burocracia. Dele é que nasceu essa irresistível inclinação ao emprego público que o novo regime (a República) não pôde conjurar, antes acoroçoou, porque, não tendo criado o trabalho, nem a instrução profissional, não pôde evitar que se dirigissem para os cargos públicos os moços formados nas academias, inaptos à lavoura, ao comércio, aos ofícios técnicos". Como são antigas as queixas, hoje exacerbadas!

Dos partidos monárquicos, disse Oliveira Vianna que eram apenas "clãs organizadas para a exploração em comum das vantagens do poder". Dos partidos republicanos, conforme acentuou Hermes Lima, também se dirá a mesma coisa, em pior. João Camilo de Oliveira Torres assinalou que a finalidade do Estado, no Brasil, é "o bem particular dos amigos do grupo dominante". Eis uma boa definição do que seja o Patrimonialismo.

O que se verifica após leitura de todas essas antigas opiniões é que o tempo passa, o problema permanece. O sistema é o mesmo vigorante há cem anos. Isso porque a ausência de distinção entre a esfera do interesse privado e a esfera do interesse público constitui um dos traços mais característicos do sistema "weberiano" de autoridade tradicional, de tipo patrimonialista, vigente desde o Descobrimento em nossa terra. Como fatalidade moderna, a burocracia clientelista que a cada ano se expande é, pois, não somente um arcaísmo, mas um desafio para o futuro. O próprio Karl Marx, não podendo prever o desenvolvimento burocrático resultante do regime comunista na "primeira pátria do proletariado", já prevenia contra o formalismo que "se torna um poder real, sua substância e próprio conteúdo (...) um tecido de ilusões". Ali, "os objetivos do Estado se tornaram os da burocracia", conforme temia. Assim se explica que a burocracia ineficiente dos czares se tenha metamorfoseado no *Primeiro círculo do inferno*, que nos descreve Alexandre Solzhenitsyn, sob a forma dantesca de uma eficiente e ultramoderna prisão estaliniana. O dinossauro se transforma, nesse caso, em *Tyranossaurus Rex*, o mais gigantesco e agressivo de todos os animais terrestres que já habitaram o planeta. A *Nomenklatura* representa a cabeça do monstro. No mesmo terrível caminho segue o Brasil.

Em seus estudos sobre a burocracia, postula C. Northcote Parkinson que "o trabalho se expande para encher o tempo disponível". Consciente está, de ser a problemática burocrática a

do excesso, da frieza cruel, do desperdício — trabalho não produtivo e desumanizante, com papelório, carimbos, arquivos, assinaturas, maços e processos, e todas as regras de jogo de poder entre homens que, aos poucos, se vão tornando como que *chips* de um imenso computador social. Mas numa sociedade clientelista, personalista, afetiva, "cordial" como a nossa, preocupada não com idéias ou com coisas, mas com pessoas, a burocracia desenvolverá, não o trabalho, mas a ociosidade. O nosso dinossauro é da espécie *Brontosaurus*. É vegetariano e possui corpo imenso, cabeça diminuta e vida pachorrenta.

É o próprio Presidente da República que, num discurso, em Itaguari, Goiás, outubro de 1991, declarou, em sua linguagem sertaneja peculiar, "o povo está de saco cheio". E explicou por que: "Os gastos com funcionários públicos vêm consumindo, desde 1988, mais e mais recursos dos governos federal, estaduais e municipais, e abocanhando fatias cada vez maiores da renda do país. Meu governo", acrescentou Collor, " à custa de muito sacrifício, conseguiu reduzir as despesas nessa área. Os estados e municípios ainda não. Essa situação levou os estados a um endividamento gigantesco". Na verdade, em novembro de 1991, o Ministério da Economia informou que a União, os estados e os cinco mil municípios, somados, consumiram na folha de pagamento 11 por cento do PIB, algo equivalente a 31 bilhões de dólares, para sustentar seus exércitos de "servidores" (melhor seria chamá-los de "servidos" (...). "É a história de sempre", acentuou o Deputado Delfim Netto, "a parte sã da economia alimenta a parte podre". Nesse mesmo período de fins de 1991, a grande mania é a criação de novos municípios em todo o país, os famosos desmembramentos. Um cálculo sério, publicado nos jornais, estima que 100 mil novos funcionários irão preencher as vagas resultantes desse acréscimo municipal. Mas em todos os níveis se descobre o fenômeno. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, por exemplo, possui hoje 28.532 alunos, "servidos" por 15.246 servidores, média de dois alunos por servidor (no *JB* de 30.11.91). Na Universidade de Brasília, o Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política, onde lecionei, possuía, em 1982, 19 professores e três funcionários para cerca de 200 alunos. Hoje, tem uma dúzia de servidores e 49 professores para um número sensivelmente igual de alunos. Um pesquisador, entrando num ministério, indagou, curioso: "Quantos funcionários trabalham nesta repartição?". O chefe, distraído, respondeu: "Mais ou menos a metade (...)". Comparai o Congresso brasileiro, com 12 mil servidores, com a Mãe dos Parlamentos, em Londres, que dispõe apenas de 800 para quase dois mil deputados "comuns" e lordes espirituais e temporais. Na Noruega, um dos países mais ricos do mundo, o Storting é servido por apenas 80

funcionários. O Prefeito Chirac de Paris consegue administrar sua "cidade luz" com 10 mil funcionários, ao passo que o Governador Roriz de Brasília necessita de mais de 100 mil para o mesmo fim. O Banco do Brasil alimenta 116 mil funcionários, mais do dobro do Citicorp, o maior banco americano. Em todos os níveis, regista-se o fenômeno: a missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, dispõe de mais funcionários na lista diplomática do que todas as outras, salvo a da China, a da Rússia e a dos Estados Unidos. A prefeitura da cidade do Rio Grande contratou duas manequins e modelos fotográficos, Débora Alves da Silva e Talita Maria Rodrigues Ávila, para os cargos de gari — função que evidentemente jamais exerceram. Deixo aqui um espaço em branco para que se acrescentem novos exemplos (...)

A transformação da sociedade brasileira pela burocracia não se faz no sentido de uma maior racionalidade, como desejava Max Weber, mas de uma inflação irracional de efetivos. A lei de Parkinson, adaptada às nossas circunstâncias, poderia ser formulada do seguinte modo: "*o pessoal se expande para encher o tempo disponível de ociosidade*" (...) Para o funcionário brasileiro típico, o emprego público é uma espécie peculiar de *otium cum dignitate*, acessível a todos os que saibam se insinuar na amizade dos que mandam. Uma forma sublime de Previdência Social que descobrimos muito antes do socialismo. A aberrante concessão de estabilidade a funcionários sem concurso, depois de dois anos de "trabalho", é o que já foi compreendido pelo governo e por algumas pessoas mais sérias no Congresso como um abuso constitucional que deve ser eliminado. Pelo menos para dois ou três milhões de funcionários federais e de autarquias, três milhões de funcionários estaduais e um número incalculável de funcionários municipais, Papai Noel ainda existe e o paraíso socialista já chegou. É o grande sonho da Sinecura. A utopia cartorial. A supermãe paquidérmica, o Ogro filantrópico, a Grande Mãe Devoradora.

Mas alguém tem que pagar por isso (...)

31. INFLAÇÃO*

A inflação de que vou falar não é a monetária. Não é aquela que determina a inflação de cruzeiros e cruzados novos, e velhos

(*) *JT* em 28.08.89

e novíssimos, e que, como notou Mário Henrique Simonsen, foi marcada por cinco choques, três reformas monetárias, três tablitas, um sequestro de ativos financeiros e *n* rebaixamentos da correção monetária. Trata-se da inflação do pessoal — uma vez que representa a causa principal do déficit público. Na máquina estatal brasileira, cresce a inflação com o crescimento espantoso da *Nomenklatura* ou daquela parte da população que vive parasitariamente da outra parte, o setor privado produtivo. A mentalidade do país é perdulária, inflacionista. Certamente, não é a poupança uma virtude facilmente encontradiça na herança cultural da nação: inflacionamos porque temos tendência a puxar para cima a despesa, sem obter previamente os recursos. É um problema de razão curta, de antecipação falha, de previdência embrionária. Vou dar exemplos, tirados alguns de minha experiência no serviço público.

O Brasil possuía, em certa época, mais marechais de exército do que todas as potências beligerantes da II Guerra Mundial, inclusive a URSS (foi o saudoso Presidente Castello Branco quem acabou com esse ridículo fenômeno). Dispomos ainda de mais almirantes do que de navios na esquadra e, provavelmente, quase tantos brigadeiros quantos caças da FAB. Possuímos também mais bancos e agências bancárias do que os EUA, o que não nos torna o país mais rico do mundo.

No Itamaraty, chamei a atenção para a curiosa circunstância de que dispomos de mais embaixadores (aproximadamente 130 entre efetivos, agregados, comissionados e pertencentes ao Quadro Especial) do que terceiros secretários em princípio de carreira: na realidade uma pirâmide hierárquica com o vértice para baixo, forma geométrica nunca imaginada por Euclides (...) Hoje, qualquer conselheiro ou ministro se considera desprestigiado se não for promovido a embaixador com 40 anos de idade, descortinando mais 15 de mordomia pela frente, até ser compulsoriamente aposentado. A pressão inflacionária pela promoção provoca uma obsessão "carreirista" de que não se pode ter idéia. A inflação do pessoal implica a inflação das repartições. Numa variante da Lei de Parkinson, cresce o número de departamentos e de embaixadas de maneira a criar vagas para os embaixadores supernumerários. No momento, funcionam seis embaixadores nos EUA, três em Roma, três na Suíça, dois em Paris, dois em Bruxelas e dois em Viena. Foi mesmo necessário inventar uma "política africana", talvez não tanto para justificar o terceiro-mundismo retórico da ex-Casa de Rio Branco quanto para criar postos, em locais totalmente alheios a nossos interesses imediatos, onde despejar os supernumerários. Quando entrei para o Itama-

raty, existiam dois departamentos, o de administração e o político, onde servi. Hoje existem 15 departamentos no terceiro escalão, distribuídos por quatro subsecretarias gerais.

Em outros ramos da administração ocorre o mesmo tipo de inflação. Inflacionaram o número de bancos oficiais de maneira a permitir falências a serem sustentadas pelo BC que, então, pode fazer trabalhar a guitarra elétrica das emissões para abastecer o meio circulante. Um banqueiro suíço, macambúzio, manifestou-me outrora sua perplexidade e crença sombria de que a inflação brasileira era destinada a contrabalançar os efeitos deprimentes do clima tropical, conducente à pachorra.

A pior inflação de todas, evidentemente, é a de políticos. O povão já parece se dar conta disso — milagre! — tanto assim que seguiu a flauta mágica do candidato que prometeu a proletarização dos nababos da burocracia. Os políticos conseguiram mesmo inflacionar o número de estados na Federação, de maneira a criar mais vagas de senadores, de deputados, de secretários e de todo o séquito dos vira-bostas. O disco voador que Niemeyer ergueu outrora, na Praça dos Três Poderes em Brasília, não aguentará, dentro em pouco, o número de "representantes do povo". Seiscentos novos municípios serão criados. Para quê? Para proporcionar seis mil, 12 mil, 60 mil, 100 mil novos empregos, e acelerar a inflação. O número de funcionários aumenta de maneira a preencher o tempo de ociosidade disponível para os senhores, suas mulheres, seus irmãos, valetes, servos, nepotes, familiares, amantes, jagunços, sócios e outros clientes. Aquilo que o governo federal realiza como paradigma no mais alto escalão, oferecendo-lhes ministérios, diretorias da Petrobrás, presidências da LBA, adidanças, secretarias e outras sinecuras, em muitas das quais se podem locupletar com o bem público — além de poltronas nos aviões da Varig para passeio às Europas — o governador estadual ou o prefeito municipal imitam nos escalões inferiores.

O que caracteriza o tecido canceroso é a proliferação desordenada de células que se multiplicam sem qualquer organização. A metástase é legitimada pela ideologia nacional-socialista. A célula cancerosa é egoísta, do mesmo modo como o político ou funcionário que conquistou sua prebenda e nunca mais, em nome da "isonomia", dos "direitos adquiridos", da "estabilidade no emprego", dos "dispositivos da legislação" e dos "artigos da Constituição", está disposto a largar a perspectiva do que o Visconde de Taunay chamava, há cem anos, de "traficâncias e tranquibérnias". Outras nações da América Latina estão mais avançadas do que nós na degenerescência.

O Peru, por exemplo. Mas caminhamos com entusiasmo no mesmo *sendero luminoso*. É como o caso do selo-pedágio. O selo-pedágio foi anunciado com fanfarra. Transitei de automóvel, logo depois de instituído, do Rio a Brasília, com selo-pedágio no pára-brisa, mas a única coisa que vi, ao longo das estradas esburacadas e abandonadas, foi a inflação de placas anunciando a obrigatoriedade de selo-pedágio. A inflação não tem remédio (...)

32. LAMENTAÇÕES DE UM NÃO-ISONÔMICO*

Grande parte da imprensa tem publicado comentários de crítica à fúria isonômica e grevista que se abateu sobre o serviço público, provocando uma corrida a galope em direção à hiperinflação e ao colapso final das finanças nacionais. A impressão é a de um vento de loucura. Algo como na "Noite de Walpurgis" inflacionária, no II Fausto de Goethe. O escândalo mais flagrante é o dos salários dos 116 mil funcionários do Banco do Brasil, que continuam a fazer greve para melhorá-los. O que me espanta é a euforia beata dos favorecidos e o cinismo dos juízes do Trabalho que concedem os benefícios, para não falar na passividade cretina da maior parte do público contribuinte, conduzido à ruína pela irresponsabilidade e inépcia de seus governantes nos três poderes do Estado.

Para que os leitores melhor compreendam o argumento, ofereço — com minhas desculpas pelo atrevimento — o meu próprio caso diante do problema da isonomia. Sou embaixador aposentado. Servi 43 anos na carreira, na qual ingressei por concurso após três anos de estudos especializados. Alcancei o topo da hierarquia em 1966. Representando o Presidente da República, apresentei credenciais a sete chefes de Estado, tive a guarda de documentos secretos e material criptográfico, fui prisioneiro de guerra na China ocupada pelos japoneses (1942) e estive presente a uma guerra civil (na China, 1947/49) e a uma guerra terrorística (Israel, 1967/70), o que demonstra o grau de periculosidade do emprego. Falo três línguas estrangeiras e entendo mais duas. Além disso, cheguei a uma posição em que, se meu conselho tivesse sido ouvido, teria o país economizado mais de três bilhões de dólares ao não cair no conto do vigário dos créditos à Polônia (1980/81). Desde que me aposentei em 1981,

---

(*) *JT* em 23.10.89

com equivalência integral ao da atividade, meus proventos têm subido e descido como numa afoita gangorra. Atualmente são os mais altos, coincidindo com o agravamento da crise financeira da União — *falida*, como informa o governo. No mês de setembro de 1989, no entanto, esses proventos eram equivalentes a aproximadamente 700 dólares — o salário normal de uma secretária bilíngue em início de carreira, em qualquer país adiantado.

Agora, vejam bem: um motorista do Senado está ganhando uma soma equivalente à que me é concedida; um analista de sistema recebe o triplo; um estivador do porto de Santos também mais se vale da generosidade estatal do que eu, acrescentando-se que não precisa trabalhar, pois para isso contrata serventes; o salário médio do Ministério do Trabalho é o dobro; um diretor com menos de 20 anos de serviço no Banco do Brasil recebe três vezes o que, generosamente, me concede o Estado, além de locupletar-se com certas aberrações como 14º e 15º salários num ano que só possui 12 meses. Há vereadores de miseráveis municípios nordestinos e deputados estaduais que recebem várias vezes os meus benefícios. Um coronel, comandante de uma escola militar em Brasília, revoltado com esse estado de coisas que prejudica, segundo pensa, sua classe, protestou e foi preso: esse coronel também ganhava tanto quanto eu, embora seja meu posto equivalente a de um general de quatro estrelas. Em suma, não quero prolongar esta desagradável relação. Desejo apenas notar que, quanto mais funciona a isonomia, um austero e tradicional princípio democrático convertido em escárnio, mais apodrece a vida política, mais se deteriora a situação financeira e, fazendo bola de neve, mais claramente se revela a ingovernabilidade de um país com tão baixo padrão moral. Quanto mais se subverte a hierarquia e mais abagunçado fica o serviço público em crescimento teratológico, mais perto estamos do colapso financeiro, quando os pilotos de teco-teco que conduzem o jumbo nacional se desentendem quanto à forma de corrigir o mal.

A situação a que chegamos constitui um enigma para a parte mais lúcida da população. Uma explicação, pelo menos parcial, pode ser encontrada na obra de um economista americano, Mancur Olson, *The rise and decline of nations*. Olson detém-se sobre o fenômeno das "coalizões distribucionistas", isto é, dos grupos de pressão, alianças de interesses especiais (como entre os funcionários do BB e os juízes do Tribunal do Trabalho), sindicatos, monopólios e cartéis empresariais, e outros consórcios mais ou menos criminosos que impõem políticas restritivas e reforçam a rigidez social, prejudi-

cando o livre exercício da concorrência numa economia de mercado. As organizações de interesses especiais adquiridos ou corporativistas — acentua Olson — reduzem a eficiência da economia e a renda agregada da sociedade. A vida política torna-se mais anárquica, podendo conduzir à ingovernabilidade do país. Elas reprimem a capacidade da sociedade de adotar novas tecnologias e a realocação de recursos em atendimento a condições cambiantes — assim limitando o índice de crescimento econômico.

Olson exemplifica não apenas com o caso dos países socialistas, onde a *Nomenklatura* burocrática em seus vários setores autônomos conspiram para a manutenção de seus interesses egoístas, contrários aos da coletividade, mas também com o da Grã-Bretanha da época do trabalhismo. O episódio dos mineiros de carvão na Inglaterra de Thatcher e na França de Mitterand é característico: eles pretendiam manter o funcionamento de minas absolutamente anti-econômicas. Um grande exemplo histórico é o das castas da Índia, até hoje um dos países mais pobres do planeta. O economista americano acentua ainda que a ação dos grupos de interesses e coalizões distributivistas aumenta a complexidade da regulamentação burocrática e do papel restritivo do governo. Isso dificulta a evolução social, do mesmo modo como determina o aparecimento da *estagflação* que, no caso brasileiro, é absolutamente *sui generis* (uma inflação de dois dígitos coincidindo com uma grave recessão) — o que faria Lorde Keynes tremer em seu túmulo. A síndrome política perversa resulta da força desproporcional dos pequenos grupos ativos numa sociedade instável. Enquanto existe um consenso sobre a eficiência de um mercado competitivo livre, o país que se deixa dominar pela rigidez das coalizões de interesses adquiridos, corporativistas, caminha inexoravelmente para o declínio. A leitura da obra de Olson, em suma, muito esclarece quanto ao Mal profundo que afeta a nacionalidade, o que é confirmado pelo próprio Presidente Collor.

33. *PERESTROIKA* — BRASIL e URSS*

Professor da *École des Hautes Études* de Paris, colaborador do *L'Express* e, ocasionalmente, de *O Estado de São Paulo*, autor de vários livros tais como *As origens intelectuais do leninismo*, é Alain Besançon considerado um dos mais eminentes sovietólo-

(*) *JT* em 30.04.90

gos europeus. Num artigo escrito em 1988 para a revista judaica americana *Commentary*, porém recentemente atualizado, Besançon apresenta opiniões de certo ceticismo no que diz respeito aos processos de *glasnost* e *perestroika* em curso na ex-URSS. Detrás de toda a problemática da *perestroika* permanece o fato fundamental que é a deterioração desastrosa da economia soviética. Insistamos na circunstância que o PIB da URSS não alcançaria os dois trilhões de dólares alegados, mas, segundo os próprios dados emanados de Moscou, mais se aproximaria da soma de 900 bilhões de rublos o que, ao câmbio oficial altamente artificial, seria equivalente a um trilhão de dólares e, ao câmbio livre aceitável, representaria uma soma equivalente a duas vezes o PIB brasileiro, para uma população que é quase o dobro.

A economia soviética está escapando do controle centralizado do Kremlin — é o que nos informa Besançon. Gigantescas máfias se teriam apossado da direção da parte informal da economia nas áreas marginais da Rússia, mas também na própria capital do país. Ninguém conhece a extensão desse setor subterrâneo da produção e comercialização, mas seria seu âmbito excepcional o que poderia elevar a renda *per capita* soviética ao nível reclamado de seis ou sete mil dólares por ano.

A característica principal da economia informal, como também é o caso no Brasil, é que os que agem nesse setor estão a cavaleiro entre a iniciativa privada e a parte estatizada da economia. Isso faz parte da própria natureza do regime patrimonialista vigente tanto na Rússia quanto em nosso país (sobre a Rússia, vide os trabalhos do Professor Richard Pipes, *expert* americano sobre a história daquele país). Essa natureza patrimonialista especial que se distingue tanto do socialismo, alegadamente dominante na ex-URSS, quanto do capitalismo, que seria o de nosso país, comporta antes de tudo a confusão entre o que é público e o que é privado. Assim como no Brasil os "capitalistas" são frequentemente parasitas do Estado, detestando as exigências competitivas da economia de mercado e suprimindo sua ineficiência com os pistolões e prestígio político que conquistam junto aos donos do poder, ao nível federal, estadual e municipal — assim também na Rússia de Yeltsin e no Brasil, os homens de negócios mais bem-sucedidos são, simplesmente, burocratas, membros da *Nomenklatura*, temporária ou permanentemente desligados do setor público, mas se valendo das valiosas conexões pessoais que conservam com as autoridades. Bensançon nota que o fenômeno mais sério na URSS é que os quadros do partido estão, pouco a pouco, assumindo a posição de *businessmen*. São independentes e representam interesses econômicos externos e contrários aos interesses da produção oficial centrali-

zada. Uma análise extraordinariamente arguta do que se passa na Rússia e nos países da Europa Oriental, especialmente na Polônia, foi recentemente publicada em tradução pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro: o *Sair do Socialismo*, do jornalista e ensaísta francês Guy Sorman. No Brasil, o mal reside no fato de que uma proporção crescente da atividade econômica se concentra em repartições, de administração direta ou autárquica, que se distinguem por seu empreguismo desarvorado, os altos salários de seus marajás, sua corrupção e sua ineficiência.

Na ex-URSS — é ainda o sovietólogo francês quem fala — o enfraquecimento progressivo do comando social emanado do Centro acarreta o debilitamento do poder de intimidação do Kremlin, ao nível interno, e do poder agressivo, no cenário externo. Durante o que Gorbachov chamava de "o período de estagnação" que acompanhou o governo de Breshnev, o Estado soviético permitiu-se deixar a produção cair a um nível admirável de inépcia, desperdício e fraude no setor não-militar da economia. Enquanto crescia o poder militar, a ponto de absorver, segundo a opinião de alguns comentaristas, não simplesmente os 14 por cento alegados, mas cerca de um terço do PIB, as fábricas dedicadas aos bens de consumo, as fazendas estatais (*sovkhoses*) e as coletivas (*kolkhoses*) iam caindo na mais cabulosa estagnação. Para alimentar sua população, o governo de Moscou foi obrigado a importar imensas quantidades de trigo e soja dos EUA, Canadá e Argentina, enquanto o nível de vida foi aos poucos sendo reduzido aos padrões do subdesenvolvimento latino-americano. Nada disso preocupou o governo, enquanto não principiou a afetar a capacidade militar do império. A riqueza e bem-estar da população não constituíam, efetivamente, prioridade para os líderes do PCUS que, como nossos teólogos da libertação, fizeram opção preferencial pela pobreza em nome de uma retórica populista de "justiça social" e solidariedade humana. Mas o apodrecimento do setor civil passou a ameaçar o próprio poder da nação à medida que o "efeito demonstração", oferecido pelos povos europeus circunvizinhos e transmitido pela classe intelectual ou *intelligentsia*, exerceu uma influência alienante sobre a população e assim enfraqueceu a legitimidade do regime. Teria sido o KGB quem primeiro percebeu a realidade e lançou os sinais de perigo à classe dirigente. E aí reside, precisamente, a força da organização (evidente até o golpe militar de agosto de 1991) com a elevação de Gorbachov ao posto supremo, pois Gorbachov foi cria de Andropov que, por muitos anos, chefiou o KGB.

Se estabelecemos um paralelo entre a *perestroika* de Gorbachov e o que o Presidente Collor pretende realizar no Brasil, verificamos que a diferença principal entre os dois países reside no fato de que o setor oficial e eficiente da economia soviética

estava inteiramente dedicado à conservação do poder militar. No Brasil, entretanto, se dirige ao enriquecimento privado dos políticos e burocratas. Por outro lado, possuímos em nosso país um setor privado, vibrante e enérgico, concentrado principalmente em São Paulo e no Sul, e estabelecendo a associação essencial de nossa economia com o centro capitalista mundial do Atlântico Norte. É esse setor que nos salva. É o que nos projeta para a frente e permite ao país superar a estagnação. É a ele também que recorreu o Plano Brasil Novo o qual, promovido em nome de uma liberalização *perestroikiana* da economia, começou tentando vencer a inflação por um vastíssimo rombo no patrimônio da burguesia produtiva. Na Rússia, como no Brasil, o objetivo final da *perestroika* deve consistir na redução do poder centralizador do Estado sobre a economia, de maneira a superar a permanência no subdesenvolvimento terceiro-mundista.

Associado naturalmente ao mundo desenvolvido por constituir uma sociedade aberta, em que pese as tendências autárquicas da esquerda nacional-socialista, está o Brasil em melhor postura para a decolagem do que a Rússia: sofremos constantemente a influência dos modelos das sociedades avançadas, ao passo que os povos que compunham a URSS só agora começam a livremente se sensibilizar diante de tais modelos, graças à "abertura" ao mundo que a *glasnost* proporcionou. Assim podemos estabelecer o paralelo entre as duas situações, lá e cá.

34. INDIANA JONES E A VOCAÇÃO ALBANESA*

Notando os passos em falso, as contramarchas, as ilegalidades, os conflitos com os constitucionalistas, as confusões geradas pela inexperiência do círculo restrito de economistas teóricos, impregnados ainda de estatismo (senão de marxismo) que conceberam e dirigem o "pacote" econômico, mantenho contudo a esperança. A última que morre. A esperança de que o presidente esteja sinceramente empenhado em modernizar o país e levá-lo para a abertura definitiva ao Primeiro Mundo, dissolvendo a estrutura do Estado patrimonialista semi-colonial.

Foi nesse sentido que debati em Washington, no *Center for Strategic and International Studies*, com o economista "libertário" Paul Craig Roberts e sua assessora Karen LaFollette, as peripécias do Plano Collor. Craig Roberts publicou, no *Wall Street*

(*) *JT* em 04.06.90

Journal e no *Business Week* — folhas das mais respeitáveis — severas críticas ao Plano do ponto de vista de uma economia capitalista. Acoimou as medidas do pacote de "estalinismo de mercado". Acusou Collor de acertar um tiro contra a própria cabeça ao tentar matar a inflação de um só golpe. A crítica extremada — semelhante em certos sentidos à de Roberto Campos — insiste no argumento válido de nunca haver o governo Collor atacado a origem essencial da inflação, que é o déficit público provocado pelo excesso de despesas com pessoal na União, nos estados e nos municípios. Ao aceitar alguns aspectos dessas críticas, tentei, contudo, demonstrar ao Sr. Craig Roberts que as circunstâncias políticas extremamente árduas em que se debate o governo podem exigir desvios aparentemente irracionais.

"Sem ter percebido (...) que o País tem apenas um inimigo, que é o tamanho do Estado — que deve diminuir — e apenas um aliado, a sociedade — que deve crescer", conforme corretamente assinala Ives Gandra Martins em artigo de 01.03.91 no *Jornal da Tarde*, o Presidente Collor demonstra uma paradoxal combinação de hesitações estatizantes, tímidas medidas privatizantes, retórica liberalizante e decisões confusas diante de uma oposição considerável e ainda mais tumultuada. Que enigma se encerra detrás do paradoxo e nos enche de tanta perplexidade? Será, porventura, a imposição de circunstâncias políticas inamovíveis que contra ele se erguem — a "Constituição dos miseráveis", um Congresso irresponsável, partidos fisiológicos, governadores pródigos e incompetentes, uma justiça que não é cega, mas vesga e canhota, estatais dominadas por seus funcionários da CUT, bancos oficiais falidos, uma burocracia obstinadamente presa a seus privilégios patrimonialistas, um círculo provinciano de baixo calibre moral na República das Alagoas e uma mentalidade geral corrompida pela "cultura inflacionária"? Ou será que um autoritarismo inato, como argumentam alguns, foi exacerbado pelo carisma de uma surpreendente vitória eleitoral?

Os fatos são, efetivamente, contraditórios. Sua Excelência parece convencido de que só pode governar com marxistas, neomarxistas, ex-marxistas, pseudomarxistas, criptomarxistas e até mesmo, excepcionalmente, com um antimarxista — o ministro da Justiça. Um estranho no ninho. No que diz respeito aos ex-marxistas, vejam a patota da ex-zelosa zangada Zélia, discípula do funéreo funesto Funaro, que, a partir da expropriação da propriedade privada e da poupança popular, pretendeu alcançar

a economia de mercado por um tipo de *perestroika* que devia ter feito inveja ao assediado Gorbachov. O empenho obsessivo em obter o apoio do PSDB revela a fortaleza dos sentimentos pseudo-social-democráticos que provocam a revoada dos tucanos. Na persistência de uma política externa terceiro mundista descubro os sinais do criptomarxismo-leninismo "antiimperialista" que, há anos, contamina nossa diplomacia. Na nomeação do Embaixador Sérgio Rouanet como secretário de Cultura decifra-se sintomas bastante claros de neomarxismo, eis que o embaixador é o principal representante da Escola de Frankfurt no Brasil, mercê de suas relações afetivas com o falecido esquerdismo alemão. Rouanet escreveu magistralmente sobre Benjamin e Habermas (e para quem quiser se aprofundar na nefelibática "filosofia crítica" dessa Escola, nada melhor do que ler o capítulo X do volume III da obra monumental de Leszek Kolakowski, *As grandes correntes do marxismo*). O embaixador secretário, aliás, divide a cultura entre "mercadoria" (o termo depreciativo que usa para a arte oriunda da iniciativa privada) e "bem cultural" (que "não pode prescindir do sustento do Estado") apropriando-se além disso do nome da lei de apoio à Cultura, nome que devia caber a seu chefe. De qualquer forma, Sua Excelência insinua a necessidade de reativar a famigerada Embrafilme e se vangloria de suas boas relações com a *intelligentsia* botocuda — a mesma que adotou Gramsci como santo patrono: ele quis entrar para a Academia (...)

Contrariando José Nêumanne, que denuncia corretamente os males da estatização das artes em seu artigo "Cultura de Carrapato" (17.5.90), a agitada andrômana, Deputada Ruth Escobar, respondeu-lhe com uma carta incoerente e anacrônica, publicada a 29 de maio do mesmo ano, oferecendo as pirâmides do Egito como exemplo eloquente do financiamento da cultura pelo Estado — o que não deixa de ser estranho para uma anarquista. A glorificação dos mais megalomaníacos monarcas absolutos da Antiguidade (os faraós da IV dinastia e o imperador Ch'in Chih Huangti que construiu a Grande Muralha da China) representa um típico paradoxo do lula-lá festivo.

De tudo isso, deduzo que o único partido brasileiro que verdadeiramente realizou seu programa é o minúsculo PC do B. O PC do B e os outros partidos e organizações em que se infiltrou — o PT, o PDT, o PSDB, a CUT, o PMDB e a CNB do B — por exemplo — conseguiram pôr em prática, integralmente, aquilo que almejavam: converter o Brasil numa imensa Albânia. A ex-Albânia de Enver Hodja transformou-se em "sociedade exemplar" para nossa intelectuária porque conseguiu o prodígio de fundir o socialismo utópico com o nacionalismo, na comporta

romântica *à la Rousseau* de uma comunidade agrária, pobre e isolada, que repele o alegado "consumismo" moderno. Independente da Rússia, da China, de seu vizinho, a ex-Iugoslávia titoísta e, evidentemente, do Ocidente capitalista, o governo de Tirana (o nome da capital é simbólico!) satisfazia plenamente o paradigma almejado nas teses da "teoria da dependência" do ilustre Senador Fernando Henrique Cardoso. Consta-me que outros eminentes políticos, como Florestan Fernandes e Paulo Singer, visitaram a Albânia para examinar *in loco* como se escapa da crise do regime (...) Ou, então, para aprender como ainda é possível convencer o distinto público de que a derrubada do Muro de Berlim foi obra do "proletariado alemão contra seus opressores capitalistas"; ou de que Saddam Hussein saiu triunfante do conflito no Golfo (isso tudo antes que milhares de albaneses desesperados procurassem fugir da pasmaceira infernal, atravessando o Adriático e pedindo asilo na Itália). Se ainda é possível isolar um país da vida internacional, construir uma economia em moldes autárquicos, prosseguir à contramarcha da História, manter a população num autismo integral e dirigir a política externa em completa *in-dependência*, então é fácil perceber por que exerceu a Albânia um tamanho fascínio sobre os botocudos gramscianos e frankfurtianos que detêm a "hegemonia crítica" sobre nossa "superestrutura" cultural e política. A Albânia é excepcional. Isso desde o século XV, quando, com Skander Beg, resistiu heroicamente aos turcos e, logo depois, foi o único país europeu a se converter ao Islã, transformando-se, finalmente, no último bastião stalinista do mundo. O Brasil também deseja ser excepcional — tanto assim que é o único que a Deus concede sua nacionalidade honorária (...) Nossa vocação talvez seja realmente albanesa. Mas quem tem mais razão ainda é meu prezado amigo, muito admirado, o Dr. Francisco Luiz Ribeiro, para quem não adianta apelar para o senso comum, pois é impossível atingir a esse senso comum com insensatos incomuns (...)

35. A CARAPAÇA DO DINOSSAURO*

Quero iniciar esta seção citando o livro *Free to Choose* (1980), de Milton Friedman, o mestre da Escola de Chicago hoje considerado um dos campeões da livre economia de mercado:

(*) *JT* em 25.09.89

"Onde quer que encontremos um grande elemento de liberdade individual", escreve Friedman, "alguma dose de progresso nos confortos materiais à disposição dos cidadãos comuns e larga esperança de mais progresso no futuro, descobrimos que a atividade econômica é organizada, principalmente, através do mercado livre. Onde quer que se empenhe o Estado a controlar detalhadamente as atividades econômicas de seus cidadãos; onde quer, seja dito, que reine o planejamento central pormenorizado, os cidadãos comuns ali estarão politicamente acorrentados, sofrerão um nível de vida mais baixo e terão limitado poder de determinar seu próprio destino". Friedman propugna por uma sociedade cosmopolita — uma sociedade aberta ao comércio internacional de mercadorias, dinheiro, pessoas, livros e idéias. O mundo contemporâneo prova, empiricamente, a correção de sua tese.

Mas a opinião de Friedman vem a propósito da situação do Brasil, onde não vigora a economia de mercado, mas o mercantilismo; onde o planejamento global da economia (através de regulamentos, instruções, diretivas, proibições, subsídios, controles de preços, reservas de mercado, barreiras aduaneiras e o domínio do PIB pelas estatais) é exercido por seres incompetentes e, frequentemente, corruptos; e onde a esperança do progresso é frustrada pelo espetáculo de inomináveis abusos dos "miseráveis" que nos produziram uma Carta nacionalisteira, inaplicável ou inaplicada. Uma experiência recente que sofri na alfândega servirá como exemplo para ilustrar a maneira como, com aparente liberdade política, estamos encadeados por toda sorte de restrições burocráticas, num emaranhado mais espesso do que o coração da mata amazônica. Foi um triste confronto.

Cidadão que tem o mau hábito de gostar de livros (são os meus maiores amigos), encomendei 200 títulos a uma livraria, em Portugal, que me chegaram por via aérea e foram parar na alfândega da Infraero, em Brasília. Imaginei que a entrada dos volumes neste berço esplêndido, cheio de encantos mil, não me causaria problemas. Confiava ingenuamente no artigo 215 da Constituição, que a todos promete a garantia pelo Estado do pleno exercício de seus direitos culturais e acesso às fontes culturais (as quais procedem sobretudo do exterior). Pensava também no parágrafo 6º do artigo 216, em que se determina deva a lei estabelecer "incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais". Lembrava-me ainda do artigo 220 que estabelece "*não pode a manifestação do pensamento, a expressão e a informação sob qualquer forma, processo ou veículo sofrer qualquer restrição*". Imaginava talvez o apoio secreto, para meu intento, do eminente embaixador frankfurtia-

no Sérgio Paulo Rouanet. E também não me esquecia do fato de ter ouvido falar que, desde sempre, é absolutamente livre a entrada de livros em língua portuguesa nesta terra adorada, entre outras mil. Ora, para libertar da alfândega a encomenda de 200 livros foram preenchidas 33 folhas de documentos diversos. Assinei em muitas delas e, em algumas, várias vezes. Fiz requerimentos. Solicitei, pedi, empenhei-me com boas maneiras. Para facilitar o desembaraço fui aconselhado a servir-me de um despachante — essa instituição peculiar que constitui um prodígio biológico: o parasitismo do parasita. Enfrentei em cheio a famosa "indústria de dificuldades para vender facilidades". Assisti a uma acalorada discussão entre duas autoridades para saber se meus livros estavam "isentos" ou eram "não-tributáveis". Observei cálculos complicados, processados sobre a tributação que eu não iria pagar. Apesar do despachante (grande admirador de Brizola, como se poderia esperar do pelego), ainda perdi várias horas de andanças de lá para cá na Infraero. E testemunhei, já escarmentado, a nova celeuma causada pela "averbação" — expressão que tem algo a ver com verba, penso eu, sendo portanto estranha numa mercadoria isenta ou não-tributável. Acabei despendendo algo em torno de 100 dólares, em cruzados desvalorizados, por causa do despachante e da taxa de armazenamento, nos três dias de falcatruas burocráticas. Fui generosamente dispensado de GI, Anexo A do comunicado nº 204/88, item I, da Cacex. Responsabilizei-me pela declaração de que não estou comercialmente vinculado ao exportador (o livreiro português). Recebi finalmente meus livros. Ufa! Desses funcionários que enfrentei, alguns eram arrogantes, outros prestativos, muitos ignorantes e confusos, e o mais simpático foi a inspetora — ela própria — que compreendeu e perdoou a minha incipiente irritação, aconselhando-me a pensar bem em quem votar nas eleições. Estou pensando bem! Aconselho os leitores a fazerem o mesmo, embora seja um tanto cético quanto a esse recurso de protesto (...)

Escrevi certa vez sobre o pouco apreço do brasileiro pelos livros e a leitura. Os brasileiros, somos audiovisuais, plásticos, impressionistas, coloridos, emotivos. Reagimos ao concreto e ao imediato. Não somos cerebrinos. Não alcançamos, com facilidade, o pensamento abstrato, contido na página escrita de um livro. Por isso os livros vendem pouco em nossa terra, quando comparados com o sucesso da TV, do cinema, da revista ilustrada, da história em quadrinhos, do teatro, do espetáculo em geral.

O desapreço tem sua origem longínqua na reação quase negativa da península ibérica, então no auge de seu poder nos séculos XV e XVI, à descoberta da imprensa. Poucas impressoras ali se instalaram e nenhuma nas colônias. Talvez reflexo indireto

da Contra-Reforma que tendia a condenar ao *Index Librorum Prohibitorum* tudo que fosse escrito, inclusive a Bíblia, por parecer herético, subversivo ou tentando para o diabo. Ah, a cultura brasileira! Com a boçalidade censora, patrulheira e alfandegária, quando poderemos ler à vontade livros estrangeiros, sem sermos espezinhados sob as patas do brontossauro?

36. LARGAR O OSSO*

Sempre urubusservando, do alto, mas com certa ansiedade, o que se passa no Brasil e no mundo socialista, não concordo com o excesso de otimismo, quase eufórico, em relação aos efeitos universais da *perestroika*. Servindo-se da retórica socialista que as legitima, as oligarquias e corporações estatais não estão dispostas a largar o osso: vão rosnar, latir e morder de raiva, se forem atingidas em seus interesses vitais, ou ameaçadas de privatização.

Há paralelismos curiosos nas duas situações. Na Rússia, assistimos a transformações históricas gigantescas. Infelizmente, habituada ao paternalismo, à estagnação, à preguiça, à segurança de um previdencialismo ilusório, à garantia de emprego que é, na realidade, um subemprego constante, e ao que chamam os americanos de *featherbedding* (dormir no colchão de plumas) em seus empregos e sinecuras, hesita a população russa em dar o grande e perigoso salto para a frente, para a liberdade. A livre iniciativa, na concorrência da economia de mercado, é muito eficiente para o desenvolvimento. Mas nem todo mundo se sente disposto a pagar o elevado preço dos riscos desconhecidos que comporta.

No Brasil, algo semelhante está ocorrendo. Também somos uma sociedade altamente condicionada pelo paternalismo patrimonialista, sob uma classe dominante composta de intelectuais e burocratas. Esse pessoal tem seu salário garantido. Sobrevive sem necessidade de qualquer esforço e sem risco de desemprego. Mesmo aqueles que não ganham vencimentos exagerados hesitariam em perder a mamãezada em que estão sendo amamentados, refastelados, protegidos, empanturrados. A concorrência econômica não os atrai. É essa gente que terá de ser enfrentada em nossa *perestroika* — a classe privilegiada, mobilizada pela CUT, a CGT, a Convergência, os portuários, etc, e sustentada pelos PT, PMDB, PDT, PSB, PCB, PC do B e CNBB da vida, e também aquela que responde à malta das Alagoas.

(*) *JT* em 12.03.90

Segundo os princípios formulados por Gramsci, a "esquerda" detém a hegemonia nas três colunas da cultura: os mídias de comunicação, a Universidade e a Igreja. E são esses "funcionários da superestrutura" os que vão tentar, de todos os modos, legítimos e ilegítimos, sabotar a administração Collor — administração que, para dar certo, necessita mais do que tudo de apertar os cintos e exigir sacrifícios. O que receio, por conseguinte, é que a onda tumultuada de greves, protestos, intrigas, decisões judiciárias tendenciosas e a mera resistência passiva da burocracia parasitária criem obstáculos extremamente árduos às medidas penosas que se propõe adotar, de contenção de despesas, redução de salários dos que vivem do Estado, punição de corruptos, privatização de estatais e demissão maciça de pessoal supernumerário. Aqui, portanto, como em Moscou, o principal foco de resistência às reformas se localiza na *Nomenklatura*.

Ao contrário de Moscou, no entanto, o presidente brasileiro contra si levanta a intelectuária. Progressista e liberalizante na Rússia, porque lá sofreu 70 anos de opressão stalinista-breshneviana, a *intelligentsia* russa apóia a *perestroika*. No Brasil, é a *burritzia* tupiniquim que não deixa de continuar seduzida pelas promessas justiceiras e humanitárias de um socialismo romântico que não perdeu suas facetas utópicas. Todos eles acentuam que não abandonaram seu "sonho". Continuam acreditando no caminho socialista para a solução dos problemas medonhos da miséria e do subdesenvolvimento. Em nosso país, burocracia e intelectuária são solidárias e os inquéritos de opinião indicam que é precisamente em Brasília onde se encontra a mais obstinada parcela adversária da população, muito embora não exista, na capital, um proletariado industrial que seja *ex-officio* petista.

No primeiro livro que o tornou conhecido, *O caminho da servidão*, observa Friedrich Hayek que "a mais importante transformação que um controle governamental amplo (de natureza socialista) produz é de ordem psicológica, é uma alteração no caráter do povo. Isso constitui um processo lento que se estende não apenas por alguns anos, mas talvez por uma ou duas gerações". Há tantas décadas sofremos desse ominoso fenômeno em nossa terra que não será fácil reverter a tendência. Quero acrescentar uma nova citação apropriada de Hayek na mesma obra: "Para construir um mundo melhor, devemos ter a coragem de começar tudo de novo — mesmo que isso signifique, como dizem os franceses, *reculer pour mieux sauter* (recuar para melhor saltar). Se fracassamos na primeira tentativa de criar um mundo de homens livres, devemos novamente tentar. O princípio orientador — o de que uma política de liberdade para o indivíduo

é a única política que de fato conduz ao progresso — permanece tão verdadeira hoje como o foi no século XIX".

37. VOTO E CARISMA

Escreve José Nêumanne, editor de *O Estado de São Paulo*: "deputados e senadores votarão sabendo que, nas eleições, a sociedade brasileira lhes apresenta a conta de seus acertos ou erros, em forma de voto. Se político não costuma mesmo ser suicida, quem sabe, pelo menos desta vez, a maioria dos parlamentares toma juízo e vota certo. Trata-se de uma débil esperança, mas, ainda assim, a última que morre". "Prospera, entretanto", é ainda Nêumanne quem fala, "no interior do Congresso Nacional, a teoria conspiratorial de que o Presidente Fernando Collor tem usado o enorme grau de aceitação de seu plano de estabilização econômica do país para promover a desestabilização do regime democrático pela desmoralização da classe política".

Numa sociedade imensamente heterogênea como a nossa, com enormes contrastes de renda e de cultura, composta de brancos, mulatos, pretos, índios, japoneses, alemães luteranos, baianos do candomblé, evangélicos por toda parte, camponeses miseráveis no Nordeste, uma burguesia muito próspera e culta no interior de São Paulo, favelados paupérrimos nas favelas das grandes metrópoles, metalúrgicos bem sindicalizados e broncos caipiras do interior sem qualquer espécie de proteção previdenciária — no meio dessa confusão, dizia eu, a figura de uma personalidade dirigente com carisma, recebendo o apoio maciço da população e gozando de suficiente credibilidade para despertar o sebastianismo messiânico do povo e fazê-lo engolir as medidas duras que se impõem, constitui um fator quiçá positivo (...)

Mas, como acentuava Montesquieu, "o homem tem tendência a abusar do poder". É mesmo o desejo desse abuso o que, segundo Valéry, torna o poder tão atraente (...) A separação dos poderes da República é feita, precisamente, para impedir tais abusos. O Legislativo e o Judiciário estão aí para equilibrar (*checks and balance*, como dizem os americanos) o poder do Executivo e corrigir seus erros. "O Poder corrompe, o Poder absoluto corrompe absolutamente", afirmava Lorde Acton, o grande católico liberal inglês. Talvez a sociedade brasileira já esteja suficientemente evoluída e se encontre num grau suficientemente avançado de complexidade para não correr tal risco (...)

38. SOCIOLOGIA DA CORRUPÇÃO*

Vejam o que publicou *O Estado de São Paulo*, em sua edição de 13.10.91, sobre a "Merenda Escolar Escandalosa". Poderíamos pensar que uma instituição como a merenda escolar, que ajuda a alimentar crianças no nível mais modesto da população, seria considerada quase como sagrada. E, no entanto, diz o jornal: "Há dias, publicou-se que o ministro da Educação declarara que a corrupção existe, mas ele não suspeitava de que fosse tamanha. Não houve desmentido (...) à existência de prejuízos da ordem de Cr$ 745 milhões (aproximadamente dois milhões de dólares ao câmbio da época) para o erário, na compra de merenda escolar". O prejuízo seria resultante de pagamentos antecipados, dispensa de pagamentos de multas, atrasos de remessas e não-cumprimento da entrega por fornecedores, etc. Isso é a ponta do *iceberg*. Comissões, gorjetas, concorrências públicas atribuídas a empresas favorecidas, informações confidenciais vendidas a particulares, quantas formas existem de roubo? Não somente as formas peculiares ao famoso PC. Há outras. É isso que constitui a corrupção — ou, de modo mais teórico, a confusão do interesse público com o privado. Outro exemplo: a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) guarda para seus associados um por cento de tudo que é cobrado sobre cada operação registrada pelos cartórios do estado, a título de "pagamento do escrivão" (*Jornal da Tarde*, 11.10.91). A cobrança é um escândalo. Mas é aberta e não pode ser contestada legalmente. É, na realidade, um roubo. Mas o senhor Régis Fernandes de Oliveira, presidente da aludida associação, veio aos jornais protestar contra a denúncia, argumentando que "consubstancia injustificável agressão contra a imagem (...) do próprio Poder Judiciário". O senhor Fernandes de Oliveira, provavelmente, não se dá conta da irregularidade, considerando-a perfeitamente normal. No correr deste ensaio teremos outras ocasiões de mencionar falhas extremamente mais graves do que essas. Com prejuízos de milhões, de bilhões de dólares. Os três bilhões de dólares que, segundo certas versões, representam as fraudes da Previdência ou os 20 bilhões (*O Globo*, 27.11.91) que o Banco Central acredita ser o "rombo" no Sistema Financeiro de Habitação, só para mencionar alguns casos mais notórios.

Organizado por Celso Barroso Leite e editado pela Zahar, do Rio de Janeiro, foi publicado o livro *Sociologia da Corrupção* que

---

(*) Artigo no *Digesto Econômico* da Associação Comercial de São Paulo, de Janeiro-Fevereiro/89

o próprio Barroso Leite, autor e administrador com longa experiência na Previdência Social, prefacia e enriquece. Em suas 174 páginas, o livrinho nos privilegia com contribuições valiosas sobre o tema de sete diferentes especialistas.

Antônio Evaristo de Moraes Filho nos fala do círculo vicioso da corrupção, vício que teria sido "institucionalizado" em nossa terra. O notável criminalista não parece, contudo, dar-se conta de que o socialismo, longe de impedir a corrupção, apenas a consagra e a esconde por debaixo do tapete; nem tampouco reconhece que a Nova República, longe de haver corrigido o mal, como prometera, antes o exacerbou no espetáculo de absoluta libertinagem a que assistimos.

Professor da UnB e valendo-se de larga experiência didática nos EUA, Getúlio Carvalho discorre em torno "Da Contravenção à Cleptocracia" e estende o campo da análise do Brasil para o mundo. Os paralelos com outras sociedades são sempre altamente esclarecedores e nos permitem uma avaliação mais serena de nossa própria problemática. Ao demonstrar a universalidade do fenômeno, Getúlio Carvalho descreve as principais correntes dos estudiosos que lhe abordaram a natureza e extensão: a corrente tradicionalista e a ético-reformista. É na Nota Final de sua contribuição que o professor acentua o que me parece constituir o ponto essencial em toda "teoria da corrupção": *a corrupção, no sentido usual da palavra, está indissoluvelmente associada ao Estado.* Citando um universitário americano, James C. Scott, Getúlio Carvalho observa que os autores são quase unânimes em destacar "o potencial de corrupção decorrente da onipresença do governo como consumidor, regulador, empregador e produtor de bens e serviços", nas sociedades em que é marcante "a participação do Estado na vida econômica e social do país".

Recorre ainda Getúlio Carvalho à obra do conhecido sociólogo Amitai Etzioni, *Capital Corruption and New Attack on American Democracy*. Ele reconhece que "*a democracia não pode ser mantida a não ser que se preserve a separação das esferas pública e privada do poder*". Ora, é precisamente essa separação que vem desaparecendo em nosso país, tornando-se cada vez mais exígua por força de uma dupla invasão: do lado do Estado, pelos seus funcionários que se locupletam privadamente do patrimônio público; do lado da iniciativa privada, pelo parasitismo de certa classe de empreiteiros que não procuram arriscar-se na atividade independente, mas ao Estado recorrem, amiúde, para financiamento de seus projetos, para salvamento de suas empresas na iminência de falência, para a proteção de suas iniciativas contra a concorrência estrangeira através de medidas restritivas e nacionalistas, prejudiciais aos interesses gerais da

população, e por outros tipos ilícitos e não-democráticos de favorecimento.

A tolerância e a fraqueza dos imperativos éticos em nossa sociedade é o que contribui para o ambiente generalizado de relaxamento. Ao tratar, com a ironia bonachona que lhe é peculiar, da "desonestidade de pessoas honestas", Celso Barroso Leite está, na verdade, denunciando os privilégios daqueles que, por sua posição na sociedade patrimonialista, se consideram acima da lei, tanto da lei escrita quanto da lei moral. Objetiva os privilégios. Refere-se às isenções do Imposto de Renda, à impunidade dos altamente colocados na hierarquia política, aos tribunais especiais e ao tratamento privilegiado de criminosos de alto coturno, às mordomias de marajás e outros vícios do gênero, que são quase imperceptíveis e não comprometem a idoneidade moral do favorecido, mas contribuem, pelo mau exemplo, para contaminar perversamente o setor público. Que se considere que, em matéria de ética administrativa, o exemplo sempre deve vir de cima. Que uma autoridade suprema dê um mau exemplo e toda a hierarquia sofre, de alto a baixo. "No clima de tolerância, de elasticidade, de princípios e conceitos, e permissividade, que é uma das características dos nossos dias no Brasil" (...) "todo cuidado é pouco".

O romantismo utópico dos nacional-socialistas pode ser avaliado pela opinião de um intelectual como o Sr. Roland Corbisier, citado por Antônio Evaristo de Moraes num artigo da *Tribuna de Imprensa* de 7.3.87. O renomado ex-paredro do ISEB assevera: "O deus do sistema é o dinheiro e a ética é a do êxito a qualquer preço. Tudo se compra e tudo se vende, o país é um gigantesco mercado em que tudo está em leilão, inclusive a honra das mulheres e a consciência dos homens (...) É o vale-tudo, a luta de foice no escuro, o paraíso da falta de escrúpulos, da venalidade, da impunidade (...) Os poderes públicos estão desmoralizados e a iniciativa privada, também. A mocidade, desorientada e, em grande parte, drogada. O Reino da Dinamarca está podre". Outra citação relevante é a do pensador católico Tarcísio Meirelles Padilha (em *O Globo*, 12.8.84); "O econômico privilegiado em detrimento do social, do político, do ético, do religioso, do cultural conduz a uma sociedade sem alma, que se abre para a plena ocupação pelo egoísmo predatório".

O curioso nas objurgações de Corbisier é que os vícios por ele apontados, com indisfarçável indignação, são os mesmos vícios que se revelam, às escâncaras, no meio em que vive a oligarquia do Estado patrimonialista em crescimento teratológico. A oligarquia, acrescento eu, é aquela que se legitima pela ideologia nacional-socializante defendida pelo ilustre cabeça-ovóide do

antigo ISEB. Numa economia capitalista livre e honesta, a sociedade vive, de fato, num gigantesco mercado de idéias, de serviços e de mercadorias: não vejo nenhum mal nisso (...) O mal existe quando esse mercado é centralizadoramente controlado e tiranizado por uma *Nomenklatura* burocrática. O mercado corrupto que se transforma no "paraíso da falta de escrúpulos, da venalidade e da impunidade" é aquele que pretende ser aquilo que não é. Finalmente, a crítica à "ética do êxito a qualquer preço" é ridícula. Todo homem procura êxito em sua vida, a não ser que seja um deficiente mental, ou sofra de autismo. O êxito é a recompensa de quem se esforça, arrisca ou tem sorte no jogo. O preguiçoso, o débil mental podem não querer êxito. É isso o preço de sua passividade. Mesmo um santo pretende ter êxito em sua procura paciente da santidade, um artista, na realização de sua obra-prima, um místico, na visão beatífica da divindade. O negativismo de Roland Corbisier representa uma postura inaceitável.

Vejo nas ejaculações intelectuais dos que pretendem atribuir ao capitalismo místico as raízes da corrupção, os lugares-comuns do pensamento tradicionalista autoritário que, há dois séculos, se rebela contra a revolução industrial e deseja manter a sociedade naquilo que Marx chamava as "condições idílicas" da época medieval. Desde o *Manifesto Comunista* de 1948 e mesmo desde a Conspiração dos Iguais de 1795, esse *leitmotiv* de acusações contra a corrupção pelo dinheiro prossegue, paralelamente, nos escritos de extremistas de "direita" como De Bonald e De Maistre e, mais recentemente, de Spengler; e nas elucubrações da "esquerda" socialista, dita Esquerda Festiva. Os nacional-socialistas parecem acreditar que a adoração do dinheiro desaparece, como por encanto, quando o indivíduo entra para o serviço público ou quando toda a economia do país abandona o "gigantesco mercado em que tudo está em leilão", estatizando-se total e totalitariamente. No período de alguns anos em que servi em países socialistas da Europa Oriental, não descobri, na *Nomenklatura* indígena, qualquer ascetismo na matéria — salvo que o dinheiro adorado não é o local (porque não vale nada), mas o dólar. Na Polônia, por exemplo, em 1981, quando de lá saí, calculava-se em três bilhões em cédulas de dólares americanos o quanto era ilicitamente escondido nos bolsos remendados desses socialistas *malgré eux* (...) A experiência dos *marajás* no Brasil e em outros países do Terceiro Mundo não parece tampouco confirmar esse ponto de vista. O ídolo endeusado dos dirigentes socialistas é certamente o poder, sem prejuízo da adoração a Mammon, com a ressalva de que o dinheiro é indiretamente procurado como superestrutura do poder conquistado, em vez de o ser diretamente. No famoso "verão de 1981", do

Solidarnósz, a imprensa polonesa gozou de uma leve e curta liberdade de expressão, e o que se viu foi uma formidável lavagem de roupa suja. Revelou-se então, com espanto arregalado de todos, a profundidade insondável da lama nojenta e peçonhenta em que viveram esses países. A idéia de que os homens, em uma sociedade socialista, se purificam, coexistindo fora do mercado como num mosteiro franciscano e suprimindo a procura do lucro e do êxito a qualquer preço, sem falta de escrúpulos, sem venalidade e sem impunidade, é uma das mais patéticas ilusões da intelectualidade contemporânea.

Mas é sem dúvida o ensaio de José Artur Rios aquele que, mais consistentemente, salienta os aspectos propriamente *éticos* da problemática de que tanto padecemos. Após notar que nenhum regime está isento do mal, o sociólogo carioca assinala a relevância das tensões provocadas pela industrialização acelerada e a modernização, tendentes ambas a agravar a situação. Ora, o que se verifica é que o país ingressa num tipo de economia financeira cuja mola mestra é o crédito. Quem fala em crédito, fala em confiança, fala em honestidade. Crédito é a confiança inspirada ao outro. "A honestidade é a melhor política", acentuava Franklin. Sendo assim, a corrupção, ao abalar o crédito em conjunção com a moléstia inflacionária, compromete precisamente o desenvolvimento para um tipo de sociedade industrial moderna, livre e democrática, cujo sustentáculo racional-legal é essencialmente ético. A corrupção seria, nesse contexto, uma perversão da razão prática. A sociedade corrupta revela uma incompreensão profunda de como funciona o imperativo categórico como condição fundamental para a democracia. É isso que afirmava Montesquieu, ao acentuar que a República é o regime da virtude (...)

O fato é que a obra que estou comentando não tem recebido a atenção que merece. Trata-se de uma triste constatação, embora desde logo esperada. Uma das raras pesquisas sobre um defeito fundamental de nossa vivência política, vício que atravessa os regimes mais disparatados, a *Sociologia da Corrupção* deveria tornar-se leitura obrigatória por quantos se angustiam com o aperfeiçoamento de nossas instituições, a aceleração do desenvolvimento e a nossa entrada no convívio das nações modernas do Ocidente. Dos sete co-autores, quer me parecer que foi José Artur Rios quem melhor destacou ser "a consciência ética não um presente dos deuses, mas uma dura conquista, obtida às vezes com grandes sacrifícios" (página 115).

A consciência do Bem e do Mal na vida coletiva não surge, como alguns parecem imaginar, qual passe de mágica formal, através de secretas manipulações institucionais. Conta-nos

Jung que, em uma de suas viagens, perguntou a um régulo africano qual era sua opinião sobre a diferença entre o Bem e o Mal. O ôba gorducho matutou alguns instantes. Saiu-se então com esta: "Quando roubo a mulher de meu vizinho, isso é bom! Quando ele me rouba uma de minhas mulheres, isso é muito ruim!". No estágio primitivo, de relacionamento pessoal concreto e puramente afetivo, não se destacam ainda a consciência moral e o sentimento de justiça, puramente abstratos, além do âmbito limitado do círculo familiar, de amizade e de clientelismo. O Brasil não emergiu desse estágio. Não alcançamos ainda o horizonte universal de um imperativo categórico de aplicação universal e igual para todos. No regime patrimonialista, fundado na ordem emocional dos círculos concretos de relacionamento pessoal, *é impossível distinguir a esfera do privado da esfera do público.*

A corrupção, nesse estágio, não se caracteriza propriamente como um "vício". O vício só existe quando há uma consciência moral crítica capaz de considerá-lo como tal. O ato "corrupto" só pode ser reprovável e reprovado por quem atingiu a esfera superior de uma moral fria, abstrata e racional. Roubar não pode ser considerado um mal para quem, naturalmente, é incapaz de distinguir com precisão a esfera do privado e a esfera do público. Locke fazia a democracia depender por isso de uma consciência arraigada da propriedade que deve ser defendida. O suborno, a comissão, o pistolão, o desvio, a propina só podem constituir um escândalo para quem se elevou a uma outra escala de valores mais altos. Quando Oliveira Viana diagnosticou que "o pior mal do Brasil é a desordem moral", estava avaliando em termos de uma consciência ética já sofisticada, porém ainda incompreensível para a massa dos seis ou oito milhões de funcionários públicos federais, estaduais e municipais. Para estes, como para o régulo africano, roubar o que é do outro é normal, é lícito, é bom. Mal mesmo é quando me privam de meus desejos egoístas (...) Roubar o que é do desconhecido, do cidadão abstrato, da coletividade abstrata, do "público" abstrato, do Estado abstrato, não é propriamente roubar, mas se apropriar, naturalmente, do que é *res nullius* ou considerado o próprio patrimônio inerente ao cargo ocupado. O "conflito de interesses", num Estado legal, só ocorre após uma evolução suficiente. Como diz Artur Rios, "obtida com grandes sacrifícios". Ela só é alcançada graças àquela suprema racionalização do comportamento e àquela *Entzauberung* do mundo, oferecidas por Max Weber como o caminho necessário do progresso cultural. Certamente, os brasileiros, ainda lá não chegamos (...)

No modelo weberiano da autoridade tradicional, de tipo patrimonialista, uma das principais características propostas é,

justamente, a confusão do que é público com o privado. O dono do Poder locupleta-se com os bens do Estado como se fossem seus: *L'Etat, c'est moi!*, gritava Luís XIV. Nesse sistema, explica Weber, poderes particulares e as vantagens econômicas correspondentes são "apropriadas", isto é, tornam-se propriedade particular do governante. Weber discute, com certo pormenor, a maneira como se processa essa "apropriação". Vemos que a descrição se enquadra, com bastante exatidão, no que ocorre em nosso regime estróina, tal como abordado por Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Simon Schwartzman, Raimundo Faoro e, mais recentemente, Oliveiros Ferreira, Antônio Paim, Ubiratan Macedo e Ricardo Vélez Rodriguez. A privatização concreta do Bem Público se traduz pela incapacidade de conceber o governo como oriundo de um pacto social abstrato em que o Estado utiliza, segundo Locke, as leis como instrumento de sua autoridade e controla estritamente os conflitos de interesse entre a esfera privada e a pública.

Em nosso sistema, tal como foi "modernizado" pela Nova República, o Estado se transforma verdadeiramente, como sugere Oliveiros Ferreira, em uma *Cosa Nostra*. A *Cosa Nostra* brasileira ergue os grupos que conquistaram o poder à categoria de uma autêntica máfia, empenhada em explorar economicamente o Estado até os limites de suas possibilidades.

Ora, a grande revolução democrática liberal cujos primórdios se colocam no momento da Reforma protestante, concretizando-se com as duas revoluções inglesas (1648, 1688) e a independência americana (1776), consistiu em postular o princípio da liberdade individual sob a lei (*freedom under the law*), com o direito à propriedade privada (direito ao bem supremo que é a vida, direito ao produto do trabalho, direito à livre expressão do bem superior que são as idéias, as opiniões, as convicções religiosas e filosóficas, etc.). Surgiu a idéia liberal de uma teoria contratualista, racional, da sociedade. A postulação da dignidade essencial da pessoa humana, inerente ao Cristianismo, se secularia na filosofia crítica de Kant. Kant afirma que é o homem um fim em si mesmo — não podendo servir de instrumento do Estado. A tese contratualista (Hobbes, Locke, Rousseau) concebe a criação de uma estrutura política, o Estado, a partir de um pacto social entre indivíduos livres, para o bem comum. A autoridade política não mais se sustenta na tradição imemorial do paternalismo ("como sempre foi no passado"), mas numa decisão "racional" e "legal" entre indivíduos livres, que se associam para assegurarem a sua liberdade, a proteção de seus bens privados e familiares, e a defesa em comum contra inimigos externos. O Contrato Social estabelece, solidamente, a distinção

entre o que é público e o que é privado. A esfera do privado se torna inviolável (*my home is my castle*, diziam os ingleses — o que foi traduzido no inciso XI do artigo 5º da Constituição). Aquela parte do planeta que me pertence constitui, para mim, o mesmo que o patrimônio do senhor feudal da Idade Média. Nenhuma autoridade estranha pode nela penetrar sem meu consentimento expresso. Inversamente, a autoridade pública é servida por uma burocracia funcional, sob um governo, por assim dizer, impessoal e responsável pelos dinheiros públicos. O Legislativo é representativo dos interesses dos indivíduos e dos grupos sociais, devendo controlar os dinheiros públicos acumulados com os tributos e impostos que são cobrados pelo Executivo para a defesa nacional, a polícia, a justiça, a manutenção da ordem pública e outras obrigações eventuais, tais como construção de estradas, educação primária etc. *No taxation without representation* foi o princípio que assegurou a democracia americana.

A mais grave falta que pode ocorrer nesse sistema é o conflito de interesses. O conflito ocorre quando um governante ou administrador se locupleta com o que não é seu, mas é propriedade do público. O respeito à *res publica* é sagrado. O relapso é punido. Em suma, numa sociedade liberal moderna, cria-se uma dicotomia clara e perfeita entre o que é público e o que é privado. Não entraremos na análise aprofundada dessa dicotomia, mas basta notar que se prende ao maravilhoso edifício da filosofia agostiniana quando se distingue a Cidade de Deus, a que pertencemos individual e espiritualmente, e a cidade terrena, a que também pertencemos por força de nossa participação numa coletividade pragmática, presa às exigências brutais de nossa vida em sociedade num mundo imperfeito. Tal dicotomia, como se sabe, está relacionada à distinção entre o temporal e o espiritual que, pela primeira vez, foi postulada pelo Cristianismo.

Na época moderna ocorreu, todavia, um fenômeno ominoso, um processo histórico que começou a ser percebido no século passado. O indivíduo livre passou a ser considerado "alienado" — em Hegel, Marx e na doutrina social da Igreja. Tönnies falou na necessidade de voltarmos a uma "comunidade" (*Gemeinschaft*). O socialismo e o totalitarismo modernos prometem suprimir a alienação pela reintegração do indivíduo na coletividade nacional. O sociólogo americano Peter Berger ("Sincerity and Authenticity in Modern Society", em *The Public Interest*, 31, 1973) alega que a verdadeira "essência" do totalitarismo "é a intenção de sobrepujar a dicotomia moderna entre as esferas do privado e do público" que é o que acontece, evidentemente, numa comunidade socialista. O totalitarismo, na verdade, destrói a concepção agostiniana das Duas Cidades. Na sociedade

nacional-socialista ou comunista de nossos dias, a intenção é fundir a Cidade de Deus, espiritual, na cidade terrena, a qual se torna senhora absoluta do corpo e da alma de seus súditos. O Reino dos Céus é trazido à Terra. O Estado marxista constitui, nesse sentido, um retorno às formas antigas da simbolização monárquica absolutista e patrimonialista, ou daquilo que o próprio Marx qualificou de despotismo oriental. Uma marcha à ré na distinção liberal entre o público e o privado. Na forma peculiar que tomou o fenômeno em nosso país, com o crescimento monstruoso do poder do Estado pantagruélico, o velho patrimonialismo, em que a esfera pública era "apropriada" pelo interesse privado do Senhor, passou a ser legitimado pela ideologia socialista.

É interessante observar que os filósofos e utilitaristas do Século das Luzes conceberam a democracia não tanto como um método de governo "do povo, para o povo, pelo povo", quanto como um sistema racional-legal que suprime a arbitrariedade, a desordem, a corrupção e o privilégio. Estritamente, regime moderno seria aquele que estabelece a igualdade de todos perante a lei. A idéia é que a República elimina os privilégios oriundos de interesses afetivos espúrios que provocam a confusão do público e do privado.

Em seu *Ensaio sobre os primeiros princípios do governo*, de 1768, Hume executa uma inversão lógica pela qual destaca a necessidade de o governante não sacrificar o interesse público ao seu interesse privado. Em outras palavras, ao invés da confusão ocorrer pela identificação do interesse coletivo com o do funcionário egoísta, o funcionário sacrifica seu interesse privado em benefício do Bem público. O Cardeal Richelieu dizia que fôra o primeiro servidor do Estado e a ele tudo sacrificara. Ora, para alcançar esse estágio sublime, o cidadão deve estar disposto a abrir mão de seus privilégios e a curvar-se perante a soberania da lei, igual para todos.

O anseio de privilégio é facilmente explicável pela estrutura originariamente aristocrática e patriarcal de nossa sociedade. Se a Grande Família constitui a unidade primária da sociedade e se a família é uma organização que se mantém, necessariamente, pela força dos laços afetivos, vamos por natural reação exigir o privilégio. A mãe privilegia o filho, o amigo privilegia o protegido, o patrão privilegia o sócio, o lojista privilegia o cliente, o político privilegia aquele que lhe dá apoio eleitoral e pertence à sua patota. Surge uma vasta tecitura clientelista e familiar que mantém sua coesão pela discriminação privilegiada de seus membros. Se um relacionamento pessoal domina os fatores de coração, "cordiais", de simpatia ou antipatia — o homem efetivo, temperado nessa estrutura emocional de relações pessoais de dívida e de crédito, encontrará dificuldade em se adaptar à

frígida rigidez, uniforme e igualitária, da isonomia. Pinheiro Machado deixou-nos o famoso apotegma "para os amigos tudo, para os inimigos nada, para os indiferentes, lei neles" (...) Entretanto, diz-se que a grandeza de Roma foi assegurada pela capacidade dos velhos cidadãos da República de recalcarem os interesses particulares e seus sentimentos familiares em obediência à lei. As virtudes republicanas exigiam, por exemplo, que um Brutus ou um Manlius Torquatus mandassem executar seus próprios filhos porque se haviam tornado culpados de crimes contra o Estado.

A consciência ética, ou seja, a consciência de que existe corrupção quando o público e o privado são confundidos, e que o vício deva ser suprimido ou, pelo menos, denunciado, contido, refreado, punido, só ocorre em nosso país numa pequena minoria, numa elite intelectual cujos padrões de julgamento se orientam pelos paradigmas europeus e americanos da "sociedade exemplar" ocidental. Alguém realmente acredita que os milhões de broncos vereadores, deputados estaduais, políticos provincianos, coronéis sertanejos e mesmo deputados populistas e barnabés da União têm consciência de estarem violando um imperativo categórico kantiano? Não acham, pelo contrário, que seja perfeitamente "natural" empregar um parente ou um amigo boçal, aumentar seu próprio salário, ceder à venalidade, receber jeton estando ausente, aceitar suborno, carregar no bolso os dinheiros do município, utilizar os caminhões da limpeza pública para limpar a sua fazenda, trazer para casa e incorporar a seu patrimônio os quadros do museu, receber comissões nas empreitadas, abrir uma estrada inútil que passe perto de sua propriedade, para valorizá-la, e os mil e um outros empreitos explícitos e implícitos da *Cosa Nostra*? A Máfia certamente não tem consciência de ser criminosa. Ela obedece a estritas regras de uma honra tradicional que lhe merece o título de *onorabile società*. O fenômeno da corrupção no Brasil não tem uma origem menos antiga do que o da Sicília.

Podemos reforçar nosso argumento com o exemplo de corrupção em outros continentes — na África, para citar um caso agudo. O despotismo e a cleptocracia não são, entretanto, inerentes à natureza das culturas africanas ou do caráter africano — conforme observa Lorde Bauer. Eles hoje prosperam no que era a antiga África colonial britânica. Foi a própria política britânica liberal-socialista que Bauer acusa de ser responsável pelo novo clima em que floresce o despotismo e prospera a corrupção. A meu ver, mais do que no caráter latino ou árabe, domina na África a constante familista e o relacionamento interpessoal de acentuado teor afetivo. São essas características que tornam a adaptação ao sentido abstrato, racional e ético, da

democracia e da administração burocrática tão problemática (vide também, a esse respeito, meu livro, editado pelo Instituto Liberal, *Opção preferencial pela riqueza)*. No despotismo, o relacionamento de toda a população com uma figura de autoridade personalizada e se impondo pelo medo ou a simpatia é imediato. A lei torna-se concreta, visível: a lei é o comando do déspota. Como explicava Freud, laços afetivos de filhos para pai se formam na massa da população, em relação ao líder.

José Artur Rios percebeu o problema com grande clarividência e cita uma definição de Van Klaveren (*Apud* Waquet, *De La Corruption*) que me parece simples e magistral: a corrupção "não é outra coisa senão a exploração das funções públicas segundo as leis do mercado". Aquele que detém o poder político, resultante de sua função pública, utiliza esse poder para escapar das leis da concorrência num mercado livre e honesto, "explorando" mercantilmente a função pública como se fosse um bem patrimonial. Assim, o sociólogo acentua que "toda corrupção é política". E pergunta, pertinentemente, se "não consiste ela no mau uso do poder público para lucro particular?" Na verdade, os chefes e líderes nos regimes estatizantes e totalitários fazem, precisamente, esse mau uso, sendo o lucro particular não necessariamente econômico, mas de essência psicológica — a *pleonexia do poder*, como diziam os gregos. Pois é preciso salientar, nova e insistentemente, que a corrupção não resulta apenas da locupletação puramente hedonística do poder, mas sobretudo da concupiscência do mando, da vontade de domínio, daquela *Wille zur Macht* de que nos fala Nietzsche. Aquele que se locupleta do poder público e o monopoliza para lucro particular configura, precisamente, o tirano, o déspota, o ditador totalitário. Os teólogos da Igreja primitiva revelaram uma fina intuição quando atribuíram ao demônio não o vício da luxúria, um defeito, afinal de contas, vulgar e superficial, mas o vício muito mais grave, o vício por excelência, luciferiano, que é o orgulho do poder.

Entre os donos do poder estão aqueles que transformam a vida coletiva de nossa terra, no dizer de Rios, em "uma cadeia de pedidos de favores e favores a pedido" (...) São "obrigações que se criaram de alto a baixo de uma pirâmide clientelista e que geram dependência mais forte do que a própria estrutura social" (...) "Colegas pedem a colegas, alunos a mestres, mestres a colegas, funcionários a chefes, chefes a funcionários, civis a militares, militares a civis, é um petitório sem fim, na malha fina invisível que prende a nossa sociedade mais do que a famosa túnica mitológica. E que, de certa forma, também a sufoca. Porque ninguém percebe o lado corruptor do favor pedido e graciosamente concedido" (página 97).

Sendo assim, as duas "classes" em que se dividiria a nação seriam a classe burocrática, oligárquica, dos donos do poder, com sua clientela parasitária do Estado, que vende favores, lícitos e ilícitos; e a classe que propriamente representaria o setor privado da economia, que negocia mercadorias, serviços e dinheiro. Nesta segunda classe, se colocariam não apenas os empresários que não dependem do Estado (porém o sustentam com o produto dos impostos, pagos direta ou indiretamente), mas também os fazendeiros, os pequenos comerciantes, os profissionais liberais, o operariado industrial, até mesmo os camelôs e motoristas de táxis, e toda aquela imensa parcela da população que está hoje sendo investigada como o "setor informal" ou sustentador da "economia subterrânea" da nação.

A questão, sobre a qual insisto, em conclusão, devendo ser destacado com a devida persistência e vigor, é que a corrupção, no sentido exato da expressão, está sempre ligada ao Estado. O que quer dizer, a corrupção corrompe o setor público. Não existe corrupção na empresa privada. A empresa privada corrupta se torna, num Estado de Direito, automaticamente ineficiente; não consegue mais enfrentar a concorrência e vai à falência. É a "mão invisível" de Adam Smith que trabalha para purificar o ambiente. O empreiteiro privado, o industrial, o comerciante, o banqueiro podem ser desonestos, podem ser salafrários, larápios, vagabundos, contraventores, picaretas, gatunos, salteadores. Mas, nesse caso, seu vício acabará conhecido. Ele será exposto numa sociedade onde funcionem a contento os meios de informação e deverá ser punido pelo Poder Judiciário. A pessoa bem informada evitará qualquer relacionamento com esses safardanas. Não o pode fazer, entretanto, quando estes fazem parte da estrutura monopolista e centralizadora do Estado. Ninguém pode evitar o burocrata safado, nem pode safar-se do político indecente. O governador do Ceará, Ciro Gomes, homem de probidade e bom administrador segundo consenso geral, teria declarado, a 4.10.91, que se sentia envergonhado e frustrado de ser político. "O Brasil está ficando muito sujo", declarou. "As coisas estão ficando podres, muito decadentes." O senhor Ciro Gomes está, evidentemente, bem informado. Encontra-se numa posição privilegiada para observar a podridão. Será a única maneira de penetrar detrás da *omertá* mafiosa que, geralmente, esconde a corrupção do conhecimento público.

A massa dos cidadãos inteligentes, que se defende naturalmente do empreiteiro que não lhe mereça crédito, é vítima indefesa daquele que controla o Estado. Num Estado moderno, racional-legal, funciona precisamente a Justiça, como instituição policial e judiciária, para punir os larápios, os corruptos

privados. Na organização capitalista das sociedades ocidentais desenvolvidas, tal como ela se expandiu a partir do seu núcleo inicial nos países anglo-saxônicos e nos Países Baixos, o crescimento espantoso do aparato jurídico-policial se explica por essa necessidade absoluta de estabelecer um forte instrumento punitivo na ordem legal. Não pode haver liberdade sem punição daquele que transgride a lei. A moção de crédito de confiança é imprescindível para que possa evoluir a inteira liberdade de iniciativa.

Em conclusão: os homens são corruptos por natureza. O egoísmo, a cobiça, a ganância são ímpetos inatos. Os vícios fazem parte de "minhas circunstâncias", como diria Ortega y Gasset. Os teólogos falam em Pecado Original. Santo Agostinho montou o gigantesco edifício de sua filosofia política e teológica ao assumir a idéia de que o instinto primordial do homem é o *amor sui*, o egoísmo. Os filósofos do Iluminismo falavam no *amour-propre* e se dedicaram aos meios de circunscrevê-lo. Imaginar que manipulações institucionais de índole estatizante corrigem esse lúgubre estado de coisas constitui uma das mais perniciosas e trágicas superstições de nosso século. O Estado não santifica as pessoas. O Estado não tem função soteriológica. O Estado é um monstro apocalíptico surgido das águas primordiais da malícia humana. O Leviatã, que postulava Hobbes, é isso mesmo. O Estado não pode corrigir a corrupção, mas, bem pelo contrário, é o Estado que corrompe. O homem que tem poder e dele se locupleta dentro dessa instituição, que concentra em si o monopólio do exercício do poder legítimo, tem por conseguinte tendência a se deixar corromper. No Estado, poder político e poder econômico são intercambiáveis. Só a estrita separação do poder político, no setor público, do poder econômico, no setor privado, pode obviar a eterna ameaça corruptora do Estado. Montesquieu já o notara. Lorde Acton, como já anotei, proclamou bem alto um dos mais formidáveis axiomas da filosofia política: "O poder corrompe, o poder absoluto corrompe absolutamente".

Disso se pode concluir que a única maneira de evitar ou coibir a corrupção é pela separação e descentralização do poder, como ocorre nas democracias capitalistas ocidentais. No sistema dos *checks and balance* da Constituição americana, por exemplo. Do mesmo modo, no setor da economia privada, a economia de mercado, o sistema capitalista procura superar a corrupção, não pela supressão utópica e ilusória do desejo de lucro, de procura do êxito e do ímpeto egoísta do homem, mas pela descentralização proporcionada pela concorrência entre empresas rivais. A "mão invisível" de Adam Smith, repito, é o que "limpa" a corrupção do poder econômico. Donde o imperativo de reduzir o vício da corrupção pela redução do poder do Estado.

V.
ECONOMIA E PRODIGALIDADE

O que é prudência na conduta de toda família privada dificilmente seria loucura na de um grande estado.
Adam Smith

39. MISES E HAYEK CONTRA KEYNES*

É curioso notar que Ludwig von Mises, que morreu em 1973, e Friedrich Hayek, falecido em 1992, não são mencionados na prestigiosa *Enciclopedia Britannica*, na edição de 1968 que possuo. Essa edição veicula, todavia, um capítulo escrito pelo professor americano D. Dillard, sobre o capitalismo, onde esse sistema econômico é condenado a desaparecer, vencido pelo planejamento socialista de estilo soviético. Dillard foi autor de um livro sobre a teoria econômica de John Maynard Keynes, refletindo o prestígio que o economista inglês adquiriu, nos anos quarenta a sessenta, como "salvador do capitalismo" e profeta do planejamento e do intervencionismo estatal. Mises, Hayek, Friedman, Buchanan e os outros modernos economistas liberais são mal conhecidos em nossa terra. A obra dos dois primeiros, que se colocam entre os maiores pensadores do século, está aos poucos se difundindo entre nós, graças sobretudo ao trabalho meritório dos Institutos Liberais. A obra monumental de Mises, *Ação Humana*, que data de 1949, só agora foi traduzida graças aos esforços daquele Instituto do Rio de Janeiro. Pode-se adiantar que a total contaminação das universidades brasileiras pela pseudo-economia de Marx e do governo brasileiro pelas idéias ambíguas e incoerentes de Lorde Keynes são responsáveis pelo estado lastimável de nossas finanças e pela fragilidade de nossas expectativas de ingresso na Modernidade. A. Pedreira de Cerqueira, secretário-geral do Instituto Liberal de Minas Gerais, foi

(*) *JT* em 13.06.91

levado a declarar que "ou o Brasil acaba com a Unicamp ou a Unicamp acaba com o Brasil". Alimento minhas dúvidas se o próprio Presidente Collor já se haja convencido desse perigo ao demitir a zelosa Zélia e sua patota.

Keynes ficou famoso entre as duas Guerras, por lhe haver sido atribuída a superação da Grande Depressão. Mises e Hayek provaram posteriormente, a contento, que as medidas keynesianas de Roosevelt de nada serviram para liquidar com o dramático fenômeno, responsável em parte pela catástrofe de 1939-45. O nacionalismo, o protecionismo e as iniciativas financeiras errôneas tomadas pelos governos ocidentais foram os motivos do agravamento desastroso do que não teria passado de uma mera crise cíclica passageira. "Não se pode ser bom economista sendo só economista", afirma Hayek. Foram fatores políticos e não econômicos, na metástase ideológica provocada pela universalização do nacional-socialismo nos anos 30, em seu verdadeiro sentido, o que determinou no Ocidente, o colapso da economia. Alemanha nazista, Rússia comunista, Itália fascista e os bandos ululantes de seus seguidores foram, ao mesmo tempo, resultado e causa da psicologia demoníaca que se apossou dos povos da terra e os manteve sob seu domínio hipnótico, até estes últimos anos. Hoje, salvo os brasileiros e alguns poucos patetas retardatários de outras bandas, quase todo o mundo acredita que a livre economia democrática capitalista, ou o que Adam Smith chamava de "economia natural", é o método adequado para o mais justo e rápido desenvolvimento. O próprio ex-presidente Gorbachov afirmou que a economia de mercado "já existe há muitos séculos. É um invento da civilização" (mas será que o Deputado Roberto Freire já se deu conta disso?).

Na obra de 1944 a que ninguém na época prestou atenção, *O caminho da servidão*, Hayek procurou provar os perigos da intervenção estatal. É verdade, sem dúvida, que pode o planejamento, em certos casos — sobretudo negativamente — estimular a economia. No Brasil ficamos fascinados com o planejamento quando o Presidente Juscelino Kubitschek desenvolveu seu Plano de Metas, colocou a transferência da capital como primeira dessas metas, promoveu a entrada maciça de capital estrangeiro, para a criação da indústria automobilística, e providenciou a construção de uma ampla infra-estrutura de energia, comunicação e transporte, o que talvez no momento não poderia ter sido feito de outra forma. Graças de novo a medidas tomadas, oportunamente, pelo então ministro do Planejamento no governo Castello Branco, Roberto Campos, puderam os primeiros presidentes militares desencadear o que foi chamado de "milagre brasileiro", com crescimentos anuais de 10 e mesmo 14 por

cento na economia. Esquecemos, no entanto, que o segredo desses dois sucessos foi sobretudo de ordem psicológica. Juscelino nos deu a confiança no futuro. Castello e Médici a estabilidade, seriedade e segurança sem as quais não se atreve a iniciativa privada, nacional e estrangeira, a empreendimentos custosos a longo prazo. Brasília demonstrou, pelo espantoso crescimento populacional, ter sido um projeto inteligente de interiorização do desenvolvimento. Mas o vício do nacional-socialismo estava implícito no planejamento marxista-keynesiano que então inspirava os governantes — quer os da chamada Direita, quer os da Esquerda.

Numa carta a Hayek de 28 de junho de 1944, a que Hayek nunca respondeu e que só foi até hoje publicada em espanhol (no livro *Sociologia Económica*, de J.E. Miguens), Keynes argumenta que o planejamento pode ser eficiente e que, em algum momento, sempre é necessário. Talvez tenha razão. O momento, porém, é hoje favorável a Mises e Hayek. No Brasil talvez só o Estado possa planejar o desmantelamento da própria estrutura nacional-estatizante do Estado burocrático. Vemos isso quando a tenebrosa reação dos corporativistas, patrimonialistas, clientelistas e fisiológicos procura, por todos os meios, combater esse desmantelamento. Mas que Mises e Hayek não se afobem: um dia eles aqui chegarão!

40. A ESCOLA DA *PUBLIC CHOICE**

Nos anos 70 e 80 desenvolveu-se, nos Estados Unidos, o que ficou sendo chamado a Escola da *Public Choice* (escolha pública), encabeçada por economistas como James Buchanan e Gordon Tullock. A nova doutrina "liberal conservadora" ganhou imenso prestígio quando Buchanan recebeu, em 1986, o Prêmio Nobel de Economia. Buchanan foi galardeado em reconhecimento das novas tendências em matéria de administração pública e de libertação da economia de mercado. Essencialmente, os professores da *Public Choice* argumentam que o pessoal do governo tanto defende seus interesses privados egoístas como qualquer empresário do setor capitalista da economia. Entretanto, como as agências de governo não são obrigadas a agir com eficiência, nem a apresentar lucros ao fim do ano, nem a enfrentar concorrentes que, mais fortes, lhes possam conduzir à falência, não

(*) *JT* em 20.06.88

recebem incentivos para conter os gastos. Os resultados da intervenção governamental são então inevitáveis: inflação, desequilíbrio orçamentário, aumento das despesas de custeio, déficit público, etc.

Professor da George Mason University na Virgínia (ao lado de Washington, DC), Buchanan se notabilizou por sua crítica aos economistas que acreditam esteja o governo sempre defendendo o interesse público quando adota as prescrições previdencialistas do Welfare ou medidas intervencionistas destinadas a gerar, supostamente, maior igualdade. Ele acentua que os Estados Unidos muito evoluíram desde os dias eufóricos do Camelot do Presidente Kennedy. Dissolveu-se a "ilusão onírica de que tudo se possa tornar maravilhoso através da beneficência do governo federal". Outros proponentes da *Public Choice* assinalam, contrariando as teses social-estatizantes populares em nosso próprio meio, que as falhas eventuais da economia de mercado não são condições suficientes para justificar a atribuição ao governo da solução dos problemas sociais. A vantagem do mercado, alegam eles, é que nele *carregam as pessoas a responsabilidade inteira de sua decisão*. É isso, precisamente, o que não acontece no governo. No mercado, se alguém deseja alguma coisa, deve dar outra coisa em troca — em termos de trabalho, dinheiro ou propriedade. Se tomar uma decisão errônea, paga o erro. Na pior das hipóteses, perde o emprego, abre falência, empobrece. Esses riscos constituem incentivos no sentido de seguir um comportamento sábio e racional na persecução dos objetivos pessoais. Ora, isso, claramente, não ocorre na administração pública, eis que nela a tendência é para gastar sempre mais. As decisões errôneas não acarretam qualquer prejuízo ao responsável. Ninguém é punido por coisa alguma. Que perda, castigo ou dano sofreram, por exemplo, os burocratas que bolaram a Ferrovia do Aço? Ou o Ministro Funaro, autor do funesto Plano Cruzado? Ou o diplomata principalmente responsável pelo fracasso do megalomaníaco projeto nuclear brasileiro, posteriormente indicado pelo Presidente da República para uma das mais prestigiosas funções na carreira, a de chefe da missão junto à ONU? E o outro diplomata, que era secretário-geral da Coleste quando o Brasil caiu no conto do vigário em três bilhões de dólares emprestados à Polônia, promovido por merecimento e hoje ocupando um dos cargos da alta direção do Itamaraty? Notai que não estou falando em escândalos de corrupção, mas em simples erros de execução e planejamento.

Mas quero dar um outro pequeno exemplo de como se manobra com os dinheiros públicos sem qualquer sentido de responsabilidade quanto às consequências de despesas mal concebidas. Conheci um embaixador, de ilustre família oligárquica, um dos nomes mais veneráveis no sistema patrimonialista de nosso país, que custou ao Estado brasileiro literalmente milhões de

dólares pela mania compulsiva de sua esposa de renovar as residências das embaixadas onde estava o marido acreditado. Renovou pelo menos meia dúzia. Tinha gosto, sem dúvida, fino estilo. Ao chegar a um novo posto achava, invariavelmente, detestável a decoração deixada pelo antecessor e, mesmo se em perfeito estado de conservação, pedia, insistia e finalmente obtinha do Itamaraty uma verba especial para seus projetos. E quanto mais gastava nessas despesas suntuárias de móveis, cortinados, alfaias, pinturas, objetos de arte, acréscimos na área construída e modificações de fachada, mais adquiria prestígio, para ela e o marido. Tornava-se assim difícil para os funcionários subalternos da Secretaria de Estado, responsáveis pelo patrimônio público e pela administração do orçamento, resistir àquela ganância do tipo que Oliveira Viana chamava de "orçamentívora", da decoradora de luxo. Numa embaixada em construção que visitei, certa vez, em país de terceira categoria, descobri que uma única porta de sala de jantar, em jacarandá, vinda do Brasil, havia custado oito mil dólares, isto é, duas vezes a soma que, modesta e dificilmente, conseguira eu obter para restaurar as cortinas, móveis e estofos usados da embaixada em Tel Aviv, onde estava servindo. Um Presidente da República que decide, por capricho e interesse provinciano, construir uma estrada de ferro não prioritária, de três ou quatro bilhões de dólares, não corre risco algum se o dinheiro é assim posto fora. Caso fosse dono ou diretor de uma companhia de construção ferroviária que investisse seu próprio capital no empreendimento, a ser ressarcido com a exploração da linha, pensaria duas vezes antes de se arriscar à fantasia... Um banqueiro que agisse como Funaro, Bresser Pereira ou Zélia teria a opção entre a cadeia e a falência. No governo, não. Isso porque, no governo, não há concorrência, não há risco, não atuam as leis draconianas do mercado. Não vigora qualquer ética de responsabilidade.

O problema do déficit público espantoso que arruína a economia brasileira, interrompendo o desenvolvimento tão esperançosamente iniciado na presidência Kubitschek e acelerado nas presidências Castello Branco e Médici, pode assim ser explicado pela Escola da *Public Choice* como resultado da absoluta falta de responsabilidade do burocrata, não sujeito ao controle do público contribuinte. Para um Osires Silva, administrador excepcional, há 100energúmenos cuja incompetência e desonestidade não lhes acarreta risco algum — enquanto o público paga a conta. O nacional-socialismo estatizante é a receita mais perfeita da estagnação que foi jamais inventada. Em todo o mundo isso está sendo descoberto. Até mesmo na China, graças a Deng Xiaoping. No Brasil, infelizmente, não. É uma tristeza!

41. SOBRE ECONOMIA, DESPERDÍCIO E PRODIGALIDADE*

O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, de Aurélio Buarque de Holanda, define economia como "a arte de bem administrar uma casa ou um estabelecimento particular ou público". Logo em seguida, como "contenção ou moderação nos gastos". Uma pessoa "econômica" é aquela que "gasta pouco". O parcimonioso é aquele que é capaz de "economizar", de juntar "poupança" numa caderneta ou de qualquer outra maneira. É interessante notar como tão pouco se sabe, em nossa terra, sobre o termo cuja etimologia grega é *oikos* (casa) e *nemein* (administrar ou gerir). É, em outras palavras, o que faz uma simples dona de casa, com "prendas domésticas". É isso a economia, da qual tanto se fala, mormente em nosso momento de crise, de inflação galopante, de queda na renda nacional, de desemprego no Sul e miséria no Nordeste; e pouco se entende, primeiro, entre os administradores da economia estatal que encalacraram a nação com uma dívida de 110 bilhões de dólares; e, segundo, na massa dos críticos, no Parlamento, nos partidos, na imprensa, nas universidades. Por que tantas pessoas se recusam a reconhecer que não há alternativa para repor as coisas "em boa ordem na administração", a não ser apertando os cintos, gastando menos, trabalhando mais, aceitando a redução na renda, poupando?

Aristóteles reduzia a Economia, como ciência do gerenciamento do lar coletivo que é a nação, a uma disciplina enquadrada na estrutura ética — ou seja, na virtude da Prudência. Economia, em suma, é prudência, é sabedoria. Li há pouco, num dos principais jornais da República, um alentado estudo de um técnico, dado como professor de economia numa de nossas grandes universidades: o imprudente catedrático denuncia em termos candentes o modelo rígido de poupança, tão tardiamente adotado pelas autoridades sob pressão incoercível dos organismos financeiros internacionais que são nossos credores. O que ele propõe é continuar gastando cada vez mais, "para estimular a economia". Sua manifestação seria pouco interessante e pertinente se não refletisse um espírito geral de irresponsabilidade, ignorância e falta de vergonha.

Não sou economista. Sempre senti uma certa desconfiança com essa ciência, ou pseudociência, confusa e difusa que mais parece insistir numa linguagem hermética para enganar e deitar a perder os incautos. Não estou longe de acompanhar Edmund

---

(*) *JT* em 17.10.83

Burke que, em suas *Reflexões sobre a Revolução Francesa*, lamentava o fim da idade da cavalaria, substituída pela dos "sofistas, economistas e calculadores" (...) "e a glória da Europa se extinguiu para sempre!" Talvez tenha razão Sir Anthony Hope, segundo o qual a economia consiste em forçar você a continuar sem aquilo que você quer, no caso de você algum dia querer algo de que provavelmente não precisa (isso até parece uma receita do FMI!).

Que a economia seja poupança e trabalho prudente — e que o *Homo Economicus Brasiliensis* não conhece muito bem, nem o que é poupança, nem o que é trabalho organizado e metódico — eis o que me parece um axioma dos mais evidentes. Lembro-me de um episódio característico, no princípio de minha carreira, já lá vão mais de 40 anos. Foi em Ottawa, no Canadá. O Canadá é um dos países mais ricos e prósperos do mundo. Ele goza não somente de amplos recursos naturais, mas também de uma elevada renda nacional, mui harmoniosamente dividida pela população socialmente equilibrada. É interessante observar, além disso, que o Canadá, sendo um Estado de alto desempenho industrial e bem colocado na comunidade dos povos ricos da OCDE, possui como patrimônio tudo aquilo que nossos intelectuais marxistas ou criptomarxistas denunciam como fatores responsáveis pelo subdesenvolvimento e a dependência. O Canadá é um país quase que inteiramente dependente da economia americana; segue um modelo francamente exportador (no sentido de que seu comércio exterior é três ou quatro vezes superior ao nosso); encontrava-se até bem recentemente no *status* de semicolônia (sua Constituição foi votada no Parlamento inglês); é uma monarquia e está infestado de multinacionais. É uma nação franca e descaradamente capitalista. Pelos dogmas ideológicos, o Canadá devia ser paupérrimo. Não é: repito, é um dos mais ricos do mundo. Seu extraordinário progresso contraria frontalmente as teses de Lenin que, em seu medíocre livro sobre o imperialismo, oferece o Canadá como exemplo de país explorado e empobrecido pelas potências ricas da Europa.

Mas voltemos à minha história: naquela época em que cheguei a Ottawa, o grande problema do qual sofria o governo liberal do Sr. Saint-Laurent, com denúncias no Parlamento, era o superávit em seu orçamento federal de algumas centenas de milhões de dólares (o que seria hoje equivalente a bilhões!). Passeando eu então pela capital canadense, descobri um dia um grande edifício de madeira, uma espécie de enorme pardieiro. Sua entrada ostentava o letreiro *The Treasury*. Com que então era este o Ministério da Fazenda de uma das mais opulentas potências do Ocidente, com superávits fenomenais em seu orçamento! Minha

mente se trasladou, perplexa, para o Rio de Janeiro. Encontrei-me na Esplanada do Castelo. Recordei a massa arquitetônica espantosa, os tapetes persas, os mármores, as escadarias de bronze, os lustres pesados, os luxuosos apartamentos com piscina e tudo o mais, do nosso Ministério da Fazenda, a sede administrativa das finanças de um país eternamente assediado por sua dívida externa, pelo déficit em conta corrente, pela inflação, pela desordem da moeda, pela pobreza das massas. Qual o motivo dessa diferença entre o Brasil e o Canadá? Meditei sobre o problema da economia, da poupança e do trabalho acumulado que é capital. Concluí que a diferença é que os canadenses são econômicos. Eles sabem administrar seu lar nacional, gastam menos do que ganham, não procuram utilizar prodigamente as poupanças estrangeiras para construir sua infra-estrutura industrial, e acumulam capital a partir de seu próprio trabalho. A diferença é, em suma, a que existe entre poupança, parcimônia, prudência, frugalidade, temperança, de um lado; prodigalidade, dissipação, extravagância, ignorância, irresponsabilidade, do outro. É um contraste de grande simplicidade, mas de fundamental importância. Resulta de uma antítese de comportamento que, infelizmente, não só jamais varou as circunvoluções cerebrinas da maior parte de nossos economistas, mas — o que é mais relevante — nunca entrou tampouco nos hábitos normais da população.

Fala-se muito em inflação em nossa terra e dos meios de corrigi-la. A resposta ao questionamento é fácil: inflação é falta de economia ou falha na economia, o que quer dizer a mesma coisa. "Que o Brasil não é uma economia de mercado e, sim, uma economia dirigista e basicamente anticapitalista", escreve Roberto Campos (*ESP*, 22.09.91) "provam-nos os seguintes dados estarrecedores sobre nosso intervencionismo. Desde 1980, tivemos oito planos de estabilização, quatro diferentes moedas, seis congelamentos de preços e salários, dez presidentes do Banco Central, 15 fórmulas salariais, 18 mudanças das regras cambiais, 21 pseudoprogramas de austeridade fiscal, 22 propostas de renegociação da dívida externa e um sequestro da poupança, de dimensões inéditas em tempos de paz. Quanto à dívida externa, houve na década moratórias para todos os gostos: a moratória 'messiânica' do Ministro Funaro, a moratória 'cordial' do Ministro Maílson e a moratória 'zangada' da Ministra Zélia". No dizer de Mário H. Simonsen, consiste a inflação em querer dividir o bolo numa soma de fatias superior ao total. Nada mais do que isso: erro de aritmética.

Em 1983, participei de um debate com um grande economista dinamarquês na Universidade de Brasília, um velho catedrá-

tico que fôra também ministro da Fazenda de seu país. Indagava ele, abismado, sobre os motivos da inflação na América do Sul, notando que outros países há em desenvolvimento, como os da Ásia Oriental, Taiwan, Coréia, Singapura, que gozam de um dos mais altos índices de progresso na atualidade e, no entanto, não sofrem absolutamente de qualquer inflação.

A prodigalidade em nosso Brasil é geral. É a do Banco Central que, para administrar uma *dívida* (um capital passivo, não um ativo), constrói as sedes mais ostentosas de qualquer banco no mundo. É do antigo Ministério de Obras Públicas que, para trazer trens pesados e lentos com minério de ferro, de Minas para o Rio, planeja uma ferrovia com raios de curva e obras de arte próprias para o trem-bala japonês. É a do governo tecnocrático que, na feliz expressão do Deputado Roberto Campos, tem o mau hábito de "privatizar os lucros (e que lucros!) e socializar os prejuízos (e que prejuízos!)". É a do Estado socializante que, num país de 30 milhões de flagelados pela seca, paga à sua *Nomenklatura* nordestina alguns dos mais elevados salários de executivos e lhes oferece algumas das mais suntuosas mordomias do planeta. É a da Companhia Siderúrgica Nacional com a qual o país gastou, de 1985 a 1989 e em pura perda, 1,4 bilhões de dólares (*Veja*, 16.10.91). Ou a Cosipa, 2,3 bilhões o que, segundo essa revista, "daria para o programa do leite atender 19 milhões de crianças/ano". Ou Tubarão, 2 bilhões de dólares, o suficiente para despoluir o rio Tietê e a baía de Guanabara. Continuo: é a da própria população que, escarmentada por uma grave e inédita crise econômica, elevação de preços, desemprego, etc, em vez de trabalhar mais rigidamente, diverte-se com o calendário mais recheado de feriados da crônica internacional. E apimenta o ano com férias especiais para a Copa do Mundo, para o carnaval político-eleitoreiro, e para o próprio Carnaval, com C maiúsculo, do Rei Momo. Zé-povinho que, longe de investir nas ditas cadernetas, prefere dedicar-se a compras a crédito, consórcios e juros altos: televisões, geladeiras, até automóveis. E aplaude o governo do estado da Federação que realizou, como primeira obra simbólica de sua inépcia e sua demagogia, a construção do Sambódromo; e o governo de outro estado que se dedicou ao Memorial da América Latina. No Sambódromo, as escolas de samba do povaréu que está morrendo de fome (coitado!) irão gastar fortunas em extravagantes fantasias para desfilar em fevereiro próximo, no momento anual de glória dionisíaca. Rasguei a minha fantasia...

País do Carnaval. Quando terás prudência? Quando conhecerás a virtude da poupança? Quando serás um país sério e compreenderás que não há desenvolvimento e bem-estar econômico sem trabalho, sem sacrifício, moderação e aperto de cinto?

Um caminhão ou um ônibus está parado. O motor funciona e nenhum motorista está perto. O diesel se está desperdiçando. Podem estar certos de que se trata de um veículo de chapa branca ou de uma empresa estatal. Se pertencesse a um particular, com certeza haveria algum responsável para mandar desligar o motor. Uma observação banal como esta pode ser posta em confronto com o que escreveu Aristóteles, há mais de 2.300 anos. Diz o Estagirita em sua "*Política*": "O que de muitos é comum é aquilo que recebe o menor cuidado, porque os homens mais estimam o que é seu do que aquilo que possuem em comum com outros homens". Aristóteles prossegue. Ele explica que todo mundo é mais negligente com aquilo de que outros também têm responsabilidade, do que com aquilo que é de seu próprio interesse. Outros argumentos são apresentados pelo filósofo em favor do princípio que hoje chamaríamos de propriedade privada. Aristóteles estaria contrariando Platão, que propôs uma espécie de república utópica comunista, com o argumento de que a amizade entre os homens se dissolve quando deixa de ser particular, no âmbito da família ou de um pequeno círculo, para tornar-se universal. O reconhecimento do egoísmo como uma característica fundamental da mente humana pode ser deduzido dessas cogitações. As palavras do grego foram repetidas pelo italiano Santo Tomás de Aquino e se tornaram parte da tradição escolástica.

O que se pode hoje afirmar, à luz da experiência moderna, é que um sistema de propriedade privada é mais eficiente do que um sistema socialista, precisamente porque há menos desgaste e menos desperdício numa economia de mercado, já que cada indivíduo melhor provê, diretamente, a seu próprio interesse do que o Estado. A ruína que atinge atualmente o Estado brasileiro, como aliás a todos os países socialistas da Europa Oriental e do Terceiro Mundo, parece explicável à luz desse sentimento muito humano que faz com que cada um mais se empenhe pelo que é seu e de sua família, do que por aquilo que pertence a uma abstrata *res publica*.

Os economistas José Pastore e Hélio Zylberstajn fizeram uma pesquisa em que descobriram que, em 150 empresas estatais com 650 mil empregados, a folha de pagamento era relativamente 15 por cento maior do que na empresa privada. A imprensa e a TV têm, ultimamente, se dedicado com o maior afinco a ilustrar os vários casos de prodigioso desperdício que afeta o setor público de nossa sociedade. O esbanjamento, o malbarato

dos dinheiros públicos, o desaproveitamento das verbas por negligência ou fraude tornaram-se um alimento diário do noticiário. Mencionemos apenas alguns exemplos, em bilhões de dólares: o projeto nuclear (20 bilhões), em consequência do qual, dos 67 reatores planejados, mais do que na França e na Rússia, só sobrou um, em Angra dos Reis, cognominado o Vagalume (o segundo reator, Angra 2, quando for concluído, terá custado 5,3 bilhões de dólares, dos quais quase a metade como resultado da paralisação da construção: será a usina nuclear mais cara do mundo, para seu porte — *JT* 31.2.92); a Ferrovia do Aço (5 bilhões), com seus túneis e viadutos gigantescos, destinada a trazer o minério de ferro de Minas para o litoral, e que pode ser vista hoje, abandonada, perto de São João del Rey; e a Norte-Sul (2,5), que vai do Nada a Lugar Algum; o metrô de Belo Horizonte; a Açominas e outras siderúrgicas estatais, cujo patrimônio estimado é inferior ao débito incorrido no investimento de sua instalação; a Transamazônica, obra monumental do governo Médici e hoje reconquistada pela floresta; os CIEPs do Governador Brizola, repetidos agora pelo Presidente Collor; o submarino nuclear, o tanque Osório e o avião AM-X (este terá em 1992, dos cofres da União, uma soma de 45 milhões de dólares, mais do que estaria previsto para o reaparelhamento do exército); a política terceiro-mundista que emprestou dinheiro, *à fonds perdus*, a países comunistas (6 bilhões no mínimo, dos quais 3,5 só à Polônia), e incentivou os árabes a criarem a OPEP e provocarem a crise do petróleo por força do falso princípio da deterioração das relações de troca (96 bilhões de importações de petróleo, a preços extorsivos, em menos de 20 anos, foi o nosso custo).

Mais sério é o desperdício na área da saúde, educação e alimentação popular. Segundo um estudo do Banco Mundial (*JT*, outubro 1989), de cada 100 cruzeiros que o Ministério da Educação distribui para o Nordeste, apenas 52 centavos chegam às salas de aula, o que entre outras coisas explicaria o alto índice de analfabetismo naquela região do país. Acrescentemos os desperdícios com os alimentos do pobre, a serem distribuídos pelo Estado que, na COBAL e em outros armazéns do Ministério da Agricultura, apodrecem — assim repetindo a experiência da ex-URSS que, possuindo a área agrícola mais vasta e fértil do planeta, se encontra hoje à beira da fome por obra e graça do socialismo científico; e o abandono das estradas de rodagem que estragam os veículos e causam acidentes. Um exemplo simbólico é o do Palácio Dória-Pamphili, em Roma, que possui 140 quartos e salas e abriga, ostentatoriamente, a embaixada da *Nomenklatura* de um país pobre, inflacionário e endividado. Ao visitá-lo, o político, empresário e poeta Augusto Frederico Schmidt, embora

então conselheiro e mentor do regime, proferiu o veredicto antológico: "É, precisamos agora arranjar um país para tanta embaixada..."

Os sistemas de informática, adquiridos pelos vários governos, também registam um prodigioso desperdício. É o caso no Itamaraty, informatizado há alguns anos, o primeiro ministério a assim agir. E também o computador Rockwell-Aerospace da Secretaria de Segurança de São Paulo, para arquivar e pesquisar impressões digitais (segundo o *Jornal da Tarde*, de 27.12.91, o governo do estado de São Paulo não mantém controle sobre seu sistema, distribuído entre vários órgãos como a Companhia de Processamento de Dados e o Conselho Estadual de Informática). Trinta mil microcomputadores estariam à disposição do estado paulista. O mesmo no Rio de Janeiro, onde existe um sistema à disposição do Detran, para regular o tráfego, inutilizado há anos. A lista seria interminável.

De todos os desperdícios talvez o maior seja o da Previdência. O "rombo" na instituição e o aumento de 147 por cento nos benefícios dos aposentados foram, em fins de 1991, dois assuntos prediletos das manchetes, da telinha e dos debates no Congresso. O governo alega que a Previdência está falida. O INSS emprega, entretanto, 190 mil funcionários com os quais gasta por volta de 800 milhões de dólares por ano (*ESP*, 12.1.92); desperdiça outras centenas de milhões em propriedades imobiliárias alugadas a preços de banana; e é vítima das mais extraordinárias e impunes fraudes — mal sobrando grana para pagamento de cerca de 9 bilhões de dólares a 13 milhões de beneficiários. Um milhão de servidores públicos inativos, na área federal, recebem cerca de US$800 milhões por mês, ou seja, aproximadamente 10 bilhões de dólares por ano, restando apenas 37,3 por cento para os inativos do setor privado, 12 milhões de aposentados ao todo.

Mas vejam o seguinte: o recenseamento de 1991 demonstrou que o índice de aumento populacional caiu de 2,4 para 1,9 por cento, de 1980 para 1991. A expectativa média de vida do brasileiro está subindo. A queda do índice de crescimento demográfico e o acréscimo na expectativa de vida resultam em um maior número de velhos. Isso significa um número crescente de aposentados, a serem mantidos por aqueles que trabalham e contribuem para a Previdência. Justamente nessa situação, os constituintes houveram por bem, irracionalmente, reduzir a idade da aposentadoria e permitir a aposentadoria por tempo de serviço — o que quer dizer, agravando o desequilíbrio de todo o sistema de seguridade social. Quem paga tudo isso? Há 50 anos, um candidato situacionista à Presidência da República, José Américo, afirmava que sabia onde estava o dinheiro. Eu também sei: está no meu bolso e no seu, caro leitor...

Num livro intitulado *Psicologia do Subdesenvolvimento* (APEC 1972), referi-me ao Hospital das Clínicas na ilha do Fundão, no Rio de Janeiro, que devia ser "o maior hospital do mundo". Vinte anos depois ele permanece, em sua maior parte, uma carcaça de concreto inútil. Enquanto isso, outros hospitais públicos não podem, no Rio, receber novos doentes pobres por falta de espaço. Outros exemplos poderiam ser alinhados no âmbito federal, estadual e municipal. De qualquer forma acentuaríamos que a opinião pública já parece se haver convencido da necessidade de privatização de estatais e desregulamentação da economia por força da maior eficiência (o que quer dizer, menor desgaste) do setor privado. Até o Jeca Tatu ignorante já se convenceu que um médico particular, pago, é melhor do que um médico de um hospital do INAMPS. De todos os desperdícios, evidentemente, o mais clamoroso e escandaloso é o da própria administração pública. Haverá alguma dúvida sobre onde estão sendo desbaratadas as forças vivas da nação?

A burocracia é, em sua essência, ineficiente e levada ao desperdício. É sabido que a maior parte dos 40 ou 50 impostos e taxas que recaem sobre o infeliz contribuinte mais custam para serem arrecadados do que a renda final que produzem para o Tesouro. Lembro-me ainda de uma famosa estampilha de Saúde e Educação que, já lá se vão uns 30 ou 40 anos, era colada e inutilizada em todos os recibos. Seu valor nominal era inferior ao do papel e cola com que era manufaturado. O outro dia recebi meu Pasep como aposentado da UnB: o montante que me favoreceu é certamente inferior à despesa com os funcionários administrativos e bancários que prepararam a coleta do benefício. O processo de arrecadação de tudo isso é contraproducente, mas teremos realmente uma reforma fiscal? Também recebi da Companhia de Eletricidade de Brasília um ofício me informando, solenemente, que fui agraciado com a soma de Cr$ 45,00 (quarenta e cinco cruzeiros) a título de dividendos pelo investimento compulsório que realizei na CEB, no momento da instalação da rede elétrica no setor de Brasília onde resido. O lucro ridículo de meu capital investido é certamente infinitesimal quando comparado às despesas da companhia para recolher, comunicar-me e pagar esses dividendos.

Num recente colóquio em Teresópolis, promovido pelo Instituto Liberal e o *Liberty Fund*, americano, para o qual tive a honra de ser convidado, todos os participantes, brasileiros e estrangeiros, insistiram sobre a associação entre poder estatal, corrupção e desperdício. Sobre o tema discorreu, entre outros, Donald Stewart, empresário e fundador do IL. O desperdício resulta da corrupção do poder, revelando a incapacidade gerencial do Estado.

Se o fenômeno do desperdício exorbitante da Coisa Pública é universal, está ele sendo agravado, em nosso país, por um traço cultural especial. Somos irresponsáveis, displicentes, até mesmo com nossa própria vida. Sofremos os maiores índices de acidentes de trabalho e de trânsito no mundo, dez vezes em média os dos americanos. O desperdício da vida se agrava com a displicência com que a população reproduz e abandona os frutos de seus amores transitórios: 300 mil crianças mortas por ano, dois milhões de abortos ilícitos e alguns milhões de menores abandonados. O Estado não só não distribui informação sobre controle da natalidade à população carente, mas mantém uma legislação natalista e, pela boca de sucessivos ministros da Saúde, condena a contenção demográfica. Imprudência, falta de cuidado, desatenção, irresponsabilidade, tudo isso é resultado de uma disciplina mental subdesenvolvida. O vício é mais dramático quando o objeto da atenção é o Outro, desconhecido, ou quando a propriedade é pública. Então, ninguém liga. A Coisa Pública é indiferente e as leis, para ela, nada valem.

42. SÃO PAULO E A LIVRE INICIATIVA*

Considerai o seguinte: o Estado desempenha, em nosso país, um papel preponderante, mais forte do que o da própria sociedade e isso antes mesmo de o Brasil haver sido descoberto. Pelo Tratado de Tordesilhas, de 1494, o país passou a pertencer à coroa lusitana quando problemática ainda era sua própria existência concreta. O Estado brasileiro, em outras palavras, existe antes mesmo do Brasil. Vale lembrar a famosa observação do rei da França, Francisco I, de que desconhecia a cláusula do testamento de Adão dividindo o mundo entre seus primos de Portugal e Castela.

Posteriormente à viagem de Cabral, um almirante que comandava uma esquadra equipada pela coroa portuguesa com objetivos mercantilistas, houve uma tentativa fracassada de aqui estabelecer o regime feudal das capitanias hereditárias. Desde Alexandre Herculano, contudo, se considera que o feudalismo jamais vingou coerentemente em Portugal. Antes de qualquer outra nação da Europa Ocidental, a monarquia portuguesa, sob a gloriosa Casa de Aviz, centralizou todo o poder e suprimiu quaisquer veleidades de autonomia por parte dos grandes se-

---

(*) *JT* em 09.12.91

nhores da nobreza territorial. O estabelecimento do governo geral em Salvador confirmou o traslado, para os novos territórios da América Meridional, do sistema do Estado forte, patrimonialista e centralizador, mercantilista e autoritário. É esse Estado burocrático que caracteriza a história de Portugal — típico, mais distintamente ainda, da Espanha bem como a das nações subdesenvolvidas que lhes herdaram o império nas Américas. Sabemos também que, no século XVIII, Pombal nada mais realizou do que a tentativa de modernizar e reforçar esse sistema caduco, o enriquecendo com o mercantilismo estatal. Foi sob sua influência perene que alcançamos a independência.

Considerai agora mais duas circunstâncias históricas pertinentes a nosso argumento. A primeira é que a colonização holandesa e inglesa não seguiu, de modo algum, o mesmo método. Os ingleses, que fundaram as 13 colônias da América do Norte, núcleo dos futuros Estados Unidos, atravessaram o Atlântico por pura iniciativa individual. Os padres peregrinos eram dissidentes. Não queriam nem ouvir falar em governo. Opositores deste ou daquele regime dominante na metrópole, sempre estavam fugindo do poder estatal. Ciosos de sua independência, odiavam qualquer intervenção de Londres e assim se preparavam para o exercício do *self-government*. Esse pendor austero pela liberdade (e seu corolário de igualdade perante a lei), *contra* o poder do Estado, culminou em 1776 com a Declaração de Independência, seguida de uma guerra, a qual deu à luz uma nova forma de organização social e política em que os cidadãos têm prioridade sobre o Estado. A colonização inglesa e holandesa, nas Índias Orientais e na América (Índias Ocidentais), inclusive na Austrália e Canadá, se fez através de "companhias" que, embora oligárquicas e sustentadas pela coroa, se orgulhavam de sua autonomia decisória. A Índia só foi oficialmente incorporada à coroa britânica em meados do século XIX. Um grande contraste com o sistema ibérico e francês de colonização — contraste que se manifesta hoje pelo considerável desenvolvimento industrial, social e político das nações anglófonas em comparação com o subdesenvolvimento das de língua portuguesa, espanhola e francesa.

À guisa de comprovação interessante do que estou avançando, acrescente-se que a pequena Costa Rica, na América Central, é o paradigma da democracia na América Latina exatamente pelos seguintes motivos: os pobres camponeses espanhóis, que se estabeleceram na meseta costarriquenha por volta do século XVIII, foram abandonados pelo vice-reinado do México e o governo geral da Guatemala, em virtude da miséria e da distância a que se encontravam. Assim isolados, não sofreram o peso da prepotência e incompetência dos burocratas de Castela. Não tiveram outro remédio senão trabalhar para não morrer de fome.

pois eram pobres demais para possuir escravos. Também na ausência de governantes soberbos e preguiçosos foram obrigados a se preparar para o autogoverno. Embora desprovida de recursos naturais, possui hoje a pequena Costa Rica uma das mais altas rendas *per capita* do Continente, três vezes superior à de Cuba, com índices sociais também invejáveis e comparáveis aos da Europa Ocidental.

O terceiro ponto que desejo salientar é que, no Brasil, uma única província não sofreu a pressão esmagadora do Estado: São Paulo. As Bandeiras paulistas configuram a única e gigantesca exceção histórica ao poder avassalador do soberano. Desde o princípio. As lutas contra os emboabas, a descoberta das Minas Gerais, a Inconfidência e a conquista do vasto território para além da linha de Tordesilhas representam episódios salientes da heróica iniciativa privada, na tentativa de libertar-nos das cadeias do absolutismo patrimonialista lusitano. Durante o Império, São Paulo começou a se destacar no desenvolvimento da nação, mercê, precisamente, do liberalismo esclarecido que se procurava firmar sob a égide de um poder monárquico moderador e tolerante. Com a República, teve São Paulo de enfrentar o arcaísmo patrimonialista de Minas e do Nordeste, de um lado; e o autoritarismo de índole caudilhesca, temperado pela ideologia positivista ditatorial (Castilhos, Borges de Medeiros, Pinheiro Machado) do Rio Grande do Sul, do outro. Depois de 1930, piorou a situação. Perdeu São Paulo a liderança, diante do populismo demagógico de Getúlio Vargas e seus herdeiros. Hoje, o estado possui 30 milhões de habitantes, 50 por cento do PIB nacional e uma renda *per capita* de seis mil dólares, uma das mais elevadas do Continente: é a terceira unidade mais importante da América Latina, depois do próprio Brasil e do México, mas na frente da Argentina e da Venezuela. Isso representa o grande triunfo da iniciativa privada e da indústria capitalista. E seu impacto se estende pelo sul de Goiás, o Triângulo Mineiro, o sul de Minas, Mato Grosso, Rondônia e o norte do Paraná. O resto do Paraná, Santa Catarina e o norte do Rio Grande do Sul igualmente prosperaram graças à iniciativa privada de imigrantes alemães, italianos e de outras nacionalidades européias. De qualquer forma, continua São Paulo a ser a locomotiva que puxa os 21 vagões, não direi vazios, mas atrelados um atrás do outro ao monstro do dinossauro burocrático social-estatizante.

A população paulista votou, a 15 de novembro de 1990, pela permanência daqueles que não sabem distinguir entre o interesse privado e o interesse público: a sua própria *famiglia* mafiosa. Foi uma pena. Poderia se haver manifestado por Antônio Ermírio de Moraes que personifica esse estupendo impulso individual — e é a prova do que poderá ser o Brasil se liquidar com o dinossauro!

Sempre acreditei e continuo insistindo que não existe melhor tratamento para o pessimismo nacional do que uma viagem pelo interior de São Paulo. O mesmo se pode dizer, aliás, de uma excursão pelo Paraná, pela área de colonização alemã em Santa Catarina ou pelo norte do Rio Grande do Sul. A primeira vez que essa impressão se me gravou na memória ocorreu há mais de 20 anos: numa viagem que fiz de automóvel de Brasília a São Paulo, percorrendo durante horas os descampados e cerrados do sul de Goiás e do Triângulo Mineiro, então praticamente desabitados, e, subitamente, detrás de uma depressão na paisagem, encontrando um outro país, um mundo diferente, um Primeiro Mundo. Era a travessia do Rio Grande, logo adiante de Uberaba. E a visão de uma paisagem fertilíssima, tudo cultura verde claro de cana, chaminés de usina, auto-estradas bem asfaltadas, prósperas vilas e cidades, e todos os sinais exteriores de riqueza. Hoje, não é tão ofuscante o contraste: a área ao sul de Brasília e o "nariz" ocidental de Minas conhecem um enorme desenvolvimento e percorre-se centenas de quilômetros de grandes fazendas e projetos de reflorestamento. Mesmo assim, é fácil notar que o noroeste de São Paulo representa uma zona privilegiada e um paradigma para o desenvolvimento do país.

Saliento especialmente a região de Ribeirão Preto onde geralmente me detenho no estafante automobilismo, para passar a noite com um casal amigo.

Essa que é a chamada Califórnia brasileira merece, de fato, uma referência especial. Dois pontos são, a meu ver, relevantes na apreciação do que seja a área de influência de Ribeirão, com seus 80 municípios circundantes, uma população de três milhões e um PIB de 17 bilhões de dólares. O primeiro diz respeito à circunstância que a fortuna da região foi feita exclusivamente na base da agro-pecuária. São José dos Campos talvez possua maior renda *per capita*. Mas é uma cidade eminentemente industrial, com grandes multinacionais estrangeiras e várias importantes estatais ou empresas subsidiadas. Ribeirão, ao contrário, levantou-se como capital do café, no grande *rush* de 1886-97. Diversificou-se, posteriormente, com pecuária, soja, laranja e sobretudo cana. A indústria emergiu da agricultura e o setor terciário, por sua vez, representa hoje 55 por cento da atividade produtiva da região que, mesmo na "década perdida", manteve o índice médio de crescimento de 3,6 por cento a.a. Nesse sentido, a área de Ribeirão demonstra que, do mesmo modo como a Argentina entre 1870 e 1930, e como a Austrália (cuja renda *per*

capita supera os 15 mil dólares), pode o crescimento econômico de uma nação ser realizado na vanguarda da produção agropecuária.

O segundo ponto que desejo salientar é que o crescimento monumental de Ribeirão e de seu *hinterland* se realizou pela iniciativa privada. Se a renda atual *per capita* da população é de US$ 6,000 e seu PIB superior ao de seis países sul-americanos (Uruguai, Paraguai, Bolívia, Equador, Suriname e Guiana) e ao de todos os da América Central e Caribe, foi graças ao esforço livre de fazendeiros e empresários, quase todos brasileiros. Por isso considero a região um modelo para a nação. Quando o sentimento de *spleen* e o baixo-astral nos corrói, o exemplo de Ribeirão demonstra que é possível superar os determinismos astrológicos — eis que, como no *Júlio César* nos propõe Shakespeare:

The fault, dear Brutus, is not in our stars
... that we are underlings.

Se adquirirmos a consciência que "a culpa é nossa" se somos subdesenvolvidos, e que ela não cabe a estrelas, duendes e bodes expiatórios estrangeiros — concluiremos que não precisamos do Estado para progredir, mas, exatamente, dele nos livrar. O paternalismo estatal é o que mata... Ribeirão está na tradição das Bandeiras, o único episódio na época colonial de uma iniciativa estritamente privada e feita à revelia do Estado. Eis o paradigma.

43. PINGENTES, PENETRAS E PARASITAS*

Salientou Hobbes o papel dos instintos predatórios e defensivos, o antagonismo entre os homens. Locke procurou desenvolver sua tese contratualista a partir de uma situação de guerra para uma situação de paz em que assegurada fosse a propriedade. Como acentua James Buchanan em *The Limits of Liberty, Between Anarchy and Leviathan*, o grau até o qual uma comunidade de indivíduos está pronta a trocar as liberdades que permanecem, mesmo na situação hobbesiana, pela estabilidade prometida por regimes autoritários, com vários graus de restrição, depende da selvageria reinante nessa floresta mato-grossense que é a sociedade, no valor que deposita na ordem social, nos custos da imposição da ordem e em outros fatores que reforçam o Estado. É o que Buchanan discute na obra acima citada.

(*) *JT* em 06.11.89

Os moralistas do século XVIII, Hume, Mandeville, Montesquieu, Adam Smith, descobriram que homens racionais preferem alcançar seus objetivos pelo respeito às leis contratuais de um mercado honesto, antes do que pela violência e a astúcia — pela violência de um tigre e a astúcia de uma raposa que Maquiavel propunha como técnicas favoritas do seu príncipe soberano. Benjamin Franklin diria que a honestidade é a melhor política.

Mas surge aí uma questão da mais alta relevância: há indivíduos que se aproveitam, em benefício próprio, das vantagens do mercado social, sem participarem de seus custos. Em outras palavras, reivindicam direitos, sem arcar com os deveres. São os que Buchanan chama os *free-riders*, os penetras, caronas ou pingentes: entram no veículo mas não pagam passagem... A comunidade em que o jornal é oferecido à compra honesta do transeunte, sem a guarda de qualquer jornaleiro, é uma comunidade mais próspera do que aquela em que, se o jornal fosse oferecido na banca sem qualquer jornaleiro para receber o preço da folha, seria invariavelmente roubado. É também mais próspera do que uma comunidade em que existem jornaleiros para vender os jornais, a fim de que não sejam roubados. Os marxistas, pondo como sempre a carroça antes dos bois, argumentam que a honestidade pública só existe numa comunidade próspera, naquela em que não prevalece o conceito de propriedade e em que todos os cidadãos são igualmente abastados. Nos países da Europa Oriental, entretanto, sempre havia jornaleiros para venderem os jornais que eram todos do Estado, isto é, da comunidade. A propriedade pública, por ser do Estado, era menos assegurada contra a destruição. Nas pequenas cidades americanas ou da Europa nórdica, ao contrário, cada qual pega a sua folha e deixa na caixinha a soma correspondente ao preço, sem necessidade de a transação ser controlada por um jornaleiro. Eu acredito que os países latinos são menos prósperos e desenvolvidos do que os países nórdicos precisamente porque menos estrita e convincente é a moral pública: o povo que arrebenta o orelhão do telefone público, que quebra o vidro e arranca o estofo do vagão da estrada de ferro onde viaja, que suja o lavatório público, que tranca a sete chaves as portas de sua casa por receio de assaltantes, que necessita da presença constante de um policial para que as leis do tráfego sejam respeitadas, é um povo subdesenvolvido. O problema sociológico crucial é descobrir os motivos da honestidade coletiva de uns e da desonestidade geral dos outros. É um problema psicossocial que nunca, até hoje, recebeu tratamento satisfatório, nem respostas adequadas. Um mistério, em suma.

As regras de mercado funcionam numa sociedade livre e honesta porque recebem apoio unânime e são unanimemente respeitadas. Os pingentes, caronas e penetras são raros ou inexistentes. O subdesenvolvimento se caracteriza pela presença de um número excessivo de tais parasitas. Se aceitarmos a tese de que ladrões e vigaristas existem em qualquer sociedade, dado o caráter fundamentalmente egoísta do ser humano — existem mesmo em sociedades altamente disciplinadas como a nipônica, a alemã, a britânica e a escandinava — concluiremos que o número excessivo de caronas torna ineficiente o funcionamento do mercado. A sociedade *policiada* é aquela que é capaz de coibir, punir ou excluir o tipo de ineficiência criado pelo comportamento associal do carona ou do penetra, graças à simples pressão moral exercida pela opinião pública crítica. Quando essa opinião pública, controladora do comportamento individual, não é suficientemente poderosa, o recurso é a violência ostensiva, isto é, o exercício da força legítima que impõe hobbesianamente o temor do castigo. As sociedades mais adiantadas e civilizadas *são sociedades discretamente policiais*. Um bom exemplo é o da Suíça. Há uma "afinidade eletiva" entre o caráter honesto e seguro do mercado, numa sociedade desenvolvida civilizada, e o alto padrão de bem-estar de uma tal sociedade, o que pode ser imediatamente comprovado, ao contrário, pela falta de segurança reinante nas comunidades em transição.

Como outros moralistas em teoria econômica, estuda Buchanan os motivos pelos quais muitas pessoas aceitam, voluntariamente, as inibições de comportamento numa sociedade livre, não por temor do castigo, mas por vontade de observância genuína e espontânea das regras. A aceitação mútua dos direitos de propriedade de cada um, ou seja, a segurança contra o roubo, o assalto e a vigarice, faz parte de um acordo preliminar de desarmamento que integra o contrato social, mas essa aceitação pode falhar em casos de tensão que desestabilizam a tranquilidade social. A revolução industrial provoca violenta instabilidade e pode romper as regras de comportamento social honesto. Fê-lo nos EUA e está causando o mesmo resultado no Brasil. Antigamente, podia-se andar na rua do Ouvidor, do Rio de Janeiro, ou no Triângulo do centro de São Paulo, carregando ostensivamente um maço enorme de notas de dinheiro, e nada ocorria. Assaltos eram desconhecidos. Só podemos compreender a transformação do comportamento, numa sociedade como a nossa em que agora o sequestro, o assalto a banco, o latrocínio, o roubo do descuidista e a corrupção na esfera pública se tornaram banais, pela presença de tensões e instabilidades resultantes do esfacelamento da moral na revolução industrial. Esse argumento não

justifica o que se passa, ele apenas oferece uma explicação superficial da mudança de comportamento. O problema fundamental do comportamento coletivo honesto permanece um enigma.

Na concepção liberal-conservadora do Estado, vale repetir, sua função é apenas de proteção da ordem pública. Na concepção socialista, o Estado também deve produzir algo em benefício dos menos favorecidos. A distinção entre o Estado protetor e o Estado produtor (Buchanan, *opus cit.*, pág. 68) configura todo o debate político contemporâneo — com tendência cada vez mais sensível ao triunfo do primeiro ponto de vista. Vejam também sobre o tema a obra de José Guilherme Merquior sobre o Liberalismo. As idéias de Merquior influenciaram o presidente Collor que lhe plagiou o conceito, aliás superficial, medíocre e contraditório, de "liberalismo social".

44. AS POLONETAS REVISITADAS

Em 1983 prestei depoimento perante Comissões de Inquérito do Senado e da Câmara, no caso que havia então adquirido certa notoriedade sob o título de *Polonetas*. Um caso que apresento qual experiência típica de como funciona o Estado patrimonialista brasileiro. Tratava-se da questão levantada pelo débito da Polônia, já então considerável e que atinge hoje a cerca de 3,5 bilhões de dólares. Uma consequência das vicissitudes do comércio vinculado entre os dois países. A dívida acumulou-se principalmente nos anos de 1980 e 1981, período em que servi como embaixador em Varsóvia. Resultara da incapacidade da Polônia de, conforme previsto em acordos de *clearing*, nos fornecer carvão e outras mercadorias, enquanto continuava o Brasil, contra meu expresso parecer como titular do posto, a para ela exportar minério de ferro, soja, café e manufaturados, a crédito subsidiado. A crise econômica em que já se debatia aquele país, concomitante ao aparecimento do sindicato Solidariedade em conflito com o sistema comunista, privou-o da possibilidade de tal fornecimento. O agravamento posterior de tal situação também impediu o governo polonês de pagar, durante todos esses anos, os juros da dívida, que se acumularam.

Em meados de 19[illegible], desgostoso com o andamento dessa triste questão e diante da inutilidade de meus apelos ao Itamaraty no sentido de interromper o inconcebível negócio, pedi aposentadoria. Já contava, aliás, com 43 anos de serviço: estava farto... Em 1982, a publicação pelo *O Estado de São Paulo* da fotografia de uma das notas promissórias, firmadas pelo banco

polonês *Handlowy*, foi o estopim do que se transformou em escândalo, envolvendo altas autoridades da Secretaria de Planejamento e uma *trading* privada que acumulara lucros consideráveis à custa de nosso Tesouro. O texto da promissória era interessante. Consistia numa versão original do velho ditado "devo, não nego, pagarei quando puder". A fórmula adotada naquele documento em inglês era ainda mais curiosa, pois o verbo utilizado no sentido de "dispor" (da soma necessária para o pagamento) — *dispose* — não tem o mesmo sentido nessa língua do que em português. Nem existe tampouco, em polonês, verbo equivalente que possa ser erradamente traduzido dessa maneira. Isso me levou a suspeitar que a fórmula esdrúxula da promissória havia sido inventada por um funcionário brasileiro, *para tirar seu colega polaco do embaraço* — colega na malandragem, digo eu... Durante alguns meses, figurou o assunto nas primeiras páginas do *ESP* e de outros jornais, inclusive do *Jornal do Brasil*. Desde logo estava eu convencido que os inquéritos não iam dar em nada. Foi o que aconteceu. Em março de 1991, finalmente, concordou o Brasil, no Clube de Paris, em perdoar a metade da dívida polonesa ("por uma questão de realismo político", segundo explicou o Itamaraty). Acontece que os demais credores da Polônia possuem motivos políticos ponderáveis para a generosidade do perdão. O Brasil, não. Sempre considerei um absurdo que um país em desenvolvimento, "capitalista", sofrendo de graves problemas econômicos, houvesse estendido créditos subsidiados tão consideráveis a um comunista europeu, mal governado, já altamente industrializado e na bancarrota.

Na minha interpretação, o "escândalo" tinha três causas concorrentes. A primeira, a desordem, incoerência e falta de coordenação de uma política de comércio exterior conduzida por várias estatais, com propósitos divergentes; a segunda, o vezo ideológico esquerdista que contamina o Itamaraty; e a terceira, simplesmente, corrupção...

O inquérito policial que se seguiu à CPI foi encerrado "por falta de provas". Mas o que se pode "provar", de fato, num caso como este? Lembrei-me então de uma velha anedota do português a quem o amigo insistia que sua mulher o estava enganando. O homem não queria acreditar: confiava na honestidade de sua cara-metade. Mas o amigo o informou que ela se encontraria com o amante em tal dia, a tantas horas, em tal hotel. O marido atendeu ao aviso. Reservou discretamente um quarto ao lado, no hotel indicado. Esperou. Ouviu chegar a mulher e o rival. Observou pelo buraco da fechadura as atividades amorosas de ambos, que se beijavam, que se despiam, mas... eis que o buraco da fechadura não permitia alcançar a cama. Que dúvida cruel!

VI.
SOBRE A SÍNDROME DA DEFICIÊNCIA IMUNOLÓGICA ADQUIRIDA À IDEOLOGIA

45. "SUBDESENVOLVIMENTO É FOGO!"*

A frase é de meu amigo, Dr. Paulo Pimenta de Mello. Conversando em Ribeirão Preto com esse sábio, erudito e voltairiano observador das coisas do país, chegamos à conclusão que o presente momento nacional oferece um quadro demonstrativo estupendo do subdesenvolvimento que caracteriza nossa vida intelectual e política. Entretanto, não se pode falar em subdesenvolvimento nessa admirável paisagem de atividade, dinamismo e progresso que cobre toda a área do norte paulista. São Paulo é uma nação diferente. Sua renda *per capita*, entre cinco e seis mil dólares, coloca o estado em pé de quase igualdade com os países adiantados da Europa Ocidental e da América do Norte. Com seus 30 milhões de habitantes, é hoje São Paulo o terceiro país mais populoso da América Latina, e o mais rico, o mais industrializado, o mais moderno. Representa também, como já notamos, o mais espetacular sucesso da iniciativa privada.

O subdesenvolvimento não é pois um produto da iniciativa privada mas do Estado burocrático. Ele é teimosamente mantido pelo fenômeno curioso, peculiar ao Brasil e ao resto da América Latina, da aliança das elites intelectuais com o sistema de clientelismo patrimonialista. É a "intelectuária" brasileira quem legitimou esse Estado obsoleto. É ela que contribui para o atraso mental, a própria essência do subdesenvolvimento. Justificado, outrora, pelo iluminismo racionalista que sustentou os "déspotas esclarecidos" (1964 foi a última manifestação do fenômeno

(*) *JT* em 04.08.86

no Brasil), o Estado autoritário e centralizador subdesenvolvido foi "atualizado" no momento da proclamação da República pelo positivismo (de Júlio de Castilhos e Benjamin Constant Botelho de Magalhães a Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Brizola). Hoje, é ele legitimado pela esquerda marxista e a direita nacionalista. Essa intelectuária consegue manter seu poder falacioso de convicção, invocando justamente os *slogans* de libertação, de progresso, de justiça e direitos humanos — tudo aquilo que, quando no poder, viola e maltrata.

O subdesenvolvimento é fogo precisamente na mentalidade daqueles que se recusam a perceber a realidade. Com tristeza reconheço na Igreja um dos obstáculos mais teimosos à necessária "conscientização" dos brasileiros sobre as verdadeiras causas da pobreza, da ignorância, moléstia e atraso do país — causas mentais, causas culturais, causas morais, causas associadas todas ao papel paternalista e "matriarcal" do Estado. Vejam a carta infeliz que S.S. o Papa, em 1986, enviou aos bispos brasileiros, a propósito da famigerada teratologia da libertação. Nesse documento, que se seguiu ao Sínodo de Roma, João Paulo II condenou "o capitalismo desenfreado, o coletivismo e o capitalismo de Estado". Por que o uso do termo "coletivismo" quando a palavra exata seria "socialismo" ou, melhor, "nacional-socialismo"? Por que o ataque ao capitalismo quando foi, precisamente, o capitalismo que permitiu a São Paulo melhor resolver o problema da pobreza do que os estados que permaneceram amarrados à velha estrutura do regime patrimonialista social-estatizante? O que é esse famoso "capitalismo de Estado" senão, justamente, a forma moderna, centralizadora e inepta, do velho mercantilismo? Por que a repugnância em usar o termo correto para o mal: *socialismo*? Por que pôr a culpa em cima dos capitalistas por um estado de coisas que tem sua origem histórica na aliança espúria e perversa entre a Igreja católica pós-tridentina e a oligarquia que serve o Absolutismo patrimonialista, dominante no Brasil pelo menos desde os tempos do Marquês de Pombal? Sua Santidade devia se enfronhar um pouco em economia, em história do Brasil e em filosofia política...

Como exemplo clamoroso da enorme farsa que mantém nosso país no subdesenvolvimento podemos destacar uma entrevista de Marilena Chauí na revista *Veja* (de 9.7.1986). A professora da USP foi ali proclamada "a mais brilhante filósofa do país"! É um desacato a todas as mulheres brasileiras! Com o pernosticismo próprio de sua herança genética, a filósofa do PT desandou a pontificar *ex-cathedra* sobre os problemas do país, despejando incoerências com a maior sem-cerimônia e desmentindo a informação de que teria passado 15 anos pesquisando Spinoza: certa-

mente não recolheu do tímido pensador sefardita de Amsterdam nem o gênio, nem a racionalidade, nem o bom senso... Chauí foi sem dúvida traumatizada por sua experiência durante os *événements* de maio 1968, em Paris. Ainda não conseguiu superar o choque desse famoso *happening* romântico-erótico-anárquico-dionisíaco. Não se esqueceu das surubas na Sorbonne e dos entreveros com a polícia nas "Barricadas do Desejo", entre o *boulevard* Saint-Michel e o Saint-Germain. Por isso ainda "tem cólera, muita cólera". Os baderneiros de 1968 eram anarquistas. Mas a Chauí não sabe se decidir entre a exaltação do Estado, implícita na proposta socialista do PT, e a condenação de toda autoridade estatal, mais coerente com o *chienlit* parisiense. Ela denuncia a estrutura patrimonialista do Estado brasileiro e corretamente acentua que "o Brasil é governado por um sistema de troca de favores e criação de clientela". Lamenta o paternalismo estatal "que torna possível o populismo, a ditadura e até o fascismo". Muito bem. E conclui: "a população acredita que o Estado deve ser provedor, cuidar de tudo, cabendo a ela ficar numa posição de passividade". Mas não é essa, precisamente, a receita do "socialismo" trotskista que inspira seu partido? A Chauí manifesta sua desilusão com a democracia. Detrás da cortina de fumaça das críticas ao estado de coisas, percebe-se *a libido dominandi* dessa intelectuária, sôfrega por ocupar os lugares da burocracia, hoje monopolizados pelos políticos profissionais. Uma ambição típica do *lumpenproletariat* intelectual que dirige o PT. Na verdade, o que desejam esses *philosophes* incoerentes, é preservar o subdesenvolvimento. Esse pessoal é fogo mesmo...

46. DEMOCRATISMO E LIBERALISMO*

No grupo de professores de filosofia política, do qual participo na Sociedade Tocqueville, apreciamos o uso do termo *democratismo* para designar a ideologia que, em oposição ao liberalismo, se consolidou na sociedade brasileira na trilha da cultura política difusa, herdada do patrimonialismo cartorialista português. O termo é particularmente caro aos Professores Antônio Paim, Ubiratan Macedo e Ricardo Vélez Rodriguez. O contraste entre liberalismo e democratismo surge, na realidade, na própria obra de Tocqueville que, sem usar a expressão "democratismo",

(*) *JT* em 06.08.90

salienta a terrível confusão provocada pela Revolução Francesa entre liberdade e democracia. Acredito que o democratismo consiste, simplesmente, na versão política do movimento romântico surgido em fins do século XVIII e florescendo no século XIX, por influência sobretudo de Rousseau e dos poetas alemães, franceses e ingleses.

Formou-se o liberalismo, em nosso país, como conquista lenta, gradual, sempre vulnerável, através da incipiente experiência parlamentar do Império. Com a República, porém, prosperou sob diversas formas a doutrina de Rousseau de um democratismo autoritário que privilegia a noção de "Vontade Geral". O positivismo comtiano, o integralismo conservador e católico, o corporativismo fascista, o nacionalismo tupiniquim e o socialismo marxista combinaram-se, numa macedônia indigesta, para construir o edifício barroco do que chamo a Ideologia Brasileira. O processo se desenvolveu no contexto do Estado patrimonialista, mercantilista, clientelista e burocrático.

Recentemente, um de meus colegas na Sociedade Tocqueville, Selvino Antônio Malfatti, professor na Universidade de Santa Maria, estudou em Lisboa a gênese do democratismo na cultura luso-brasileira. Malfatti refere-se ao historiador português Joel Serrão (†1832) que talvez tenha sido o primeiro a usar o termo. Mas o historiador François Furet, em sua obra sobre a Revolução Francesa também qualifica de democratismo as propostas políticas de Rousseau. No movimento que pretendia a substituição da monarquia absolutista pela constitucional e que provocou a guerra civil entre os partidários de D. Miguel e os que seguiam o liberalismo de D. Pedro IV (nosso Pedro I), com suas sequelas no correr do século XIX, nota-se a emergência gradativa, não de uma dicotomia entre esquerda e direita, mas de uma divisão tripartite em que se destacam a tendência conservadora absolutista, à direita, a liberal constitucionalista, no centro, e o "democratismo" revolucionário à esquerda.

Ao final de seu estudo sobre a história portuguesa daquela época, propõe Malfatti a seguinte definição do democratismo: 1) ele é revolucionário, se inspira em Rousseau e na Revolução Francesa; 2) tem como base de sustentação política as massas, dirigidas por agitadores intelectuais; 3) deseja a unanimidade de pensar; 4) seu caráter unitário tem como consequência o exclusivismo (o que hoje chamaríamos o "patrulhamento" ideológico); 5) para ele, é a opinião pública o resultado da ação exercida pelos grupos ativistas; 6) não propõe a divisão dos poderes mas o centralismo (ou no Executivo ou no Legislativo); 7) o critério da participação política é, no democratismo, a igualdade; 8) ele encara o homem como ser social que precisa ser "regenerado"

pela "mudança de estruturas"; 9) sua visão histórico-social é utópica, romântica e procede do mito do "bom selvagem", de origem pelagiana; e, 10) sua posição moral e religiosa é ambígua, tendendo para o materialismo.

Partindo desses pressupostos, poderíamos acrescentar que o democratismo caminha para o que J. L. Talmon denominou (1951) "democracia totalitária" — com sua origem histórica nos movimentos milenaristas, inclusive judaicos, da Idade Média e Reforma protestante, na obra de Rousseau e na secularização do messianismo judeu-cristão. Pelos mesmos motivos, o democratismo privilegia a retórica igualitarista demagógica (pobres contra ricos). Na pior das hipóteses, usa a mentira, o duplo-pensar orwelliano ou o que chamam os franceses a *langue de bois* (a impostura expressa com cara de pau), como parte integrante de seu hábito ideológico construtivista e planificador.

O liberalismo, ao contrário, inspira-se no pensamento anglo-saxão. Descobre suas origens intelectuais no contratualismo de Hobbes e Locke, e no pensamento liberal de Adam Smith, Burke, Kant, Tocqueville, Benjamin Constant, dos filósofos radicais ingleses, dos Pais Fundadores americanos. O liberalismo não é revolucionário, mas reformista. Tanto na Revolução Gloriosa de 1668 quanto no movimento "chartista" de princípios do século XIX, ou na crise dionisíaca e racial americana da década dos 60/70 — as transformações profundas foram certamente acompanhadas de alguma violência. Não afetaram, porém, a estrutura constitucional e social básica da nação. O liberalismo é pluralista, não é exclusivista. Enfatiza a representatividade dos grupos intermediários, minoritários e regionais, procura o consenso, tolera as divergências e de bom grado aceita as diferenças de credo e opinião. Donde sua flexibilidade. No liberalismo nenhum grupo intelectual ou burocrático se pode arvorar em mentor da opinião pública, impondo qualquer "patrulhamento ideológico" e dividindo, maniqueisticamente, a população entre bons e maus, "governistas" e "opositores", ordeiros e subversivos.

O liberalismo sustenta a idéia de um fundamento moral para a democracia. Nesse sentido, aproxima-se do conservadorismo, mas não procura, como este, impor a autoridade moral de cima para baixo: ele não acredita, em que pese a ênfase no Estado de Direito, que caiba a esse Estado, nem a uma classe privilegiada de clérigos ou "puros", o controle da moral social da população. Os liberais reconhecem, por isso, que a liberdade tem um preço e que é difícil plantá-la num terreno de destempero, anomia e desestruturação. Extremamente sensíveis às contradições entre ordem e liberdade, inerentes ao regime democrático, eles têm tendência a avisar com insistência que "o preço da liberdade é a

eterna vigilância". Pragmáticos, nada românticos, providos de uma dose saudável de ceticismo, mais realistas do que ideólogos, consideram que, fora da igualdade de direitos e oportunidades, não se pode impor qualquer espécie de igualitarismo econômico ou cultural. Seu entusiasmo pela economia de mercado, livre e aberta, resulta de suas convicções progressistas, muito conscientes como estão que o progresso é estimulado pela concorrência entre homens livres e responsáveis.

Temem os liberais, finalmente, o poder político; acreditam que o poder corrompe (Acton); procuram dividir e descentralizar o poder (Montesquieu, Jefferson, Madison); não aceitam a tese da bondade natural do homem, mas acolhem a hipótese de um "pecado original" de *pleonexia* (de egoísmo, ambição, orgulho, vontade de poder, agressividade) na natureza humana (Santo Agostinho, Hobbes). Aceitando embora as exigências das comunidades intermediárias numa sociedade livre bem estruturada, os liberais são essencialmente individualistas e, com Kant, proclamam a dignidade fundamental da pessoa humana. Os homens, além de direitos, possuem obrigações categóricas e uma das principais é o dever de não interferir com a liberdade dos outros. No Liberalismo, o historicismo determinista não tem vez (Popper). Entendem os liberais que a Sociedade Aberta está escancarada para um futuro arriscado, imprevisível, indeterminado (Popper/Hayek) que conduz a humanidade, como que por uma Mão Invisível (Adam Smith), segundo um plano transcendente cujos contornos nos escapam.

47. PATRIOTISMO E NACIONALISMO*

Foi Gustavo Corção, certamente, um de nossos grandes escritores e maiores pensadores neste século. Perseguido pela conspiração do silêncio e aprisionado pelo patrulhamento, anda hoje bastante esquecido. A releitura de *As fronteiras da técnica* é, porém, muito proveitosa. Como escreve Gladstone Chaves de Melo, "ninguém há que leia e medite" sobre esse livro, "que não saia enriquecido e reconciliado". Alguns dos ensaios que compõem a obra são de excepcional profundidade filosófica e de misticismo emocionante, convindo destacar, em particular, a conferência que pronunciou na sede da antiga UDN sobre "Patriotismo e Nacionalismo". Às vezes excessivo e radical, outras

(*) *JT* em 05.02.90

vezes até fanático, o que o tornou rebarbativo para alguns, perfeito está Corção nesse ensaio, sendo aguda, precisa e correta sua crítica.

O sentimento de patriotismo é natural. Ele é espontâneo e a-histórico, acentua Corção: representa uma relação primordial com o torrão que nos viu nascer, com o grupo humano ao qual geneticamente pertencemos, com a cultura que nos formou e a língua que falamos, com nossa cidade, com a paisagem específica de nossa infância e a tradição histórica do que chamamos nação. Corção estabelece a distinção para destacar que o patriotismo é o aspecto positivo do nacionalismo. O nacionalismo, porém, é o aspecto negativo do patriotismo. O que há de reprovável no nacionalismo é o exclusivismo, a agressividade, a xenofobia, a tendência irreprimível a projetar sobre o estranho, o estrangeiro, o membro de outras nacionalidades, tidas como adversas, todas as mazelas e inferioridades que em nós próprios subconscientemente descobrimos. No nacionalismo sempre há bodes expiatórios e a crença em secretas conspirações maléficas.

Corção também nota que o nacionalismo é uma ideologia recente. O termo teria surgido na França por ocasião da vaga de anti-semitismo e paranóia anti-alemã que marcou o *affaire Dreyfus*, no princípio do século, quando o oficial judeu foi injustamente acusado de espionar para a Alemanha. Como ideologia específica é, entretanto, um produto da Revolução Francesa. Do trinômio revolucionário, a *Liberté* gerou o liberalismo, a *Egalité* se metamorfoseou em socialismo e a *Fraternité* se corrompeu no nacionalismo. O fato é que, praticamente até o século XVIII, desconhecida era essa ideologia. O sentimento patriótico podia vicejar, mas geralmente alimentado por motivações de ordem religiosa como, por exemplo, quando os tchecos de Jan Hus resistiram aos alemães papistas; ou quando os ingleses da Rainha Elisabeth desbarataram a *Invencible Armada* de Felipe II; ou quando os holandeses de Guilherme de Orange repeliram os tércios do Duque de Alba. Na Idade Média, o que vigorava era o nativismo de cidade e aldeia, de província e região, ou então a fidelidade do vassalo ao senhor. Não se conhecia o nacionalismo. No regime feudal então reinante, o território era subordinado ao soberano e podia ser trocado, vendido, conquistado ou perdido, sem qualquer consulta aos habitantes. Ardia, contudo, um sentimento universal de solidariedade entre os cristãos, do mesmo modo como um sentimento idêntico alimentava, do outro lado da cerca, a Guerra Santa islâmica. O ambiente universalista era sustentado pela Igreja que possuía sua própria língua — grego para os orientais (bizantinos), latim para os católicos ocidentais (romanos). O universalismo prosperava nas grandes universida-

des como a de Paris ou de Bolonha: ali se congregavam homens de todas as "nações", solidários na língua, na cultura e na religião. Santo Tomás de Aquino, por exemplo, era um europeu que podia viajar de um país para o outro sempre falando latim. A aristocracia era também internacional. Ela possuía consciência de classe acima das fronteiras dos Estados. Um príncipe lusitano casava-se com uma princesa moura. Um duque de Bragança com uma flamenga. Um rei da Inglaterra com uma portuguesa. Um monarca francês com uma florentina. O Príncipe Eugênio de Savóia (*Prinz* Eugen), extraordinário comandante, era ao mesmo tempo italiano, espanhol, francês, alemão e austríaco.

Como ideologia específica do Estado-nação soberano, o nacionalismo representa sem dúvida um episódio transitório e, sob certos aspectos, lamentável na história da humanidade. Dediquei-me durante algum tempo a estudar essa "Ideologia do Século XX" — o nacional-socialismo — e é com horror que constato como, depois de haver causado tamanhos estragos na Europa onde surgiu, se estende hoje catastroficamente ao chamado "Terceiro Mundo", contaminando o que restou do Império Soviético na Europa oriental e os povos afro-asiáticos que se independentizaram do colonialismo europeu. O tribalismo nacionalista está agora sobreposto a um substrato religioso mais profundo e mais antigo. Muitas vezes permanece a "religião civil" indissociada do nacionalismo, independentemente da raça, da língua ou da cultura.

Ora, o mundo do século XXI será um mundo multinacional, ecumênico, tanto em termos econômicos quanto culturais. A cultura dita moderna é cada vez mais cosmopolita — nesta aldeia mundial de que nos fala MacLuhan. O mundo futuro é aquele que se descobre, visualmente, percorrendo a Quinta Avenida em Nova York, os Champs-Elysées em Paris, o Piccadilly em Londres ou a Avenida Paulista. As nações que se isolarem estão condenadas. São a Europa Ocidental e a América do Norte as grandes áreas que abrem, de novo como ponta de lança da civilização, o caminho do futuro, um futuro onde válido ainda será o patriotismo, obsoleta porém a ideologia do Estado-nação soberano.

48. O PROBLEMA DO NACIONAL-SOCIALISMO*

Há certas idéias que a gente precisa esclarecer, defender, convencer e martelar na cabeça do distinto público, para que se

---

(*) *JT* em 26.08.91

tornem aceitas e familiares. Uma dessas diz respeito ao uso indevido do termo *fascismo*. É sabido que foi Stalin, ao terminar a II Guerra Mundial, quem determinou à Esquerda subserviente, em todo o mundo, o emprego da expressão fascismo, a fim de designar todos os movimentos, partidos, seitas e opiniões que contrariassem os dogmas do PCUS e os interesses da URSS. O termo fascismo foi preferido porque era vago e abstrato. Não continha nem a palavra "socialismo", nem "nacionalismo". Foi por isso preferido. Socialismo e nacionalismo não eram idéias e ações que pudessem ou devessem ser combatidas, uma vez que consubstanciavam a própria substância ideológica de que se alimentava o Movimento Comunista Mundial sob a liderança de Stalin. O termo *nazismo*, do odiado inimigo alemão, podia ser mais apropriado. Entretanto, muito embora fosse o fascismo apenas uma forma relativamente benigna de nacional-socialismo, um partido exclusivamente italiano, eliminado em 1943, antes mesmo do fim do conflito, e não representando nenhum verdadeiro totalitarismo, mas apenas a expressão autoritária, teatral e frequentemente ridícula do caudilhismo corporativista de Mussolini, foi escolhido por esses motivos práticos, como termo de opróbrio, a ser lançado contra todo adversário da agitação e propaganda esquerdista.

A verdadeira ideologia do século XX, entretanto, é o nacional-socialismo. Essa mesma. Ela representa a fusão das duas grandes idéias-força que emergiram das cogitações de Rousseau e de seus discípulos. Foram historicamente introduzidas durante a Revolução Francesa e, posteriormente, elaboradas por Hegel e seus seguidores na Alemanha e na França, para conduzir em nosso próprio século aos conflitos sangrentos e às terríveis guerras, revoluções e genocídios — uma era histórica hedionda que só agora parece dar sinais de exaustão. O nacionalismo medrou, à "direita", da idéia revolucionária de *Fraternité*, o socialismo, à esquerda, da idéia de *Égalité*. Em minha obra *A ideologia do século XX*, procurei descrever a maneira como, historicamente, evoluíram os dois irmãos inimigos, gerados no bojo atroz do jacobinismo revolucionário.

A própria dicotomia Esquerda X Direita serviu para alimentar a patologia mental. A ideologia é, de fato, uma esquizofrenia coletiva: necessita, como típico fenômeno maniqueísta que é, de um adversário sobre o qual *projetar*, psicanaliticamente falando, os conteúdos sombrios de seu próprio inconsciente. A esquerda socialista e a direita nacionalista puderam assim digladiar-se à vontade, liquidando entre seu punho cerrado e sua palma da mão aberta, o liberalismo oriundo do terceiro componente ideológico de 1789, a *Liberté*.

De todas as maneiras, socialismo e nacionalismo fundiram-se a partir da I Guerra Mundial. A partir, mais precisamente, de agosto de 1914 — quando todos os partidos socialistas ocidentais votaram os orçamentos de guerra para o massacre mútuo que se anunciava. No período entre as duas guerras, ainda se considerou separadamente o socialismo à esquerda e o nacionalismo à direita. A Guerra Civil espanhola, por exemplo, marcou o choque sangrento dos nacionalistas de Franco e dos socialistas republicanos. O Kuomintang na China era "nacionalista" no conflito com os comunistas de Mao Dzedong, embora estes fossem mais claramente estimulados pela ideologia em pauta. A partir do final da II Guerra Mundial, porém, a fusão das duas idéias-força já era geral, sobretudo no Terceiro Mundo. Na verdade, o bolchevismo ou comunismo soviético é nacional-socialista na mesma medida em que fôra o *National-Socialistische Deutsche Arbeiter Partei* de Hitler, o titoísmo, o *Nosakom* do Presidente Soekarno da Indonésia, o nasserismo egípcio ou o peronismo argentino. Perón, incidentalmente, referiu-se com especificidade ao justicialismo, que fundara, como um "nacional-socialismo cristão" de cunho essencialmente argentino.

Foi Rudolf Kjellén, entretanto, o ideólogo da social-democracia, o primeiro a usar o termo nacional-socialismo no sentido exato aqui proposto. Kjellén foi um pensador político sueco do início do século que desenvolveu a idéia do Estado como um organismo biológico. Ele também usou o termo *Folkhemmet* (o "lar do povo") que se tornou o slogan da social-democracia e se transformou, na Alemanha, no termo *Volksgemeinschaft*, muito usado pelos nazistas. Hitler acrescentou-lhe, no complexo ideológico, a noção de *Gleichshaltung*, que implica a ortodoxia, o "pensamento igual", a unidade de convicções, uma das características mais salientes do totalitarismo moderno, componente herdado da ortodoxia da Igreja medieval. Exercendo enorme influência na criação da ciência geopolítica, sobretudo sobre o General Karl Haushofer (†1946), o sueco Kjellén concebeu e definiu o próprio termo geopolítica, no espírito da "geografia política" do geógrafo alemão F. Ratzel. A idéia é que o Estado constitui um organismo vivo, sujeito a leis históricas, deterministas, que se aplicam à vida humana, como o darwinismo à biologia em geral. A geopolítica representaria uma ponte entre as ciências biológicas e as ciências humanas — ponte que finalmente realizaria a fusão do darwinismo com as idéias filosóficas dos idealistas alemães Hegel, Fichte e Schlegel, com as noções coletivistas sustentadas pelo movimento socialista nascente e com o racis-

mo "arianista" de Gobineau e Chamberlain. A teoria de um "organismo" estatal que se expande indefinidamente na seleção natural, resultante da luta pela vida e criando um "espaço vital" para sua ação, adaptou-se facilmente ao movimento de esquerda quando os bolchevistas russos nacionalizaram o socialismo marxista e fundaram a "primeira pátria do proletariado".

49. ESQUERDA E DIREITA*

Os acontecimentos de 1989 e 1991 na Europa Oriental, na URSS e na China levantaram, mais uma vez, a questão do obsoletismo da distinção jacobina entre esquerda e direita. Infelizmente, não se notam ainda, entre nós, reflexos palpáveis dessas mudanças fundamentais da ideologia no mundo. Continuamos a empregar os termos, carregados de conteúdo emocional, em sentido errôneo. O que ocorreu no 28º Congresso do PCUS e nas reformas constitucionais executadas por Gorbachov foi uma cisão na elite governante soviética, colocando-se Boris Yeltsin e os reformistas radicais da "Plataforma Democrática", de um lado, e o Sr. Yegor Ligachev, a velha-guarda do partido e da burocracia, e o KGB, do outro. Gorbachov e sua *perestroika* moderada colocaram-se no centro. No golpe de agosto de 1991, o General Yazov, o General Kryushkov, chefe do KGB, e o senhor Boris Pugo, ministro do Interior, recorreram à força militar e à polícia para derrubarem um governo legalmente constituído. O recurso é típico dos golpes de "direita" na América Latina. Em toda a confusão, porém, é lícito perguntar: onde está a "direita" e onde está a "esquerda"? Como comenta Stanislav Levchenko, dissidente russo e editor da revista *Counterpoint*, "é claramente difícil para a imprensa fazer uma distinção, em termos históricos, entre os 'reformistas radicais' e os 'tradicionalistas'. A imprensa usa, geralmente, o termo 'direita' para descrever o grupo tradicionalista ou neo-stalinista dentro do antigo PCUS. Mas se a própria história e tradição do PCUS é algum guia, então devem essas designações ser trocadas. Os conservadores sempre foram considerados 'sectários de esquerda', enquanto os membros mais moderados e pró-democráticos do partido têm sido chamados de 'dissidentes de direita'."

Na acepção tradicional dos termos ideológicos, de fato, o "direitista" é um conservador, amigo da ordem constituída e da

---

(*) *JT* em 20.08.90

inflexibilidade da autoridade, amante da repressão da desordem populista, se necessário pelo recurso à força armada. Ora, nesse sentido, a ação do Exército Popular chinês, comandado pelo General Yang Shangkun, presidente da República, e seu sobrinho, comandante do 27º Exército, que massacraram os estudantes na praça da Paz Celestial (*Tienan Men*) e dissolveram as manifestações em prol da liberdade na noite de 3 a 4 de junho de 1989, seria classicamente qualificada de "golpe de direita". Os estudantes baderneiros que levantaram uma "estátua da deusa da liberdade" também deveriam, logicamente, ser qualificados de "esquerdistas". Mas acontece que o governo chinês é defensor da ordem comunista, ao passo que o que queriam os estudantes era a abertura do país ao Ocidente liberal-democrático-capitalista. Será então o marxismo-leninismo-maoísmo um movimento de "direita"?

Vemos, por estas simples considerações sibilinas, como estão defasados e ultrapassados os intelectuais da chamada "esquerda" comunista, marxista e social-democrática, no Brasil. Se Ligachev, Kryushkov, Yazov, Pugo, Lipeng, Yang Shangkun, Kim Ilsung, Fidel Castro e os outros tradicionalistas ortodoxos se declaram favoráveis ao *status quo*, à ordem comunista estabelecida, à economia de comando centralizado e à repressão dos movimentos de libertação, então é o caso de novamente perguntar: quem é de "direita" e quem é de "esquerda"? Será o comunismo uma ideologia de "direita"? Por esses critérios doutrinários, os srs. Roberto Freire e Lula da Silva deveriam, no Brasil, ser classificados como extremistas da direita. Por outro lado, se é de "esquerda" o progresso das idéias, a abertura internacional à ecúmene do Ocidente, o desenvolvimento econômico segundo as regras do mercado, o pluralismo das opiniões, a representação democrática dos interesses divergentes e concorrentes — então, viva!, eu sou um esquerdista radical!

Na verdade, o que se pode concluir destas considerações é que uma revisão drástica dos termos e dos valores se impõe. Quando um candidato dito "esquerdista", do PT, PS ou PCB, como assisti num programa eleitoral gratuito da TV, se apresenta com imagens da derrubada do Muro da Vergonha em Berlim, então não passa de um cínico impostor. Não, caros leitores, a dialética político-ideológica da atualidade não pode mais ser limitada a esses velhos e decrépitos chavões jacobinos. Há outras alternativas.

50. ESFORÇO CONCENTRADO*

O esforço é concentrado para uma espécie de *tohu-bohu* de proporções bíblicas. O caos. Mas existe uma certa coerência na irracionalidade e confusão dos principais atores, em obediência aos princípios da dialética. Diríamos que talvez tudo se processe na esfera do inconsciente coletivo, no mundo dos arquétipos junguianos ou nesse terreno misterioso da História onde esteja agindo a "astúcia da razão" hegeliana... Vejam bem: a Independência do Brasil foi realizada pelo filho do rei de Portugal; a Abolição, pela herdeira do monarca, principal responsável pela conservação da estrutura social da nação; e a República, por um marechal, chefe das Forças Armadas que sustentavam o império, e que, deixando o povo "bestificado", foi, após seu gesto, dar um "viva o Imperador!" no Campo de Santana. A "revolução liberal" de 1930 desembocou num "governo provisório" que durou quatro anos e num "Estado Novo" ditatorial de oito anos. O Brasil é useiro e vezeiro nesse tipo de "revolução branca". O objetivo atual, claramente, não é realizar o *take-off* econômico do país, mas o *take-over* de um Estado que, de qualquer maneira, já está manipulado em 60 ou 70 por cento do PIB pela burocracia patrimonialista social-estatizante. Há quatro grandes grupos de atores agindo, descoordenada e atabalhoadamente, com o mesmo propósito de conquista do Estado por dentro: 1) os políticos em sentido lato, eles mesmos divididos em fisiológicos, clientelistas e cartoriais do Nordeste; demagogos populistas de São Paulo; e caudilhos gaúchos na linha dos Pinheiro Machado, Getúlio Vargas e Goulart; 2) os membros da burocracia, sete ou oito milhões de indivíduos, fortemente instalados e obstinadamente dispostos a manter suas posições (e seu ganha-pão); 3) os "intelectuários" da linha de Gramsci que controlam a Igreja dita "progressista", as universidades e os meios de comunicação, empenhados em legitimar ideologicamente o *take-over*. Acrescentemos, em quarto lugar, 4) os militares.

Estes perderam sua oportunidade, nos 20 anos de poder, porque sofriam de má consciência e não souberam, nem legitimar a ditadura, com uma retórica apropriada de esquerda, nem tampouco se decidir francamente em favor da iniciativa privada e do capitalismo. Obcecados com a esperança de emprego para os coronéis reformados e com a utopia desenvolvimentista, através da intervenção do Estado, os militares brasileiros contribuí-

---

(*) *JT* em 27.06.88

ram pesadamente para a criação do monstro leviatânico que seus pseudo-adversários ideológicos estão agora prontos para açambarcar. Se houvessem trilhado o caminho de Pinochet, o qual criou as condições para um enorme progresso no Chile, e realizado o Estatuto da Terra que eles mesmos elaboraram, teriam possivelmente conservado o apoio das classes média e rural, de que se valeram até os princípios da década dos 70.

Em conclusão, estamos claramente assistindo, no Congresso, no interior da burocracia estatal e nos círculos da intelectuária esquerdizante, enquistada na Igreja, nas universidades e nos meios de comunicação, a um esforço concentrado, amparado pela ideologia nacional-socialista legitimadora do processo, no sentido de transformar o Brasil, sem derramamento de sangue e, por assim dizer, subliminarmente, numa Nova República Popular Socialista, terceiro-mundista e subdesenvolvida. Um dia, vamos despertar e, bestificados como a 15 de novembro de 1889, perceberemos que o nacional-socialismo está definitivamente implantado. A revolução vermelha almejada seria, no caso, uma revolução branca... ou, melhor, preta...

51. OS INTELECTUÁRIOS E O PODER*

A expressão "intelectuário", que tenho utilizado para designar as pessoas a cavaleiro entre a chamada *intelligentsia* e a burocracia, foi criada por Gilberto Freyre para designar os intelectuais com ambições políticas no Estado socializante: aqueles que pretendem transformar-se eventualmente em funcionários públicos com poder político. É também o nome do político que se pretende intelectual. O intelectuário é, em suma, aquele que, por suas idéias, quer obter poder.

O poder é um bem em si. Para alguns filósofos, é o principal desejo do homem, quer se traduza em riqueza ou não. Para Lenin, era a única realidade. É certo que, do mesmo modo como o rico pode comprar poder político, o político pobre pode adquirir riqueza (é o caso comum em nosso país!) pelo uso dos seus instrumentos de barganha, o clientelismo e o empreguismo, ou simplesmente através do enriquecimento ilícito que o vulgo chama corrupção. No admirável filme do diretor polonês Andrei Wajda, o confronto entre Danton e Robespierre, durante a revolução jacobina de 1793/94, é descrito como uma luta entre o

---

(*) *JT* em 01.05.89

extrovertido apaixonado, que se deixa seduzir pela venalidade e os prazeres da carne, e o introvertido que, recebendo o título de Incorruptível, se havia na verdade entregue ao gozo frio do poder pelo poder.

Os intelectuários são aqueles que procuram o poder político e, porque desprezam ou fingem desprezar os benefícios materiais, suscetíveis de serem adquiridos com dinheiro, têm tendência a denunciar o capitalismo. Os intelectuários, tanto aqui quanto na Europa e na América do Norte, são, portanto, de "esquerda". Sobre eles exerce a utopia socialista e a paixão nacionalista xenófoba uma indiscutível atração como ideologia legitimadora. Considero os intelectuários e os burocratas as duas faces de Janus do dinossauro estatal. Suas funções são intercambiáveis. E, dado o caráter fortemente conservador e resistente na defesa de interesses egoístas adquiridos, na sociedade corporativista brasileira, sou muito realista e até pessimista quanto à eventualidade do triunfo, a curto prazo, do liberalismo em nossa terra. Pelo menos, enquanto não puder o intelectuário ser convertido.

Em sua obra sobre "a revolução capitalista", Peter Berger prefere chamar a "nova classe" de "classe do conhecimento", depois de lembrar o papel de Patrick Moynihan, Irving Kristol e Alvin Gouldner na introdução do termo nos EUA. A "classe do conhecimento", quer se encontre no exercício efetivo do poder político dentro do parlamento, dos tribunais e da burocracia, quer se contente com o poder teórico das idéias nos mídias, é uma classe capaz de manejar as palavras e a informação. Tudo indica que tenderá a crescer e que a futura "luta de classes" se desenvolverá, como pensa P. Berger, no sentido de uma *Kulturkampf* entre essa Nova Classe, com vocação estatizante, e a classe empresarial mais interessada na livre economia de mercado, i.é. no capitalismo. Na Europa e nos EUA já se manifesta a dicotomia em termos partidários. Mitterrand e seus socialistas já criaram, por exemplo, na Assembléia Nacional, um "*parlement des instituteurs*". Na Inglaterra, os clérigos e intelectuais guarnecem o trabalhismo e procuraram atacar os conservadores da Sra. Thatcher e do Sr. Major em termos morais. Na América, o Partido Democrático é o partido dos cabeça-ovóides (*eggheads*), ao passo que o Republicano recebe o apoio dos *businessmen* e da classe média burguesa. Isso pode ser acentuado não obstante o aparecimento alvissareiro, no seio da própria classe do conhecimento, de um pensamento neoconservador, pró-liberalismo econômico e antitotalitário, em todas essas áreas mais ativas do Ocidente.

Se a Nova Classe do conhecimento "tende a colocar-se política e ideologicamente à esquerda da velha classe média, e é *ipso*

facto anticapitalista em sua orientação geral", a "revolução capitalista" de Peter Berger é mesmo uma revolução, pois terá de obter a adesão da elite do pensamento. O *animus* anticapitalista da intelectuária foi notado com muita precisão por Schumpeter, em seu livro sobre *O capitalismo, o socialismo e a democracia* (1947), e por Daniel Bell na obra *As contradições culturais do capitalismo* (1976) — ambos revelando uma postura pessimista. Lionel Trilling (†1975), um conhecido pensador neoconservador, argumentou que a "imaginação liberal" poderia vencer a tendência da "cultura adversária" dos intelectuais. Ora, não seria um paradoxo histórico que, precisamente em 1968, a contracultura maoísta chinesa e o movimento estudantil, no Ocidente, se tenham desembestado contra o poder autoritário da burocracia estatal? Não poderia isso significar que a famosa "astúcia da razão" dialética, na História, se esteja desenvolvendo num sentido que nos é, por enquanto, de difícil antecipação? Não percamos pois as esperanças...

O papel crítico da classe dos intelectuários se sustenta, como diria Gramsci, nos três pilares da cultura: os professores (na Academia), os clérigos (nas Igrejas) e os jornalistas (nos mídias de comunicação de massa). Nessas três colunas culturais está a Esquerda solidamente implantada. Adam Michnik, o intelectual polonês principalmente responsável pela organização do movimento da *Solidarnosz*, inspirador da revolução anticomunista polonesa e, nesse sentido, um dos líderes que desencadearam a *perestroika*, comenta ironicamente (na pesquisa de Guy Sorman, *Sair do socialismo*) que, "como muitos intelectuais de minha geração, pertenço à *esquerda biográfica*. De acordo com meu *curriculum vitae* fui, efetivamente, de esquerda por volta de maio 1968. É mais ou menos tudo que me resta da esquerda". No Brasil, que em 1968 só conheceu a repressão do AI-5, é particularmente notável a aliança da *intelligentsia* paulista com os clérigos da arquidiocese e os líderes do PT. A aliança oferece muitos aspectos divertidos. Até mesmo tragicômicos e patéticos: imaginem, por exemplo, o *ménage à trois* da "filósofa" Chauí, do aristocrata Matarazzo Suplicy e do Cardeal Arns! Prefiro não entrar em detalhes... Mas não menosprezemos o poder dessa aliança: eles conquistaram a reitoria de várias Universidades federais, continuam controlando o Congresso e imperam em grande parte dos mídia.

O problema é que a Nova Classe é muito mais forte em seu espírito crítico do que na apresentação de soluções construtivas. A Escola de Frankfurt, que inspira parte desse processo intelectual de *Kulturkampf* e cujo ilustre representante no Brasil é o Embaixador Rouanet, aponta seu dedo acusador para os males

da alienação capitalista e do autoritarismo conservador, mas não consegue desmentir a prova empírica do monumental fracasso do socialismo real. Hoje, todos os candidatos potenciais da esquerda, Quércia, Brizola, até mesmo o Lula e talvez o Roberto Freire, reconhecem, em seus momentos de maior lucidez, os méritos da *perestroika*, falam em privatização, pregam a redução do funcionalismo, não afirmam taxativamente que não pagarão a dívida externa, e admitem a conveniência de integrar o Brasil na economia mundial de livre mercado. Mas o que desejam realmente impor como modelo sócio-econômico, além de declarações retóricas sobre a pobreza, as desigualdades distributivas e o montante da dívida?

Peter Berger acentua que, como toda classe em ascensão — e exemplifica com a burguesia do século XVIII em relação ao Terceiro Estado — os intelectuários tendem a identificar seus interesses imediatos e caprichos ideológicos com os da sociedade em geral. Acredito por exemplo que o pessoal do PT se convenceu, retoricamente, que resolverá o problema da miséria nordestina quando for dono do poder federal. Há aí o embrião de um conflito entre os abastados metalúrgicos paulistas da CUT e da CGT e os caboclos famintos do Piauí e do Ceará. O tema é fascinante.

Talvez a dicotomia futura será aquela que afastará os partidários de uma aceleração do desenvolvimento pelo aumento da produção em termos capitalistas (como Thatcher, Kohl, Bush e mesmo Yeltsin) e aqueles que exigem a redistribuição imediata do PIB. Por enquanto, em nosso país, são estes que estão com a faca e o queijo na mão, gerando a crise moral e econômica em que mergulhamos.

52. A FALA DO FARAÓ*

Quero me referir ao discurso de posse do Deputado Ulysses Guimarães, como presidente da Constituinte, em princípios de 1987. Foi uma fala de mau agouro para a nação! Não que seja uma peça especialmente relevante, mas antes revela, pela boca de um dos homens mais ambiciosos deste país, tudo o que há de errado na ideologia que inspira a desgraçada classe dominante brasileira. O Dr. Ulysses soube concentrar, nas 19 laudas de sua charla populista, todos os lugares-comuns do social-estatismo

(*) *JT* em 23.02.87

de esquerda e todas as tolices que ouviu de seus medíocres conselheiros, formados nos bancos do positivismo, do marxismo, do estruturalismo, do cepalismo e do terrorismo Val-Palmares. O discurso pode realmente servir de modelo da baboseira com que somos diariamente inundados pelos jornais, o rádio e a TV, de parte dessa intelectuária borocoxô, teimosamente empenhada em manter o Brasil como a primeira República de Banana do Terceiro Mundo subdesenvolvido, enquanto usa a retórica socialista para justificar seu poder, esconder suas mazelas e manter seus privilégios indecorosos.

A técnica é conhecida. Consiste em projetar sobre os homens de empresa, os senhores da indústria, os fazendeiros, os industriais e banqueiros estrangeiros, todos aqueles em suma que criam riqueza, que produzem, que lançam este país para a frente, o que quer dizer, todos aqueles que nos trazem tecnologia, capital e cultura, a culpa pelas tristezas da nação. A técnica não convence. Sobretudo partindo desse supremo representante da *Cosa Nostra* paulista. Sua Excelência denunciou os privilégios e os privilegiados e, no mesmo momento, os jornais anunciavam que, graças à interferência do "vice-presidente da República", sua prima, Maria do Socorro, a *Cho*, antes exonerada por incompetência, fôra reintegrada à Secretaria de Educação de Mato Grosso com um salário de 12 mil cruzados. O nível de desfaçatez pode ser aquilatado por esse incidente...

Sua Excelência se indignou com as injustiças, o que é um conhecido gambito populista. A justiça, disse ele, deve começar pelos salários. "Não existe, salvo na África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores". É possível que assim seja. Mas, nesse caso, pergunto eu: por que o salário de um estivador de Santos é superior aos meus proventos de aposentadoria de embaixador com mais de 43 anos de serviço? E por que um metalúrgico do ABC ganha três vezes mais do que um professor da UnB? E por que o salário do Dr. Ulysses é 100 vezes superior ao salário dos trabalhadores não-qualificados? Onde está a crueldade? Crueldade e injustiça e escandaloso abuso existem, isto sim, na remuneração dos congressistas que o Dr. Ulysses presidiu e se locupletam com mordomias e jetons, mesmo quando lá não comparecem. "Não entendem, os insensatos, que somos no Terceiro Mundo também senzalas dos países poderosos, e que só seremos realmente livres do saque quando distribuirmos a renda pelo menos com equidade e, desta forma, dermos dignidade ao convício social interno". Ora, equidade, dignidade e redistribuição de renda devem começar em casa. O Dr. Ulysses, antes de falar e condenar os privilégios, que faça modificar a imunidade dos congressistas à lei penal, expulsando do seu

convívio os narcotraficantes rondonianos e acreanos. Para um senhor que ganha 100 vezes o salário mínimo é singularmente hipócrita essa referência à redistribuição. As injustiças e o saque que o primo forte da Maria do Socorro devia começar por coibir são os da existência de 500 mil ociosos no serviço público federal, de 1 milhão e 600 mil mordomos semi-ociosos e incompetentes nas autarquias estatais, de milhões de exploradores do Tesouro nos serviços públicos dos estados, e de incontáveis outros milhões nos municípios. E por que não lembrar os 12 mil funcionários do Congresso, em grande maioria parentes, afilhados e apaniguados de colegas de Sua Excelência? "Para fazer política é preciso dar empregos" — não foi isso o que ele declarou à *Folha de São Paulo*, a 27.7.86?

Todo o discurso de Sua Excelência constituiu uma longa catilinária contra a iniciativa privada, contra a economia de mercado, contra os proprietários, os empresários, os agricultores. O que a múmia encarapitada em meia dúzia de presidências deseja é manter o sistema de controle da coisa pública pela máfia da qual há quase 50 anos é o mais lídimo representante. Que outra política realmente conhece, senão aquela que ele próprio define: "A política que desce de sua grandeza à superfície das disputas menores, do jogo ridículo do poder pessoal, da acanhada busca de glórias pálidas e efêmeras?"

Fala Sua Excelência em espoliação interna que começa na posse da terra. Sua Excelência obviamente não se recorda do que aprendeu na escola primária: a experiência feudal das capitanias hereditárias fracassou, logo ao princípio da colonização, e o que lhe sucedeu foi o governo geral de Salvador. É desse governo geral, que instalou no Brasil o social-estatismo patrimonialista, autoritário, incompetente, empreguista, corrupto e retrógrado, que o faraó do PMDB se deveria lembrar. Leia Rocha Pombo!

Em seguida, Sua Excelência parte para a técnica da agressão xenófoba aos estrangeiros. Afirma que "a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos", representa uma "brutal mais-valia internacional que nos é expropriada na transferência líquida de capital". Mas, meus senhores, se 10, 18 ou 20 por cento de juros ao ano é "insano", quando se trata de empréstimos externos relativos a dólares que também estiveram inflacionados na década dos 70 e 80, o que dizer dos 1.000 por cento que o governo do PMDB instituiu internamente? E se a remessa de lucros e rendimentos é uma "brutal mais-valia internacional", por que então esse mesmo governo do PMDB se queixou da queda dos saldos e investimen-

tos estrangeiros em 1986? Nada melhor para afugentar os investidores do que essa baboseira.

53. PAÍS REAL E PAÍS LEGAL*

A sociologia brasileira e o senso comum das elites já há muito perceberam a perene contradição, em nossa terra, entre país real e país legal. Já no século XIX, denunciava Tobias Barreto a distância entre país real e país legal. Na década dos 20, Oliveira Viana escreveu sobre "O idealismo na evolução política do Império e da República" e sobre "O idealismo da Constituição". Capistrano de Abreu sugeriu que, no Brasil, a única lei que faltava era aquela que mandava cumprir todas as demais. Os ditados populares acentuam que as Constituições brasileiras seriam "publicações periódicas" e todo mundo conhece a advertência irônica que só algumas leis "pegam", enquanto as demais já nascem mortas.

Eis o enigma desse misto de democratismo populista, idealismo nefelibático, inspirado em vagas ideologias românticas, e simples burrice que compromete o legislador teimoso, na elaboração de leis inaplicáveis ou sempre inaplicadas. Pouco tempo transcorreu desde a proclamação, em meio a gritos, palmas, lágrimas, hinos à "mãe gentil" e discursos apaixonados, desse monumento de dispositivos pacóvios que é a nova "Constituição dos miseráveis" do Ulysses — e já muitos deles são esquecidos, desrespeitados e deturpados pelas próprias autoridades, inclusive juízes, que são responsáveis por sua execução.

Às vezes os mesmos autores de um dispositivo constitucional — como por exemplo o pessoal do PT, que inspirou o inciso X do artigo 4º (que estabelece como "princípio fundamental" da República Federativa do Brasil a "concessão de asilo político") — são os primeiros a protestar, como o fizeram em Itumbiara por mecanismo mental orwelliano, contra o asilo ao General Stroessner.

Alguns outros exemplos vão do divertido, ao curioso, ao tragicômico. O artigo 5º, IV e IX, que garante a livre manifestação do pensamento e suprime a censura, é evidentemente fruto de um espírito de libertinagem romântica e será inevitavelmente abusado para a obscenidade e o sacrilégio. São então o próprio ministro da Justiça e juízes que intervêm para cercear a imaginação carnavalesca do inigualável Joãozinho Trinta. O ridículo

---

(*) *O Globo*, em 28.02.89

preceito gasparino do artigo 192, parágrafo 3º, que fixa o teto de 12 por cento ao ano para os juros, foi logo desobedecido pelos vários ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central que, no meritório empenho de deter a explosão inflacionária, elevaram o *open* a alturas estratosféricas.

Tem-se a impressão que os legisladores funcionam na base da mera feitiçaria verbal: a palavra é mágica. Na prática a teoria é outra, como diria o nosso arguto Joelmir Beting. O artigo constitucional não foi redigido e votado para ter efeito automático, segundo a regra *dura lex sed lex* — mas como uma espécie de mantra ou fórmula encantatória que deve materializar, sobrenaturalmente, o sonho jurídico do seu medíocre criador. Representa uma espécie de esporro oral com que pretende entusiasmar as galerias, seduzir os votos populistas, hipnotizar o "povo" para sua reeleição e fornicá-lo na entressafra: um grande barato!

Às vezes, contudo, não se pode alegar mera demagogia. É sabido, por exemplo, através de inquéritos de opinião, que a maioria da população urbana é favorável à pena de morte, escarmentada que está pela onda inédita de criminalidade que se estende pelo país. O ilustre Deputado Amaral Neto reconheceu esse anseio popular: em vão! O que acontece então é que as autoridades policiais se encarregam de suprir, pela violência ilegal privada, o exercício daquela segurança pública que é o dever do Estado proporcionar, conforme o Capítulo III do Título V da Constituição. Para conter a verdadeira pandemia de assassinos, assaltantes, sequestradores, traficantes e outros bandidos que sofre a sociedade, é utilizado o sistema de matar na calada da noite, em lugar ermo, através dos famosos E.M.: 30 mil já teriam sido assim eliminados em poucos anos. E quando o governador do Rio determinou o ataque às fortalezas da droga, encasteladas em uma das favelas, todo mundo, inclusive a imprensa, aplaudiu sem pestanejar o fuzilamento puro e simples de sete gangsteres.

Em São Paulo já se descobriu um método igualmente simples de resolver a chamada "crise penitenciária": asfixiar os detentos num cubículo, como se fazia em Auschwitz. O Povo (com P maiúsculo), em nome do qual se redigiu a "publicação periódica", também já tem solucionado seu problema do modo expedito e explícito, na zona rural: lincha os suspeitos. Enquanto isso continuam os intelectuais a deblaterar, grandiloquentes, contra a pena de morte que "aberra das tradições humanísticas de nosso povo!" O fato é que, em termos absolutos, a reação defensiva da sociedade contra a criminalidade tem hoje dois campeões: a China, onde a onda penal já teria, legalmente, executado umas 50 mil pessoas nestes últimos anos; e o Brasil,

onde um número aproximado teria sido supliciado segundo o método do "faz-de-contas"...

O faz-de-contas se estende ao problema da "criança abandonada". Nunca se menciona os "pais abandonantes", responsáveis pelo drama. Nunca se esclarece, tampouco, que as "crianças" assassinadas são, na realidade, adolescentes a quem o Congresso concedeu o direito de voto e o Detran, o direito de dirigir automóveis, mas não o dever de ser penalmente responsável. Mas onde está a justiça quando uma "criança" de favela paulista mata outra criança, de escola próxima, para lhe roubar um par de sapatos de tênis, ou uma "criança" da ilustre malta das Alagoas mata um desafeto de seu clã tribal, a tiros de revólver, e é libertado por ser menor, quites a, em breve, matar mais um?

54. FALTA DE LUCIDEZ*

Existe um consenso bastante sólido, em nosso país, quanto às excessivas discrepâncias de renda e benefícios sociais entre ricos e pobres. Os índices de escolaridade, alfabetização, mortalidade infantil, expectativa de vida, etc. confirmam tais desigualdades. A retórica da "justiça social", inspirada nessa constatação e alimentada por um sentimento de protesto e indignação moral, percorre todo o espectro partidário, desde a esquerda aos partidos conservadores e liberais.

O consenso desaparece, entretanto, quando chegamos ao receituário. A esquerda pode manifestar-se em termos de *perestroika*. O que deseja mesmo, contudo, é corrigir as desigualdades (ou as "diferenças", como mais objetivamente destaca o filósofo americano John Rawls) pela intervenção do Estado na economia, num sentido distributivista: imposto progressivo sobre a renda, salário-mínimo, previdencialismo, criação de empresas estatais, etc. Os liberais preferem referir-se eufemisticamente à economia de mercado, privatização ou livre iniciativa do que, francamente, acentuar os méritos do *capitalismo* — que ainda é palavra feia.

Se há um consenso mais relativo quanto à necessidade do desenvolvimento para corrigir as diferenças, o debate concreto e verdadeiro gira em torno da oportunidade imediata da distribuição. Entre as receitas socialista e capitalista, a primeira põe ênfase na distribuição, com risco de criar uma burocracia em-

---

(*) *O Globo*, em 26.04.89

preguista (pois como já notara Trotsky, "quando alguém possui algo para distribuir, não se esquecerá de si próprio"...); a segunda na produção, com risco de, num primeiro estágio, ampliar as desigualdades. O socialismo, com suas promessas inflamadas pela retórica da indignação moral, aumenta o Estado; o capitalismo, na observância empírica da realidade, propõe sua redução.

Ora, o que é que essa observação empírica do mundo contemporâneo está provando? O fracasso do regime de centralização e socialização geral dos meios de produção, conforme testemunho dos próprios Deng Xiaoping e Gorbachov; o enorme avanço das economias capitalistas que hoje colocam a América do Norte, a Comunidade Européia e o Japão na vanguarda do progresso; e o mais recente sucesso dos "Tigres" da Ásia Oriental. Esses exemplos confirmam a aplicabilidade do capitalismo na superação do subdesenvolvimento, mesmo em países até agora considerados do Terceiro Mundo. Infelizmente, essas ofuscantes provas empíricas não são suficientes para convencer. Contesta-se que, como de fato ocorre, a distribuição de renda no Brasil é a mais desigual entre quarenta e tantos países que fornecem dados ao Banco Mundial: a parte da população mais afluente (10 por cento) recebe 50 por cento da renda nacional. Na base de tudo, escreve Paulo Lustosa, presidente do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, "está a natureza perversa do capitalismo que gera uma injusta divisão do trabalho e um modelo econômico" que privilegia umas regiões em detrimento de outras (*O Estado de São Paulo*, 14.04.89). Mas respondamos a essas objeções, notando inicialmente a incoerência de um senhor que preside uma sociedade de apoio às pequena e média empresas, pequena e média empresas evidentemente *capitalistas*. Se o capitalismo é perverso, então que fazer com as pequenas e médias empresas? Nacionalizá-las, estatizá-las, socializá-las, burocratizá-las, corrompê-las, levá-las à falência como *inevitavelmente* ocorre com todas as estatais, sejam elas russas, brasileiras, polonesas, chinesas, argentinas ou nicaraguenses?

A idéia de que, num primeiro estágio do desenvolvimento capitalista, aumentam as discrepâncias de renda e só posteriormente tende a desigualdade "perversa" a reduzir-se, tem sido elaborada desde quando o economista Simon Kuznets propôs, nos EUA, a chamada "curva de Kuznets": um U invertido que indica, no período de intensificação da revolução industrial, o agravamento das chamadas "injustiças" distributivas. Fala-se então em "empobrecimento dos pobres" (e até mesmo o Presidente Médici proclamou essa falácia!). Na verdade, como ficou comprovado pelo recenseamento de 1980, o que acontece é que a aceleração do enriquecimento geral favorece, em primeiro lugar,

as classes que estão na ponta-de-lança da industrialização (inclusive os metalúrgicos de São Paulo), abandonando provisoriamente os que ainda não se integraram na economia (os caboclos do Piauí ou Sergipe, por exemplo).

Há 150 anos Alexis de Tocqueville já notara que os contrastes entre riqueza e miséria na Inglaterra, então em pleno *take-off* industrial, eram bem mais intensos e escandalosos do que na Espanha e em Portugal, nações em triste e vil decadência (vide meu *Opção preferencial pela riqueza*). Na ótica de Tocqueville e dos autores liberais modernos, o agravamento circunstancial das desigualdades sócio-econômicas constitui um fator normal (vigente, inclusive, na URSS) que não deveria justificar (como Marx procurou fazê-lo, precisamente naquela época na Inglaterra) o "caminho da servidão" socialista, mas a dura e lúcida persistência nas regras estimulantes da economia de mercado. Tocqueville foi o grande gênio profético do liberalismo moderno.

A mesma lucidez não pode ser atribuída, lamentavelmente, aos nossos nacional-socialistas.

55. A EMERGÊNCIA DA MODERNIDADE*

Em obra publicada sob o título acima, Francisco de Araújo Santos estuda as atitudes, tipos e modelos que orientaram a cultura considerada moderna. Gaúcho de Porto Alegre, empresário, funcionário da ONU, pesquisador do CNPq e professor da PUC/RS, Araújo Santos é elemento ativo na difusão das idéias liberais no Sul do país. Firme na defesa de seu projeto de liberdade, o autor propõe, na linha dos "tipos ideais" de Weber, três atitudes intelectuais básicas, ou ideologias, na imagem do mundo que determina a modernidade. São elas a reacionária, a revolucionária e a liberal. Essas três atitudes, incidentalmente, correspondem às que nossa Sociedade Tocqueville tem apresentado e a que me referi na primeira seção deste capítulo. A atitude reacionária corresponderia à "conservadora" de nossa classificação, a revolucionária ao *democratismo*, enquanto o liberalismo conservaria seu nome.

A análise que faz o autor das três atitudes é extremamente profícua e muito contribuiria para arrancar nossas mentes da divisão maniqueísta, jacobina e artificial de esquerda x direita que ainda domina o debate político-ideológico em nossa terra.

(*) *JT* em 29.07.91

Pelo esquema de Araújo Santos, pode-se distinguir claramente o conservadorismo reacionário do liberalismo, enquanto se torna fácil descobrir a afinidade pelo autoritarismo paternalista tanto de nossos direitistas de "linha dura", quanto dos esquerdistas de diversas persuasões.

O ponto alto do livro de Araújo Santos é, a meu ver, o capítulo VIII onde analisa o "modelo" de Rousseau e de Marx para a modernidade. Descobre-se aí que o que parece "revolucionário" nas doutrinas desses dois filósofos, tão influentes sobre o mundo moderno, corresponde exatamente ao sentido original da palavra *revolução* — uma restauração, um retorno ou volta ao passado imemorial (revolução = do latim *re-volvere*). Apoiando o ponto de vista de Merquior, o autor demonstra a dívida de Marx para com Rousseau, englobando ambos na crítica que destaca seu iliberalismo essencial. É de fato o igualitarismo obsessivo de Rousseau e de Marx o que, inexoravelmente, conduz à tirania e ao totalitarismo. Esse ponto de vista do autor é imensamente relevante no momento atual, pois o que chamo a "Ideologia Brasileira" foi formada pela dupla influência de Rousseau e de Marx (sem que o Comtismo, hoje praticamente desaparecido, tenha deixado de colaborar exatamente no mesmo sentido entre, digamos, 1889 e 1937). Rouanet pretende nos convencer que o "jovem" Marx (o de 1843) alimentava um *autêntico* espírito liberal. Rousseau também é tido como o grande filósofo da Revolução Francesa, uma revolução supostamente liberal, mas cuja índole fundamentalmente autoritária tem sido, desde Tocqueville, compreendida com maior clareza. Foi Rousseau o verdadeiro criador do democratismo jacobino que, por sua lógica revolucionária inerente, conduz, como conduziu, à ditadura — à de Robespierre e depois à de Bonaparte.

Como explica Araújo Santos, Marx "assestou suas baterias contra o que ele chama de *egoísmo* fundamental, supostamente implícito na afirmação dos direitos individuais". O egoísmo seria para Marx o resultado inevitável da constituição da sociedade capitalista burguesa. Sendo a natureza humana solidária, bastaria suprimir a propriedade privada e a bondade natural altruísta, automaticamente, emergeria do regaço do coletivismo socialista. Rousseau também insistira que a competição, a concorrência econômica, as desigualdades, as hierarquias, a opressão e a exploração do homem pelo homem resultam da estrutura artificial da sociedade, que teria alienado o homem de sua bondade natural. Assevera então Araújo Santos, corretamente, que as teorias de Marx sobre a sujeição, na qual as idéias, a religião, as artes e a cultura em geral são impostas pelas "classes dominantes", são ecos das de Rousseau, tendo em vista

as várias e significativas menções que Marx faz do nome do genebrino-francês. Se "as idéias dominantes são as idéias das classes dominantes", como propõe Marx no *Manifesto Comunista*, então trata-se de identificar essas classes dominantes, pois tanto para Rousseau quanto para Marx o que importa são as *relações de poder*.

56. TEMPOS MODERNOS*

O comunismo faliu. Foi-se o martelo. As eleições que levaram Yeltsin à presidência da Rússia; o plebiscito em São Petersburgo que eliminou a homenagem a Lenin; o fracasso do golpe militar em Moscou, com a elevação desse mesmo Yeltsin à liderança da Rússia; a queda de Gorbachov e a desintegração do "Império do Mal"; o colapso do regime militar marxista na Etiópia; a provável vitória de Savimbi nas eleições em Angola; o fato de o último regime stalinista na Europa, o da Albânia, haver entregue os pontos — são as últimas novidades num processo histórico da maior relevância. Restam ainda, sem dúvida, Cuba, as três repúblicas indochinesas, a Coréia do Norte e a China, com os seus respectivos patriarcas em seu outono. É difícil imaginar, contudo, até que ponto essas *paleocracias* (do grego *palaios*, velho; e *kratein*, governar), carentes de apoio popular, poderão sobreviver na base exclusiva do terror e da inércia. Um membro recentemente eleito da Academia Brasileira de Letras afirmou que "o anticomunismo é anacrônico". A libertação da Rússia confirma precisamente o contrário: o anticomunismo alcançou uma vitória definitiva, não conduzindo, creio, ao "fim da história" fukuyama-hegeliano, mas a um novo período de imprevisíveis consequências para a humanidade — sob a proteção daquela deusa cuja imagem de *papier mâché* os estudantes chineses ergueram na praça da Paz Celestial. O próximo estágio, creio eu, é o da superação da estrutura do Estado-nação soberano e o estabelecimento de uma Nova Ordem liberal em todo o mundo.

Para compreender a nova situação em que nos encontramos nada melhor do que percorrer o livro de Paul Johnson, *Tempos Modernos*. Esse grande jornalista, historiador e *scholar* inglês cobre, nas 800 páginas da obra monumental, os episódios mais salientes deste século terrível que presenciou o apogeu e morte da ideologia nacional-socialista. Melhor do que Barbara Tuchman,

---

(*) *A Tarde*, em 28.06.91

Johnson percorre a marcha da loucura que, sob inspiração de intelectuais perversos e de "políticos profissionais", herdaram a terra no século XX e a levaram a barbaridades inéditas na história da humanidade. A revolução russa e Stalin, o sadismo grotesco do hitlerismo, a "teocracia infernal" japonesa e o "caos celestial" chinês, a decadência inglesa na pessoa de seus escritores mais famosos, a Grande Depressão americana provocada por iniciativas econômicas mal inspiradas, a tragédia da Guerra Civil espanhola, o Holocausto e os grandes bombardeios da II Guerra Mundial, a "geração de Bandung" que criou o Terceiro-mundismo e os "reinos de Caliban" na África descolonizada, a tentativa de suicídio dos EUA nas décadas de 60 e 70, e o coletivismo que se alastrou pelo planeta — eis alguns dos títulos que enchem o trabalho fascinante do historiador inglês. Li o livro de uma só vez, com interesse e emoção. Por força de uma atenção natural à história e as exigências de minha carreira, por mais de 60 anos tenho acompanhado os acontecimentos que Paul Johnson relembra de modo tão fascinante. O livro termina em 1983: o autor não se refere assim a este *periodus mirabilis* dos últimos três anos que viram o colapso do socialismo e confirmaram a justeza de seus argumentos.

Johnson deliberadamente se posiciona contra as correntes de opinião, ideologicamente contaminadas, que determinaram os negócios do planeta. Ele é preciso e inexorável em seu diagnóstico. O relativismo moral é a chaga que analisa com o bisturi de uma crítica ferina e, muitas vezes, divertida, desafiando a "sabedoria comum" que granjeia popularidade. E, no correr do relato, vai derrubando muitas vacas sagradas. Demonstra, por exemplo, que os republicanos espanhóis foram derrotadas em 1936-39 não tanto pelas tropas do General Franco quanto por iniciativa de Stalin que deu ordens expressas para a eliminação sucessiva dos anarquistas, dos social-democratas e dos republicanos de esquerda. Descreve Dag Hammarskjöld, o antigo Secretário Geral da ONU por muitos considerado um santo, como o principal responsável por alguns dos piores desastres africanos. Freud, Levi-Strauss, Bertrand Russell, Bernard Shaw, Lacan e os da mesma linha saem fortemente chamuscados. Do Mahatma Gandhi conta as excentricidades de um político exótico, cultivado pelo "liberalismo" esquerdizante inglês e praticando hábitos grotescos como o de beber a própria urina, para fins higiênicos, e dormir com meninas nuas, no inverno, para se aquecer e testar seu ascetismo. Algumas barbaridades são descritas com detalhe. O rapto de Nanking pelos japoneses, em 1938, o bombardeio de Tóquio e o de Dresden, no final da II Guerra Mundial, que causaram perto de 200 mil mortos cada um, mais do que as

bombas de Hiroxima e Nagasaki. O genocídio da Cambódia, praticado em nome de uma vaga utopia ruralista *à la Rousseau*, bateu todos os recordes em matéria de sadismo coletivo.

Paul Johnson é um liberal. É também um pensador conservador que cultua a tradição moral do Ocidente judeu-cristão. Seus inimigos são os políticos, os palhaços intelectuais, os *exaltés*, os carismáticos, os assassinos que acreditaram todos os males da humanidade podem ser curados por meios políticos, mas só trouxeram a morte, a miséria e o atraso. A história dos Tempos Modernos é a história da tirania estatal. E, para quem deseja, no Brasil, compreender a encruzilhada em que nos encontramos, torna-se imprescindível o livro de Paul Johnson.

57. O MITO DO DESENVOLVIMENTO*

A leitura de autores socialistas é enfadonha, é irritante. Às vezes me resigno a fazê-la para tomar conhecimento dos argumentos adversos, na esperança de encontrar alguma sugestão valiosa para fenômenos de nossa atualidade, não só no Brasil, como no mundo. Esses senhores são arrogantes, difíceis, sofismáticos e de um primarismo dogmático intransponível. Provavelmente nem os clérigos do período da decadência da Escolástica, nos séculos XIV e XV, eram tão sentenciosos, obscuros e escravos de idéias preconcebidas.

Minha reação de irritabilidade ocorreu, recentemente, ao ler um dos livros mais antigos de Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento*. O argumento repete com certa monotonia o que foi dito em obras posteriores do renomado planejador da secura nordestina. Em paralelismo com autores da mesma tendência, um Florestan Fernandes, um F. H. Cardoso ou um Otávio Ianni, por exemplo, Celso Furtado edifica seu arrazoado nos termos e conceitos repetitivos de "dependência", "centro e periferia", "acumulação capitalista", etc — o que Aron chama a *Vulgata* marxista. Com variações pouco imaginativas em torno de *leitmotiven* desprovidos de originalidade, a tese de Celso Furtado parece reduzir-se a uma procura angustiosa de elementos, no sentido de responsabilizar por todos os males do mundo a "acumulação capitalista" que, em detrimento da "periferia" se processou no "centro" norte-americano. Em seu pessimismo cepalino, surgido posteriormente à derrubada de Allende e ao *boom* industrial

---

(*) *JT* em 23.11.82

brasileiro, quando não mais exercia as funções de ministro do Planejamento, Celso Furtado afirma simplesmente que "o processo de acumulação capitalista" tende a ampliar o fosso entre o "centro", em crescente homogeneização, e uma série de economias "periféricas" cujas disparidades continuam a agravar-se. Mas quem compõe o "centro"? Estarão o Japão, a Coréia e a Austrália incluídos nesse centro? Como explicar em termos marxistas-leninistas que o Japão, país de cultura oriental, desprovido de recursos naturais, espremido em território diminuto e pouco credor de reconhecimento ou simpatia dos americanos, após a Segunda Guerra Mundial, se tenha transformado, em menos de 40 anos, de um país praticamente destruído (sua renda *per capita* em 1945 era inferior à do próprio Brasil) em segunda potência econômica mundial? Furtado não se refere a esse milagre. O economista não explica tampouco como a Austrália, nação que tem pouco mais de 200 anos de existência e é francamente agrícola e periférica, já goza hoje de uma das mais elevadas rendas *per capita* do planeta. Em nenhum desses países, incidentalmente, a "acumulação capitalista" provocou desequilíbrios graves de renda e agitação social. Esses casos empíricos, entretanto, não interessam ao advogado do diabo.

O economista que tudo pretende explicar pelo redutivismo da "infra-estrutura" do sistema de produção, revela um estranho empenho em preservar apenas a "cultura" do subdesenvolvimento folclórico. Ele acentua que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos "países cêntricos" não tem cabimento, dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. "Temos (...) a prova definitiva de que o *desenvolvimento econômico* — a idéia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos — é *simplesmente irrealizável*. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. "Mas como negar" — continua Furtado — "que essa idéia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas... para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?"

Cabe notar que Furtado não é marxista. É mais exatamente neomarxista em sua versão cepalina. A Cepal de Furtado e Prebish, inspirada em grande parte, como acentua Og Leme, nas teorias de nosso Roberto Simonsen, exerceu uma influência das mais deletérias sobre o desenvolvimento da América Latina. O

Chile, porém, dela se livrou pela cura cruenta que lhe impôs o General Pinochet. Furtado reflete a mentalidade da Nova Esquerda, com influência de Gramsci, Luckács, Marcuse e da Crítica da Cultura da Escola de Frankfurt. Nessas posturas, que levantariam Marx irado de seu túmulo londrino se delas pudesse tomar conhecimento, o desenvolvimento é simplesmente condenado. Muitas vezes, tem-se a impressão de que o desejo não é apenas de voltar ao período, considerado "idílico", do feudalismo, mas à própria selvageria do "homem natural" do mito romântico. É a receita do Pol Pot...

Em sua admirável análise crítica das principais correntes do marxismo, *Main currents of marxism*, Leszek Kolakowski observa com ironia que a "teoria crítica" de Frankfurt não é tanto uma teoria quanto uma declaração geral de que devemos tomar uma atitude crítica em relação à sociedade existente, a qual somos convidados a transcender. "Essa injunção entretanto (continua o filósofo polonês) não faz sentido enquanto eles não nos disserem em que direção deve a ordem existente ser transcendida" (III, página 379). Desse ponto de vista, o marxismo ortodoxo é mais específico. Os comunistas alegam pelo menos que, quando os meios de produção pertencerem universalmente à coletividade e o PC for instalado no poder, só alguns pequenos problemas técnicos se erguerão no caminho da liberdade, da felicidade, da paz e justiça universal. "Essas alegações", acentua Kolakowski, "foram completamente refutadas pela experiência, mas pelo menos sabemos do que se trata". De teses do tipo das de Celso Furtado sobra apenas a angústia, o *spleen* e a escuridão.

58. MENTIRAS, HIPOCRISIAS E ALUCINAÇÕES*

Em vários terrenos, da política e da cultura, na imprensa e pela TV, manifestações de opinião ou notícias aberrantes são veiculadas, mentiras deslavadas, interpretações tendenciosas ou alucinações ideológicas. Alguns exemplos ofereço a meus leitores.

No Dia Internacional da Mulher, vários comentaristas da TV referiram-se com encômios ao sucesso feminino em atividades como a política, outrora reservada aos homens. Foram admiravelmente mencionadas Violeta Chamorro, Corazon Aquino e Benazir Bhuto. Acontece que as três atingiram a mais alta magistratura em seus respectivos países por força do carisma de seus

---

(*) *JT* em 19.03.90

maridos assassinados (Violeta e Corazon) ou pai executado (Bhuto). Ninguém se atreveu a lembrar o nome da Sra. Thatcher. Ora, esta sim, foi chefe de governo por seu próprio esforço e carisma. Thatcher não agrada: é "conservadora" e está acabando com o socialismo na Grã-Bretanha.

Num artigo em periódico polonês, "frei" Leonardo Mártir, o bofe da teratologia da libertação, anunciou o "fim do anticomunismo". Foi logo ardorosamente contestado por vários sacerdotes poloneses que, em seu país, não observam de modo algum esse fenômeno. Boff é cínico mesmo: se o anticomunismo está definhando é, precisamente, porque Marx morreu e, com ele, seu produto mais peçonhento com o qual o agitado clérigo de Petrópolis nos martiriza através da Editora Vozes...

O enterro de Prestes revelou-se um ambiente especialmente patético e glasnostálgico. Duas bandeiras cobriam o caixão: uma delas a do país pelo qual Prestes não lutaria, no caso de guerra contra a URSS; a outra, a do PDT. Brizola, presente à cerimônia fúnebre, deitou o verbo. Não recordou, porém, que seu mestre e mentor, o ditador Getúlio Vargas, manteve o Cavaleiro da Esperança mofando oito anos numa masmorra, da qual diretamente saiu para a sacada do Palácio do Catete (1945). Foi servir de palhaço à manobra espúria do movimento "queremista" ("queremos Getúlio!"), destinada a manter no poder o chefe do Estado Novo. O episódio significativo foi quase unanimemente glosado pelos mídias que, com ternura e tristeza, cobriam o funeral do Cavaleiro da Esperança... talvez porque, tendo morrido o cavaleiro, morria também a esperança! No enterro foi o ópio do povo devidamente consagrado pela cruz que encimava a laje do grande ateu. Boff e Arns, surpreendentemente, não compareceram. Presentes, contudo, os fantasmas dos oficiais assassinados na madrugada de 27 de novembro de 1935, num dos mais sangrentos e ineptos golpes militares jamais tentados neste país.

Meu amigo e grande admirador, o travesso filósofo, fotógrafo e industrial Lawrence Pih, filho de ricos capitalistas chineses que fugiram de Shanghai por ocasião da Revolução Comunista de 1949, compôs um réquiem pelo capitalismo que o afortunou. Depois, inscreveu-se no PT e no PSDB. Escreveu, finalmente, algo de excepcional bom senso: "O empresariado brasileiro observa com muita preocupação os acontecimentos na Europa Oriental, temeroso de que o capitalismo venha a ser implantado no Brasil"... *Ting how, ting how, Pih Tzu!*

Possui a democracia, evidentemente, um sentido muito especial para socialistas, marxistas e comunistas em geral. Estão tão pouco afeitos ao sistema de consulta popular pelas urnas — aliás reconhecidamente defeituoso, mas que aceitamos porque,

infelizmente, não há outro melhor em vista — que levam grandes sustos quando essas urnas não lhes são favoráveis. Foi o que aqui se deu em dezembro de 1989: "o povo unido jamais será vencido"... de fato, só que o povo não foi vencido porque permaneceu unido em torno de um jovem de boa pinta e ternos elegantes, da indigitada elite, filho e neto de políticos, rebento do latifúndio alagoano, milionário ligado a círculos opulentos da "society" carioca, relacionado com diplomatas, falando várias línguas estrangeiras e, ainda por cima, pregando a integração do Brasil no centro capitalista e imperialista mundial, em relação ao qual nos encontramos em situação de triste e vil "dependência" periférica. Que coisa, não é?

Na Nicarágua, registrou-se a primeira grande surpresa de 1990, após a explosão cataclísmica da Europa Oriental no ano anterior: a vitória eleitoral de Violeta Chamorro. É interessante notar que nenhum, repito, nenhum órgão de comunicação internacional ou agência de opinião previu o resultado contrário aos sandinistas. Alguns jornais americanos, de índole "liberal" esquerdizante, engoliram sua decepção alegando que a vitória de Violeta demonstrou a inutilidade dos esforços de Reagan a favor dos "Contra". Grande engano! Não fosse a ameaça da guerrilha antisandinista, um caso agudo não teria sido criado, o grupo de Contadora (de lorotas) não teria sido formado, o presidente da Costa Rica não teria ganho o seu tão apreciado nobelzinho, a comunidade latino-americana teria absorvido mais essa intervenção atrabiliária dos soviéticos na América Central e... nunca teria havido eleições. Ortega, evidentemente, aceitou o pleito na presunção de que iria ganhá-lo. Seu dilema dilacerante era entregar os pontos ou provocar o reinício da guerra civil, mas com a legitimidade agora do lado de seus opositores: ele perdeu a simpatia internacional que cobria um vasto espectro de opinião, desde a esquerda do Partido Democrático americano ao Itamaraty, que lhe emprestou dinheiro (dos contribuintes), passando pelos irrequietos Willy Brandt e Mitterrand. A vez de desaparecer cabe agora ao cacique do Gulag antilhano, Fidel — o patriarca no outono.

59. ROSA LUXEMBURGO, A NOVA GURUA*

Fui um dia surpreendido por um repórter do *Jornal do Brasil* que, pelo telefone, me perguntou a opinião sobre a "atualidade"

(*) *JT* em 05.03.90

de Rosa Luxemburgo. Levei um susto. Rosa Luxemburgo? Será uma Rosa, uma Rosa, uma Rosa? Com a surpresa, só tive tempo de responder que Marx havia morrido e sido enterrado, que Rosa era uma marxista revisionista e que, por conseguinte, não tem mais importância, nem atualidade alguma. O marxismo acabou na Europa Oriental depois de desaparecer na Ocidental. Só no Brasil, com nosso clássico subdesenvolvimento mental, ainda pode alguém, na falta do que fazer, tecer comentários sobre a agitadora assassinada em 1919. O bizantinismo arcaico de nossa *intelligentsia* é de tal ordem que se digna a prestigiosa folha carioca publicar (no suplemento *Idéias* de 11.2.90) uma reportagem substanciosa sobre a comunista polaca que foi um dos líderes da fracassada revolução alemã, em 1918-1920. O curioso e significativo é que nenhuma das autoridades consultadas se referiu à principal contribuição teórica de Rosa Luxemburgo, a teoria da Acumulação do Capital. Nela pretendeu Rosa provar, com complicados argumentos matemáticos, que cresce a acumulação capitalista até provocar, automaticamente, o colapso do sistema — coisa que até hoje jamais aconteceu, embora tenha a acumulação se multiplicado milhares de vezes desde sua época. De qualquer forma, entrei no rol dos "intelectuais" consultados como Pilatos no Credo. Fui o único "dissidente" numa plêiade de ilustres "pensadores" e, deselegantemente, estraguei a festa. Acredito que, angustiados com a "crise do Leste", esses cartolas procuram substitutos para preencher as vagas deixadas, neste final de século, por um capitalismo que não só se acumulou de modo não previsto, mas provocou o próprio falecimento da utopia socialista.

O primeiro dos entrevistados, o "filósofo" Carlos Henrique Escobar, afirma hegelianamente que o marxismo não é mais um hegelianismo e assim prossegue, com conceitos herméticos que não pretendo destrinçar. Otávio Ianni chama a atenção para as posições de Lenin e Rosa Luxemburgo no que se refere à "questão nacional". Os atuais movimentos de nacionalismo na ex-União Soviética e na Europa Oriental demonstrariam, diz ele, "a atualidade do pensamento de ambos". Como assim? A afirmação me parece tanto mais injustificada quanto nem Lenin, nem Rosa jamais negaram o "internacionalismo" essencial da doutrina marxista. Para Marx, era o nacionalismo o produto espúrio da burguesia. O proletariado não tinha pátria. Devia satisfazer-se com a luta de classes: só essa importava. Combinando astutamente essa teoria com a tradição imperialista dos czares, soube Lenin — após consolidar a revolução na própria Rússia e prometer a liberdade de escolha aos povos submetidos (ucranianos, georgianos, armênios, turcos, etc.) — lançar o Exército Vermelho à reconquista de todas as antigas possessões da Rússia imperial.

Só não conseguiu na Polônia graças à resistência de Pilsudski, sustentado pelos franceses de Weygand.

Polonesa, judia e de cultura alemã, não tinha Rosa Luxemburgo por que repudiar o internacionalismo marxista. Como Marx, considerava que só os "grandes povos históricos", franceses, ingleses, alemães, italianos, tinham direito à autodeterminação. O resto, a ralé, devia ser absorvido nas unidades imperiais maiores, conservando, quando muito, sua identidade folclórica de música, balé, artesanato, roupas típicas, nada mais. Embora tentasse integrar a questão nacional no conjunto da ortodoxia, Rosa desde o princípio combateu o princípio de autodeterminação do programa dos social-democratas revisionistas. Foi assim que, em agosto de 1914, se opôs corajosa e solitariamente ao entusiasmo guerreiro de todos os partidos, da esquerda à direita, que votaram os orçamentos de guerra para o massacre mútuo que se preparava. Como acentua Leszek Kolakowski (*Main Currents of Marxism*, II, página 94), no fundo, "o marxismo, em sua versão comunista, *jamais enfrentou a questão nacional*". Essa questão, ao invés de desaparecer com a ditadura na "primeira pátria do proletariado" e a socialização dos meios de produção, exacerbou-se de maneira particularmente virulenta entre os povos onde dominou o comunismo. Enquanto a Europa Ocidental transcende o nacionalismo e se integra em uma comunidade transnacional, a perversa ideologia está esfacelando o império: hoje, poloneses, baltas, moldavos, armênios, azeris, tadjiks, chineses, tibetanos, cambojianos, vietnamitas, cubanos, angolanos, outros mais, se enfrentam sangrentamente, demonstrando mais do que nunca a completa inatualidade do pensamento do Karl e de seus discípulos Wladimir Ilitch e Rosa, assim como a inatualidade do pensamento do próprio Ianni.

O terceiro entrevistado do *JB*, Sérgio Abranches, cientista político, creio, da Iuperj e da Cândido Mendes, opina no sentido que as críticas reformistas "permitiram uma reciclagem no socialismo". Abranches é otimista. Acho, ao contrário, que o socialismo está suficientemente no caminho do caixão de lixo da história para que uma tentativa de reciclagem seja inócua. Francisco Foot Hardmann, o quarto pensador, põe o pé com força no debate, homem duro que é, alegando que sua heroína se opôs ao "socialismo de Estado" e "foi uma voz enérgica na defesa da democracia, insurgindo-se contra a ditadura do proletariado e o partido único". Como é que uma agitadora terrorista, fundadora da Liga Spartakista e do Partido Comunista Alemão, pode ser qualificada de "voz enérgica em defesa da democracia" e do pluralismo partidário é o que escapa a meu humilde entendi-

mento. E que conceito é esse de "socialismo de Estado"? Existiria, porventura, um socialismo que não seja de Estado e não comporte o reforço do Estado? Não é o socialismo, por definição, a concentração nas mesmas mãos do poder político e do poder econômico? A linguagem do jovem e risonho historiador me deixa perplexo.

O último entrevistado, Antônio Houaiss, renomado filólogo imortal e ex-colega na carreira diplomática, é velho conhecido meu. Jantamos em Milão, em 1947, num restaurante defronte do Duomo. Voltava eu de quatro anos de serviço na Turquia e se dirigia ele, com a mulher, para sua primeira viagem e primeiro posto no exterior. Houaiss era, na época, um entusiasta do imperialismo soviético (não sei se ainda continua com essa predileção). Ofereceu-me uma longa e erudita dissertação sobre os supostos direitos históricos de Moscou aos Estreitos turcos do Bósforo e Dardanellos, e às províncias turcas de Kars e Ardahan, outrora habitadas por armênios. Repetiu-me, com muitos floreios linguísticos, a linha stalinista. Obviamente, desprezava o direito da "ralé dos povos" à sua autodeterminação. A questão nacional não lhe importava.

Ora, acabava eu de deixar a Turquia. Sabia o que se estava passando. Fora contra o expansionismo soviético, no período imediatamente posterior à II Guerra Mundial, que o Presidente Truman proclamara a doutrina que leva seu nome, garantindo à Turquia, à Grécia e aos outros povos livres da Europa a sua segurança contra novas agressões stalinistas. A doutrina Truman marcou o início da Guerra Fria, com a política de contenção do comunismo. Como eu vinha da Turquia, não levei muito a sério a aula de marxismo-leninismo-stalinismo que, gratuitamente, me ofereceu Houaiss em troca do jantar.

O que posso agora sugerir a todos esses eminentes intelectuais, interessados em revisionismo, é que, apesar de Rosa, de Gramsci e do pessoal da Escola de Frankfurt, o marxismo está apodrecendo no túmulo de seu fundador. Ao invés de procurarem uma tábua de salvação no afundamento da ideologia, nada melhor fariam do que se dedicar ao estudo filológico da palavra Liberdade. Essa palavra já era conhecida 2.300 anos antes de Cristo: pronunciava-se *ama-gi*. Ela figura num documento inscrito num tablete de barro, em escrita cuneiforme e descoberto na cidade sumeriana de Lagash, no Iraque atual.

60. O CAMINHO DE DAMASCO*

Noticiários e comentários da Imprensa nestes últimos tempos têm transmitido a impressão de que a Esquerda socialista, escarmentada pelos acontecimentos fabulosos da Europa oriental em 1989 (e agosto e dezembro de 1991), prepara-se para a conversão, senão ao capitalismo da economia de mercado, pelo menos a uma forma diluída de social-democracia ou à nova palavra da moda, o "social liberalismo". Mas, contanto que não perca sua cadeira cativa no funcionalismo governante e no prestígio da *intelligentsia* que controla, segundo Gramsci, a superestrutura cultural da nação.

Collor venceu Lula em dezembro de 1989. Contudo, por maquiavelismo ou por incapacidade real de se identificar com o espírito do liberalismo, ou por inevitável oportunismo político, encheu os altos escalões do governo com neomarxistas, criptomarxistas e marxistas arrependidos. Sérgio Besserman, por exemplo, teria declarado às gargalhadas, numa cerimônia em igreja, que "aplicamos a teoria de Gramsci, que manda ocupar o governo pelo interior" (*JB*, 27.10.90). Ninguém, na verdade, melhor homem seria do que Besserman, que foi da direção estudantil do PCB, para exprimir essa novel postura. "Os comunistas estão unidos no poder", anuncia o mesmo *Jornal do Brasil*. São aí citados o diretor do Departamento de Indústria e Comércio, o secretário executivo do Ministério da Economia e o diretor da Petroquisa (que foi do MR-8). Dadas as repetidas mudanças nos altos escalões do governo, não sei se esses ilustres empregados estatais ainda permanecem em seus postos. Sei, entretanto que, para um Passarinho, que foi o poderoso ministro da Justiça, confirmado como de "direita", encontramos "esquerdistas" às pencas em outras pastas e outros setores, mormente em torno da apaixonada zonza zelosa e zangada Zélia, anteriormente onipotente ministra da Economia, que, ela própria, foi criada no poleiro do funesto Funaro e do brejeiro Bresser. Todos, porém, esquerdistas ou direitistas, possuem algo em comum: adoram o poder, locupletam-se com o poder e não escondem seus poderosos pendores estatizantes. Por isso a todos chamo de nacional-socialistas.

Se "a política é a arte do possível" — como postulava Bismarck em aforismo que sempre gosto de repetir — não nos admiremos que a negociação da dívida externa tenha sido con-

---

(*) *JT* em 19.11.90

duzida por um "dependentista" da escola do terceiro-mundismo itamaratyano. E se, como afirmava o então Senador Roberto Campos, "o embaixador da dívida externa" nunca entendeu de dívida externa e dos motivos reais pelos quais amontoamos uma enorme dívida externa (a conta petrolífera com os árabes, os desfalques e desperdícios do Estado brasileiro, as fraudes e os Gosplans ineptos). Talvez seja mesmo ele a pessoa indicada para confirmar os banqueiros credores na péssima opinião que allmentam de nosso país.

Márcio Moreira Alves acentua que "o governo Collor parece sinalizar uma mudança no interior da estrutura de poder das classes dominantes brasileiras". Mas não creio que isso seja verdade: a estrutura do poder continua exatamente a mesma. O Marcito, inquieto jornalista e ex-deputado que provocou o AI-5, tornou-se agora (pasmem todos!) uma espécie de intérprete dos anelos nervosos de militares de linha-dura que, não tendo mais nem o comunismo, nem os argentinos para se preocuparem como inimigos, projetam seu fel sobre os raros americanos que, na geografia do planeta, sabem onde se encontra a Amazônia. Prefiro à de Marcito, a opinião de Otto Lara Rezende (*O Globo*, 11.11.90), que fala na "hora da *metanóia*" e da "*mea culpa*" para aqueles que, no entanto, não abandonaram sua fé na utopia. E, melhor ainda, aceito a tese irônica de José Guilherme Merquior (*O Globo* da mesma data), para quem o Criptoestatismo é *prafrentex*. Pois o motivo — é ainda Merquior quem fala — seria o desejo de sabotar o processo de modernização, "diluindo ou atrasando cada modelo liberal, cada passo em direção ao jogo do mercado, cada convite ao lucro e ao risco, fora dos subsídios governamentais".

São essas as "Duas Faces de Jano". O vezo antiempresarial, antiprivatista da administração Collor coexiste, realmente, com o programa antiinflacionário e privatizante, o qual deve ser sincero e autêntico — acredito eu — pois, do contrário, os obstinados e autênticos marxistas do PT, PSDB, PCB, PDT, PSB, CUT e CNBB contra ele não se manifestariam com tamanho e exacerbado ódio.

Temos assim que conviver com a dubiedade e o paradoxo. Temos que aceitar as declarações malcriadas e cafonas do intrigante porta-voz que denuncia o capitalismo selvagem, quando a realidade do país aponta para a selvageria do patrimonialismo. Temos ainda de nos habituar às medidas do Ministério da Educação contra a escola privada, enquanto, tolerantemente, aceita as indecentes pretensões das universidades federais, controladas pelo PT. Teremos, em suma, de conviver com um Estado cada vez mais forte, cujo chefe nos promete reduzi-lo a um Estado mínimo, sem saber como fazê-lo.

61. ANACRONISMOS*

Ao ser entrevistado sobre uma novela de TV, "Araponga", o teatrólogo Dias Gomes descreveu seu herói, um fanático e ridículo detetive do SNI, como um "anacrônico anticomunista". O qualificativo surpreendeu-me. À luz dos acontecimentos dos dois últimos anos na China, na Europa Oriental e na Rússia, anacrônico seria o comunismo, não o anticomunismo. O anticomunismo é mesmo muito moderno. É atual, é triunfante. Ninguém mais anticomunista, hoje em dia, do que a população das grandes cidades da Europa Oriental. O anticomunismo é mesmo pós-moderno. Ele age com particular virulência na praça da Paz Celestial, em Beidjing, e diante do Parlamento da Federação Russa, em Moscou. O Sr. Dias Gomes, que jamais deixa de pagar suas promessas a Marx, é teimoso como o Zé do Burro e precisamente por isso anacrônico.

Anacrônico, aliás, é o Brasil. Infelizmente. Dadas as dificuldades de comunicação com a Europa, nesta época de aviões Boeing, telefonia-sem-fio, DDD, televisão por satélite e outras tecnologias avançadas, há 20 anos que Marx foi enterrado, depois de haver morrido há 100 anos, mas o pessoal aqui ainda não se deu conta. Com cegueira fanática e tapada, continua a viver na fantasia de suas idéias derrotadas e não aceita a realidade como ela é, ofuscante. Há quem acredite que o Muro de Berlim nunca existiu e quem opine (um professor de ciência política da USP) que ele foi derrubado pelos operários para protestar contra o capitalismo da Alemanha Ocidental...

Sempre houve e provavelmente sempre haverá gente que vive com idéias passadas. Sempre existirão fanáticos. Há algum tempo levei um intelectual francês, meu amigo, a visitar o "Templo da Humanidade" na rua Benjamin Constant, no Rio de Janeiro. A rua Benjamin Constant não celebra, aliás, o grande liberal franco-suíço de princípios do século XIX, mas o oficial brasileiro que foi um dos principais responsáveis pelo autoritarismo positivista de nossa República Velha. Ao visitar o templo, meu amigo ficou boquiaberto: ainda há positivistas no Brasil! Ele me perguntou, parodiando o Montesquieu das *Cartas Persas*: "*comment peut-on être positiviste?*". Positivistas? Os há, de fato. E há maçons, há admiradores de Haeckel, há cultuadores de Xangô e Iemanjá e Allan Kardec (aos milhões, aliás!). E os há que acreditam em discos voadores e E.T.s.. E há marxistas, e provavelmen-

---

(*) *JT* em 29.10.90

te os haverá ainda daqui a 100 anos, pois o brasileiro revela um teimoso vezo conservador.

Li na *Folha de São Paulo* (4.10.90), um artigo do Sr. Antônio Houaiss, antigo colega na carreira ao qual já me referi, e embaixador biônico, peça escrita com o Sr. Roberto Amaral Vieira, secretário-geral do PSB. Aconselho a que se debrucem sobre essa obra do nosso famoso e imortal filólogo, que não é nenhum tolo. Houaiss parte do reconhecimento angustiado de que "o socialismo real" parece haver provado sua derrocada "sem possível suasório". Mas depois dessa constatação objetiva, alinha argumentos sobre a atualidade do socialismo. Um velho amigo, também diplomata e meio filósofo, Mário Vieira de Melo, disse-me um dia que debater com marxistas é como entrar em contactos imediatos do terceiro grau com marcianos: não se fala a mesma língua, nem funciona o cérebro da mesma maneira. Não se chega jamais a um entendimento porque os pressupostos da realidade não são os mesmos: estamos a anos-luz uns dos outros. O líder e intelectual socialista, que estava designado para ser o chanceler do "presidente" Lula da Silva, caso tivesse este sido eleito, sustenta seu arrazoado no caráter "humanista" do socialismo e desenvolve em seguida as conhecidas teses, ressentidas e amargas, da "teoria da dependência".

O humanismo e a realidade histórica entram, contudo, em inexorável conflito. Poder-se-á considerar "humanista" uma ideologia que, combinada com o nacionalismo, levou a Alemanha ao Holocausto e à II Guerra Mundial; carregou, na China, com 50 milhões de vítimas no Grande Salto para a Frente e a Revolução Cultural; na Rússia, com 60 milhões, (se devemos acreditar nos testemunhos de Solshenitsyn e Medvedev) que pereceram sob Stalin na coletivização forçada, no terror e no Gulag; na Kampuchea de Pol Pot, com o genocídio de um terço da população Khmer; e gerou, em Cuba, o mais obstinado, barbudo, retrógrado e tirânico de todos os caudilhos despóticos que a América Latina já conheceu?

Continua o país repleto de outros ex-marxistas que, subitamente, como Saulo de Tarso no caminho de Damasco, viram a luz ofuscante e registaram sua *metanóia*. Me pergunto quantos, realmente, leram Adam Smith ou Hayek... A melhor maneira de não perder o "bonde da História" é se converter à ecologia. As bandeiras vermelhas são trocadas por flâmulas verdes. Viram todos melancias, que é o que está ocorrendo na Europa Ocidental, principalmente na Alemanha. O que agora mais se critica é o "consumismo". Não podemos descartar uma idealização geral da penúria terceiro-mundista (o socialismo, segundo a definição de Janos Kornai, o húngaro que é o mais conhecido economista

atual da Europa Oriental, seria a "economia da penúria"). Mas, contraditoriamente, se argumenta, como faz nosso ilustre filólogo, que "é preciso impedir que poucos tenham carros, consumo opíparo ou a parafernália dos badulaques eletrônicos". Acabo não sabendo se o que querem é que todos tenham carros (dez milhões no Brasil subdesenvolvido, mais do que os que trafegam na ex-superpotência soviética) ou que ninguém tenha carro, como na Albânia, em Cuba ou na China, onde todos andam de bicicleta. Se a "deterioração da saúde" é criticável, então como explicar que o aumento da mortalidade infantil e a queda da expectativa de vida estejam ocorrendo, precisamente, na primeira pátria do proletariado socialista? E que, por confessar tais coisas, o ex-primeiro-secretário do PCUS acabe recebendo o prêmio Nobel da Paz?

Os psiquiatras falam na "pseudologia fantástica" dos histéricos e esquizofrênicos: não será esse o sintoma da moléstia mental que afeta nossos anacrônicos intelectuais?

62. OS TROGLODITAS*

Em seção anterior procurei defender a tese de que o fenômeno político central destes últimos 200 anos foi a elaboração da ideologia nacional-socialista. O componente dialético essencial de tal ideologia é a dicotomia Direita X Esquerda, que lhe fornece a energia maniqueísta necessária à sobrevivência. O mecanismo do bode expiatório configura um elemento essencial do processo. O mundo é visto como resultante de conspirações secretas. A projeção contra os adversários, reais ou fictícios, de todos os ressentimentos, temores, invejas e demais conteúdos negativos do inconsciente, permite à ideologia: 1) justificar o crescimento do Estado; 2) assegurar o domínio do poder pela "Nova Classe" ou nova aristocracia (Tocqueville), formada de burocratas, políticos profissionais, militares e intelectuais que com seu poder se locupletam; e 3) coletivizar a sociedade em nome de velhos ideais de pátria, glória, justiça, igualdade, direitos humanos, etc. Contra o desenvolvimento natural da humanidade para um mundo aberto, pluralista, liberal e ecumênico, o nacional-socialismo implica um retorno ao tribalismo dos trogloditas, a um estágio primitivo de que se foi o homem aos poucos desembaraçando à medida que se civilizava. O que constatamos, com pesar, é que

(*) *JT* em 02.09.91

essa ideologia contaminou a sociedade brasileira a partir do 15 de novembro de 89, agravando a situação após a Revolução de 30, e não demonstrando sinais de declínio. Isso, embora seja o país, por força mesmo de sua formação histórica, ecumênico por vocação.

Alguns episódios recentes, amplamente noticiados pelos jornais, demonstram que o componente socialista da ideologia brasileira pode estar em minguante, mas o nacionalismo certamente em vigorosa ascendência. Os eventos históricos na Rússia aceleram a conscientização do que se passa entre nós, forçando a barra para a "direita". O que é evidente é que a classe dominante de políticos, tecnocratas e intelectuais, que constituem a elite da *Nomenklatura*, agarra-se ao poder com unhas e dentes, e só um amplo movimento popular espontâneo, como o que se registou em Moscou a 20 de agosto de 1991, poderá reverter a "nacionalpatologia" a que se refere L. C. Lisboa em esplêndido artigo no *Jornal da Tarde* (13.8.91)). Os eventos: 1) o ressurgimento da Frente Parlamentar Nacionalista, visando preservar o "patrimônio nacional", que é, naturalmente, o seu próprio; 2) a manifestação dos trogloditas do PC, como João Amazonas e Oscar Niemeyer em favor do golpe militar de Yazov, Kryushkov, Pugo e Cia.; 3) a carta de solidariedade a Fidel Castro, o velho patriarca do *gulag* antilhano, assinada pelo que há de mais reacionário na *intelligentsia* botocuda; 4) a nomeação do antigo presidente da Sociedade Brasileira pelo Retrocesso da Ciência para o Ministério da Educação onde tratará, em primeiro lugar, de preservar o ensino superior gratuito para os filhos da *Nomenklatura*; 5) o verdadeiro fascínio que arrebatou nosso presidente pela tese, defendida por um sociólogo francês de segunda categoria, de que o "Sul" subdesenvolvido está sendo abandonado, explorado e perseguido pelo "Norte" industrializado; 6) as declarações desse nosso jovem e ilustre líder a jornalistas estrangeiros, tendentes a irritar os banqueiros credores no momento mesmo em que deveria urgentemente cogitar de alcançar um acordo sobre a dívida externa; 7) a visita de S.E. a Angola, onde foi prestigiar os comunistas de Luanda, na ocasião exata em que as estimativas indicam o triunfo eleitoral provável de Jonas Savimbi; 8) a recusa teimosa em ratificar o Tratado de Não-proliferação Nuclear, como se a velha aspiração de alguns brigadeiros estratosféricos, de desenvolver mísseis com ogivas atômicas no Iraque, continuasse de pé; 9) a insistência da Marinha em também construir seu submarinozinho nuclear, para contra-arrestar, suponho eu, os 100 submarinos estratégicos das grandes potências do "Norte" (Estados Unidos, Rússia, França, Grã-Bretanha e China) cujos 24 mísseis, armados com 10

ogivas cada um, poderiam levar toda a população brasileira muito mais rapidamente ao estágio da pedra lascada do que qualquer outro esforço consciente que possa empreender nosso governo; 10) a obsessão dos militares com a soberania sobre a Amazônia, como se tivessem ingerido uma dose da cocaína que, por ali, anda transitando; 11) o discurso do chefe do EMFA, na solenidade de troca de comando na ESG, quando S.E. declarou que, para defender essa soberania, "o Brasil pode até ir à guerra" (contra quem? pergunto eu, e com que roupa?); e, 12) a resposta do novo comandante dessa instituição que alertou para o risco de "desestabilização" daquele vasto e sagrado rincão da pátria, sempre conhecido pela presença fantasmagórica de curupiras, macunaímas e boiúnas; 13) os gritos acalorados que ouvi, em recente reunião, no Rio, de uma sociedade que reúne militares da reserva e embaixadores aposentados, em que foi denunciada a intenção perversa dos americanos (sempre eles, os famigerados capitalistas imperialistas!) de povoar a Amazônia com o excedente da população da China e da Índia (sic); 14) e outros gritos não menos histéricos, ouvidos em oportunidade similar, em que a aceleração da explosão demográfica brasileira foi aconselhada, de maneira a povoar aquela área, notória por seus mosquitos e outros animais daninhos, com 300 milhões de nossos homens cordiais — assim detendo, 15), o genocídio praticado pelo "imperialismo da pílula" e pela ligadura de trompas no útero sagrado da mãe brasileira. Ó pátria amada, idolatrada, salve, salve, eu poderia prosseguir com esse lamentável registo! Mas o fato é, como no romance de ficção científica de Conan Doyle, os troglo-ditas convivem cada vez mais intimamente com os dinossauros, e não querem deixar de fazê-lo.

63. OS BOTOCUDOS DA AMAZÔNIA*

É com alguma trepidação que abordo novamente o tema da exacerbação nacionalista que percorre o país, particularmente entre os militares e a Esquerda festiva. É um bom sinal que o tema esteja sendo insistentemente ventilado pela Imprensa e as redes de TV, o que contribui para trazer um pouco de racionalidade à polêmica. No *ESP* de domingo, 13 de outubro de 1991, tivemos um esplêndido editorial sobre o "nacionalismo militar", dedicado especialmente à palestra do General Leônidas P. Gonçalves na ECEME,

(*) *JT* em 04.11.91

e um artigo de Augusto Nunes sob o título "O anacronismo também é nosso". Essas peças possuem o mérito de desanuviar o debate que ameaça escapar de controle e se converter num festival de asneiras como poucas vezes assistimos neste país.

O objeto de tudo é a Amazônia. Provavelmente desde a época de Pedro Teixeira, que, em 1638, incorporou o Rio Mar ao patrimônio nacional, a área não tem merecido igual atenção como agora. O nacionalismo difuso pelo público, a criação de um "bloco nacionalista" no Congresso e a aflição que o problema desperta nos círculos da "direita" militar parecem originar-se na crise do país: a xenofobia sempre foi a reação natural a um sentimento coletivo de humilhação, frustração e *capitis diminutio*. É o sentimento que afeta as viúvas da Praça Vermelha, depois do colapso do socialismo, e os que se sentem ao desamparo desde que o chefe do Estado deixou de ser um general (e que o Presidente Collor pouco tem feito para consolar). Os ressentimentos combinam-se com as preocupações ecológicas da modernidade para cozinhar, no caldeirão da magia negra ideológica, uma poção altamente venenosa.

Posso compreender o desgosto do General Leônidas com o Sr. Lutzenberger. Esse alucinado faz jus aos protestos, mesmo de quem alimenta convicções moderadas sobre ecologia. Foi evidentemente escolhido por Collor por uma questão de *marketing* político — o vício original da corte montada por S.E. para lhe assessorar. Há quatro anos li uma coletânea publicada na Europa, sobre meio ambiente, e a contribuição do Sr. Lutzenberger primava pela desmedida e o escândalo, entre outras de cientistas mais sérios. Mas, por amor de Deus, senhores empenhados na polêmica, mantenham o bom senso! Um exemplo: a recusa do Japão em financiar a construção da rodovia 364, que deve ligar o Acre a Pucalpa, no Peru, e daí à costa do Pacífico, a pretexto de preservar a floresta amazônica, resultaria da decisão dos EUA de "boicotar os recursos financeiros" para o empreendimento, presumivelmente com sombrias e maquiavélicas intenções, nunca bem definidas. A alegação é tão fantasiosa quanto a do espanhol Lope de Aguirre que perseguiu o El Dorado nas Sete Cidades de Manoa (Manaus), ou a do Padre Cristovão de Acuña que inventou o nome da região depois que Francisco de Orellana, em 1541, desceu o rio e asseverou que estava defendido por uma tribo de guerreiras a cavalo, descendentes das que combatiam na Grécia pré-histórica (o que não impede que outra etimologia atribua o nome ao termo que, num dialeto tapuia, designa o fenômeno da pororoca, *amassona*). Mas, afinal, se o Brasil realmente quisesse construir a tal estrada, da maior importância estratégica para a saída ao Pacífico e a penetração de nossa

economia pelo Peru e o Equador, não precisaríamos de dinheiro estrangeiro. Seria fácil a um país que gastou 5 bilhões de dólares com a Ferrovia do Aço, que jaz abandonada no sul de Minas, e outros 2 bilhões, desperdiçados, com outra ferrovia que vai do nada setentrional ao nada meridional, reservar 200 ou 300 milhões de dólares para o empreendimento, Mas por que os japoneses se recusaram a financiá-lo? Não pagar dívidas, dizer ao credor que não vai pagar "à custa da fome de nosso povo", não pagar juros da dívida e, ainda por cima, maltratar os banqueiros negociadores, nunca foi maneira adequada de obter empréstimos...

Numa conferência recentemente realizada no Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, no Rio, a Professora Berta Becker discorreu sobre "A Amazônia, a última fronteira de recursos". Argumentou essa frustrada criatura que a Amazônia constitui "o banco genético do planeta" e, como tal, cobiçado pelas "potências hegemônicas" onde "impera o neoliberalismo" que, "em competição acirrada", marginalizam e afetam perigosamente os "países periféricos". O palavreado deveria fazer as delícias do Governador Brizola, do Senador Fernando Henrique Cardoso e do Deputado Florestan Fernandes... A prestigiosa cientista geopolítica foi vibrantemente aplaudida por coronéis, generais, brigadeiros, almirantes e embaixadores aposentados que integram aquele augusto cenáculo. O complexo explícito se manifestou escancaradamente. Um psicanalista da linha adleriana não teria dificuldade em diagnosticar os sentimentos de inferioridade e frustração, de humilhação e temores que movimentam as hostes botocudas. O *JT* falou recentemente na "prisão da mente" que anda afetando a nacionalidade a seu nível intestinal. A constipação da inteligência está graçando. Não se pode entender a famosa "crise" que atravessamos, sem levar em conta o ambiente ideológico de uma certa parte da elite, que a determina. Mas os inquéritos de opinião, consistentemente, testemunham (como no caso das privatizações e da abertura da economia, por exemplo), que o povão está bem na frente dos botocudos. Ainda há, portanto, esperança...

64. EDUCAÇÃO E CLASSE DOMINANTE*

Gosto de contar um episódio comigo ocorrido quando, há três ou quatro anos, lecionava no Departamento de Relações Internacionais e Ciência Política da Universidade de Brasília.

(*) O Globo, em 12.12.90

Estava eu expondo a teoria do Estado de Direito, as idéias de Hobbes, Locke e Rousseau sobre o Contrato Social e as teses de Weber sobre os três tipos de autoridade ou dominação legítima quando fui interrompido por uma pequena turma de estudantes que me faziam perguntas extemporâneas sobre luta de classes, exploração do proletariado, burguesia opressora, classe dominante e outras estultices no gênero. Eram todos, presumo, do PT. Alguns talvez do PC do B, PDT ou PSDB. A universidade é controlada pelo PT e os jovens representantes do desvairado partido se achavam com direito a demonstrar o alto grau de boa educação, disciplina, padrão de ensino e eficiência pedagógica da sua agremiação...

Um dia, porém, exasperado com as interrupções, me detive no discurso e devolvi o desafio. Fiz um teste: "Queria que vocês me dissessem se estão todos de acordo com a tese da divisão da sociedade em duas classes: a classe dominante exploradora e a classe dominada explorada. Alguém tem dúvidas a respeito?" Ninguém se manifestou. Deram assentimento tácito à premissa.

Parti então para a segunda questão: "A primeira classe é a dos burgueses capitalistas e a segunda a dos proletários oprimidos. Todo o mundo está de acordo?" A maioria silenciosa provou-me que estava realmente de acordo.

Avancei em seguida para o gambito decisivo: "Vejo que ninguém, aqui, tem cara de proletário. Vocês são todos brancos. Os únicos pretos a quem lecionei na Universidade são africanos, com bolsas de estudo concedidas pelo Itamaraty. Vocês usam todos calças *jeans* como qualquer rico estudante nos EUA ou na Europa. Vestem todos camisetas com dizeres às vezes em inglês (diante de mim, um marmanjo ostentava o dístico "Universidade de Harvard", enquanto na camiseta semitransparente de uma garota peitulante lia-se *This is all yours*) e todos possuem automóveis. Vocês não parecem proletários. Quem é então, aqui, que é burguês?" Um silêncio sepulcral foi a resposta que recebi.

Parti para o xeque-mate: "Se não há nesta sala, nem proletários explorados, nem burgueses exploradores, pergunto o que são vocês?" Silêncio. "Ofereço então minha própria sugestão: Vocês são aquilo que eu também sou, pois tenho 50 anos de serviço público, no Itamaraty e nesta Universidade. Vocês são os membros da classe dominante brasileira, a classe burocrática e patrimonialista. Aposto que todos os seus pais ou vocês mesmos são funcionários públicos, políticos, militares, ou exercem outra profissão qualquer dependente do Estado. Vocês pertencem àquilo que, na União Soviética, se chama a *Nomenklatura*: a elite que controla a superestrutura política, intelectual e cultural da nação. Vocês são filhos dos donos do poder. E ambicionam se converter nos futuros donos do poder"...

Minha tese, como seria de esperar, não muito contribuiu para incrementar minha popularidade como docente, sendo recebido com visível desconforto ou passável incompreensão. Ninguém, contudo, ousou repudiar meu desafio. Ao sair do prédio, ao final da aula, um jovem nissei, bastante tímido, pediu-me uma carona para a cidade. Confessou-me que seu pai, japonês, era dono de uma lojinha em Taguatinga, a principal cidade satélite de Brasília. Era ele, na verdade, o único, em minha classe de 40 alunos, que não possuía automóvel e poderia ser acoimado de burguês capitalista...

O que caracteriza a classe dominante brasileira, mormente em Brasília, é que ela possui o privilégio do ensino superior gratuito para seus gentis e geniais rebentos. Há 400 mil universitários em universidades federais e estaduais que consomem a maior parte das verbas do Ministério da Educação, enquanto pouco menos de um milhão de estudantes de ensino superior encaminham-se para as instituições privadas — as quais recebem subsídios irrisórios nas dotações orçamentárias da União. Conforme acentua Frei Constantino Nogara, reitor da Universidade de São Francisco, em Bragança Paulista, "85 por cento dos alunos matriculados em universidades estatais gratuitas pertencem à classe A, a classe alta". O padre poderia haver acrescentado que, desses 85 por cento, provavelmente a grande maioria também pertence à classe dominante patrimonialista, isto é, à classe de tecnocratas, políticos, funcionários civis e militares que servem ao Estado. A classe dominante, como se poderia esperar, não gosta de ensino privado, porque é pago. A gente realmente se indaga se os ministros da Educação, que estão servindo um governo autoproclamado "liberal", estariam empenhados na destruição do ensino privado no país, de tal modo espremem as escolas particulares entre a foice do aumento dos salários dos professores e o martelo do controle das mensalidades escolares. Enquanto o grosso das verbas vai para a educação superior, ficam à míngua o ensino de primeiro grau e a erradicação do analfabetismo. Isso é, evidentemente, encoberto pela classe dominante com gritos estridentes de "Tudo pelo social", "Justiça social!", "Melhor distribuição da renda nacional!", "Melhor qualidade do ensino", etc. – sabendo-se, perfeitamente, que seu verdadeiro desejo é a socialização prática do ensino em proveito próprio e a projeção de toda culpa pelas mazelas do país sobre as multinacionais, os bancos, o FMI e os americanos.

VII.
CONCLUSÕES DE FILOSOFIA POLÍTICA

65. LIBERALISMO E JUSTIÇA SOCIAL*

Tenho a maior admiração pelo Senador Marco Maciel. Considero-o um dos políticos jovens que mais se têm salientado num ambiente geral caracterizado, infelizmente, pela mediocridade ideológica, a incompetência e o desarvoramento moral. Foi assim com interesse que li sua obra *Liberalismo e Justiça Social*. Sinto-me honrado com a oferta que me fez do livro. Por isso não é sem certa trepidação que me atrevo a criticá-lo. O pequeno ensaio é uma "contribuição ao desenvolvimento do liberalismo moderno em nosso país". É sobre o tema das falsas interpretações do liberalismo que dedico esta seção.

Minha crítica se endereça inicialmente ao trabalho *Socialismo Liberal* publicado pelo Instituto Tancredo Neves, vinculado ao PFL, com o apoio da Fundação Friedrich Naumann — esta vinculada ao PL alemão. A idéia de um liberalismo associado ao socialismo, que parece contaminar essa produção literária do PFL, é o que me enche de perplexidade. Já tive ocasião de me referir à espécie de *Glasnostalgia* de um socialismo em franca decrepitude — numa austera e vil tristeza aparente, tanto no partido do Sr. Genscher, na Alemanha, e no PS do Sr. Mitterrand, na França, quanto entre os falsamente chamados "liberais" da ala esquerda do Partido Democrático, nos EUA, e, finalmente, entre mui cartolas do PFL, do PTB e do PSDB em nosso próprio país. Esses homens reconhecem, inconscientemente, que é ao Liberalismo que devemos atribuir todo avanço

(*) *JT* em 10.10.88

político, econômico e social do mundo moderno. Ao mesmo tempo, todavia, se sentem emocionalmente acorrentados aos preconceitos reacionários da *Vulgata* marxista e à *diamat* dos outros "socialismos" europeus. Não se convenceram ainda que o socialismo, como acentuava Honoré de Balzac, "que se tem na conta de ser novo, é um velho matricida. Sempre matou a república, sua mãe, e a liberdade, sua irmã". Procurar fundir as duas doutrinas incompatíveis só é possível através de acrobacias intelectuais que mereceriam demonstração mais espetacular nas Olimpíadas de Barcelona. Alguns mais atrevidos, como o marxista italiano Carlo Rosselli, autor do segundo livro anteriormente citado, tentam mesmo defender o ponto de vista, encampado pelo Embaixador Sérgio Rouanet, de que Marx é um liberal, a mesmo título do que Locke, Hume, Adam Smith, Burke, Montesquieu, Tocqueville, Stuart Mill ou Benjamin Constant. Afinal de contas, já cheguei mesmo a ouvir, de um colega "cientista político" na universidade onde lecionei (isto antes do golpe militar fracassado em Moscou, de agosto de 1991), que Gorbachov e a União Soviética configuram a vanguarda do liberalismo no mundo contemporâneo! *Sancta simplicitas*! Em suma, que o Instituto Tancredo Neves e a Fundação Naumann se atrevam a publicar textos com os do Sr. Carlo Rosselli, isso prova apenas a que aberrantes extravagâncias conduz o criptomarxismo desses pseudoliberais americanos e europeus, esmagados pela constatação terrível do fracasso da sua utopia. O Senador Marco Maciel, infelizmente, não escapou do descarrilamento típico do democratismo — desastre de que a nova Constituição é a lastimável coroação. Um mal-entendido que poderá reservar-nos trágicas consequências...

Um primeiro sinal de que os "liberais" do PFL saltaram dos trilhos pode ser encontrado logo no princípio (página 11) do livro do senador, quando escolhe Hans Kelsen para sua primeira citação. O relativismo filosófico e o positivismo legal de Kelsen dificilmente podem servir de sustentáculo teórico a uma sociedade verdadeiramente livre, onde reine uma concepção transcendente da Justiça. Marco Maciel, logo em seguida, qualifica o capitalismo de "imobilista". Propõe a famosa terceira alternativa ou terceira via "inovadora" que, como sempre nesses casos, ele se abstém cuidadosamente de definir. Se o capitalismo, isto é, a economia de mercado, liberal por definição, a economia de plena concorrência e de iniciativa privada hegemônica, é imobilista, então nos quedamos profundamente intrigados com o espantoso progresso, com a singular expansão econômica e o dinamismo sócio-cultural sem precedentes, registrados no Ocidente (e agora também na Ásia Oriental) nestes últimos 200 anos de revolução

industrial capitalista e, particularmente, nos 30 ou 40 "anos gloriosos" de seu crescimento ininterrupto. Será imobilista o fenômeno que levou a CEE, os EUA, o Japão e os outros países de economia liberal capitalista a um avanço absolutamente inédito na história da humanidade? Se a proposta da Frente Liberal é "exigir a intervenção do poder" estatal (página 15), então o que a Frente deseja não é certamente uma sociedade liberal, mas um tipo de regime pachorrento, semelhante àqueles que, na Europa Oriental, no Terceiro Mundo e mesmo na Grã-Bretanha trabalhista, nos EUA do trio Kennedy-Johnson-Carter, na Argentina peronista e na França socialista de 1981-84, conduziram à estagnação e ao imobilismo burocrático. O Senador Marco Maciel me desculpará se afirmo que, no livro *Liberalismo e Justiça Social*, o que se exprime não é uma doutrina liberal autêntica. É uma versão sofisticada do democratismo retórico que propõe o intervencionismo estatal, esquecendo-se da estrutura patrimonialista e clientelista tradicional desta nossa velhíssima Nova República.

Talvez porque pertença a uma ilustre família nordestina, incapaz é o senador de sobrepujar a mentalidade paternalista nos partidos, nos governos e nas agências regionais, que entrega a um bando de burocratas de fleumática boa-vida a tarefa de alcançar a tão alardeada "justiça social". O senador não parece compreender que só há *duas* alternativas. Duas e não três. Uma é o "fortalecimento da empresa privada", sem restrições nacionalistas e sem a imposição socialista de falsos direitos; a outra, o "caminho da servidão" do que chama Hayek o "construtivismo legal", tão notório na Carta retrógrada que nos foi imposta. É uma pena que o Senador Maciel considere "falsa" (página 57) essa tão inflexível opção. Que todos tenham o *direito à habitação*, não há dúvida, contanto que paguem um preço, por mínimo que seja. O que ninguém tem direito é a uma sinecura bem remunerada no Banco da Habitação, na Sudene ou na Caixa Econômica...

O grande líder do PFL fala no "sentido liberal da igualdade". Desde Tocqueville, há mais de 150 anos, sabemos que não existe tal coisa. No Brasil, sobretudo, o que existe é que todos são iguais, porém alguns mais iguais do que outros. É esse, precisamente, o fator de "impasse" que angustia o senador, como nos angustia a todos nós, brasileiros. Nesse sentido, a citação de Hobhouse à página 51 é mais infeliz ainda. Hobhouse era um coletivista inglês que imaginava alcançar a igualdade econômica, não pelo crescimento natural a partir do desenvolvimento livre das potencialidades individuais, mas pelas imposições draconianas do Estado de massas. Não pode haver maior falácia do que equacionar esse coletivismo, num comum denominador de

escassez, com o dinamismo do liberalismo. Se "o Brasil exibe no plano inter-regional uma das mais elevadas concentrações" de fortuna (página 108), é porque essa concentração se processa nas mãos usurárias do Estado burocrático e de seus apaniguados, sobretudo latifundiários nordestinos, inclusive da empresa privada nacional parasitária, dos industriais da seca e dos oligarcas do açúcar — o conjunto camuflado pela retórica do "tudo pelo social".

66. CEM ANOS DE DESORDEM*

Comemoramos, com retumbantes eleições presidenciais, 100 anos de República. Foi bom lembrar nessa efeméride, como apropriada e enfaticamente o fez o Deputado Cunha Bueno, que o que comemoramos são também 12 estados de sítio, 17 atos institucionais, 6 dissoluções do Congresso, 19 rebeliões militares, 2 renúncias de presidentes, 3 presidentes impedidos de tomar posse e 4 depostos, 7 constituições diferentes, 2 longos períodos ditatoriais e 9 governos autoritários, além de um semnúmero de cassações, banimentos, exílios, intervenções em estados, sindicatos e universidades, censura à imprensa e assassinatos de políticos influentes. "Nos últimos 62 anos", acrescenta Cunha Bueno, "somente um presidente civil, Juscelino Kubitschek, terminou o mandato". Poderíamos acrescentar que, mesmo JK, eleito com 30 por cento dos votos, só tomou posse graças a um golpe ou contragolpe militar preventivo (novembro de 1955) que foi acompanhado da deposição de dois presidentes, Café Filho e Carlos Luz, o primeiro regularmente eleito como vice-presidente na chapa de Getúlio em 1950. Cunha Bueno tem toda razão: a República, proclamada por um golpe improvisado que deixou o povo "bestificado", só funcionou mesmo, com certo grau de tranquilidade, no período oligárquico da Velha República (1894-1930) quando, sem eleições, eram os presidentes escolhidos por um grupelho de políticos perrepistas entre os governadores de São Paulo e Minas Gerais; na época da ditadura personalista de Getúlio Vargas (1938-45); e durante o tempo do sistema militar autoritário de 1964, quando foram as eleições indiretas estritamente controladas pelo Alto Comando do Exército. O registro geral não é notável: é mesmo lamentabilíssimo...

Ao celebrarmos o centenário de um sistema de governo tão

(*) *JT* em 20.11.89

evidentemente defeituoso, pouco adaptado à nossa índole e violador dos sábios princípios de Montesquieu sobre a separação e equilíbrio dos poderes, para lhes evitar o abuso, devemos meditar com lucidez, calma e pragmática objetividade sobre os perigos que sempre corremos nas eleições presidenciais. Meditar sobretudo sobre o trauma que, invariavelmente, acompanha o processo sucessório. Três instituições alternativas, todas as três intimamente relacionadas, se oferecem à nossa opção em 1993. São elas a monarquia constitucional, o parlamentarismo e a escolha direta do chefe de Estado. Acredito que as duas primeiras formas de governo e de Estado, e de escolha dos respectivos chefes, são alternativas válidas e altamente aconselháveis ao método atualmente adotado que glorifica, de modo perigosíssimo, um relacionamento eleitoral (e emocional) direto entre o povo e o líder político da nação. Tal convívio imediatista oferece um prêmio precioso ao tipo de liderança caudilhesca e populista (e mui raramente carismática num sentido positivo) que tem desgraçado a América Latina: daqueles que a filosofia clássica chamava de *tyrannos*, considerando a tirania como forma corrompida da monarquia propriamente dita.

Um dos mais perversos lugares-comuns do democratismo brasileiro é o de que só é legítimo o chefe do governo (ou chefe de Estado) eleito diretamente pelo povo. Isso é uma tolice que o próprio Tancredo Neves repetia, *no momento exato em que se preparava para ser eleito indiretamente pelo Congresso*. Já tenho ouvido gente culta e inteligente, ainda que mal-informada, falar como se, a cada 15 de novembro, registrássemos a epifania da democracia popular, dando uma lição ao mundo. *Hélas*! O Brasil pode dar lições ao mundo em termos de futebol, fórmula-1, beleza feminina, carnaval, samba no pé, jogo do bicho, destruição das florestas tropicais e até mesmo "delicadeza" de relacionamento social, tão admirada pelo filósofo alemão Keyserling, com a convivência pacífica de etnias numa sociedade multirracial extremamente heterogênea. Certamente o terreno onde não nos cabe dar lição alguma é no da política. Nessa esfera, convém humildemente observarmos o que se passa nas nações mais civilizadas da Europa e da América do Norte. Nos países politicamente experimentados a que me refiro, o chefe de Estado ou é escolhido por um Colégio Eleitoral (Estados Unidos); ou é função de um Conselho Federal (Suíça), composto de membros eleitos pela Assembléia Federal; ou se personifica num monarca hereditário, gerado indiretamente por uma combinação aleatória de cromossomos, através de atos especiais que se processam sobre a cama nupcial de uma família particular. Saliente-se que a Grã-Bretanha e seus antigos domínios (Canadá, Austrália e

Nova Zelândia), o Japão, os países escandinavos, os Países Baixos e a Bélgica (aos quais podemos acrescentar, como recente prodígio, a Espanha) são as nações mais democráticas, mais ricas e socialmente mais estáveis do mundo. Regimes presidencialistas na Europa, África e Ásia só existem na França e nas Filipinas, ex-domínio dos Estados Unidos. Finlândia e Portugal adotam o modelo misto. Por que insistirmos então num presidencialismo que, repetidamente, demonstrou sua inexequibilidade em nosso meio?

Sou pessoalmente cético em matéria de ciência política. A ciência política não é uma ciência exata. Ao acreditar que todo povo possui o governo que merece — e o que merece na proporção exata de sua sabedoria coletiva, da fortaleza de suas instituições legais e do fundamento moral de sua estrutura social — admito que certos regimes melhor funcionam do que outros, porque mais bem adaptados ao meio do que outros. Creio que, nas condições peculiares de um país como o nosso, culturalmente imaturo, educacionalmente semi-analfabeto, historicamente pouco experiente e economicamente subdesenvolvido, deveríamos ser bem mais prudentes no sentido de evitar o caráter extremamente aleatório do presidencialismo, agravado agora pela Constituição de 1988, um *pot-pourri* (pote podre mesmo!) de dispositivos como que deliberadamente concebidos para assegurar a ingovernabilidade da nação.

Duas presidências medíocres como as de Figueiredo e Sarney — uma dose para cavalo! — e caímos em depressão. Em 1919, Ruy Barbosa já acentuava que "o mal grandíssimo e irremediável das instituições republicanas consiste em deixar exposto às ambições menos dignas o primeiro lugar do Estado, e dessa sorte condenar a ser ocupado, em regra, pela mediocridade". Durante meses fomos assediados pelo espetáculo deprimente e ridículo dos debates na telinha: uma orgia de candidatos, a maioria dos quais se alternando entre o patético, o estúpido, o incoerente, o cínico, o demagógico, o sem-vergonha — tipos simbólicos de um democratismo desarvorado. O caráter lúdico do certame entusiasmou as multidões. Pouco contribuiu, entretanto, para sua seriedade: os inquéritos de opinião mais pareciam uma corrida de fórmula-1 ou os resultados lotéricos da Caixa Econômica. Todo o episódio poderia ser descrito por um novo Machado de Assis que, além de maior escritor da nacionalidade, seria também o maior sociólogo e cientista político brasileiro quando comentou, numa conjuntura semelhante: "a confusão era geral"... Impõem-se, em suma, uma pausa para meditação sobre o regime, que a todos sugiro realizar antes do plebiscito de 1993.

67. ENTRE A ANARQUIA E O LEVIATÃ*

Dois livros me chamaram a atenção para a amplitude que está tomando a meditação sobre o liberalismo. O primeiro é de autoria de Norman MacRae, vice-diretor de *The Economist*, a grande revista inglesa. Trata-se de um ensaio de utopia futurista, no estilo de Wells: *The 2025 Report* (O Relatório 2025) — com subtítulo *Uma História Concisa do Futuro*. MacRae, infelizmente, bem reflete o otimismo exagerado que costuma caracterizar os "libertários" de inspiração romântica. Confia a tal ponto na racionalidade humana que antecipa um mundo, daqui a 38 anos, inteiramente convertido às benesses da economia de mercado e da livre iniciativa... "e depois disso viveram felizes para todo o sempre"! É o defeito da escola dos "anarquistas" que deixaram de ser, como os Bakunin do passado, amantes da bomba, do punhal e da pistola, para se tornarem pacifistas sonhadores, ecólogos e *hippies* entusiastas da "pós-modernidade".

MacRae é, entretanto, um economista sério, um observador cristão, imparcial, objetivo, que já esteve várias vezes no Brasil e reconhece, por exemplo, os méritos de nossa economia quanto aos progressos sociais realizados, desde a época do famoso "milagre". Para países em desenvolvimento como o Brasil prega apenas, em seu relatório futurista, o desmantelamento do Estado produtor e administrador, confiando na economia de mercado capitalista. Pela palavra de um futuro presidente dos EUA, uma mulher, Roberta Kennedy, propõe a organização de um Centrobank mundial que forneceria assistência econômica àquelas nações pobres que concordassem em suprimir as restrições à liberdade de comércio, os congelamentos de preços, os subsídios artificiais e os estorvos às migrações internacionais. A democracia seria assegurada, no Terceiro Mundo, pelo simples recurso da liberdade de viajar de um país para outro: "a maneira mais razoável e direta pela qual um homem livre poderia escolher seu governo seria a de votar com os pés... E assim se iniciou a revolução que despolitizou o mundo"!

Imaginem a permissão a todo cubano de sair de Cuba e a qualquer pessoa, sem passaporte, de entrar no Brasil (e de sair sem restrições cambiais)... Em pouco tempo as ditaduras cairiam de podre, pelo simples desaparecimento de seus cidadãos oprimidos. O pensamento racional sobre o absurdo da existência de governos e da ameaça de guerra seria o suficiente para

---

(*) O ESP, em 19.08.88

proporcionar o triunfo final da liberdade no universo. MacRae resolve a questão de modo admiravelmente simples: o presidente Kemp e o primeiro-secretário Berisov concordariam em montar um sistema conjunto de Defesa Estratégica ("Guerra nas Estrelas") que equivaleria a uma aliança soviético-americana — acordo do qual seriam excluídos os tiranos terceiro-mundistas (gênero Saddam Hussein) que imaginassem aterrorizar o mundo com a bomba atômica. Que maravilha! O bravo utopista britânico, ilustre sucessor de Thomas Morus e William Godwin, nos anuncia o *telecommuting* como a terceira grande revolução nos transportes, seguindo-se à das ferrovias e do automóvel — o que permitiria o triunfo universal da liberdade e da paz em princípios do terceiro milênio.

O segundo livro a que me quero referir é *The Limits of Liberty* (Os Limites da Liberdade), de James M. Buchanan, com subtítulo *Entre a Anarquia e o Leviatã*. Buchanan, professor da politécnica da Virgínia e assessor de Reagan, ao qual já nos referimos em capítulo anterior. Sua obra é mais obviamente dirigida contra os "libertários" do anarco-capitalismo do que contra os socialistas, cuja causa considera perdida. O que propõe é uma nova teoria racional do Contrato Social que, levando em consideração as antigas teses de Hobbes, Locke e Rousseau, invoca as mais modernas, como a de John Rawls: *A Theory of Justice* (Uma Teoria de Justiça). Buchanan, em outras palavras, se não reconhece um Estado "mínimo", pelo menos admite a necessidade mínima do Estado, como mantenedor da ordem legal e policial.

A crítica de Buchanan se dirige, nesse sentido, contra a concepção evolucionista de Hayek. Um processo indeterminado e imprevisível não pode, evidentemente, garantir a evolução da sociedade para a liberdade. Poderia do mesmo modo conduzi-la ao totalitarismo. O contratualismo pode representar uma concepção abstrata que Hayek denuncia como "construtivista". Entretanto, a idéia de que a "Lei" existe e evolui a partir de seu aparecimento como um imperativo objetivo, consciente e racional, não acarreta, necessariamente, segundo Buchanan, os inconvenientes que lhe atribui Hayek. Os *philosophes* contratualistas do Século das Luzes não devem ser simplesmente demitidos, como deseja o grande pensador e economista austríaco. A lei existe para corrigir, forçar ou coibir aqueles indivíduos que, numa sociedade determinada, prejudicam ou ameaçam a liberdade dos demais. Ela pune aqueles que se aproveitam, como penetras, caronas ou *free-riders* (pingentes), dos benefícios das mercadorias ou serviços proporcionados e consumidos coletivamente, sem participar na divisão dos custos. Relembro aqui o que foi analisado no capítulo V deste ensaio, ao discutir Econo-

mia e Prodigalidade, a respeito dos parasitas da economia. Em suma, Buchanan critica a utopia anarquista que se descobre, frequentemente, nos escritos de libertários como Rothbard e Friedman. O jogo livre do mercado, evoluindo sem entraves, não é suficiente para trazer o paraíso: o pensamento filosófico racional tem seu valor para corrigir deliberadamente as distorções.

Buchanan oferece, além disso, uma distinção categórica interessante entre contrato constitucional e contrato pós-constitucional. A distinção refere-se à dicotomia familiar dos economistas entre *allocation* (pagamento, ajuste de contas) e distribuição. Haveria a possibilidade de interpretar o duplo papel do Estado, segundo a distinção acima estabelecida, como a de Estado Protetor e a de Estado Produtor.

Na etapa constitucional, emerge o Estado como uma instituição coercitiva e executiva (*enforcing*), conceptualmente externa em relação às partes contratantes (como o "despertador" que acorda, pontualmente, o próprio Robinson Crusoé, isolado em sua ilha...). Possui a responsabilidade de forçar o respeito universal das normas de liberdade, asseguradas pelo pacto social. Num perfeito Estado protetor democrático, é conveniente a existência de um tal "governador" externo para impor o cumprimento do contrato — como, por exemplo, um Judiciário independente e soberano. No Estado produtor — que obviamente se desenvolveu de modo excessivo por força da concepção social-estatizante moderna — já cabe ao governo incrementar os níveis gerais de bem-estar econômico, tendo como meta a eficiência ideal de uma distribuição arbitrariamente tida como "justa". No Estado moderno ocorre uma interpenetração entre essas duas faces. Mas não há dúvida que Buchanan, como liberal, salienta a prioridade do Estado protetor sobre o Estado produtor. Revelando as virtudes americanas de bom senso e pragmatismo, a obra de Buchanan se apresenta como de útil leitura para aqueles que estão encarregados de elaborar uma nova ordem econômica e social para o país.

68. GLASNOST — *OMERTÁ* E TRANSPARÊNCIA DO PODER*

O problema da transparência do poder tem intrigado os filósofos políticos desde quando Platão, que era cético quanto aos méritos da democracia, descreveu-a como "teatrocracia".

(*) *JT* em 28.03.88

Kant teria sido aquele que, segundo Norberto Bobbio, mais contribuiu para estabelecer o relacionamento necessário entre a opinião pública, numa sociedade democrática aberta, e a publicidade do poder. A exigência de uma visibilidade essencial na política corresponde a um imperativo moral, em termos de transcendência. Segundo Kant, deve haver "acordo entre a política e a moralidade, conforme o conceito transcendente de direito público". Com essa idéia, procura o filósofo prussiano resolver o intratável e eterno problema da incidência do fator moral na política. Se reconhecemos como um fato de que a área da política (o reino de César) se distingue da área da moral (o reino de Deus), porque é o reino do poder terreno, brutal, concreto, imediato e sujeito ao bastão do Príncipe deste Mundo, temos, entretanto, que considerar que esse poder real, incomensurável, esbarra diante das exigências morais de uma opinião pública, iluminada e orientada por princípios de ética.

Quando falamos em opinião pública falamos, necessariamente, numa instância de julgamento moral. Por mais problemática, volúvel, ignorante e defeituosa que possa ser tal instância, a opinião pública tende para um consenso de moralidade média. Se o poder político é concreto, imediato e ocasionalmente violento, o poder do espírito é luminoso, sutil e etéreo. O conflito entre o poder temporal e a moral só pode ser resolvido, consequentemente, em favor do princípio moral, se a luz da verdade não encontrar obstáculo opaco à sua penetração. É a transparência do poder que o torna vulnerável ao julgamento crítico da opinião pública, moralmente responsável. A transparência é, pois, essencial ao controle dos detentores do poder, controle que se exerce pelo voto, pelas injunções do público e restrições morais a seu abuso. A publicidade do poder é condição de liberdade e de respeito aos direitos do indivíduo.

Um francês do século XIX, Maurice Joly, escreveu sobre o governo que deve ser conduzido *au grand jour*, a céu aberto (*Dialogue aux Enfers entre Machiavel et Montesquieu* — Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu —, Bruxelas 1868, citado por Bobbio em *O futuro da democracia*). Bobbio afirma que toda ação secreta é injusta. A afirmação talvez seja temerária: as relações sexuais são normalmente mantidas em discreta privacidade e, nem por isso, são injustas. Não é injusto manter um doente, sofrendo de câncer, na ignorância de seu mal. Certos atos, se expostos *au grand jour*, serão provavelmente reprimidos pela polícia como atentatórios ao pudor. Nesse sentido, devem ser qualificadas as palavras de Kant em seu ensaio sobre *A Paz Perpétua* (1795): "Todas as ações relativas aos direitos dos outros homens são erradas se as máximas de onde emanam são

inconsistentes com a publicidade". Poderíamos observar que as ações de um homossexual com outro seriam erradas no sentido de Kant, na época em que o homossexualismo era considerado um "pecado nefando", suscetível de prisão ou execução capital. Hoje, a tais ações é dada a maior publicidade, de onde deveríamos inferir que as ações de frescura passaram a ser justas.

Platão acentuara que o poder excepcional dos tiranos consiste no fato de poderem, impunemente, agir de maneira escandalosa, executando atos que o comum dos mortais hesitaria em imaginar, mesmo no recesso de seus sonhos mais fantásticos. A *Raison d'Êtat* impõe, entretanto, a confidência e o segredo quando se trata da defesa da segurança do Estado e da proteção da sociedade. Mesmo um tirano tão grotescamente paranóico quanto Stalin procurava esconder os massacres por ele determinados. No caso dos famosos "julgamentos de Moscou" obrigou suas vítimas, os velhos bolchevistas e os marechais da União Soviética, a fazerem confissões ignominiosas de crimes e traições que jamais haviam cometido, para satisfazer a opinião pública. A famosa e nefanda *Gestapo* se intitulava, oficialmente, "Polícia Secreta do Estado" (*Geheimestaatspolizei*). Donde se conclui que, mesmo em Estados totalitários, seria relativamente válida a máxima kantiana, justificando-se o segredo unicamente por razões de segurança estatal.

Os serviços de espionagem e informação das potências mais democráticas se protegem com o segredo, na base de princípios que justificam o *arcanum imperii*. Esse princípio é plenamente racional enquanto houver Estados-nações soberanos, competindo na arena internacional, e enquanto tiver a democracia de se proteger de adversários externos, agressivos, e de inimigos internos dispostos à subversão violenta da ordem pública. Do mesmo modo, justifica-se o segredo mantido pelas autoridades policiais e judiciárias durante uma investigação criminal, a fim de não despertar as suspeitas do criminoso que poderia, de outro modo, escapar das malhas da lei. Pode haver exagero em tudo isso: em certa época existiu, entre nós, o "decreto secreto", cujos dispositivos não eram conhecidos, nem poderiam ser cumpridos pelo comum dos cidadãos. Isso me lembra da história do documento diplomático tão secreto, tão secreto mesmo, que exigia de quem o manuseasse que o destruísse antes de ler... Puro Kafka! Mas o Estado burocrático moderno não é mesmo kafkiano?

Em sua obra *The limits of legitimacy — political contradictions of contemporary capitalism* (Os Limites da Legitimidade — Contradições Políticas do Capitalismo Contemporâneo), Alan Wolfe fala-nos num "Estado Duplo" (*double State*), o que quer dizer, um estado invisível que existiria detrás do Estado visível e legal.

Bobbio se refere aos "poderes invisíveis" que permanecem numa democracia e impedem a transparência necessária ao regime liberal. Em toda parte, efetivamente, encontramos máfias incrustadas na estrutura política. A *omertà*, a lei do silêncio e do segredo, é essencial ao poder da Máfia: qualquer "transparência" imediatamente provocaria seu colapso. O segredo do poder de qualquer estrutura de domínio está, portanto, sustentado num arrazoado de Razão de Estado, que é a razão secreta de seu estado.

No meu entender, o Estado "duplo" ou "secreto" que vigora no regime de *Cosa Nostra* clientelista, tradicionalmente dominante em nosso país, está associado a essa confusão do público e do privado que caracteriza o modelo do patrimonialismo brasileiro. O Estado secreto é o do patrimonialismo e se refere à imensa e complexa tessitura de interesses clientelistas, afetivos e interpessoais que determinam o comportamento dos políticos, governantes e burocratas da classe dominante brasileira. É um mecanismo que funciona sem conhecimento da massa da população. As regras da *omertà* são rigorosas, embora não conduzam, forçosamente, à desforra sangrenta, à *vendeta* e homicídio como na prática siciliana. Entretanto, não poderemos considerar o Brasil como uma sociedade aberta, livre e democrática, enquanto os segredos da *omertà* burocrática forem preservados da inspeção crítica de uma opinião pública, moralmente preparada para o julgamento.

69. DA PRISÃO À LIBERDADE*

Uma prisão é exatamente um local do qual não se pode livremente sair. A proibição de saída constitui a própria definição de uma prisão. Nesse sentido, pode o totalitarismo ser representado como um regime que proíbe a saída de seus cidadãos. A fuga da prisão é descrita como dissidência, sendo esta considerada perigosa para a segurança de toda a comunidade. Quando, no ano milagroso de 1989, os alemães orientais começaram a escapar para a Tchecoslováquia e Hungria, e forçar o Muro de Berlim, toda a estrutura fundamental da Europa comunista começou a desmoronar. A derrubada do Muro deu início às mudanças revolucionárias que se registraram na área satelizada e na própria URSS.

(*) *JT* em 21.05.90

Em visita a Moscou em 1990, com um grupo de brasileiros de que fazia parte o Senador Jarbas Passarinho, permanecemos uma hora e meia no setor VIP do aeroporto de Sheremêtyevo até que se completasse o controle de passaportes à saída: dúzias de funcionários, uniformizados ou não, do KGB postavam-se, com expressão patibular, nos quatro cantos e corredores do aeroporto, até quase a escada do avião da Lufthansa, conferindo vistos, fichas de embarque e certificados vários de segurança: claramente, a *perestroika* ainda não atingira o local... A fiscalização policial-burocrática parece um desperdício e uma arbitrariedade, mas levemos em consideração que o *controle de saída* é essencial à própria sobrevivência do regime. O primeiro passo no caminho da liberdade implica o desmoronamento do que é rígido e inflexível. Nenhum melhor sinal pode ser apresentado da repugnância que causava o comunismo na Europa do Leste do que esse empenho universal em derrubar os muros da prisão.

A conquista da liberdade — ou pelo menos, de sua faceta primária, a liberdade de locomoção — comporta uma contrapartida igualmente primária e é isso que o conteúdo revolucionário da *perestroika* está demonstrando. A liberdade é uma conquista complexa. A liberdade tem seu preço, ela possui seus riscos. O instituto de liberdade opõe-se, na alma humana, a uma outra tendência, igualmente poderosa, que sempre explicou o sucesso aberrante do socialismo: o anseio muito humano de segurança. O problema imensamente sério que enfrentam os que pretendem "abrir" as portas da prisão socialista aos ventos frescos da democracia é que toda nova conquista da liberdade e, particularmente, toda nova liberdade de iniciativa privada suscetível de proporcionar maior progresso, numa economia de livre concorrência, comporta uma redução proporcional nas garantias que o socialismo alega conceder ao proletário. A economia socialista provoca a estagnação. Seus promotores insistem, porém, que ela assegura a previdência, a medicina gratuita, a proteção dos pobres, a garantia contra o desemprego, a equidade nos salários. O que ela sobretudo garante é o ócio sem responsabilidade. Como dizia Montesquieu, a única liberdade do escravo é a de ser preguiçoso.

Quando residi na Polônia comunista e tinha ocasião de ir a um cinema, sempre verificava que o serviço feito entre nós por três funcionários — um para vender o ingresso, outro para recolhê-lo e o terceiro para fazer trabalhar a máquina de projeção — era ali exercido, pelo menos, por uma dúzia de empregados que, no ócio, se revezavam. Vários deles trabalhavam simplesmente para controlar os demais. Um inspetor geral do cinema adquiria ares de autoridade soberana, supervisionando a

atividade da sala de projeção quase vazia. Em praticamente todos os setores da economia socialista vigora o mesmo fantasma do subemprego, o qual, com a desordem dos preços fictícios, o desperdício provocado pela centralização das decisões macro e microeconômicas, juntamente com as subvenções arbitrárias e a ausência do estímulo da concorrência, explica a ineficiência clamorosa do sistema. O socialismo permite, contudo, aos burocratas da classe dominante, aos intelectuais marxistas e aos "teólogos da libertação" afirmarem, do alto de sua pretensa superioridade moral, que num regime socialista não existe esse nefando pecado do capitalismo, o desemprego. Não existe o desemprego porque existe a escassez geral resultante do ócio pachorrento.

É necessário insistir que o âmago da questão do socialismo é o repúdio aos riscos da liberdade, na concorrência, em nome de uma retórica de justiça social. Ora, só a liberdade de iniciativa daqueles que lutam e concorrem com os demais assegura o dinamismo econômico. Num sistema fechado que se isola, como numa prisão, é, teoricamente, possível evitar a concorrência e arregimentar o trabalho, igualando as rendas, pela supressão do lucro, a direção centralizada da produção, a restrição ao consumo e a eliminação total dos mecanismos de preços.

Na realidade, o socialismo substitui a concorrência econômica pela concorrência política. O que não se pode ganhar pelo trabalho eficiente, em detrimento do outro menos trabalhador e menos inteligente, ganha-se pela competição *política* dentro do partido. A intriga pela conquista do poder toma o lugar da competição pela riqueza. Assim se forma a *Nomenklatura*: uma classe privilegiada de cidadãos *alphas*, destinados a governar os cidadãos comuns, os camaradas proletários.

A presença da concorrência política reduz a igualdade de segurança econômica no sistema previdencialista, aumentando a incidência do risco diante da arbitrariedade do burocrata. Acresce que o sistema nunca é inteiramente fechado. Ele convive internacionalmente com outros sistemas, tanto socialistas quanto capitalistas. É a concorrência internacional que configura a *nêmesis* final do Estado socialista. A competição entre nações pelos recursos escassos do planeta acarreta um confronto de produtividades relativas. Na "aldeia universal" em que se transformou a Terra, mesmo os muros de uma prisão são transparentes à comunicação com o exterior. A convivência com os outros mais ricos, mais livres e mais felizes desperta as expectativas dos prisioneiros que, então, se rebelam. É assim que se explica como a concorrência com os sistemas livres da Europa ocidental venceu a modorra carcerária da Europa Oriental, de-

terminando o colapso de toda a estrutura marxista. Por mais trancada que seja a prisão de alta segurança, não é possível a seus inquilinos ignorar "o que se passa lá fora": eventualmente são obrigados a optar entre os riscos da liberdade e a rotina do subemprego, seguro, porém, mal-remunerado.

O pássaro engaiolado tem seu alimento garantido, mas não se atreverá a voar? Há mais de 100 anos, ofereceu-nos Dostoievsky uma terrível e grandiosa antecipação do problema na "Legenda do Grande Inquisidor" (em *Os Irmãos Karamazov*), que inseriu no romance como uma especulação teológica do intelectual ateu Ivan Karamazov. O mundo socialista vive hoje a alternativa entre segurança e liberdade, quando se abrem as portas das prisões coletivas.

70. SAIR DO SOCIALISMO. PRIVATIZAR.*

Em sua recente pesquisa, traduzida e publicada pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro, o conhecido ensaísta e jornalista francês, Guy Sorman, explora o colapso do comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, e a contra-revolução chinesa. Em *Sair do socialismo*, chega Sorman à conclusão, após exame de tais precedentes, que "um otimista verificará (...) o liberalismo político e econômico pode ser enxertado em culturas extremamente variadas, porque é relativamente neutro em relação a essas culturas. O pessimista concluirá que o liberalismo só será construído sobre os escombros da sociedade anterior e depois do desaparecimento de sua classe dirigente". Ambas as alternativas são possíveis em nossa terra. Uma coisa, porém, é certa, acrescenta Sorman: "Sakharov tinha razão quando escreveu a última frase ao morrer, encontrada na sua mesa de trabalho: 'Os obstáculos estão diante de nós'"...

O livrinho do ensaísta francês deve ser lido por quantos se debruçam sobre o que se passa no Brasil, no momento marcado por tentativas mal conduzidas de emenda na Constituição dos Miseráveis, nacional-socialisteira, privatização das estatais e reforma tributária destinada a deter, finalmente, a inflação. Cem moleques baderneiros da CUT e do PDT, sustentados na retaguarda por uma perversa aliança de partidos reacionários, vice-presidentes da República (o atual e um antigo), o caudilho gaúcho, mineiros desconfiados, políticos fisiológicos, atentos a

(*) *JT* em 07.10.91

seus interesses privados, militares trogloditas que pensam em termos de Estado nacional soberano, e intelectuais que adquiriram a síndrome da deficiência imunológica à ideologia — são capazes de atrasar todo o programa de modernização da economia brasileira. Vejam o contraste: em Budapeste, durante a revolução liberal de 1989, um *slogan* pintado nos muros por manifestantes dizia simplesmente: *privatizare*. A privatização como exigência revolucionária das massas, pergunta Sorman, qual o intelectual que poderia isso imaginar, no início dos anos 80? Em 1991, qual o atuante político brasileiro capaz de imaginá-lo? Atados ao passado patrimonialista, mumificados e congelados como o homem de Similaun com 4.000 anos de existência, descoberto nas geleiras da Áustria, os nossos líderes agem num misto de cinismo e de formalismo, enfrentando um himalaia de fatos e de estatísticas que demonstram a impraticabilidade da continuação do desenvolvimento através da ação intervencionista do Estado. Parafraseando o pensador espanhol Julián Marias que, numa conferência em Buenos Aires em 1983, confessava sua melancólica tristeza com a decadência intelectual do mundo, podemos também repetir que "a causa dos problemas cruciais da humanidade é a utilização, em todos os níveis, de idéias arcaicas que nada mais têm a ver com nossa realidade atual". Vejam o estudo "Privatização e Desenvolvimento Econômico", publicado pela *Conjuntura Econômica* da Fundação Getúlio Vargas, de 30.6.91, de autoria de Silvio Guerra e João O. Ferraz Netto. Esses estudiosos, com um arrazoado que demonstra o arcaísmo dos mitos estatizantes, pesquisam a maneira de arrancada para a livre iniciativa. Em vão! No Congresso, sob a inspiração de Roberto Campos, João Mellão e Delfim Neto, forma-se um Bloco da Economia Moderna. Mas o BEM é uma minoria de cento e poucos. Na Grã-Bretanha, na Alemanha, em todos os países da Europa Oriental, como pormenorizadamente descreve Sorman, agora na Rússia e, bem mais perto de nós, no Chile, no México, na Venezuela, a palavra de ordem é: privatizar. Nada disso parece importar aos trogloditas que dominam a maioria do Congresso.

Sir Alfred Sherman, um dos mais próximos assessores da Sra. Thatcher, observou (*The World and I* — O Mundo e Eu —, agosto 1991) que "os historiadores futuros poderão considerar o episódio Thatcher como um interlúdio numa longa história de declínio, tal como vemos hoje o reino dos Antoninos, que despertaram tamanhas esperanças entre seus contemporâneos romanos". Mas o fato é que a antiga primeira-ministra britânica "simboliza a marcha para um mercado livre numa sociedade livre", um mundo novo. Se os Estados Unidos e a Comunidade

européia forem finalmente salvos da paralisia crescente causada pela intrusão galopante do Estado em todos os aspectos da vida individual, acentua Sir Alfred, triunfará então o princípio da responsabilidade pessoal, na sua forma puritana de ética protestante, que fez a grandeza do mundo moderno: o triunfo da liberdade estará garantido.

Mas uma mistura de inércia, amor ao ócio, uma falsa retórica humanitarista (como nas "igrejas que, em sua maior parte, perderam a fé na salvação, refugiando-se então na defesa do socialismo e da sodomia") e o egoísmo da classe dominante burocrática, que não deseja perder seus privilégios, se conjugam para erguer barreiras quase intransponíveis ao movimento da modernidade. Diante dos problemas políticos que enfrenta atualmente o país em sua marcha para o futuro, me pergunto às vezes se não tinha razão, há dois anos, Mário Henrique Simonsen, quando torcia pela vitória do Lula. Pelo menos assim, pensava ele, o Brasil sofreria durante cinco anos de uma moléstia aguda, suficientemente séria para criar anticorpos e conduzir à convalescença. Ficaríamos definitivamente curados de nossa passividade ante o Estado paternalista. Na perspectiva atual, corremos antes o risco de cair no marasmo crônico da estagnação, tão temido pelo Ministro Marcílio Marques Moreira. Realmente, parafraseando uma canção de Chico Buarque, desta vez

já trocamos tédio por fossa
e tenhamos que correr para o analista...

A observação do que se passa na Europa, Ásia Oriental e América Latina serve de indicações para nossos próprios percalços. Guy Sorman, sobre cujo livro *Sair do socialismo* já me referi, demonstra que a revolução liberal, uma revolução branca, difícil, mas racional, se vale de circunstâncias particulares em cada país. Há algum tempo tive ocasião de registar a diferença entre os ritmos respectivos de *perestroika* e de *glasnost* na China e na URSS. Teoricamente, os dois processos deveriam caminhar paralelos. Na prática, há uma defasagem. Distúrbios sérios podem ser causados pela discrepância e as lições a serem retiradas são interessantes para nosso próprio caso brasileiro. A China está procedendo lentamente às suas "Quatro Modernizações". Reagiu com violência súbita a uma "libertação política" prematura, encabeçada por intelectuais e estudantes no episódio do massacre em torno de Tienan Men.

Em livro recente, Milton Friedman medita sobre suas duas viagens à China, em 1980 e 1988 (*Milton Friedman in China*). O

grande economista liberal americano relata, num dos trechos mais reveladores da obra, como ouviu do então Primeiro-ministro Zhao Ziyang a tese de que "o estado regulará e controlará o mercado, enquanto o mercado controla a economia". Isso é impossível, acentua Friedman: eventualmente, as forças do mercado têm que reduzir o poder intervencionista do Estado, e o Estado, também, terá que reduzir democraticamente seu despotismo político. De qualquer forma, na China, *a perestroika* precedeu a *glasnost*. Em recente viagem à China pude aquilatar os efeitos positivos, indiscutíveis, da abertura econômica e privatização capitalista irreversíveis, que deverão, eventualmente, permitir a progressiva libertação política.

Na Rússia ex-soviética, ao contrário, a *glasnost* e o desmantelamento do PC, após o fracassado golpe militar de agosto de 1991, estão abrindo o país ao ar livre, mas, ao mesmo tempo, conduzindo ao caos econômico. A libertação política, ao que parece, chegou cedo demais, dado o caráter ainda incipiente da reestruturação econômica.

O argumento sério é o seguinte: terá o processo de conversão à economia de mercado, em todos os países fora do centro ocidental europeu e norte-americano, que ser, necessariamente, promovido por regimes autoritários? O *despotismo esclarecido* parece haver sido condição para o ulterior progresso liberal, sempre que um governo forte a isso se tenha disposto. Em meu livro *O Dinossauro* (1989), me detive sobre o Despotismo Esclarecido da Europa na Idade das Luzes, como estágio preliminar para a revolução industrial capitalista: os Tudor e Cromwell, na Inglaterra dos séculos XVI e XVII; Luís XIV, no século XVII, e depois Napoleão I e, já no século XIX, Napoleão III, na França; Bismarck, na Alemanha, em fenômeno tardio, com imprevisíveis e trágicas consequências. No momento atual, o que quer que se diga contra Franco, o fato é que a ditaduríssima do generalíssimo preparou a velha estrutura medieval da Espanha para a restauração de uma monarquia liberal que, graças a um ministro socialista, conduziu à abertura econômica e ao *boom* atual. Na Ásia, temos que levar em conta que o extraordinário progresso do Japão foi preparado, ao final do século passado, pelo imperador Meiji e seus conselheiros, todos samurais, e pelas reformas, constitucional e agrária, o esfacelamento do militarismo e dos grandes cartéis industriais (Zaibatsu) e a imposição constitucional da democracia, tudo por iniciativa do ditador militar ocupante, o General MacArthur. Em Taiwan, o regime monopartidário draconiano do Kuomintang foi suficientemente esclarecido para abrir o país e transformá-lo num dos tigres asiáticos. Singapura, outro tigre, vive há 30 anos sob a batuta

autoritária de Lee Kwanyew. E na Coréia, finalmente, uma série de generais prepararam o país para a expansão industrial que causa hoje nossa admiração.

Na América Latina verifica-se um fenômeno semelhante, com muitos traços curiosos. A férrea ditadura de Pinochet, no Chile, fertilizou o terreno para o "milagre" mais notável do desenvolvimento no continente. O México, a Argentina e a Venezuela são agora governados por presidentes, Salinas, Menem e Perez, cujos respectivos partidos majoritários, de natureza populista e muitas vezes exclusivista (como o PRI mexicano), gozam, há décadas, do controle do poder. As reformas liberalizantes e privatizantes que estão empreendendo, com resultados tão positivos, contrariam fundamentalmente a índole nacional-socialista dos programas eleitorais que os carregaram ao governo: eis o milagre. É como se Lula ou Brizola, porventura eleitos em 1989, tivessem levado adiante o Plano Brasil Novo que Collor, encurralado pela resistência do patrimonialismo selvagem no Congresso, na burocracia, nos tribunais e nos sindicatos, não consegue aqui deslanchar.

A conclusão que podemos retirar dessas circunstâncias históricas é que, aparentemente, a *perestroika* econômica deve *preceder* a abertura democrática, sendo assegurada por uma autoridade fortemente estabelecida, mas esclarecida e capaz de derrubar as tenazes e arcaicas estruturas patrimonialistas. À luz de tais considerações, diríamos que o drama que sofremos resulta da circunstância infeliz de não haverem nossos militares, com exceção do Presidente Castello Branco, entendido a missão que lhes cabia: o binômio Segurança e Desenvolvimento estava correto. O desenvolvimento, porém, *deveria haver procedido num sentido de privatização da economia* e não de sua social-estatização e fechamento nacionalista. A abertura econômica, em suma, devia haver precedido a abertura política, de maneira a proporcionar aos governantes verdadeiramente liberais os instrumentos para a *perestroika*.

71. DESOBEDIÊNCIA CIVIL*

A expressão "desobediência civil" constitui o título de um dos mais conhecidos ensaios do poeta e filósofo americano Henry Thoreau. Numa sociedade pragmática e altamente organizada,

---

(*) *JT* em 02.01.89

iniciando a revolução industrial e movida pelo ímpeto prometeano de domínio da natureza, a figura do romântico, utopista e "ecologista" *avant la lettre* que foi Thoreau (†1862) é um tanto ou quanto paradoxal. O escritor de Walden, discípulo de Emerson, procurava defender a renovação moral do indivíduo por esforço consciente, no meio da natureza virgem, contra a sociedade de massas que já se anunciava no horizonte. O ensaio (1849) acentuava a responsabilidade imensa da consciência individual, contra as intromissões atrabiliárias do Estado. Contemporâneo de Thoreau, o socialista francês Pierre Joseph Proudhon (†1865), embora autor da expressão "socialismo científico", é um moralista a quem foi atribuída a frase famosa "a propriedade é um roubo" (na verdade pronunciada por um jacobino *enragé* da Revolução Francesa). Proudhon foi também um sociólogo notável por sua antecipação do caminho nefando que ia tomar o socialismo totalitário de seu inimigo Karl Marx. Ao condenar o Estado absorvente e policial, Proudhon na verdade abria uma linhagem que conduziria ao anarquismo de Bakunin, Kropotkin e Max Stirner (outro inimigo de Marx). Frases que gosto de citar são de sua *Idéia geral da revolução no século XX*: "Ser governado é ser observado, inspecionado, regulado, enrolado, endoutrinado, apregoado com sermões, controlado, estimado, avaliado, censurado, comandado por criaturas que não possuem nem o direito, nem a sabedoria, nem a virtude para fazê-lo..." Ser governado, diz ele ainda, "é em toda operação, em toda transação, ser anotado, registrado, contado, taxado, carimbado, medido, numerado, prevenido, proibido, reformado, corrigido, punido. É, sob pretexto de utilidade pública e em nome do interesse geral, ser sujeito a contribuições, treinado, escorchado, explorado, monopolizado, extorquido, espremido, logrado, mistificado, ultrajado, desonrado...". O verdadeiro anarquismo proudhoniano aparece, contudo, na Rússia. Com Lev Tolstoi (†1910) toma uma forma pseudocristã, pseudo-espiritual, romântica e fundamentalmente não-violenta. O conflito com o Estado, que o anarquismo místico de Tolstoi propõe, possui aspectos vegetarianos, ecológicos, comunistas e de retorno à natureza. O russo participa com Thoreau de uma corrente incoerente e confusa que anima certas tendências contemporâneas contraditórias, encontradiças desde o movimento dos *kibbutzin* em Israel até a pseudoteologia da Libertação e o "libertarianismo" radical americano.

Mohandas K. Ghandi (†1948) é realmente o grande inovador no terreno da desobediência civil, ou resistência passiva aos abusos e violências do Estado, para a qual cunhou o termo hindu *Satyagraha*. Influenciado por Thoreau e Tolstoi, além de pelo cristianismo e pelo budismo, Gandhi primeiro utilizou a

Satyagraha na África do Sul e depois na própria Índia, contra os ingleses, para conquistar a independência de seu país. Durante 30 anos, o método de resistência passiva e desobediência às ordens das autoridades arbitrárias, não pagamento de impostos extorsivos ou injustos e outras fórmulas pacíficas de ação foram usados com um sucesso final relativo, pois, se conseguiu derrubar o Império britânico, Gandhi não pôde evitar que, na própria Índia, surgisse um Estado burocratizado opressivo e centralizado, dirigido pela dinastia de seu amigo e companheiro Nehru — sendo ele próprio assassinado. A idéia do uso de métodos coletivos não-violentos para combater os escândalos, abusos, atos opressivos e outras arbitrariedades da autoridade estatal tomou assim uma nova forma, com a contribuição desse homem excepcional, quaisquer que tenham sido suas contradições, ilusões como político, incoerências e impotência como líder da sociedade indiana.

Na borrasca estudantil de 1968/69, a arma da desobediência pacífica foi muitas vezes praticada pelos *flower people*, os *hippies* e os jovens empenhados na luta contra a guerra no Vietnã, que manifestavam e queimavam suas cadernetas de serviço militar. O fenômeno de 1968 nem sempre, porém, foi não-violento. Nem eram claros os objetivos das arruaças que provocaram, a maior parte das vezes, encenações melodramáticas sem sentido. Martin Luther King (†1968) foi mais efetivo no uso de demonstrações de massa, desacato às regras de discriminação racial e exigência de respeito aos direitos civis e políticos dos negros, no Sul dos EUA. Sua campanha, embora terminada tragicamente, teve considerável efeito para a solução dos casos mais clamorosos de racismo e como contribuição para o processo de integração racial. O exemplo desse líder negro e pastor protestante é assim grandemente construtivo.

Eu acredito que as técnicas de desobediência civil poderiam ser adaptadas ao Brasil, para o combate aos monstruosos abusos do dinossauro burocrático que nos desgraça. Para usar uma expressão do modismo esquerdista: "é preciso conscientizar as massas!". Mas conscientizá-las de que estão sendo exploradas pela classe dominante, ociosa, de intelectuários e políticos, "donos do poder", nas esferas federal, estadual e municipal. Não existe, contudo, em nossa terra, uma tradição de manifestações coletivas livremente organizadas. As únicas de que me lembro foram as "marchas da família" de março/abril/1964, que contribuíram para a derrubada do marxismo boçal de Goulart. O mais comum têm sido motins, badernas e arruaças levantadas pela paixão política ou o protesto irracional, como, por exemplo, a queima de trens e ônibus atrasados, os mesmos trens e ônibus

que deixarão de servir ao público arruaceiro. Não levei muito a sério a campanha pelas "diretas já": o problema do país não é daqueles que possa ser resolvido por "diretas já" — quando não sabemos que tipo de liderança surge de eleições contaminadas por vícios fundamentais na representação, pela desinformação veiculada por órgãos de comunicação de massa infiltrados de ideólogos totalitários, e pelo caráter temperamental e sugestionável de nossas multidões (E a ironia do movimento foi que seu principal promotor, que então dirigia o PMDB, recebeu uma votação miserável nas eleições de 89). Como então levantar emoções coletivas e organizá-las para a luta contra a corrupção, os abusos e privilégios burocráticos, numa ação cívica de recuperação nacional? O que contemplo é algo diametralmente oposto às greves promovidas pela CUT/PT, com o uso da violência, e destinadas a preservar para as lideranças "ludditas", incentivadas pela Esquerdigreja dita da "libertação", o controle das estatais e o desenvolvimento do social-estatismo. Vejo, no entanto, a possibilidade de inundar os tribunais com mandatos de injunção e ações populares; de promover manifestações de protesto perante o Congresso, os legislativos estaduais e as "gaiolas de ouro" que tão mais eficientemente representam os interesses mafiosos de sua clientela patrimonialista e de suas "famiglias"; de recusar o pagamento de taxas e impostos leoninos que só servem para alimentar o apetite pantagruélico da Nova Classe ociosa. Há um vasto campo aberto à imaginação. Deixo a meus jovens leitores a sugestão para ações desse tipo (das quais gostaria de tomar conhecimento).

72. DEMOCRACIA E MENOS GOVERNO*

É certamente Karl Popper um dos maiores filósofos vivos e um daqueles que marcará nosso século. Popper penetrou em profundidade nos problemas de filosofia política num livro fundamental: *A sociedade aberta e seus inimigos*. O grande tema polêmico dessa obra é o ataque a Platão. Sem entrar no mérito do debate platônico em que dificilmente se pode concordar com Popper, saliento apenas que, para o pensador anglo-austríaco, o ponto essencial em filosofia política não consiste em fazer, como o grego, a pergunta "quem deve governar?", porém, colocar uma outra questão, própria de nossa centúria. A pergunta de Popper

(*) *JT* em 02.12.91

é a seguinte: "como podemos organizar as instituições políticas de modo que governantes maus ou incompetentes possam ser coibidos de causar prejuízos excessivos" e, se for o caso, ser derrubados, expulsos ou substituídos sem crise traumática? Ou substituídos, para falar como Weber, de uma maneira racional-legal.

A democracia foi desafiada, em nossa época, como nunca anteriormente e dessa refrega saiu aparentemente vitoriosa. Em toda a parte pensamos que a liberdade num regime democrático está garantida. De 1989 para cá, ditadores totalitários e regimes que pareciam inexpugnáveis foram destituídos, em alguns casos com conflitos sangrentos, mas, na maioria, com surpreendente tranquilidade e presteza. O que se passou na ex-União Soviética tem características de verdadeiro prodígio histórico. Que instituições políticas são, portanto, cabíveis para normalizar o processo de substituição legal e pacífica de déspotas, mentecaptos, corruptos ou loucos? Vemos assim como relevante é o tema. O fato é que, infelizmente e por mais que argumentem os anarquistas, não é possível vivermos sem Estado. Uma coletividade não pode sobreviver sem governo, sem um mínimo de poder político concentrado nas mãos de alguns que representem a maioria. A questão do bom governo, a questão política por excelência, permanece inteira. Fundamental, entretanto, persiste o problema de como coibir o poder.

A tese de Popper situa-se no âmago da receita liberal. Situa-se também, segundo tenho procurado provar, na opção pelo sistema parlamentar monárquico. Efetivamente, como parece demonstrar o argumento empírico, é o parlamentarismo em regime de monarquia constitucional o único que garantiria, dentro da ordem e da estabilidade, a liberdade, a substituição não-traumática dos governantes, a limitação de seu poder e, de um modo geral, a definição que, da democracia, oferece o axioma de Popper — haja visto a experiência da Grã-Bretanha, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, países escandinavos, Países Baixos, Bélgica e Japão. São todas essas nações, sem desmentido, as mais avançadas, mais ricas e mais estáveis do mundo e, praticamente, desde princípios do século passado mantêm suas instituições políticas inabaladas — o que não se pode dizer, com raras exceções, das demais. A Espanha se acrescentou à lista, depois de 100 anos de desordem e sangrentas guerras civis. O presidencialismo e o sistema peculiar de governo de conselho só deram suas provas, respectivamente, nos Estados Unidos e na Confederação Helvética. O caso americano nos parece excepcional e os próprios americanos sempre têm insistido em sua excepcionalidade. Ele é oriundo de uma Constituição quase perfeita, do respeito místico em que é tida e do poder flexível e

irrestrito que possui na mente do povo. A Suíça, por outro lado, é um país pequeno. Vangloria-se de uma admirável tradição democrática de 700 anos de *self-government*, em escala municipal e cantonal.

O argumento empírico em favor da monarquia constitucional parlamentarista é fortalecido, no Brasil, pelos 50 anos de paz, estabilidade, liberdade e progresso que nos assegurou o Império. E, mais ainda, pela circunstância histórica de que, mesmo no Império, o único período de conflito e instabilidade se localizou, precisamente, na Regência, quando foram os regentes republicanamente eleitos. Na República presidencialista, ao contrário, não sabemos como nos desfazer de presidentes, governadores, ministros, prefeitos, deputados e vereadores incompetentes, débeis mentais ou corruptos. Na República, portanto, não funcionam as instituições a que se refere Popper. Somos, os brasileiros, incapazes de destrinçar o nó cego em que nos enredamos e sair do labirinto constitucional em que, espontaneamente, nos metemos. Diga-se a verdade: não somos uma democracia representativa. Nos sentimos, há 100 anos, governados por uma oligarquia de políticos e burocratas patrimonialistas que, nos últimos 30, 40 ou 50 anos, monstruosamente reforçaram seu poder; e sofremos de uma economia 60/70 por cento da qual se encontra nas mãos, nem sempre limpas, da *Nomenklatura* tupiniquim. Não sabemos muito bem como nos livrarmos dessa oligarquia. Nem bem decidimos que preço queremos pagar para a libertação.

Perguntado pelo ex-presidente americano Theodore Roosevelt, que fazia uma *tournée* pelas Europas por volta de 1910, qual era sua função no complexo estado multinacional que era então o Império áustro-húngaro, respondeu o velho Imperador Francisco José com simplicidade: "Eu defendo meu povo *contra* meu governo...". Nessa frase, resumiu o venerável Habsburgo a função de um soberano num regime de monarquia constitucional. Quando o rei reina, mas não governa, vale-se do carisma da família, da dinastia, da noção abstrata do trono intangível e da força da tradição majestática, para exercer um poder moderador, deixando a responsabilidade política a um primeiro-ministro responsável perante o Parlamento. *É o poder moderador do monarca o que restringe o poder imoderado dos governantes*. No Império brasileiro, foi o Poder Moderador constitucionalmente institucionalizado. Numa monarquia parlamentarista podem assim os maus governantes, os incompetentes e corruptos ser simplesmente — perdoem-me a expressão chula — postos no olho da rua.

Ernest Hambloch, um diplomata inglês brasilianista que viveu 20 anos em nossa terra e publicou, em 1934, um livro sob o título *Sua majestade o presidente do Brasil*, cita Gustave Le Bon, o grande sociólogo francês: "Os países da América do Sul

(que adotaram sem exceção regimes presidencialistas) estão submetidos a governantes que exercem uma autocracia não menos absoluta do que a dos antigos Czares de Todas as Rússias, e talvez até mais absoluta... De repúblicas têm apenas o nome. São, na realidade, oligarquias de indivíduos que transformam a política num comércio altamente lucrativo"... O próprio Hambloch foi expulso do Brasil por uma República intolerante, já na vigência da Constituição "democrática" de 1934, em virtude de manifestar essas verdades. Mas não antes de concluir: "Não existem democracias na América Latina... apenas democracias em perspectiva... Mas nem a tradição histórica, nem os aspectos práticos dessa evolução (que ocorreu na Inglaterra como terra experimental dos sistemas políticos) — suas falhas assim como suas virtudes — são compreendidas pela presente geração de brasileiros. Isso é uma pena, pois o problema do Brasil é simplesmente e somente político". O que escreveu Hambloch é, de um modo geral, inteiramente válido até hoje, razão pela qual a leitura do livro me parece extremamente útil.

Depois de Popper, desejo agora invocar as idéias de Weber. Certamente o maior sociólogo do século, propõe Weber três tipos de autoridade legítima: a tradicional, a carismática e a racional-legal. No Brasil, podemos definir a autoridade tradicional pelo que chama Weber de *patrimonialismo*. O patrimonialismo é o sistema em que se confunde o poder público e o privado nas mãos de uma oligarquia estatal. A monarquia constitucional poderia concentrar, na idéia abstrata do trono e na pessoa de um membro da dinastia que nos governou até 1889, a tradição paternalista de nosso povo, permitindo talvez sua "racionalização" no sentido weberiano.

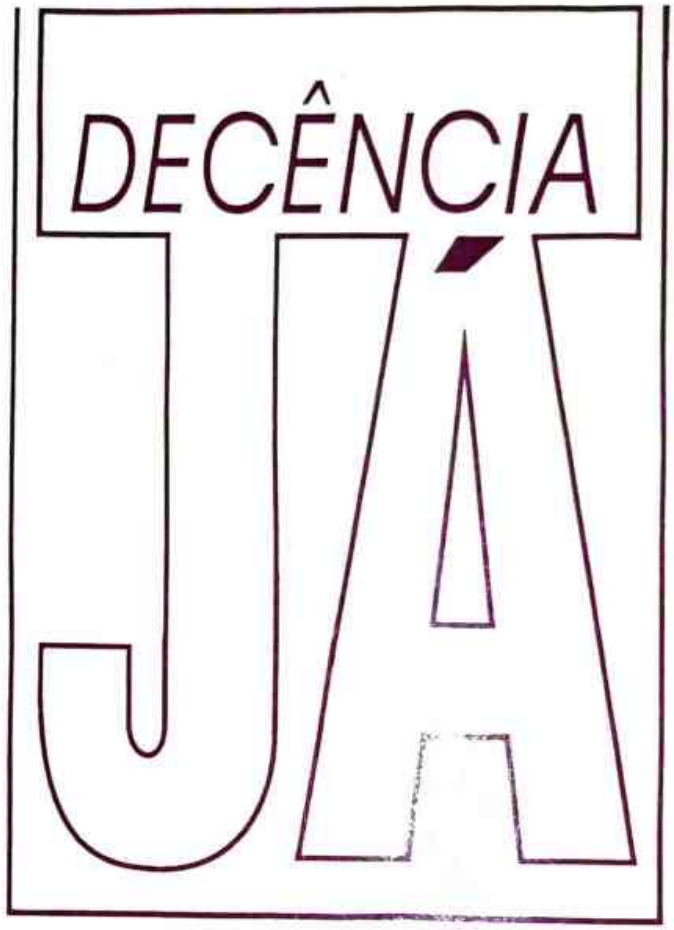
Do mesmo modo, o presidencialismo brasileiro se traduziu por uma procura perene do líder carismático, salvador da pátria e expressão do sebastianismo profundo, vivo ainda em nosso inconsciente coletivo. A monarquia "rotiniza", como dizia Weber, o carisma e permite que a transição sucessória se processe sem os traumas de nossa história republicana (quatro presidentes depostos, três impedidos de tomar posse, dois que renunciaram, seis ditadores, tudo isso junto com sete constituições diferentes, seis dissoluções do Congresso, 17 atos institucionais, 12 estados de sítio e um sem número de outros atos autoritários e arbitrários). Esses traumas, com efeito, foram provocados pelas esperanças excessivas que o povo, normalmente, deposita na liderança carismática de seus governantes, e que os presidentes eleitos não conseguem satisfazer.

Finalmente, o princípio racional-legal, isto é, a plena concretização do Estado de Direito, seria assegurado pelo sistema parlamentar sob um monarca que seja, apenas, um símbolo do Estado, não represente qualquer tendência partidária sectária e, simplesmente, defenda seu povo contra os abusos dos governantes. Os artigos 1, 6 e 7 do projeto, apresentado pelo Deputado Cunha Bueno para orientar o eleitor no plebiscito previsto para 1993, garantiria a instauração no Brasil de um Estado menor, menos opressor e mais eficiente, e de uma democracia representativa mais autêntica do que a atual.

O voto distrital misto; a correção das distorções abusivas dos coeficientes eleitorais; a redução do poder do Senado que exprime um pseudo-federalismo irracional pelas características da defeituosa divisão territorial do país; a autonomia do Banco Central; a possibilidade de dissolução da Câmara, com os corretivos necessários, a fim de evitar uma excessiva instabilidade ministerial; e a substituição por um monarca hereditário de um presidente da República, eleito diretamente e que, sem sombra de dúvida, entrará em conflito com o primeiro-ministro na perigosa coabitação prevista pelo projeto alternativo — são outros itens que completam o quadro do modelo parlamentarista monárquico oferecido ao público e ao Congresso, na versão proposta pelo Movimento Parlamentarista Monárquico.

Como proclamava Ruy Barbosa em 1914: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar da virtude, a rir-se da honra, a ter vergonha de ser honesto... Essa foi a obra da República nos últimos anos." (Discurso no Senado Federal). A monarquia constitucional, reduzindo o poder do Estado e substituindo a burocracia política, gigantesca e ambiciosa, por um pequeno corpo de funcionários, selecionados por concurso, procura, precisamente, transcender esses inconvenientes e percalços do poder.

Intelectuais, profissionais liberais, estudantes, fazendeiros, empresários e jovens de todo o Brasil que desprezais as carreiras na *Nomenklatura* e pretendeis enriquecer na iniciativa privada, uni-vos! Nada tendes a perder, a não ser as algemas que vos são impostas pela pseudo-elite política, os ladrões de colarinho branco e os trogloditas que pretendem manter a nacionalidade no patrimonialismo selvagem!



Intelectuais, profissionais liberais, estudantes,
fazendeiros, empresários e jovens de todo o Brasil
que desprezais as carreiras na *Nomenklatura*
e pretendeis enriquecer na iniciativa privada, uni-vos!
Nada tendes a perder, a não ser as algemas
que vos são impostas pela pseudo-elite política,
os ladrões de colarinho branco e os trogloditas
que pretendem manter a nacionalidade
no patrimonialismo selvagem!

Meira Penna, Brasília, Fevereiro 1992.

ISBN 85-7007-219-8